

Instituto de Sociologia
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

POCI/SOC/58668/2004

“Transformações Sociais numa Colectividade Local do Noroeste Português”

(co-financiado pelo FEDER, através do Programa POCI 2010, e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia)

Coordenador Científico:

José Madureira Pinto

Relatório Geral de Enquadramento

***Estruturas e dinâmicas demográficas, económicas e sociais do
Vale do Sousa e do concelho de Penafiel (1950-2006)***

Porto, 31 de Janeiro de 2008



***Estruturas e dinâmicas demográficas, económicas e sociais do
Vale do Sousa e do concelho de Penafiel (1950-2006)***

Relatório elaborado no âmbito das actividades do Projecto

POCI/SOC/58668/2004 “Transformações Sociais numa Colectividade Local do Noroeste Português”

(co-financiado pelo FEDER, através do Programa POCI 2010, e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia)

Relatores:

Virgílio Borges Pereira

José Madureira Pinto (Coordenação)

João Queirós

Ester Gomes da Silva

Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Janeiro de 2008

Estruturas e dinâmicas demográficas, económicas e sociais do Vale do Sousa e do concelho de Penafiel (1950-2006)

Índice

1. Introdução geral.....	8
2. Enquadramento demográfico e processos de urbanização	11
2.1. População residente, crescimento natural e dinâmica migratória	11
2.2. Estrutura etária	28
2.3. Equilíbrio entre sexos.....	36
2.4. O concelho de Penafiel, no contexto dos processos de urbanização do Noroeste Português.....	39
3. Estrutura e dinâmicas da família	59
3.1. Número e dimensão média das famílias	59
3.2. Formação das famílias, fecundidade e dissolução familiar.....	63
4. Actividades económicas e formação de classes	78
4.1. Introdução	78
4.2. Variação da população activa e taxas de actividade	79
4.3. Juventude e capacidade de renovação da população activa	82
4.4. Equilíbrio entre sexos na população activa.....	85
4.5. A redefinição da relação entre a agricultura, a indústria e os serviços	87
4.6. Emprego e desemprego	91
4.7. A reestruturação do espaço social	99
4.8. Síntese e balanço crítico.....	111

5. Actividade agrícola e espaço social rural	112
5.1. Introdução	112
5.2. Evolução geral da actividade agrícola.....	115
5.3. Natureza jurídica dos produtores e formas de exploração da propriedade fundiária	135
5.4. Incidência de capital técnico, modernização da actividade agrícola e evolução da dimensão económica das explorações.....	143
5.5. População activa agrícola e população agrícola familiar	149
6. Relação com a Escola e acesso à instrução	167
6.1. Introdução	167
6.2. Evolução do perfil de níveis de instrução da população portuguesa na segunda metade do século XX: grandes tendências	168
6.3. Privação cultural extrema.....	175
6.4. A hierarquia do capital escolar: escolaridades básica, secundária e superior	179
6.5. Investimento escolar e retracção perante a escola nas gerações mais jovens	184

Anexos

Anexo A: *Fonte Arcada, trinta anos depois: alguns indicadores estatísticos provisórios*

Anexo B: *Listagem de indicadores estatísticos mobilizados*

Anexo C: *Relatórios e documentos recolhidos e analisados: informações gerais*

Índice de Quadros

Quadro 2.1 Variação da população residente em Portugal e no Continente (1950-2001).....	12
Quadro 2.2 Saldos natural e migratório em Portugal e no Continente (1950-2001)	13
Quadro 2.3 População residente em Portugal e no Continente no ano de 1981 que, em 1973, residia no estrangeiro	13
Quadro 2.4 Taxas brutas de natalidade e mortalidade e taxa de crescimento natural em Portugal e no Continente (1950-2001).....	14
Quadro 2.5 População residente em Portugal e no Continente no ano de 2001 que, em 1995, residia no estrangeiro	16
Quadro 2.6 Variação da população residente (1950-2001)	18
Quadro 2.7 Taxas brutas de natalidade e mortalidade e taxa de crescimento natural (1950-2001).....	19
Quadro 2.8 Saldo migratório e taxa de crescimento migratório (1950-2001).....	22
Quadro 2.9 Fluxos migratórios (1973-1981).....	23
Quadro 2.10 Taxas brutas de emigração oficial permanente (1950-2001).....	24
Quadro 2.11 Fluxos migratórios (1995-2001).....	27
Quadro 2.12 População jovem (0-14 anos) e respectivo peso no total da população residente em Portugal e no Continente (1950-2001).....	28
Quadro 2.13 População adulta (25-64 anos) e respectivo peso no total da população residente em Portugal e no Continente (1950-2001).....	29
Quadro 2.14 População idosa (65 e mais anos) e respectivo peso no total da população residente em Portugal e no Continente (1950-2001).....	29
Quadro 2.15 Índices de envelhecimento e longevidade em Portugal e no Continente (1950-2001).....	30
Quadro 2.16 População jovem (0-14 anos) e respectivo peso no total da população residente (1950-2001)	31
Quadro 2.17 População adulta (15-64 anos) e respectivo peso no total da população residente (1950-2001).....	32
Quadro 2.18 População idosa (65 e + anos) e respectivo peso no total da população residente (1950-2001)	32
Quadro 2.19 Equilíbrio entre sexos, por grupos etários, em Portugal e no Continente (1950-2001).....	36
Quadro 2.20 Equilíbrio entre sexos, por grupos etários (1950-2001)	38
Quadro 2.21 Peso demográfico dos concelhos de Lisboa e Porto nas respectivas Áreas Metropolitanas e destas no país (1960-1981).....	40
Quadro 2.22 Peso demográfico dos concelhos de Lisboa e Porto nas respectivas Áreas Metropolitanas e destas no país (1981-2001).....	43
Quadro 2.23 Variação da população residente nos concelhos da Área Metropolitana do Porto (1960-2001)	43
Quadro 2.24 Proporção de activos empregados que exercem actividade fora do concelho de residência (1981-2001).....	55
Quadro 3.1 Famílias e respectiva dimensão média em Portugal e no Continente (1950-2001).....	60
Quadro 3.2 Famílias clássicas, segundo a respectiva dimensão, em Portugal e no Continente (1981-2001).....	60
Quadro 3.3 Famílias e respectiva dimensão média (1950-2001)	62
Quadro 3.4 Peso dos celibatários no total da população residente e taxa de celibato definitivo (1970 e 2001)...	64

Quadro 3.5 Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade em Portugal e no Continente (1950-2001).....	66
Quadro 3.6 Taxa de fecundidade geral em Portugal e no Continente (1950-2001)	67
Quadro 3.7 Proporção de nascimentos fora do casamento no total de nascimentos em Portugal e no Continente (1950-2001).....	68
Quadro 3.8 Taxa de mortalidade infantil (1950-2001).....	69
Quadro 3.9 Idades médias ao casamento e ao primeiro casamento em Portugal (1991-2003).....	70
Quadro 3.10 Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade (1950-2001).....	72
Quadro 3.11 Taxa de fecundidade geral (1950-2001).....	75
Quadro 3.12 Proporção de nascimentos fora do casamento no total de nascimentos (1950-2001).....	76
Quadro 4.1 Variação da população activa (1950-2001).....	80
Quadro 4.2 Evolução da taxa de actividade (1950-2001)	81
Quadro 4.3 Relação entre a população activa com profissão e a população residente (1950-2001).....	82
Quadro 4.4 Decomposição da população activa, segundo o sexo (1950-2001)	85
Quadro 4.5 Evolução da taxa de actividade, segundo o sexo (1950-2001).....	87
Quadro 4.6 Evolução da população activa com profissão, segundo o sector de actividade e o sexo, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1950-2001).....	89
Quadro 4.7 Evolução da população activa com profissão, segundo o sub-sector da indústria transformadora, nos concelhos da Comunidade Urbana do Vale do Sousa (1981-2001).....	89
Quadro 4.8 Evolução do peso das mulheres activas com profissão, segundo o sector de actividade, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1981-2001).....	90
Quadro 4.9 Evolução da população activa, segundo o nível educativo, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1950-2001).....	91
Quadro 4.10 Evolução da taxa de emprego da população residente com 15 e mais anos (1950-2001).....	92
Quadro 4.11 Evolução da taxa de desemprego (1950-2001).....	94
Quadro 4.12 Evolução da taxa de desemprego, segundo o sexo (1950-2001).....	96
Quadro 4.13 População activa com profissão, segundo a situação na profissão, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1950-2001).....	100
Quadro 4.14 População activa com profissão, segundo o grupo profissional, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1981).....	102
Quadro 4.15 População activa com profissão, segundo a fracção de classe, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1981).....	103
Quadro 4.16 Evolução do número de empresas e de sociedades (1994-2004).....	105
Quadro 4.17 Evolução do número de sociedades constituídas (1995-2004).....	106
Quadro 4.18 Decomposição da população activa e do pessoal ao serviço nas sociedades, segundo o ramo de actividade nos sectores secundário e terciário, no Vale do Sousa e Penafiel (2001).....	110
Quadro 5.1 Evolução do número de explorações agrícolas (1954-1999).....	122
Quadro 5.2 Evolução do dimensionamento das explorações agrícolas (1952-1999).....	130
Quadro 5.3 Evolução da superfície agrícola utilizada e da respectiva dimensão média por exploração (1968-1999).....	130
Quadro 5.4 Orientação técnico-económica principal das explorações agrícolas (1989-1999).....	134

Quadro 5.5 Evolução da natureza jurídica das explorações agrícolas (1968-1999).....	136-7
Quadro 5.6 Evolução da forma de exploração das unidades agrícolas (1952-1999).....	140-1
Quadro 5.7 Explorações agrícolas equipadas com tractores, número médio de tractores por exploração e número médio de tractores por 100 hectares de superfície agrícola utilizada (1968-1999).....	145
Quadro 5.8 Explorações agrícolas com sistemas de rega e peso da superfície irrigada no total da superfície agrícola utilizada (1968-1999)	145
Quadro 5.9 Explorações agrícolas com contabilidade organizada (1968-1999).....	146
Quadro 5.10 Explorações agrícolas e superfície agrícola utilizada, segundo a dimensão económica medida em Unidades de Dimensão Europeia (1989-1999).....	147
Quadro 5.11 Indicadores de produtividade da actividade agrícola (1989-1999).....	148
Quadro 5.12 Evolução da população activa com profissão (1950-2001).....	151
Quadro 5.13 Evolução da população activa com profissão no sector primário de actividade económica (1950-2001).....	152
Quadro 5.14 Peso dos activos agrícolas no conjunto da população residente e no conjunto da população activa com profissão (1950-2001).....	152
Quadro 5.15 População activa agrícola, segundo a situação na profissão (1981-2001).....	156
Quadro 5.16 População activa agrícola, segundo o grupo socioeconómico (1981-2001).....	156
Quadro 5.17 Evolução da população agrícola familiar (1968-1999)	161
Quadro 5.18 Evolução do peso da população agrícola familiar no conjunto da população residente e evolução da densidade populacional agrícola (1968-1999).....	161
Quadro 5.19 Evolução da dimensão média das famílias agrícolas (1968-1999).....	164
Quadro 5.20 População agrícola familiar com actividade na exploração, segundo o tempo dedicado a essa actividade (1979-1999).....	165
Quadro 5.21 Origens dos rendimentos dos agregados domésticos dos produtores agrícolas (1968-1999).....	166
Quadro 6.1 Nível de instrução da população residente, segundo o sexo (1950-2001).....	170-2
Quadro 6.2 Acesso aos níveis de escolaridade intermédio e superior, segundo o género, no Continente, Grande Porto, Vale do Sousa e Penafiel (1950 e 2001)	174
Quadro 6.3 Evolução da proporção de indivíduos em situação de privação cultural extrema (1950 e 1960)....	177
Quadro 6.4 Evolução da proporção de indivíduos em situação de privação cultural extrema (1981-2001)	179
Quadro 6.5 Taxa de conclusão da escolaridade de nove anos (1981-2001).....	181
Quadro 6.6 Taxa de conclusão da escolaridade de doze anos (1981-2001).....	182
Quadro 6.7 Taxa de obtenção de estudos de nível superior (1981-2001)	183
Quadro 6.8 Taxa líquida (ou específica) de escolarização no ens. intermédio, segundo o sexo (1950-2001) ...	185
Quadro 6.9 Taxa líquida (ou específica) de escolarização no ens. superior, segundo o sexo (1950-2001).....	186
Quadro 6.10 Taxa de abandono escolar, segundo o sexo (1981-2001).....	187
Quadro 6.11 Taxa de saída antecipada do sistema de ensino, segundo o sexo (1981-2001).....	188
Quadro 6.12 Taxa de saída precoce do sistema de ensino, segundo o sexo (1981-2001)	189

Índice de Figuras

Figura 2.1 Taxa de crescimento natural (1950-2001).....	20
Figura 2.2 Taxa bruta de natalidade (1950-2001)	21
Figura 2.3 Índice de dependência de idosos (1950-2001)	33
Figura 2.4 Índice de envelhecimento (1950-2001).....	34
Figura 2.5 Densidade populacional no Distrito do Porto e área envolvente, por concelhos (1981).....	46
Figura 2.6 Densidade populacional no Distrito do Porto e área envolvente, por concelhos (2001).....	46
Figura 2.7 Peso da população residente, segundo a dimensão dos lugares (1981).....	49
Figura 2.8 Peso da população residente, segundo a dimensão dos lugares (1991).....	49
Figura 2.9 Peso da população residente, segundo a dimensão dos lugares (2001).....	50
Figura 2.10 Grau de localização do emprego no Noroeste Português (2000)	53
Figura 2.11 Grau de localização da população empregada no Noroeste Português (2000).....	53
Figura 2.12 Quociente de localização das viagens por motivo de trabalho no Noroeste Português (2000)	54
Figura 2.13 Quociente de localização das viagens com destino a casa no Noroeste Português (2000).....	54
Figura 3.1 Dimensão média das famílias (1950-2001).....	63
Figura 3.2 Taxa de fecundidade geral (1950-2001).....	73
Figura 3.3 Proporção de casamentos católicos no total de casamentos realizados (1950-2001).....	76
Figura 4.1 Evolução do índice de juventude da população em idade activa (1950-2001).....	83
Figura 4.2 Evolução do índice de renovação da população em idade activa (1950-2001).....	84
Figura 4.3 Decomposição da população activa desempregada, segundo o sexo, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1981-2001).....	98
Figura 4.4 Decomposição da população activa desempregada, segundo o tipo de procura de emprego, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1981-2001).....	99
Figura 4.5 Volume médio anual de negócios, em milhares de euros, nas sociedades (1999-2003).....	106
Figura 4.6 Volume médio anual de negócios, em milhares de euros, nas sociedades da indústria transformadora (1999-2003).....	107
Figura 4.7 Evolução do número de empresas, segundo o sector de actividade, em Portugal, Vale do Sousa e Penafiel (1994-2004).....	108
Figura 4.8 Evolução do pessoal ao serviço nas sociedades, segundo o sector de actividade, em Portugal, Vale do Sousa e Penafiel (1993-2003).....	108
Figura 4.9 Evolução do pessoal ao serviço nas sociedades da indústria transformadora, segundo o ramo de actividade, em Portugal, Vale do Sousa e Penafiel (1993-2003).....	110
Figura 5.1 Panorâmica da freguesia de Fonte Arcada, concelhos de Penafiel (imagem de satélite)	117
Figura 5.2 Terreno agrícola abandonado na freguesia de Fonte Arcada, concelho de Penafiel	128
Figura 5.3 Evolução da dimensão média das explorações agrícolas (1968-1999)	133
Figura 5.4 Margem bruta total, sem ajudas, por unidade de trabalho anual no Norte de Portugal (1999)	148
Figura 5.5 Evolução do peso dos activos agrícolas na população activa com profissão (1950-2001)	155

Figura 5.6 Evolução do peso dos assalariados e dos trabalhadores familiares não remunerados no conjunto dos activos agrícolas (1981-2001)	159
Figura 5.7 Evolução do peso da população agrícola no conjunto da população residente (1968-1999)	163

1. Introdução geral

Uma das grandes preocupações do estudo sobre Fonte Arcada realizado no final dos anos setenta do passado século consistia em tentar evitar que o esforço de especificação analítica ao alcance das técnicas de recolha de informação no terreno que se resolveu privilegiar fosse desenvolvido sem o necessário investimento em termos de contextualização teórica e empírica da colectividade local em causa. Quis-se, desse modo, garantir que a operação de *fechamento analítico*, indispensável para que o trabalho de objectivação científica possa alguma vez ser concretizado, não conduzisse, através dos sucessivos passos da pesquisa, a um descritivismo redundante, deslocado ou mesmo fútil, ainda que eventualmente revestido das aparências da exaustividade.

Falar em contextualização aponta, por um lado, para a necessidade de eleger domínios teórico-substantivos que permitam enquadrar – também se diz *problematizar* – os objectos e fenómenos reais sob investigação. E, por outro, para a selecção de unidades territoriais de amplitude diversa em relação às quais seja possível identificar regularidades comparáveis e contrastáveis com as detectadas à escala local.

À semelhança do que aconteceu no primeiro estudo sobre Fonte Arcada, optou-se, na revisitação em curso, por fazer preceder a entrada no terreno e a recolha sistemática de informação sobre a freguesia por um trabalho relativamente aprofundado de contextualização sincrónica e diacrónica, visando sistematizar dinâmicas demográficas, económicas, classistas, culturais, religiosas, políticas da sociedade portuguesa e de outros espaços regionais plausivelmente relevantes para afinar o olhar sociológico sobre as transformações ocorridas na colectividade em causa, durante as três últimas décadas.

O Relatório Geral de Enquadramento da pesquisa que aqui se apresenta integra várias peças concebidas justamente nessa perspectiva.

Assim, um primeiro texto diz respeito ao *Enquadramento demográfico e processos de urbanização*, nele se dando conta de aspectos cruciais para perceber, na perspectiva da morfologia social, alguns fundamentos básicos das transformações sociais ocorridas na região ao longo das últimas décadas; o segundo texto recolhe informação e esboça algumas interpretações sobre *Estrutura e dinâmicas da família*, não sem revelar convergências e divergências notáveis no comportamento dos indicadores relativas a estas dimensões nas várias escalas de observação consideradas; o terceiro texto sistematiza grandes tendências evolutivas ao nível da *Actividade económica e formação de classes*, o que implica que também tenha tido em conta mudanças operadas no âmbito dos mercados de trabalho nacional e regional; o quarto texto, relativo a *Actividade agrícola e espaço social rural*, dá realce especial ao modo como, em Portugal, no Noroeste Português e no Vale do Sousa, evoluiu, nos últimos trinta anos, o sistema de economia camponesa, tão influente ainda na altura da realização da primeira pesquisa sobre Fonte Arcada; *Relação com a Escola e acesso à instrução* é o título do texto que se debruça, sempre numa óptica de comparação entre escalas de observação diferenciadas, sobre os modos de acesso e exclusão das populações contempladas na pesquisa face à escolarização e aos bens escolares.

Embora já se disponha de informação sistematizada sobre *Comportamentos políticos e práticas religiosas* reportada às escalas de observação aqui privilegiadas, não foi possível até esta altura transpô-la para um texto com consistência equivalente aos anteriores, pelo que se optou por não incluir no Relatório qualquer alusão ao tema.

No momento em que se redige esta Introdução, está concluído, quanto ao essencial, o trabalho de recolha de informação (por inquérito, entrevista, observação directa, análise documental) sobre a freguesia de Fonte Arcada, embora a fase de apuramento e tratamento de dados – muito complexa, como facilmente se depreenderá da análise do conjunto de documentos, em que este Relatório se inclui, enviado à Fundação para a Ciência e para a Tecnologia – esteja ainda em curso. Entendeu-se, ainda assim, incluir como última peça deste Relatório Geral de Enquadramento, um apanhado sucinto de elementos informativos muito elementares obtidos em 2007 através de inquérito junto de todos os agregados domésticos da freguesia. Espera-se que a comparação que aí se estabelece com dados homólogos obtidos em 1978 – não obstante envolver um sub-conjunto muitíssimo restrito das dimensões analíticas exploradas na pesquisa – dê uma ideia das enormes potencialidades interpretativas ao alcance desta revisitação.

A leitura dos textos integrados neste Relatório Geral de Enquadramento deve ser feita, tendo em conta que, quando foi realizada a primeira pesquisa – entre 1978 e 1980 –, os enquadramentos demográficos e sociográficos fundamentais que foi possível propor apoiavam-se em informação muito desactualizada (Recenseamento Geral da População de 1970), pelo que os dados de 1981, que agora se coligem, permitem, não apenas balizar as interpretações sobre mudanças mais recentes, como ainda rever certos traços e sincronias que, no primeiro estudo, foram avançadas a propósito da sociedade portuguesa e das configurações regionais de então. O facto de, por outro lado, se ter verificado recentemente a disponibilização, por parte do Instituto Nacional de Estatística, de séries estatísticas longas que outrora eram praticamente inacessíveis ou exigiam tratamento excepcionalmente moroso acabou por conduzir à tentação de, ao propor a contextualização da freguesia na sua actual configuração, se refazer a contextualização em termos diacrónicos da colectividade, tal como se configurava em finais da década de setenta... Trata-se de um dos efeitos não previstos, mas nem por isso desinteressante, desta revisitação a Fonte Arcada.

2. Enquadramento demográfico e processos de urbanização

2.1. População residente, crescimento natural e dinâmica migratória

2.1.1. Em 1978, ano em que se realizou o *Inquérito P2* à população de Fonte Arcada, Portugal passava por profundas mudanças sociais, algumas das quais já se desenhavam desde a década de 60, outras, quanto ao essencial, só após a reinstauração da democracia em 1974.

Uma dessas mudanças, que obviamente não pode ser pensada fora do contexto de relações sociais à escala da sociedade portuguesa no seu conjunto (elas próprias marcadas, entretanto, pelo reposicionamento do país no plano internacional), envolvia a estrutura e dinâmica populacionais e haveria de conduzir a breve prazo, após uma consolidação relativamente tardia do período demográfico “moderno”, a uma fase demográfica nova¹.

Para avaliar o alcance desta transformação, importa recuar um pouco, chamando a atenção para a circunstância, que o século XX nunca conhecera, de, na passagem da década de 60 para a de 70, se ter verificado em Portugal um *decrécimo populacional* correspondente a -226 140 efectivos (-169 665, no Continente).

¹ Para uma análise interpretativa da transição demográfica portuguesa no período que vai de 1960 a 1991, cf. João Ferrão, *A Demografia Portuguesa*, Lisboa, Cadernos do Público, 1996. Encontrar-se-á uma panorâmica mais actualizada em Maria João Valente Rosa e Cláudia Vieira, *A População Portuguesa no Século XX. Análise dos Censos de 1900 a 2001*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

Quadro 2.1 Variação da população residente em Portugal e no Continente (1950-2001)

	População Residente (N.º)						Variação da População Residente (%)				
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Portugal	8.510.240	8.889.392	8.663.252	9.833.014	9.867.147	10.356.117	4,46	-2,54	13,50	0,35	4,96
Continente	7.921.913	8.292.975	8.123.310	9.336.760	9.375.926	9.869.343	4,68	-2,05	14,94	0,42	5,26

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Para o que agora nos importa, o essencial é saber que este saldo total negativo é resultante de um *saldo natural* positivo de mais de um milhão de efectivos (1 072 620) e de um *saldo migratório* negativo de -1 298 760.

Em 1960, o saldo natural era, no nosso país, em termos relativos, muito elevado². E assim se manteve, apesar de um ligeiro decréscimo a partir de meados da década de 60, até 1970, facto que, na ausência de um declínio evidente das taxas de mortalidade, só foi possível graças à persistência, na sociedade portuguesa de então, de taxas de natalidade igualmente altas.

Atentemos, entretanto, em dois aspectos relevantes.

O primeiro, mais óbvio, diz respeito à intensidade do fluxo emigratório (que é também, convém lembrá-lo, um indicador expressivo de desemprego “exportado”) nas décadas de 50 e 60. Nessa fase, a soma de saldos migratórios correspondentes aos períodos intercensitários de 1950-1960 e 1960-1970 atinge *grosso modo* o valor de dois milhões, nada menos do que cerca de um quinto da actual população portuguesa.

Ora, se este é um número assaz impressionante, não menos o será – pela envergadura de ajustamentos sociais que teve de implicar – um outro que nos indica, para o período intercensitário a terminar em 1981 (muito próximo, por conseguinte, do ano de realização da primeira pesquisa em Fonte Arcada), um saldo migratório, agora positivo, de 332 729.

² A uma taxa de crescimento natural de 13,4‰, em Portugal (ver Quadro 2.4), correspondiam taxas rondando os 4‰ no Luxemburgo e na Bélgica e de cerca de 7‰ na Alemanha, França, Reino Unido e Dinamarca. Cf. Custódio Cónim e Maria José Carrilho, *Situação Demográfica e Perspectivas de Evolução. Portugal, 1960-2000*, Lisboa, IED, Caderno n.º 16, 1989, referido em João Ferrão, *op. cit.*, p. 16.

Quadro 2.2 Saldos natural e migratório em Portugal e no Continente (1950-2001)

	Saldo Natural (N.º)					Saldo Migratório (N.º)				
	1951-1960	1961-1970	1971-1981	1982-1991	1992-2001	1951-1960	1961-1970	1971-1981	1982-1991	1992-2001
Portugal	1.090.795	1.072.620	837.033	315.432	84.020	-711.643	-1.298.760	332.729	-281.299	404.950
Continente	985.487	972.838	777.171	286.548	71.216	-614.425	-1.142.503	436.279	-247.382	422.201

Fonte: INE – Portugal, *Estatísticas Demográficas*, 1950-2001; IX, X, XI, XII, XIII e XIV *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.
 Nota: Os valores do saldo migratório devem ser encarados como estimativas do fenómeno, na medida em que incorporam o verdadeiro saldo migratório (diferença entre o número de imigrantes e o número de emigrantes), bem como as incorrecções presentes nos vários recenseamentos, cuja verdadeira dimensão não é, naturalmente, conhecida. Diversos estudos do INE apontam, entretanto, para margens de erro bastante reduzidas.

Sabendo-se que os primeiros anos da década de setenta são, ainda, anos de emigração relativamente volumosa, então esta inversão do saldo no final da década não pode senão traduzir uma significativa entrada de efectivos populacionais no território nacional durante a segunda metade de 70.

O *retorno* de cidadãos das ex-colónias é, como se sabe, o movimento populacional que explica, no essencial, a referida inversão, ainda que o regresso de alguns emigrantes da Europa, entretanto abalada por prolongada crise económica, também tenha para isso contribuído. O Censo de 1981, que inclui uma referência ao conjunto dos indivíduos que, em 1973, residiam no estrangeiro, permite afirmar que o total de habitantes oriundos das ex-colónias, de emigrantes regressados e de imigrantes (estes seguramente com valor residual) terá ultrapassado ligeiramente os 700 mil indivíduos.

Quadro 2.3 População residente em Portugal e no Continente no ano de 1981 que, em 1973, residia no estrangeiro

	População residente em 1981 que, em 1973, residia no estrangeiro (N.º)		
	H	M	T
Portugal	373.911	327.671	701.582
Continente	361.462	317.357	678.819

Fonte: INE – Portugal, *XII Recenseamento Geral da População*, 1981.

Perante os números dos saldos natural e migratório na década de sessenta, o segundo aspecto a assinalar remete para o comportamento das *taxas de natalidade* na transição para a década de 70.

Já se disse que, por essa altura, o seu valor se mantinha alto; mas não deixou de se acrescentar que ele teve alguma diminuição a partir de meados de 60. De facto, as taxas brutas de natalidade calculadas para 1960 e 1970 apontam para 24,1 e 20,0‰, respectivamente. Iniciara-se, assim, em Portugal, um movimento de redução de natalidade que a década de 70 veio a confirmar plenamente: em 1981, a taxa de natalidade situar-se-á nos 15,5‰ (15,3‰, no Continente), caindo sucessivamente para 11,8‰, em 1991, e 10,9‰, em 2001 (11,6 e 10,8‰, no Continente). Entretanto, e como foi referido, as taxas de mortalidade não sofrem globalmente, ao longo da segunda metade do século XX, oscilações significativas, muito embora se tenha alterado fortemente a hierarquia de causas de morte e dos respectivos grupos sociais de incidência.

Quadro 2.4 Taxas brutas de natalidade e mortalidade e taxa de crescimento natural em Portugal e no Continente (1950-2001)

	Taxa Bruta de Natalidade (‰)						Taxa Bruta de Mortalidade (‰)						Taxa de Crescimento Natural (‰)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	24,11	24,06	19,96	15,47	11,80	10,89	12,08	10,69	10,75	9,75	10,58	10,15	12,03	13,37	9,21	5,72	1,22	0,75
Continente	23,65	23,46	19,62	15,28	11,62	10,79	12,01	10,62	10,68	9,68	10,53	10,10	11,64	12,84	8,94	5,60	1,09	0,69

Fonte: INE – Portugal, *Estatísticas Demográficas, 1950-2001; IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001*; cálculos próprios (valores referentes aos anos dos Recenseamentos).

Nota: Taxa Bruta de Natalidade = [(Nados-Vivos/Pop. Residente)*1000].

Taxa Bruta de Mortalidade = [(Óbitos/Pop. Residente)*1000].

Taxa de Crescimento Natural = [(Nados-Vivos – Óbitos)/Pop. Residente]*1000].

2.1.2. Terminado, em meados de setenta, o ciclo da emigração massiva para a Europa e concluído, até final da mesma década, o movimento de retorno de residentes das ex-colónias, Portugal regressa nos anos oitenta a alguma “normalidade” demográfica, pelo menos se quisermos atender às linhas de evolução global da sua população residente.

Na verdade, se a década de sessenta foi um período de decréscimo populacional de intensidade inédita e se o decénio seguinte revelou, quanto ao volume de efectivos populacionais, uma evolução de sinal contrário não menos anómala, os anos oitenta trazem o país a um ritmo de crescimento populacional expurgado de “desvios” conjunturais notáveis.

Esta “normalização” não vai, porém, levar a uma reconfiguração do perfil demográfico português segundo coordenadas estruturais comparáveis às de meados do século. Em particular, a clara aproximação, no período 1991-2001, das taxas de variação da população residente em Portugal e no Continente às que se haviam verificado entre 1950 e 1960 (ver Quadro 2.1) está longe de corresponder, substantivamente, a qualquer homologia histórico-demográfica.

Com efeito, em conjugação com os “choques” impostos pela intensa emigração para a Europa e, seguidamente, pelo retorno, concentrado num período curto, de cidadãos das ex-colónias, outras mudanças de fundo vinham a operar-se na estrutura demográfica portuguesa.

Sinteticamente, elas podem deduzir-se da observação de duas grandezas.

Por um lado, a que restitui o *saldo migratório* no Continente durante a década de oitenta. Na verdade, voltando embora a atingir valores negativos (-247 382 em 1982-1991), tal saldo fica manifestamente aquém do que se verificara nos anos cinquenta e sessenta, revelando significativa travagem nos fluxos de saída de cidadãos nacionais para o estrangeiro.

Por outro lado, há a considerar o facto de o *saldo natural* nos anos oitenta (286 548 em 1982-1991) se situar aquém de um terço dos valores obtidos na década de cinquenta (985 487). Aliás, nos dez anos subsequentes, o mesmo saldo não chegará sequer a atingir os 72 500 efectivos (ver Quadro 2.2).

Especificando o sentido e natureza destes dois vectores, há que assinalar, relativamente ao primeiro, a circunstância de, continuando embora a emigração a fazer-se sentir entre nós, ela ter passado, a partir da década de oitenta, a envolver muito menos efectivos e a incluir uma proporção crescente de saídas temporárias (por vezes, de carácter sazonal), sobretudo para a Suíça e a França, em sintonia, aliás, com as novas condições de flexibilização e precarização do emprego nos países receptores de mão-de-obra estrangeira. Como diz João Ferrão, “Portugal deixa (...) de constituir uma periferia bem definida, fornecedora de força de trabalho desqualificada para as empresas ‘fordistas’ da Europa mais desenvolvida, para integrar bacias de emprego de contornos difusos, estruturalmente instáveis e polarizadas por diferentes focos de emprego”³.

Como se não bastasse esta inflexão estrutural nas dinâmicas emigratórias, outra se vai impor, sobretudo a partir de meados de noventa: a que se traduz por volumosa imigração de indivíduos oriundos da Europa de Leste, de África, do Brasil e de alguns países asiáticos. Se, antes disso, a deslocação de populações para Portugal envolvia, sobretudo, mas em pequena

³ João Ferrão, *A Demografia Portuguesa, op. cit.*, p. 37.

escala, cidadãos africanos oriundos dos países de expressão oficial portuguesa – um fluxo de entradas a que se somava, até por volta de 1985, o regresso de emigrantes portugueses da Europa –, verifica-se, com o aproximar do fim do século, que o fenómeno sofre grande intensificação e adquire visibilidade pública absolutamente inédita entre nós.

Calcula-se que as comunidades imigrantes em Portugal ascendam hoje a cerca de 5% da população residente e 9% da população activa portuguesas⁴. Não admira, por isso, que o valor do saldo migratório para o período 1992-2001, em claro contraste com decénio anterior, ultrapassasse já o patamar dos 400 mil indivíduos (ver Quadro 2.2) e se aproximasse de 250 mil o volume de cidadãos recenseados em 2001 que declararam residir, em 1995, no estrangeiro (Quadro 2.5).

Quadro 2.5 População residente em Portugal e no Continente no ano de 2001 que, em 1995, residia no estrangeiro

População residente em 2001 que, em 1995, residia no estrangeiro (N.º)			
	H	M	T
Portugal	131.482	113.573	245.052
Continente	126.369	109.264	235.633

Fonte: INE – Portugal, *XIV Recenseamento Geral da População*, 2001.

Importa, entretanto, dar o necessário realce ao segundo traço que atrás considerámos ser caracterizador da evolução demográfica portuguesa nas últimas décadas do século XX, a saber, o que se prende com a acentuada quebra das taxas de crescimento natural. De facto, tal traço confirma a ideia, já aqui expressa, de que esse período coincide, em Portugal, com uma drástica mudança nas tendências de fertilidade e natalidade, enquadrando-se, mais genericamente, numa fase demográfica qualitativamente distinta das anteriores.

Em quarenta anos, passa-se, no nosso país, em termos de taxas de natalidade, e por referência aos padrões médios europeus, de valores muito elevados para valores bastante

⁴ Segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, residiam legalmente no nosso país, em 2004, 265 361 cidadãos estrangeiros, mais do dobro do valor registado no início da última década do século XX (107 767, dados de 1990). Só em 2004, 16 761 cidadãos estrangeiros haviam solicitado o estatuto de residente. As dificuldades em circunscrever, do ponto de vista administrativo e, conseqüentemente, estatístico, o fenómeno levam-nos, todavia, a acreditar estarmos perante uma realidade largamente sub-representada pelos dados oficiais. Cf. INE, *Anuário Estatístico de Portugal*, 2004.

reduzidos (cf. Quadro 2.4). De facto, com descidas muito acentuadas nos anos 60, 70 e 80, Portugal apresenta, na última década do século XX, índices que se aproximam do limiar, reconhecidamente reduzido, dos 10‰ (para uma visualização dos contornos deste surpreendente fenómeno de convergência demográfica, que é também uma manifestação expressiva da globalidade de transformações da sociedade portuguesa no último quarto do século XX, observem-se igualmente as Figuras 2.1 e 2.2).

2.1.3. Tinham estas tendências detectadas à escala nacional confirmação, em Penafiel e no Vale do Sousa, quando a primeira pesquisa sobre Fonte Arcada foi efectuada?

Começando pela evolução da população residente, há que assinalar, desde logo, que o decréscimo registado no conjunto do país não se verificou em qualquer dos concelhos da região.

Mais precisamente, em Penafiel, a população não só não diminuiu como, de facto, cresceu 7,6% no período 1960-1970, ligeiramente acima, inclusive, do que ocorrera no período anterior. Esse crescimento ficou, no entanto, muito aquém do verificado noutros concelhos do Vale do Sousa, como Paços de Ferreira e Paredes, onde os valores em causa se situaram no nível dos 22% (que devemos considerar, aliás, excepcionalmente elevado, sabendo-se que foi de cerca de -2% a variação populacional a nível do Continente). Note-se, à margem, que em Castelo de Paiva, um concelho que hoje integra o agrupamento designado por Comunidade Urbana do Vale do Sousa, se registou na mesma altura uma variação populacional de quase -9%, em claro contraste com a média dos “clássicos” cinco concelhos do Vale do Sousa (+14,02%).

Quadro 2.6 Variação da população residente (1950-2001)

	População Residente (N.º)						Variação da População Residente (%)				
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Continente	7.921.913	8.292.975	8.123.310	9.336.760	9.375.926	9.869.343	4,68	-2,05	14,94	0,42	5,26
Distrito do Porto	1.053.522	1.193.368	1.318.774	1.562.287	1.641.501	1.781.836	13,27	10,51	18,47	5,07	8,55
Grande Porto	734.480	835.674	928.335	1.117.920	1.167.800	1.260.680	13,78	11,09	20,42	4,46	7,95
Tâmega	415.335	440.557	451.875	503.663	515.610	551.309	6,07	2,57	11,46	2,37	6,92
Vale do Sousa	163.008	187.691	214.000	258.566	279.383	310.468	15,14	14,02	20,83	8,05	11,13
Com. Urbana Vale do Sousa	178.614	205.447	230.165	275.592	295.898	327.806	15,02	12,03	19,74	7,37	10,78
Castelo de Paiva	15.606	17.756	16.165	17.026	16.515	17.338	13,78	-8,96	5,33	-3,00	4,98
Felgueiras	33.463	38.895	41.625	48.015	51.248	57.595	16,23	7,02	15,35	6,73	12,38
Lousada	24.796	27.947	31.865	37.904	42.502	44.712	12,71	14,02	18,95	12,13	5,20
Paços de Ferreira	21.999	27.537	33.655	40.687	44.190	52.985	25,17	22,22	20,89	8,61	19,90
Paredes	36.274	43.388	53.140	67.693	72.999	83.376	19,61	22,48	27,39	7,84	14,22
Penafiel	46.476	49.924	53.715	64.267	68.444	71.800	7,42	7,59	19,64	6,50	4,90

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Nota: Os valores concelhios de população residente relativos a 1970 referem-se apenas à “população residente nas famílias” (excluem, por isso, a “população residente nas convivências”).

Como já se viu, o país no seu conjunto voltou, no período intercensitário de 1970 a 1981, por força sobretudo do retorno de populações das ex-colónias, a uma dinâmica de crescimento demográfico, não surpreendendo, entretanto, pelo que se disse atrás, que este se concretize na região do Sousa em patamares mais elevados. Enquanto, no Continente, a taxa de crescimento populacional entre 1970 e 1981 rondou os 15%, foi de quase 20% o acréscimo populacional registado no mesmo período em Penafiel, ainda assim abaixo do que se verificou em Paços de Ferreira (20,9%) e muito abaixo de Paredes (27,4%).

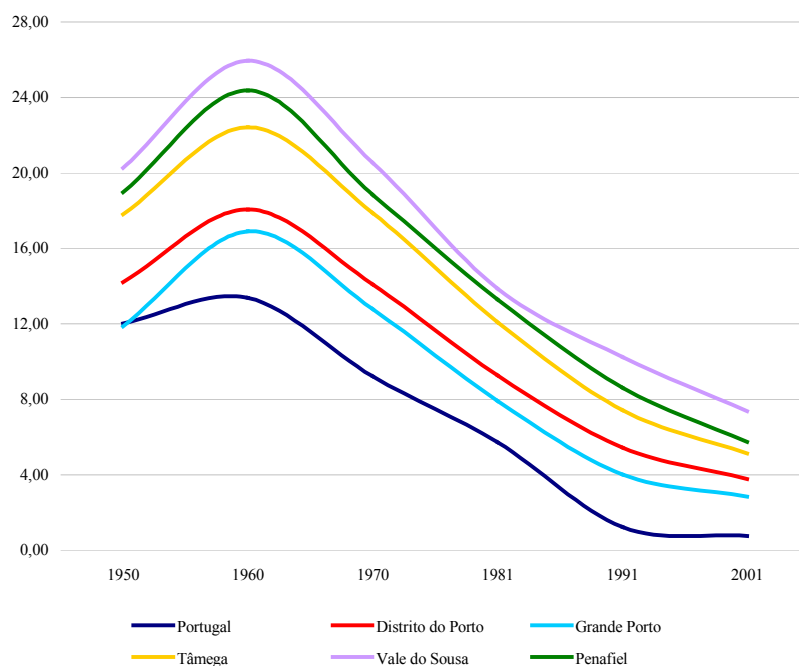
Quadro 2.7 Taxas brutas de natalidade e mortalidade e taxa de crescimento natural (1950-2001)

	Taxa Bruta de Natalidade (‰)						Taxa Bruta de Mortalidade (‰)						Taxa de Crescimento Natural (‰)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Continente	23,65	23,46	19,62	15,28	11,62	10,79	12,01	10,62	10,68	9,68	10,53	10,10	11,64	12,84	8,94	5,60	1,09	0,69
Distrito do Porto	29,59	29,63	23,76	17,23	13,76	11,74	15,38	11,56	9,68	7,97	8,35	7,96	14,21	18,07	14,08	9,26	5,41	3,78
Grande Porto	28,79	29,05	22,81	16,20	12,82	11,24	16,92	12,15	10,04	8,29	8,81	8,39	11,87	16,90	12,77	7,91	4,01	2,85
Tâmega	30,00	33,08	27,73	20,08	15,72	12,83	12,20	10,65	9,86	8,00	8,39	7,71	17,80	22,42	17,87	12,09	7,33	5,12
Vale do Sousa Com. Urbana	32,73	36,31	29,45	20,40	16,76	13,69	12,46	10,36	8,91	6,53	6,76	6,33	20,28	25,95	20,55	13,87	10,00	7,37
Vale do Sousa	32,74	35,86	29,26	20,35	16,67	13,62	12,34	10,32	8,93	6,63	6,83	6,55	20,40	25,54	20,33	13,71	9,84	7,07
Castelo de Paiva	32,81	31,14	26,72	19,56	15,20	12,34	11,09	9,91	9,28	8,22	7,99	10,55	21,72	21,23	17,45	11,34	7,21	1,79
Felgueiras	33,29	34,97	28,06	21,18	18,95	13,54	12,28	9,98	8,46	6,94	6,73	6,04	21,01	24,99	19,60	14,25	12,22	7,50
Lousada	34,48	35,10	30,22	20,84	17,06	14,27	13,91	9,95	9,45	6,99	7,32	6,24	20,57	25,15	20,78	13,85	9,74	8,03
Paços de Ferreira	33,96	37,66	27,72	19,37	17,11	14,27	11,91	8,90	8,56	5,95	6,13	5,85	22,05	28,76	19,17	13,42	10,98	8,42
Paredes	32,94	38,74	32,89	20,25	15,79	13,57	12,96	11,41	9,15	5,82	6,48	5,91	19,99	27,33	23,75	14,43	9,32	7,65
Penafiel	30,66	35,17	27,76	20,35	15,75	13,18	11,68	10,80	8,92	7,06	7,14	7,44	18,98	24,38	18,84	13,29	8,61	5,74

Fonte: INE – Portugal, *Estatísticas Demográficas, 1950-2001; IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001*; cálculos próprios (valores referentes aos anos dos Recenseamentos).

Com taxas de crescimento natural significativamente superiores aos valores médios do Continente, quer em 1970, quer em 1981 (18,8 *versus* 8,9‰ e 13,3 *versus* 5,6‰, respectivamente), a que se associam taxas de mortalidade não muito inferiores às de âmbito nacional, é sobretudo o comportamento das taxas de natalidade que, em Penafiel, explica as diferenças de andamento da sua população residente em relação aos totais nacionais.

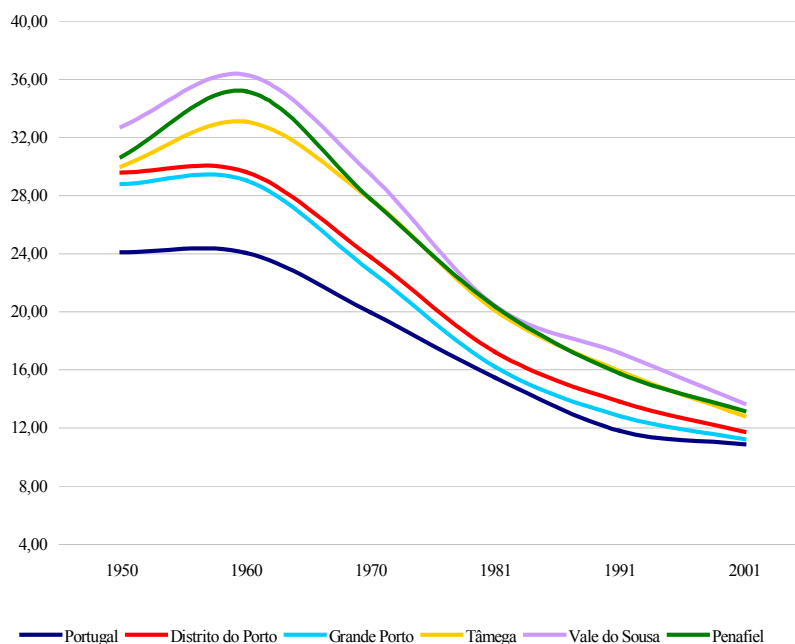
Figura 2.1 Taxa de crescimento natural (1950-2001)



Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Oito pontos separam ainda, em 1970, o valor concelhio do valor da taxa bruta de natalidade no Continente (27,8 versus 19,6‰), sendo que o diferencial em causa se reduz, dez anos depois, para cinco pontos (20,4 versus 15,3‰), num interessante movimento de convergência que culminará, em 2001, numa diferença de apenas 2,4 pontos.

Figura 2.2 Taxa bruta de natalidade (1950-2001)



Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

O crescimento da população em Penafiel ao longo do período que vai de 1961 a 1970 é tanto mais relevante, quanto se sabe ser este concelho, nessa altura, um espaço de *repulsão*, e não de atracção, populacional, com uma taxa de crescimento migratório de -15,77%, significativamente superior à registada no Distrito do Porto (-7,91%) ou no Continente. Trata-se de um valor que só foi superado, no Vale do Sousa, por Felgueiras e por Castelo de Paiva, que, como se verá, apresenta um comportamento frequentemente divergente neste contexto (ver Quadro 2.8).

Quadro 2.8 Saldo migratório e taxa de crescimento migratório (1950-2001)

	Saldo Migratório (N.º)					Taxa de Crescimento Migratório (%)				
	1951-1960	1961-1970	1971-1981	1982-1991	1992-2001	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Continente	-614.425	-1.142.503	436.279	-247.382	422.201	-7,58	-13,92	5,00	-2,64	4,39
Distrito do Porto	-45.582	-99.314	42.407	-30.246	61.884	-4,06	-7,91	2,94	-1,89	3,62
Grande Porto	-8.492	-45.606	55.568	-12.625	52.645	-1,08	-5,17	5,43	-1,10	4,34
Tâmega	-65.823	-86.772	-24.394	-36.532	-233	-15,38	-19,45	-5,11	-7,17	-0,04
Vale do Sousa	-17.865	-25.282	645	-10.445	3.502	-10,19	-12,59	0,27	-3,88	1,19
Com. Urbana Vale do Sousa	-19.781	-30.547	-1.207	-12.317	3.405	-10,30	-14,02	-0,48	-4,31	1,09
Castelo de Paiva	-1.916	-5.265	-1.852	-1.872	-97	-11,49	-31,04	-11,16	-11,16	-0,57
Felgueiras	-3.447	-7.649	-959	-2.964	885	-9,53	-19,00	-2,14	-5,97	1,63
Lousada	-3.305	-3.678	64	-101	-2.369	-12,53	-12,30	0,18	-0,25	-5,43
Paços de Ferreira	-777	-2.168	953	-1.652	3.613	-3,14	-7,09	2,56	-3,89	7,44
Paredes	-2.944	-3.617	-33	-3.067	3.595	-7,39	-7,49	-0,05	-4,36	4,60
Penafiel	-7.392	-8.170	620	-2.661	-2.222	-15,34	-15,77	1,05	-4,01	-3,17

Fonte: INE – Portugal, *Estatísticas Demográficas, 1950-2001; IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001*; cálculos próprios.
 Nota: Os valores do saldo migratório devem ser encarados como estimativas do fenómeno, na medida em que incorporam o verdadeiro saldo migratório (diferença entre o número de imigrantes e o número de emigrantes), bem como as incorrecções presentes nos vários recenseamentos, cuja verdadeira dimensão não é, naturalmente, conhecida. Diversos estudos do INE apontam, entretanto, para margens de erro bastante reduzidas.

Tudo indica que as saídas para o espaço nacional, sob a forma de um volumoso êxodo rural interno dirigido fundamentalmente para o pólo urbano-industrial do Porto, tenham constituído a parcela mais importante da referida repulsão, tanto mais que o valor da taxa de crescimento migratório do Grande Porto, embora negativo (-5,2%), é francamente mais moderado que os do Distrito do Porto (-7,9%) e, sobretudo, do Continente (-13,9%).

Perante o valor da taxa de crescimento migratório para o período 1971-1981, que, aliás, é positivo (+1,05%)⁵, é de admitir, entretanto, que as saídas de habitantes do concelho tenham sido, nessa década, contrabalançadas por entradas volumosas de população oriunda das ex-colónias. De acordo com os Censos 1981, fixaram-se no concelho de Penafiel, entre 1973 e o ano do recenseamento, cerca de 1 250 indivíduos oriundos das ex-colónias portuguesas, em especial de Angola e Moçambique. O valor do *retorno* constituiu a principal fatia do significativo fluxo de imigração registado nesse período, o qual superou os 1 600 indivíduos, como é possível depreender da leitura dos números constantes no Quadro 2.9. Em contrapartida, o saldo migratório interconcelhio para o período 1973-1981 foi de -913.

⁵ Trata-se de um fenómeno que, no Vale do Sousa, só teve paralelo em Paços de Ferreira (+2,56%) e, muito mitigadamente, em Lousada (+0,18%).

Quadro 2.9 Fluxos migratórios (1973-1981)

	Imigrantes de outros concelhos			Emigrantes para outros concelhos			Saldo das migrações internas			Imigrantes do estrangeiro		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Continente	299.819	335.309	635.128	299.819	335.309	635.128	-	-	-	299.819	335.309	635.128
Distrito do Porto	44.491	50.649	95.140	42.252	46.083	88.335	2.239	4.566	6.805	41.604	35.323	76.927
Grande Porto	36.984	43.211	80.195	33.413	36.295	69.708	3.571	6.916	10.487	33.701	29.745	63.446
Tâmega	8.110	8.010	16.120	11.468	13.726	25.194	-3.358	-5.716	-9.074	8.586	6.308	14.894
Vale do Sousa	4.686	4.580	9.266	4.949	5.461	10.410	-263	-881	-1.144	4.405	3.160	7.565
Com. Urbana Vale do Sousa	4.913	4.818	9.731	5.453	6.095	11.548	-540	-1.277	-1.817	4.641	3.324	7.965
Castelo de Paiva	227	238	465	504	634	1.138	-277	-396	-673	236	164	400
Felgueiras	821	758	1.579	841	1.011	1.852	-20	-253	-273	964	654	1.618
Lousada	823	844	1.667	906	846	1.752	-83	-2	-85	579	408	987
Paços de Ferreira	804	750	1.554	553	590	1.143	251	160	411	813	609	1.422
Paredes	1.118	1.163	2.281	1.192	1.373	2.565	-74	-210	-284	1.066	832	1.898
Penafiel	1.120	1.065	2.185	1.457	1.641	3.098	-337	-576	-913	983	657	1.640

Fonte: INE, *XII Recenseamento Geral da População*, 1981.

Nas duas décadas que vão de 1960 a 1981, a emigração, uma das componentes do referido movimento de repulsão, teve, em Penafiel, expressão pouco significativa, pelo menos se a compararmos com as tendências registadas a nível nacional, da região do Norte e do próprio Distrito do Porto. A leitura dos registos anuais da emigração oficial⁶ revela, aliás, uma quebra acentuada da intensidade do fenómeno, passando o número de emigrantes de 285, em 1973, para 46, em 1975, com subsequente estabilização num patamar de poucas dezenas de indivíduos.

Embora os volumes de emigração oficial sub-representem, como é reconhecido, o fenómeno em causa, não deixa de ser elucidativo que, como é indicado no Quadro 2.10, a taxa bruta de emigração oficial permanente seja, em Penafiel, sempre inferior à do Distrito do Porto e de Portugal.

⁶ Cf. INE, *Estatísticas Demográficas*, 1970-1988.

Quadro 2.10 Taxas brutas de emigração oficial permanente (1950-2001)

	Taxa Bruta de Emigração Oficial Permanente (‰)					
	1950	1960	1970	1981	1988	2001
Portugal	2,50	3,64	7,66	1,68	0,96	0,55
Continente	2,17	2,43	6,66	1,45	0,67	Nd
Distrito do Porto	2,05	1,56	4,33	0,86	0,26	Nd
Grande Porto	Nd	1,50	3,11	0,80	0,26	Nd
Tâmega	Nd	2,21	4,43	1,05	0,26	Nd
Vale do Sousa	Nd	1,34	4,02	0,93	0,25	Nd
Com. Urbana Vale do Sousa	Nd	1,47	3,82	0,90	0,23	Nd
Castelo de Paiva	Nd	2,87	1,24	0,35	0,00	Nd
Felgueiras	Nd	1,62	5,81	0,48	0,02	Nd
Lousada	Nd	1,32	4,05	0,66	0,00	Nd
Paços de Ferreira	Nd	2,32	7,70	1,94	0,32	Nd
Paredes	Nd	0,76	2,18	1,12	0,59	Nd
Penafiel	Nd	1,08	2,12	0,59	0,15	Nd

Fontes: INE – Portugal, *Estatísticas Demográficas*, 1950-1988. INE – Portugal, *Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída*, 2001. INE – Portugal, *IX, X, XI, XII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001; cálculos próprios.

Nota: Por não existir informação sobre emigração para o ano de 1991, optou-se aqui por substituir esse momento por 1988, último ano em que foi publicado o registo dos emigrantes oficiais permanentes por concelho de residência. A partir dessa data, a informação deixa de estar publicada nesse nível de desagregação, estando disponíveis apenas os valores nacionais.

Taxa de Emigração Oficial Permanente = [(Emigrantes Oficiais Permanentes/Pop. Residente)*1000].

Resta acrescentar um ponto relativo à evolução dos destinos predominantes da emigração com origem em Penafiel. Se atendermos à informação relativa à componente legal, é relevante assinalar que, de um predomínio quase absoluto da América do Sul (mais de 91,2%) em 1963, passa-se, em 1972, para uma participação não menos esmagadora dos destinos europeus (93% das saídas fizeram-se, neste ano, para França e República Federal Alemã)⁷. Uma inflexão notável, sobretudo por se ter concretizado em tão curto lapso de tempo.

2.1.4. Enquanto, à escala do Continente, a década de 80, coincidindo embora com o regresso a alguma “normalidade” demográfica, corresponde a um período de crescimento populacional manifestamente contido, já no Vale do Sousa e em Penafiel tal crescimento situa-se em patamares de 5,5 e 6,5%, respectivamente.

Uma nova e cuidadosa observação do Quadro 2.6 revelará, entretanto, diferenças concelhias significativas neste, apesar de tudo, circunscrito espaço regional. Assim, enquanto, em Paços de Ferreira e Paredes, as taxas de crescimento populacional superam em mais de 3 e

⁷ Cf. Direcção-Geral de Planeamento Urbanístico – Serviços Regionais do Norte, *Plano de Ordenamento da Bacia do Vale do Sousa – Análise Demográfica*, Porto, s/d.

2 pontos percentuais o valor de Penafiel, são bem mais modestos os ritmos de crescimento populacional em Felgueiras e Lousada. Castelo de Paiva, por seu turno, volta ao movimento de regressão demográfica que já conheceu nos anos sessenta.

Mais interessante para quem tem a atenção concentrada no concelho de Penafiel é, contudo, o facto de, na década seguinte, se assistir, no quadro do Vale do Sousa, a alterações acentuadas nos perfis de crescimento populacional concelhios. Se, por um lado, Penafiel vê o seu ritmo de crescimento algo atenuado (de 6,5 para 4,9%), todos os outros concelhos registam, por seu turno, acelerações notáveis desse mesmo ritmo, especialmente Lousada (de 0,8 para 17%), Felgueiras (de 2,3 para 17,2%) e Paços de Ferreira (de 8,6 para 19,9). Globalmente, o Vale do Sousa cresce, nos anos noventa, à taxa de 13,7%, – bem mais do dobro do Continente e de Penafiel, ele próprio.

Só a análise diferenciada do comportamento das componentes de crescimento natural e de crescimento migratório nas duas últimas décadas do século permitirá perceber tão acentuadas oscilações e disparidades na região.

Ora, uma primeira e muito superficial leitura panorâmica dos dados dá a entender que será, sobretudo, no perfil de migrações, e não tanto nas dinâmicas de crescimento natural, que se acharão as principais chaves de explicação da variabilidade em causa.

Com efeito, enquanto, no período em análise, a dispersão interconcelhia das taxas de crescimento natural e de natalidade é, no interior do Vale do Sousa, relativamente reduzida, já em matéria de crescimento migratório detectam-se acentuados desníveis entre os seus concelhos.

Concretamente, e tal como consta do Quadro 2.7, a amplitude de variação das taxas de crescimento natural nos cinco concelhos do Vale do Sousa oscila entre 1,14 pontos percentuais, em 1981, 4,13, em 1991, e 2,68 em 2001, com os valores de Penafiel a não se distanciarem significativamente do valor médio do Vale do Sousa.

Oscilações de envergadura semelhante percorrem o espectro das taxas de natalidade concelhias, sendo que, a este respeito, se impõe insistir no facto, que o Quadro 2.7 e sobretudo a Figura 2.2 expressivamente assinalam, de elas se enquadrarem num movimento de regular convergência dos índices concelhios e regionais em relação aos valores nacionais, embora num patamar que sistematicamente supera estes últimos.

Bastante diferentes são, como se depreende da leitura do Quadro 2.8, os perfis interconcelhios das taxas de crescimento migratório nas décadas que estamos a analisar. Assim, nos anos 80, com valores negativos em todos os concelhos, é de 7,64 pontos

percentuais a amplitude de variação a considerar, subindo a mesma para não menos do que 10,6 no decénio seguinte.

Neste último período, o concelho de Penafiel continua a registar um índice de crescimento migratório negativo (-3,17%), em contraste claro com os valores dos outros quatro concelhos do Vale do Sousa, todos eles positivos e superiores à média do Distrito do Porto e do Continente.

A conclusão a retirar é então a de que, se exceptuarmos o período 1970-1981, em que Penafiel, como já anteriormente tínhamos observado, se caracterizou por ser, ainda que moderadamente, uma unidade territorial de atracção populacional, o concelho foi, durante toda a segunda metade do século XX, ponto de partida de fluxos migratórios que superaram regularmente o volume de entradas.

No Quadro 2.11, onde se condensa informação sobre migrações obtida a partir dos dados do último Recenseamento Geral da População relativos a mudanças de residência entre 1995 e 2001, poderemos precisar até certo ponto a natureza dos fenómenos em causa.

De acordo com o referido Quadro, as saídas de Penafiel para outros concelhos terão envolvido, neste período, 1 604 indivíduos do sexo masculino e um volume um pouco superior de mulheres, num total de 3 292 efectivos. Oriundos de outros concelhos, terão vindo residir para Penafiel apenas 2 146 pessoas, o que corresponde a um saldo de migrações internas de -1 146.

Comparando com os outros concelhos do Vale do Sousa, verificar-se-á que só Felgueiras apresenta saldo migratório interno negativo, mas ainda assim claramente mais atenuado do que o de Penafiel. Paredes, Paços de Ferreira e Lousada surgem, nesta oportunidade, como áreas de atracção populacional, um facto que, associado ao forte crescimento natural que neles ocorreu ao longo de toda a década, contribuirá para explicar o elevado ritmo de crescimento da respectiva população residente, já anteriormente explicitado.

Uma análise mais minuciosa dos fluxos migratórios em causa permite, entretanto, concluir que eles correspondem, em larga medida, a mudanças residenciais entre os próprios concelhos do Vale do Sousa, representando, no caso particular de Penafiel, significativos movimentos de saída para os concelhos envolventes. Dos cinco principais destinos dos movimentos migratórios interconcelhios com origem no concelho, quatro correspondem a concelhos contíguos: Paredes, a ocidente (909 indivíduos), Marco de Canaveses, a oriente (408), Lousada, a norte (404), e Gondomar, a sudeste (203). O concelho do Porto é o único destino não contíguo a Penafiel que recebe um importante contingente de migrantes (216)

com origem neste concelho do Vale do Sousa, o que se explica pela atractividade que aquele concelho continua a exercer sobre este último. Num contexto de aumento da intensidade dos fluxos migratórios, como é o da década de 90, o Porto é, todavia, o único dos principais destinos que vê diminuir o número de migrantes com origem em Penafiel, como denuncia a comparação entre os dados relativos à década de 80 e os dados relativos à década de 90. A lógica de contiguidade territorial em que assentam os padrões de mobilidade residencial da região é, de resto, um dos principais traços do modelo de urbanização que lhe é característico, como veremos mais à frente neste Relatório.

Merecedora de atenção será ainda a circunstância de ser relativamente elevado, no concelho de Penafiel, o número de “imigrantes provenientes do estrangeiro”, admitindo-se a possibilidade de o valor constante do Quadro incluir, para além da componente de imigração propriamente dita, algum retorno de ex-emigrantes da Europa.

Quadro 2.11 Fluxos migratórios (1995-2001)

	Imigrantes de outros concelhos			Emigrantes para outros concelhos			Saldo das migrações internas			Imigrantes do estrangeiro		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Continente	317.391	341.186	658.577	317.130	340.161	657.291	261	1.025	1.286	126.369	109.264	235.633
Distrito do Porto	61.573	65.400	126.973	60.300	62.703	123.003	1.273	2.697	3.970	10.928	9.828	20.756
Grande Porto	51.243	55.292	106.535	50.867	53.333	104.200	376	1.959	2.335	7.669	7.153	14.822
Tâmega	9.908	9.721	19.629	10.992	11.544	22.536	-1.084	-1.823	-2.907	3.546	2.934	6.480
Vale do Sousa	6.520	6.129	12.649	6.326	6.333	12.659	194	-204	-10	1.535	1.195	2.730
Com. Urbana												
Vale do Sousa	6.761	6.369	13.130	6.772	6.796	13.568	-11	-427	-438	1.589	1.234	2.823
Castelo de Paiva	241	240	481	446	463	909	-205	-223	-428	54	39	93
Felgueiras	915	937	1.852	1.014	1.084	2.098	-99	-147	-246	316	311	627
Lousada	1.257	1.219	2.476	923	908	1.831	334	311	645	280	201	481
Paços de Ferreira	1.397	974	2.371	912	872	1.784	485	102	587	275	209	484
Paredes	1.870	1.934	3.804	1.873	1.781	3.654	-3	153	150	302	229	531
Penafiel	1.081	1.065	2.146	1.604	1.688	3.292	-523	-623	-1.146	362	245	607

Fonte: INE, *XIV Recenseamento Geral da População*, 2001.

2.2. Estrutura etária

2.2.1. Tentemos caracterizar a evolução demográfica do país na segunda metade do século XX a partir de outro conjunto de indicadores: os que se referem à estrutura etária da população.

Começando pela análise da situação registada no final dos anos 70, vale a pena recordar que foi precisamente nesta altura que começou a insinuar-se, na sociedade portuguesa, o processo de envelhecimento “no topo” e “na base”. Com efeito, se já se assistia, desde 1950, a uma diminuição da percentagem de efectivos com menos de 15 anos, acompanhando uma subida lenta, ainda que com assimetrias regionais consideráveis, da proporção dos mais idosos (65 e mais anos), foi precisamente a partir de 1981 que, a avaliar pelos números do Recenseamento Geral da População, se começou a desenhar com mais nitidez aquele envelhecimento. Se, em 1970, a proporção de jovens ainda superava a dos mais velhos em 18,8 pontos percentuais, a diferença reduz-se, dez anos depois, para 14,1 – num movimento que culminará em 2001, quando o número de jovens é suplantado, pela primeira vez em termos nacionais, pelo número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

Quadro 2.12 População jovem (0-14 anos) e respectivo peso no total da população residente em Portugal e no Continente (1950-2001)

	População Jovem (N.º)						População Jovem (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	2.488.085	2.591.955	2.451.850	2.508.673	1.972.403	1.656.602	29,5	29,2	28,5	25,5	20,0	16,0
Continente	2.298.576	2.390.288	2.266.745	2.358.539	1.847.544	1.557.934	29,3	28,8	28,1	25,3	19,7	15,8

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Nota: Os valores de população por grupo etário relativos a 1950 dizem respeito à população presente e não à população residente.

Quadro 2.13 População adulta (25-64 anos) e respectivo peso no total da população residente em Portugal e no Continente (1950-2001)

	População Adulta (N.º)						População Adulta (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	5.363.712	5.588.868	5.326.515	6.198.883	6.552.000	7.006.022	63,5	62,9	61,9	63,0	66,4	67,7
Continente	5.005.465	5.233.517	5.021.035	5.906.696	6.244.732	6.682.813	63,7	63,1	62,2	63,3	66,6	67,7

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Nota: Os valores de população por grupo etário relativos a 1950 dizem respeito à população presente e não à população residente.

Quadro 2.14 População idosa (65 e mais anos) e respectivo peso no total da população residente em Portugal e no Continente (1950-2001)

	População Idosa (N.º)						População Idosa (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	589.515	708.569	832.760	1.125.458	1.342.744	1.693.493	7,0	8,0	9,7	11,4	13,6	16,4
Continente	552.872	669.170	787.195	1.071.525	1.283.650	1.628.596	7,0	8,1	9,7	11,5	13,7	16,5

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Nota: Os valores de população por grupo etário relativos a 1950 dizem respeito à população presente e não à população residente.

A redução dos níveis de mortalidade – quer em idades jovens, quer entre a população idosa –, a diminuição das taxas de natalidade e a persistência de movimentos migratórios particularmente intensos até meados dos anos setenta são os principais factores explicativos do processo de “duplo envelhecimento” da população portuguesa nas últimas décadas do século XX.

2.2.2. A avaliar pelos números dos Censos, foi, como já se disse, a partir de 1981, que se começou a desenhar com toda a nitidez o processo de envelhecimento “no topo” da população portuguesa. Na verdade, de uma proporção de indivíduos com pelo menos 65 anos rondando, em 1981, os 11,5%, passa-se, vinte anos depois, à escala do Continente, para 16,5% – mais quatro pontos percentuais, explicáveis em grande medida pela persistente redução das taxas de mortalidade em todos os níveis etários da população portuguesa. O índice de longevidade, que mede a percentagem dos grandes idosos (mais de 74 anos) no conjunto de todos os

indivíduos com mais de 64 anos, não tem deixado, também ele, de crescer acentuadamente, atingindo já 41,4% em 2001 (contra 32,8% em 1970).

Quadro 2.15 Índices de envelhecimento e longevidade em Portugal e no Continente (1950-2001)

	Índice de Envelhecimento						Índice de Longevidade					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	23,7	27,3	34,0	44,9	68,1	102,2	32,4	33,6	32,8	34,2	39,3	41,4
Continente	24,1	28,0	34,7	45,4	69,5	104,5	32,3	33,5	32,8	34,2	39,3	41,4

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001; cálculos próprios.
 Nota: Os valores de população por grupo etário relativos a 1950 dizem respeito à população presente e não à população residente.

O peso específico do escalão de idades superiores a 64 anos não teria aumentado de forma tão notória se, paralelamente, não se continuasse a verificar um processo de envelhecimento “na base”, isto é, a redução da importância relativa dos menores de 15 anos na população total – quase menos dez pontos percentuais nas últimas duas décadas (Quadro 2.12). Acompanhando as tendências de contenção das taxas de fecundidade que se vão desenhando na sociedade portuguesa a partir dos anos setenta, elas próprias decorrentes, em parte, dos enviesamentos da estrutura da população associados à intensidade dos fluxos emigratórios que até então se haviam verificado, assiste-se, de facto, entre nós, à redução tendencial do número de nados-vivos e dos valores das taxas brutas de natalidade (rever Quadros 2.4 e 2.7) e, portanto, a prazo, à contracção dos escalões etários da base da pirâmide (entretanto reconfigurada como “urna”).

Vale a pena completar esta breve referência às mudanças na estrutura etária da população portuguesa nas últimas décadas do século XX, chamando a atenção para o facto de se ter assistido, a partir de 1981, a um aumento da importância estatística relativa dos escalões de idade intermédios. Assim, após uma fase de alguma contracção imputável ao fortíssimo surto emigratório que vai dos anos 50 até meados de 70, e, seguramente, em boa parte, por influência do retorno de emigrantes e residentes nas ex-colónias que imediatamente lhe sucede, a tendência de redução inverte-se e leva a proporção de adultos a quase 68% da

população do Continente. Dos três blocos de idades considerados, este é, apesar de tudo, aquele que revela maior estabilidade ao longo do século⁸.

2.2.3. Procurando agora encontrar as principais especificidades de Penafiel a este respeito, vale a pena começar por assinalar a existência na população do concelho, nas duas décadas que terminam em 1970, de um certo peso de indivíduos idosos. De facto, embora mais atenuadamente do que a nível nacional, mas também mais nitidamente do que no conjunto dos concelhos do Vale do Sousa (excluindo o caso particular de Castelo de Paiva) e mesmo, quanto aos homens, do que no Distrito do Porto, há a registar algum envelhecimento “no topo” da população penafidelense.

Já “na base” é o inverso que se verifica: por um conjunto de circunstâncias em que avultará o carácter cronicamente elevado das taxas de natalidade concelhias, surge empolado, relativamente aos valores nacionais e distritais, o grupo de indivíduos com idade não superior a 14 anos (em 1970, ronda os 11 pontos percentuais a diferença relativamente ao valor do Continente).

Quadro 2.16 População jovem (0-14 anos) e respectivo peso no total da população residente (1950-2001)

	População Jovem (N.º)						População Jovem (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Continente	2.298.576	2.390.288	2.266.745	2.358.539	1.847.544	1.557.934	29,3	28,8	28,1	25,3	19,7	15,8
Distrito do Porto	327.502	393.322	431.120	439.425	353.616	314.587	31,1	33,0	32,9	28,1	21,5	17,7
Grande Porto	212.527	257.211	283.510	293.011	233.598	205.776	28,8	30,8	30,5	26,2	20,0	16,3
Tâmega	146.585	164.407	173.840	166.468	130.527	114.359	35,7	37,3	38,5	33,1	25,3	20,7
Vale do Sousa Com. Urbana	59.638	73.534	87.495	88.341	72.761	67.144	36,9	39,2	40,9	34,2	26,0	21,6
Vale do Sousa	65.561	80.578	93.300	93.842	76.662	70.478	37,0	39,2	40,5	34,1	25,9	21,5
Castelo de Paiva	5.923	7.044	5.805	5.501	3.901	3.334	38,2	39,7	35,9	32,3	23,6	19,2
Felgueiras	12.516	15.330	17.130	15.762	13.394	12.818	37,6	39,4	41,2	32,8	26,1	22,3
Lousada	9.262	11.012	12.595	12.916	11.280	10.051	37,2	39,4	39,5	34,1	26,5	22,5
Paços de Ferreira	8.143	10.915	14.070	13.776	11.202	11.482	37,6	39,6	41,8	33,9	25,3	21,7
Paredes	13.475	17.187	22.350	24.035	18.981	17.589	37,3	39,6	42,1	35,5	26,0	21,1
Penafiel	16.242	19.090	21.350	21.852	17.904	15.204	35,5	38,2	39,7	34,0	26,2	21,2

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Nota: Os valores de população por grupo etário relativos a 1950 dizem respeito à população presente e não à população residente. Os valores concelhios de população residente relativos a 1970 referem-se apenas à “população residente nas famílias” (excluem, por isso, a “população residente nas convivências”).

⁸ Cf. Maria João Valente Rosa e Cláudia Vieira, *A População Portuguesa no Século XX*, op. cit., p. 109.

Quadro 2.17 População adulta (15-64 anos) e respectivo peso no total da população residente (1950-2001)

	População Adulta (N.º)						População Adulta (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Continente	5.005.465	5.233.517	5.021.035	5.906.696	6.244.732	6.682.813	63,7	63,1	62,2	63,3	66,6	67,7
Distrito do Porto	663.499	722.819	781.890	987.538	1.123.374	1.247.415	63,0	60,6	59,7	63,2	68,4	70,0
Grande Porto	482.166	523.930	574.475	724.946	810.771	889.312	65,4	62,7	61,9	64,8	69,4	70,5
Tâmega	237.163	244.791	243.110	291.905	333.895	372.123	57,8	55,6	53,8	58,0	64,8	67,5
Vale do Sousa	92.240	102.675	113.545	152.064	185.295	214.462	57,1	54,7	53,1	58,8	66,3	69,1
Com. Urbana												
Vale do Sousa	100.867	112.142	122.580	161.987	196.116	226.209	56,9	54,6	53,3	58,8	66,3	69,0
Castelo de Paiva	8.627	9.467	9.035	9.923	10.821	11.747	55,6	53,3	55,9	58,3	65,5	67,8
Felgueiras	18.770	21.220	21.925	28.580	33.674	39.283	56,4	54,6	52,7	59,5	65,7	68,2
Lousada	14.186	15.272	17.355	22.279	28.060	30.629	57,0	54,6	54,5	58,8	66,0	68,5
Paços de Ferreira	12.204	15.105	17.780	24.276	30.028	36.990	56,4	54,9	52,8	59,7	68,0	69,8
Paredes	20.661	23.742	27.955	39.527	48.924	58.521	57,2	54,7	52,6	58,4	67,0	70,2
Penafiel	26.419	27.336	28.530	37.402	44.609	49.039	57,8	54,8	53,1	58,2	65,2	68,3

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Nota: Os valores de população por grupo etário relativos a 1950 dizem respeito à população presente e não à população residente. Os valores concelhios de população residente relativos a 1970 referem-se apenas à “população residente nas famílias” (excluem, por isso, a “população residente nas convivências”).

Quadro 2.18 População idosa (65 e mais anos) e respectivo peso no total da população residente (1950-2001)

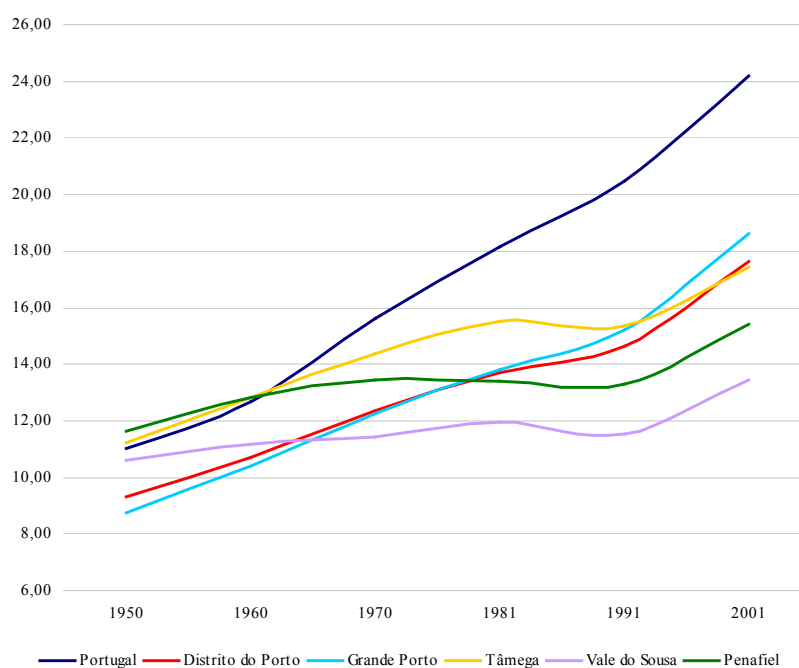
	População Idosa (N.º)						População Idosa (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Continente	552.872	669.170	787.195	1.071.525	1.283.650	1.628.596	7,0	8,1	9,7	11,5	13,7	16,5
Distrito do Porto	61.662	77.227	96.550	135.324	164.511	219.834	5,9	6,5	7,4	8,7	10,0	12,3
Grande Porto	42.212	54.533	70.350	99.963	123.431	165.592	5,7	6,5	7,6	8,9	10,6	13,1
Tâmega	26.582	31.359	34.925	45.290	51.188	64.827	6,5	7,1	7,7	9,0	9,9	11,8
Vale do Sousa	9.763	11.482	12.960	18.161	21.327	28.862	6,0	6,1	6,1	7,0	7,6	9,3
Com. Urbana												
Vale do Sousa	10.729	12.727	14.285	19.763	23.120	31.119	6,1	6,2	6,2	7,2	7,8	9,5
Castelo de Paiva	966	1.245	1.325	1.602	1.793	2.257	6,2	7,0	8,2	9,4	10,9	13,0
Felgueiras	1.977	2.345	2.570	3.673	4.180	5.494	5,9	6,0	6,2	7,6	8,2	9,5
Lousada	1.422	1.663	1.915	2.709	3.162	4.032	5,7	6,0	6,0	7,1	7,4	9,0
Paços de Ferreira	1.293	1.517	1.805	2.635	2.960	4.513	6,0	5,5	5,4	6,5	6,7	8,5
Paredes	1.999	2.459	2.835	4.131	5.094	7.266	5,5	5,7	5,3	6,1	7,0	8,7
Penafiel	3.072	3.498	3.835	5.013	5.931	7.557	6,7	7,0	7,1	7,8	8,7	10,5

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Nota: Os valores de população por grupo etário relativos a 1950 dizem respeito à população presente e não à população residente. Os valores concelhios de população residente relativos a 1970 referem-se apenas à “população residente nas famílias” (excluem, por isso, a “população residente nas convivências”).

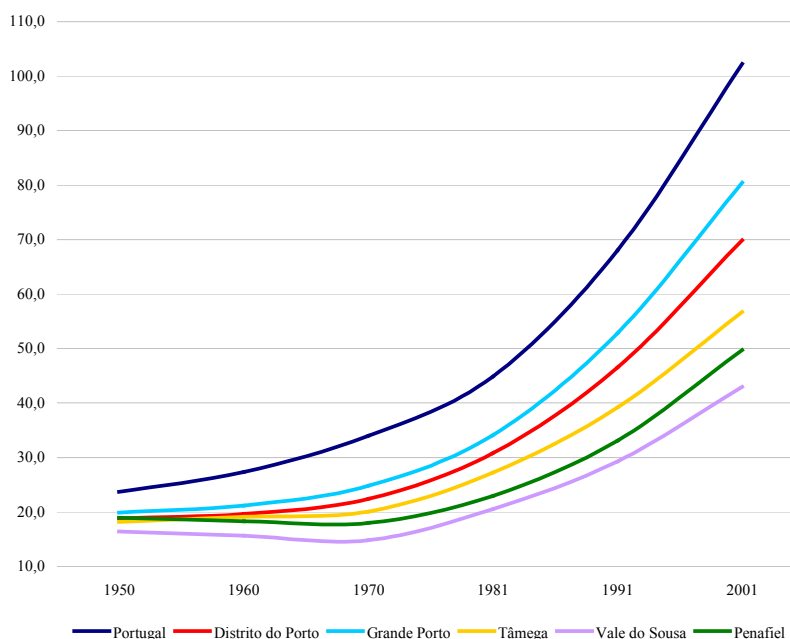
O panorama do envelhecimento na região poderá ser aferido de uma forma graficamente sugestiva observando as Figuras 2.3 e 2.4. Nelas se registam, respectivamente, o comportamento do índice de dependência de idosos (que mede a relação entre a população com 65 e mais anos e a população entre os 15 e os 64 anos) e o índice de envelhecimento (que mede a relação entre a população com 65 e mais anos e a população entre os 0 e os 14 anos).

Figura 2.3 Índice de dependência de idosos (1950-2001)



Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Figura 2.4 Índice de envelhecimento (1950-2001)



Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Com a chegada dos anos 80, algumas alterações vão verificar-se no comportamento destas variáveis. Assim, o peso específico dos idosos, embora em crescimento regular até 2001, não mais excederá os valores distritais e nacionais. Neste ano, o diferencial em causa será mesmo de 6 pontos percentuais relativamente ao valor do Continente e de quase 2 em relação ao do Distrito. Quanto à componente juvenil da população, embora em diminuição persistente desde 1970, ela permanecerá bem acima dos níveis do Continente (+5,4 pontos percentuais, em 2001) e do Distrito (+3,5 pontos percentuais, também em 2001).

2.2.4. Uma visão panorâmica da estrutura etária das populações do Vale do Sousa e de Penafiel permite assinalar que o processo de envelhecimento no topo e na base, apesar de não deixar de se verificar no contexto territorial que privilegiamos, apresenta, contudo, aqui, um ritmo de concretização bem menos intenso do que aquele que se desenha a nível do país e do Continente – neste segmento do Noroeste Português as “pirâmides etárias” como que resistem, apesar de tudo, a metamorfosear-se em “urna”.

Começando pelo envelhecimento no topo, observar-se-á que, no Vale do Sousa, a proporção de idosos fica, em 2001, a sete pontos percentuais do valor característico do Continente, enquanto, em Penafiel, tal distância, embora ligeiramente atenuada, não deixa de

atingir os seis pontos. Os números parecem apontar, aliás, neste caso, para um lento processo de divergência – que ocorre ao longo de toda a segunda metade do século XX – em relação aos valores médios nacionais, facto que, não parecendo explicável por disparidades significativas em matéria de taxas de mortalidade (ver Quadro 2.7), deve ser encarado como efeito estatístico simétrico de uma certa resistência ao envelhecimento na base, que aqui também se verifica.

De facto, quanto aos escalões etários mais baixos, o que se verifica é que, não tendo eles, em 2001, o peso específico que haviam alcançado em 1981 (ano em que a proporção de jovens até aos 15 anos ultrapassou um terço do total de efectivos, contra um quarto registado a nível do Continente), a verdade é que este grupo continua, no Vale do Sousa e em Penafiel, a apresentar um valor acima dos 21%, quando no Continente não chega a 16% (ver Quadro 2.16).

Nada melhor, para tornar bem expressivo o resultado conjugado desta dupla resistência (no “topo” e na “base”), no Vale do Sousa e em Penafiel, ao envelhecimento da população, do que regressar à Figura 2.4. Representando esta, graficamente, a evolução comparativa dos índices de envelhecimento nas principais unidades espaciais que temos considerado, e sabendo-se que estes correspondem à relação entre a proporção de idosos (65 ou mais anos) e a proporção de jovens (menos de 15 anos) no conjunto da população residente, então a referida Figura permite-nos tornar bem patente o efeito conjugado dos dois tipos de divergência que assinalámos. Para um valor do índice que já é, no Continente, superior a 100, Penafiel mantém-se no patamar dos 50, algo acima, apesar de tudo, do que ocorre no conjunto do Vale do Sousa.

Relativamente ao peso específico dos escalões etários intermédios no conjunto da população, a estabilidade que verificámos ter existido no Continente ao longo da segunda metade do século XX não teve confirmação – bem longe disso – no Vale do Sousa e em Penafiel.

Por razões que dificilmente poderão deixar de ser imputadas à forte incidência de fenómenos de repulsão demográfica em determinados períodos, chegou a ser muito baixa, em comparação com os valores do Continente, a proporção de adultos (15 a 64 anos) na região e no concelho. Mais recentemente, tal défice deixou, contudo, de se verificar, assistindo-se, a partir dos anos oitenta, a uma subida brusca das proporções em causa, que, aliás, ultrapassaram, em 2001, a do Continente (ver Quadro 2.17).

2.3. Equilíbrio entre sexos

2.3.1. Quando se analisa a evolução da sociedade portuguesa no seu conjunto, na perspectiva do equilíbrio entre sexos, nada de muito específico há a assinalar.

De facto, como é comum a muitos outros países, tem-se verificado persistentemente entre nós sobremasculinidade nos nascimentos (que se repercute em índices de masculinidade superiores a 100 nos grupos etários jovens) e sobremortalidade masculina (que, por seu turno, se traduz numa redução da relação de masculinidade à medida que se sobe na hierarquia dos escalões etários – sobreenvelhecimento feminino).

Refira-se, entretanto, que a segunda metade do século XX assistiu a um ligeiro reforço do equilíbrio entre sexos em todas as unidades territoriais analisadas, fenómeno certamente não alheio, entre outros factores, à diminuição da mortalidade masculina (com o correspondente aumento da esperança média de vida dos homens) e às transformações do fenómeno emigratório (tradicionalmente protagonizado maioritariamente pelos adultos e adultos jovens do sexo masculino).

Quadro 2.19 Equilíbrio entre sexos, por grupos etários, em Portugal e no Continente (1950-2001)

	Equilíbrio entre Sexos nos Jovens (0-19 anos)						Equilíbrio entre Sexos nos Adultos (20-64 anos)						Equilíbrio entre Sexos nos Idosos (65 e + anos)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	102,7	101,9	101,2	103,5	104,0	104,6	90,1	89,6	88,3	92,6	93,8	95,9	64,8	65,5	66,5	68,3	71,0	71,9
Continente	102,7	102,0	101,3	103,7	104,1	104,6	90,1	89,9	88,5	92,9	94,0	96,0	64,7	65,4	66,3	68,3	71,1	72,2

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001; cálculos próprios.

Nota: Os valores de população por grupo etário relativos a 1950 dizem respeito à população presente e não à população residente. Os valores concelhios de população residente relativos a 1970 referem-se apenas à “população residente nas famílias” (excluem, por isso, a “população residente nas convivências”).

Índice de Masculinidade = [(Pop. Residente do Sexo Masculino/Pop. Residente do Sexo Feminino)*100].

2.3.2. Algumas particularidades devem ser assinaladas, ao passarmos para a escala regional e concelhia.

Assim, há que registar o facto de, nos anos 50, 60 e 70, a sobremasculinidade nos escalões jovens (0-19 anos) ser sempre significativamente mais elevada em Penafiel do que no Continente e no Distrito do Porto.

No estudo sobre Fonte Arcada realizado em finais da década de 70, avançou-se, a este respeito, uma interpretação segundo a qual seriam as saídas de jovens do sexo feminino para trabalhar no espaço urbano do Porto como empregadas domésticas (as “criadas”) que contribuiriam para o empolamento dos índices de masculinidade nestes níveis etários. A ser correcta tal interpretação, a aproximação, em anos posteriores, aos valores médios do Distrito e do Continente significará, então, além do mais, que o movimento deixou de ter incidência significativa no concelho.

Já no grupo etário dos adultos (20-64 anos), verifica-se, em Penafiel, que, a um défice masculino extremamente acentuado, em 1950, sucedem, nas décadas seguintes, défices cada vez mais reduzidos, até se chegar, em 1970, a uma situação em que o índice de masculinidade é já superior aos do Distrito e do Continente.

Não parecendo, na altura, plausível que tal inflexão se tivesse ficado a dever a um decréscimo do fluxo de migrações definitivas de adultos do sexo masculino, avançou-se a interpretação de que seria a participação crescente das mulheres nesses mesmos fluxos o factor explicativo a ter em conta. A verdade é que, desde então, o défice masculino no concelho tem sido sistematicamente menos acentuado do que o verificado às escalas distrital e do Continente, o que, prolongando a interpretação anterior, significaria ter-se entrado num ciclo prolongado de migrações definitivas em que as mulheres passam a estar bastante presentes. Mas outras interpretações são legítimas: é possível, por exemplo – como no estudo anterior já se admitia –, que a evolução dos contornos das áreas de endogamia na região explique, pelo menos parcialmente, tal fenómeno.

Quadro 2.20 Equilíbrio entre sexos, por grupos etários (1950-2001)

	Equilíbrio entre Sexos nos Jovens (0-19 anos)						Equilíbrio entre Sexos nos Adultos (20-64 anos)						Equilíbrio entre Sexos nos Idosos (65 e + anos)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Continente	102,7	102,0	101,3	103,7	104,1	104,6	90,1	89,9	88,5	92,9	94,0	96,0	64,7	65,4	66,3	68,3	71,1	72,2
Dist. Porto	101,2	101,6	101,8	103,8	104,2	104,6	84,4	85,5	86,9	92,1	93,8	95,1	53,0	54,4	58,0	64,5	64,3	67,7
Grande Porto	98,9	99,9	100,7	103,3	104,1	104,9	83,8	83,8	85,4	91,0	92,6	93,9	47,8	50,5	55,4	56,7	61,9	65,7
Tâmega	104,8	104,7	104,3	104,5	104,3	104,4	86,3	88,9	90,0	94,8	97,0	98,4	65,4	65,7	69,1	70,4	73,7	74,9
Vale do Sousa	104,9	105,8	105,1	105,3	104,7	104,7	87,0	91,3	92,7	97,2	97,8	98,8	63,0	64,0	64,9	67,7	71,6	74,9
Com. Urbana Vale do Sousa	105,0	105,8	104,9	105,2	104,6	104,5	87,3	91,5	93,0	97,2	97,9	98,9	62,7	64,0	64,7	68,0	71,6	74,8
Castelo de Paiva	106,1	105,5	101,3	103,6	101,9	101,0	89,9	93,0	97,6	97,3	100,7	100,9	58,9	64,5	62,6	71,7	71,7	73,9
Felgueiras	105,0	103,1	100,0	103,6	103,4	102,9	85,8	89,7	87,9	93,9	94,4	95,2	59,6	63,9	60,1	69,1	72,6	74,9
Lousada	106,5	108,9	102,6	104,7	104,3	104,5	87,4	91,2	93,1	96,7	96,1	97,9	65,0	65,0	64,4	65,7	72,7	75,8
Paços de Ferreira	105,5	107,2	107,2	107,6	107,0	106,9	88,9	98,0	97,1	97,5	98,4	102,7	64,9	64,2	77,0	68,6	69,0	75,5
Paredes	103,2	106,3	108,9	105,6	104,7	104,8	90,3	93,2	95,3	99,7	100,7	98,8	58,0	65,6	57,9	68,6	72,1	75,7
Penafiel	105,0	105,1	105,6	105,2	104,6	104,7	84,4	87,6	90,9	97,4	98,0	99,2	67,1	62,4	68,6	66,5	71,3	73,4

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001; cálculos próprios.

Nota: Os valores de população por grupo etário relativos a 1950 dizem respeito à população presente e não à população residente. Os valores concelhios de população residente relativos a 1970 referem-se apenas à “população residente nas famílias” (excluem, por isso, a “população residente nas convivências”). Índice de Masculinidade = [(Pop. Residente do Sexo Masculino/Pop. Residente do Sexo Feminino)*100].

Da análise do comportamento deste fenómeno nas duas últimas décadas, uma das principais conclusões a retirar é a de que, no segmento juvenil (0 a 19 anos, neste caso), o andamento dos índices de masculinidade característico do Vale do Sousa e de Penafiel aproxima-se muito do perfil característico do Continente, retirando fundamento à manutenção da interpretação, que, como vimos, foi utilizada para justificar a sobremasculinidade dos escalões jovens nas décadas de 50, 60 e 70, segundo a qual tal desequilíbrio se deveria a um fluxo de saídas de jovens do sexo feminino para trabalharem como empregadas domésticas no Grande Porto.

Entretanto, não deixa de ser interessante notar que, nas últimas décadas, se tenha assistido à transferência de um diferencial de sinal e proporções idênticas ao que agora mesmo invocámos para o conjunto dos indivíduos com idades compreendidas entre 20 e 64 anos. Tal circunstância fez com que, em Penafiel, se atingisse, em 2001, um índice próximo de 100 – francamente ultrapassado, aliás, no concelho de Paços de Ferreira (102,7).

Nos parágrafos anteriores, apontámos possíveis explicações para a relativa sobremasculinidade no segmento dos adultos do Vale do Sousa que recentemente se vem verificando: consolidação de um ciclo longo de migrações definitivas com participação

significativa de mulheres e saída regular de mulheres em função das lógicas regionais da conjugalidade. Os números relativos a mudanças de residência recentes na região, que analisámos no ponto 2.1.4., ao revelarem, para Penafiel, saídas de mulheres em número superior ao dos homens, permitem não afastar, por ora, esta interpretação.

2.4. O concelho de Penafiel, no contexto dos processos de urbanização do Noroeste Português

2.4.1. Ao analisarem as tendências de ocupação e organização do espaço que se desenharam, no Continente, até ao início dos anos 80, reconhecem os especialistas que, apesar de o processo de urbanização em causa não se caracterizar por uma concentração maciça em grandes cidades, mas sobretudo num grande número de aglomerações de dimensão reduzida, estava, apesar disso, a acentuar-se, naquele período, a referida concentração, permanecendo muito forte o peso das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Se definirmos população urbana como o somatório dos efectivos residindo nestas duas áreas, assim como na totalidade das sedes de concelho e ainda nas localidades com 2 000 e mais habitantes, então a população urbana portuguesa terá passado de 36%, em 1960, para 45% do total, em 1981. Se, por outro lado, adoptando critério mais restritivo, quisermos limitar o seu âmbito ao conjunto de aglomerados populacionais com 10 000 e mais habitantes, teremos de aceitar que a população urbana se quedava, em 1981, pelos 2 919 000 indivíduos, não mais do que 30,2% do total de residentes no território nacional. O aumento médio anual deste subconjunto entre 1970 e 1981 (2,7%) apontava, entretanto, para uma intensificação recente do processo de urbanização, que se viria a confirmar no futuro⁹.

A elevada densidade de actividades económicas e pessoas na faixa do litoral, principalmente num segmento ocidental que se estende de Caminha a Setúbal e, no Sul, de Lagos a Vila Real de Santo António, a que, já nos anos 70, se juntara a mancha urbana associada ao pólo industrial e portuário de Sines, constituía uma das imagens fortes do processo de ocupação do território nacional. Esta tendência de litoralização, envolvendo não apenas a parcela que, desde a orla costeira, avança alguns quilómetros para o interior, mas ainda as vias de penetração baseadas nos principais rios e eixos viários adjacentes, embora

⁹ Ver, sobre estes pontos, Jorge Gaspar, *Ocupação e organização do espaço. Retrospectiva e tendências*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, col. «Portugal: os Próximos 20 Anos», vol. I, 1987, especialmente as pp. 108-110 e Custódio Cónim, *Portugal e a sua população (I)*, pp. 90 e seguintes.

não correspondesse a um *continuum* rigorosamente homogéneo, manifestava, por esta altura, níveis elevados de integração.

Na perspectiva das tendências demográficas pesadas, tão impressiva como a litoralização era, entretanto, já na altura, a bipolarização do nosso sistema urbano.

De facto, a proporção da população a residir nos concelhos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto relativamente à população portuguesa no seu conjunto passara de 26% em 1960 a 33% em 1970, para atingir, em 1981, 36%. É um movimento que, como veremos, dará lugar, nas décadas subsequentes, a uma estabilização no patamar dos 38% – um processo de amortecimento que tem de associar-se à importância económica e demográfica crescente do “arquipélago” das “cidades médias” portuguesas.

Este aumento regular do peso relativo da população das duas Áreas Metropolitanas no conjunto da população do país não tem, no período em análise, correspondência à escala das cidades/concelhos de Lisboa e Porto.

De facto, observando a evolução, em termos absolutos, dos efectivos populacionais destes dois centros urbanos, notar-se-á um primeiro afloramento de declínio demográfico na transição das décadas de 60 para 70, sendo que, após breve recuperação registada no Censo de 1981, as respectivas populações residentes irão diminuir com regularidade até hoje.

Como pode observar-se no Quadro seguinte (colunas [1] e [3]), tal evolução traduzir-se-á, entretanto, por uma assinalável redução da importância demográfica relativa das duas cidades nas respectivas Áreas Metropolitanas, que se mede, em Lisboa, pela passagem de 53%, em 1960, para 33%, em 1980, e, no Porto, de 36% para 29%.

Quadro 2.21 Peso demográfico dos concelhos de Lisboa e Porto nas respectivas Áreas Metropolitanas e destas no país (1960-1981)

	Lisboa/AMLisboa	Porto/AMPorto	AMLisboa/Portugal	AMPorto/Portugal	AMs/Portugal
	[1]	[2]	[3]	[4]	[3] + [4]
			%		
1960	53	36	17	9	26
1970	41	32	21	11	32
1981	33	29	25	11	36

Fonte: Elaborado com base em Maria João Valente Rosa e Cláudia Vieira, *A População Portuguesa no Século XX*, Lisboa, ICS/UL, 2003.

A leitura conjunta de tais números dá a entender que a tendência para a bipolarização do povoamento está já, nesta altura, estreitamente associada à expansão demográfica dos concelhos envolventes de Lisboa e Porto. Como dizem Maria João Valente Rosa e Cláudia Vieira, “a atractividade das duas principais cidades do país, fundamentalmente a partir dos anos 40, mais do que contribuir para o incremento populacional das mesmas, fomentou o processo de suburbanização”¹⁰.

Embora a intensidade da relação da cidade do Porto com os concelhos periféricos seja reconhecidamente menor do que a registada na Área Metropolitana de Lisboa, a verdade é que, no período 1960-1981, não deixaram de se verificar aumentos populacionais muito significativos em toda a AMP, especialmente em Matosinhos (50%), Gondomar (55%), Maia (52%) e Valongo (93%), num quadro de crescente densificação dos lugares existentes.

O padrão de povoamento da Área Metropolitana do Porto distingue-se, então, segundo Jorge Gaspar, por integrar “uma aglomeração urbana principal, em processo de progressiva terciarização, que cresce sobretudo por expansão suburbana, pelo desenvolvimento de uma série de pólos secundários, urbano-industriais, com um peso crescente do terciário e, finalmente, por uma malha difusa e complexa de pequenos aglomerados e situações dispersas, baseada na actividade industrial que se insemina no tecido rural remanescente, de mistura com a função residencial”¹¹.

2.4.2. Os últimos vinte e cinco anos caracterizam-se, entretanto, por um significativo reforço da componente urbana do território nacional, em resultado da acção conjugada de algumas tendências *pesadas* cuja consolidação tem vindo a alterar de forma significativa a configuração do sistema urbano português.

Uma das imagens fortes deste processo de redistribuição geográfica da população é, sem sombra de dúvida, a acentuação do contraste entre o litoral e o interior do país, com saldo amplamente negativo para este último. Esta tendência de litoralização, envolvendo não apenas a parcela que, desde a orla costeira, avança alguns quilómetros para o interior, mas ainda as vias de penetração baseadas nos principais rios e eixos viários adjacentes, embora não redundando na constituição de um *continuum* territorial rigorosamente homogéneo, traduziu-se na consolidação de uma mancha urbana dotada de níveis relativamente elevados de

¹⁰ Maria João Valente Rosa e Cláudia Vieira, *op. cit.*, p. 92.

¹¹ Jorge Gaspar, *op. cit.*, p. 28.

integração e dinamismo, em claro contraste com a situação de regressão sociodemográfica e económica de vastas áreas do interior.

Na perspectiva das tendências demográficas pesadas, tão ou mais impressiva que a litoralização tem sido, entretanto, a densificação das áreas mais urbanizadas do país.

Sustentada, nas décadas de 60 e 70, sobretudo no crescimento do peso demográfico das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, a tendência para a concentração da população portuguesa nas principais áreas urbanas passa a contar, a partir de 1981, com o importante contributo fornecido pelo desenvolvimento de um conjunto de centros urbanos de pequena e média dimensão, muitos dos quais situados em regiões do interior.

O alargamento da área de influência e da importância regional destes centros urbanos, particularmente vincado na última década, tem sido associado, como factor e consequência, ao relativo abrandamento do processo de litoralização da população anteriormente descrito. Entretanto, não tem deixado de se assinalar que este efeito globalmente reequilibrador da distribuição da população no território vem acompanhado de outra tendência, essa fomentadora de novos desequilíbrios sociodemográficos, a saber, a da rarefacção populacional e correspondente desvitalização económica no espaço rural circundante das referidas cidades médias.

A emergência e consolidação de novas centralidades urbanas – dispersas, em “arquipélago”, pelo território nacional – é igualmente responsável pelo *travão* imposto à bipolarização da população portuguesa em torno das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, fenómeno bastante acentuado até 1981, mas em desaceleração desde essa altura. A estabilização do peso demográfico relativo das Áreas Metropolitanas no conjunto da população do país confirma a complexificação do sistema urbano português e traduz, por outro lado, o aprofundamento de um processo mais antigo, o da acentuada perda de importância dos concelhos de Lisboa e Porto no âmbito das respectivas Áreas Metropolitanas, com assinalável densificação dos concelhos envolventes (suburbanização).

Quadro 2.22 Peso demográfico dos concelhos de Lisboa e Porto nas respectivas Áreas Metropolitanas e destas no país (1981-2001)

	Lisboa/AMLisboa	Porto/AMPorto	AMLisboa/Portugal	AMPorto/Portugal	AMs/Portugal
	[1]	[2]	[3]	[4]	[3] + [4]
			%		
1981	33	29	25	11	36
1991	26	26	26	12	38
2001	21	21	26	12	38

Fonte: Elaborado com base em Maria João Valente Rosa e Cláudia Vieira, *A População Portuguesa no Século XX*, Lisboa, ICS/UL, 2003.

Entre 1981 e 2005, a densificação do território correspondente aos limites administrativos da Área Metropolitana do Porto traduziu-se no aumento do número de habitantes por quilómetro quadrado de 1 370 para 1 570. A compactação do tecido urbano da Área Metropolitana só não foi mais intensa porque o fortíssimo crescimento da coroa suburbana do Porto foi, de certa forma, contrabalançado pela acentuada *desdensificação* da cidade central, cujo número de habitantes por quilómetro quadrado diminuiu, entre 1981 e 2005, de 7 885 para 5 694.

O Quadro 2.23 permite, de algum modo, avaliar a intensidade do processo de suburbanização na Área Metropolitana do Porto, através da observação das taxas de variação, entre 1960 e 2001, da população residente nos concelhos que a integram.

Quadro 2.23 Variação da população residente nos concelhos da Área Metropolitana do Porto (1960-2001)

	Variação da População Residente (%)	
	1960-1981	1981-2001
Espinho	40	4
Gondomar	55	26
Maia	52	47
Matosinhos	50	22
Porto	8	-20
Póvoa de Varzim	34	17
Valongo	93	34
Vila do Conde	32	16
Vila Nova de Gaia	44	28
Área Metropolitana do Porto	34	13

Fonte: Elaborado a partir de M.^a João Valente Rosa e Cláudia Vieira, *A População Portuguesa no Século XX*, Lisboa, ICS, 2003.

A leitura das grandes tendências demográficas e de ocupação do território continental conduzida por Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral¹² leva-os a pensarem a condição urbana no Continente em termos de três grandes tipos: as *conurbações de génese metropolitana*, coincidentes com as actuais Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, elas próprias em recomposição, como vimos; as *idades médias*, com dimensões, desenvolvimento e inserção geográfica variáveis; e as *conurbações não metropolitanas*, com origem em processos de urbanização difusa e associadas a redes urbanas destituídas de pólo hegemónico e de hierarquia definida.

De acordo com os autores, é a “preexistência de uma estrutura metropolitana mais ou menos definida” o traço distintivo fundamental das grandes conurbações. Acontece que, no caso português, essa particularidade será, segundo eles, bastante mais marcante na AML do que na AMP. Com efeito, nesta última, nunca a cidade do Porto conseguiu alcançar o grau de concentração de funções terciárias nem o poder polarizador obtidos, na Área Metropolitana de Lisboa, pela capital. Verifica-se, por outro lado, que, na envolvente regional do Grande Porto, a densidade de actividades industriais criadoras de emprego e fomentadoras de um processo de urbanização difuso tem-se mantido e até, nalguns casos, reforçado – num movimento que afasta a região dos padrões de metropolização e da dicotomização centro-periferia convencionais e que, simultaneamente, inviabiliza a afirmação de aglomerações com capacidade efectiva de polarização, definindo extensas coalescências urbanas com limites imprecisos.

Na carta das “Regiões Metropolitanas Portuguesas”, proposta por João Ferrão¹³, considera-se que a conurbação metropolitana do Porto extravasa claramente os limites administrativos da AMP, prolongando-se, para sul, até ao limite norte do Concelho de Aveiro e, para norte, até Esposende; para nascente, associa-se-lhe o território que se estende até à conurbação que vai de Barcelos até Paredes/Penafiel.

Um estudo sobre “O sistema urbano do Noroeste de Portugal e da Galiza”¹⁴ identificou, por sua vez, como a maior e mais complexa conurbação *não-metropolitana* do país a área

¹² Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral, *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*, Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto/Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

¹³ Citada na obra referenciada na nota anterior, p. 31.

¹⁴ Citado na obra referenciada na nota 12, p. 46.

definida por um triângulo cujos vértices se localizam em Viana do Castelo, Amarante e Aveiro, excluindo os concelhos da Área Metropolitana do Porto.

Com uma população de cerca 1 650 000 habitantes, em 2001, número que, adicionado ao efectivo populacional da AMP, atinge os 2,9 milhões de pessoas, esta conurbação é um exemplo de uma área que, se exceptuarmos Braga, se foi densificando em função, sobretudo, de um processo de industrialização rural difusa, organizado territorialmente em “distritos industriais” ou “sistemas flexíveis de produção” especializados em fileiras. Estão neste caso, por exemplo, os moldes em Oliveira de Azeméis, a cortiça em Santa Maria da Feira, o calçado em S. João da Madeira e em Felgueiras (este último, no Vale do Sousa), a madeira/mobiliário, ainda no Vale do Sousa, e, em Barcelos e no Ave, o têxtil/vestuário.

Estes territórios de industrialização difusa, dispersos por pequenas unidades administrativas municipais, “continua(m) a combinar a dispersão com a aglomeração (historicamente nucleada e, mais recentemente, ao longo dos eixos), densificando gradualmente a urbanização de baixa densidade e a interdependência funcional entre territórios e actividades”¹⁵. Coexistindo com actividade agrícola regular em pequenas explorações e com manchas descontínuas de solos florestados nos terrenos mais acidentados, o processo de urbanização enfrenta aqui desafios muito complexos de qualificação ambiental, de criação de redes infra-estruturais e de reordenamento territorial.

Para se ter uma ideia do grau de difusão do processo de urbanização na conurbação não-metropolitana do Noroeste, vale a pena atentar no facto de, segundo o Censo 2001, a população residente em aglomerados considerados “cidades” no conjunto dos principais concelhos da região não ultrapassar 27,7%.

Este dado não significa, todavia, que a região não tenha assistido nas últimas décadas a um processo de densificação da sua faixa ocidental e a um aprofundamento da concentração da população nas áreas urbanas, designadamente na coroa suburbana do Porto e em alguns concelhos a ela contíguos (Figuras 2.5 e 2.6). Na verdade, a singularidade do modelo de organização territorial do Noroeste Português reside na coexistência, na região, de duas lógicas distintas, porém interdependentes, de organização territorial: uma de tipo metropolitano, próxima da lógica centro-periferia convencional (dentro do Grande Porto e entre este e alguns territórios adjacentes), e outra de tipo *extensivo* ou *difuso* (no vasto território exterior ao Grande Porto).

¹⁵ Nuno Portas e outros, *op. cit.*, p. 47.

Figura 2.5 Densidade populacional no Distrito do Porto e área envolvente, por concelhos (1981)

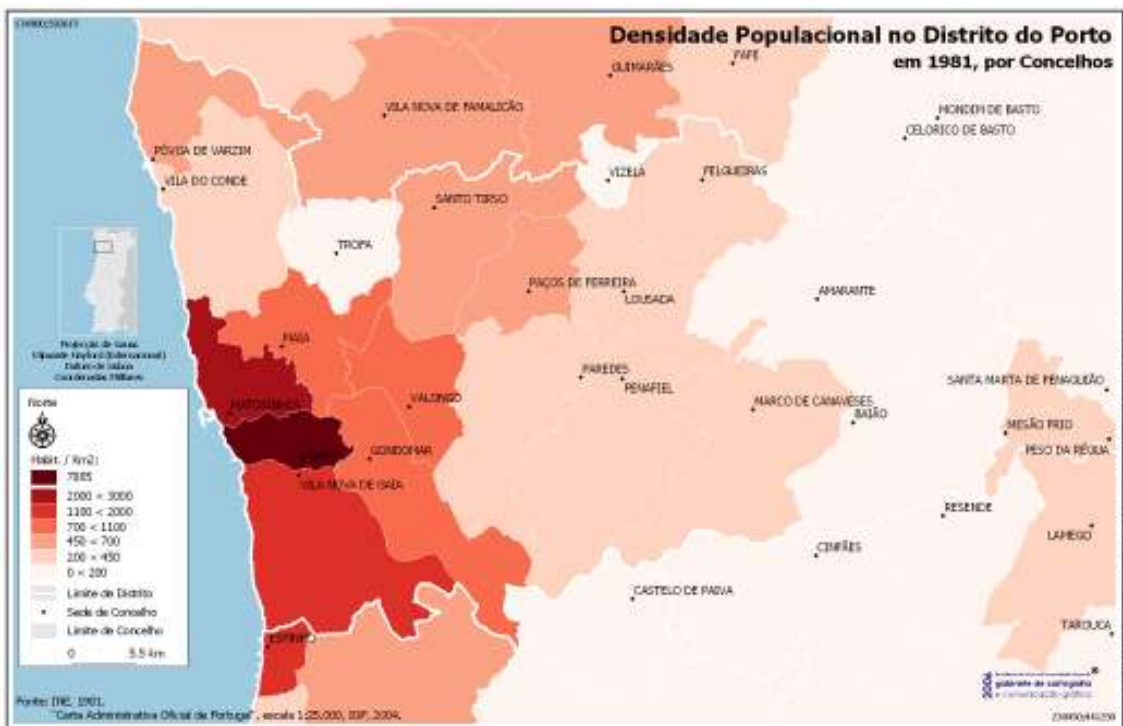
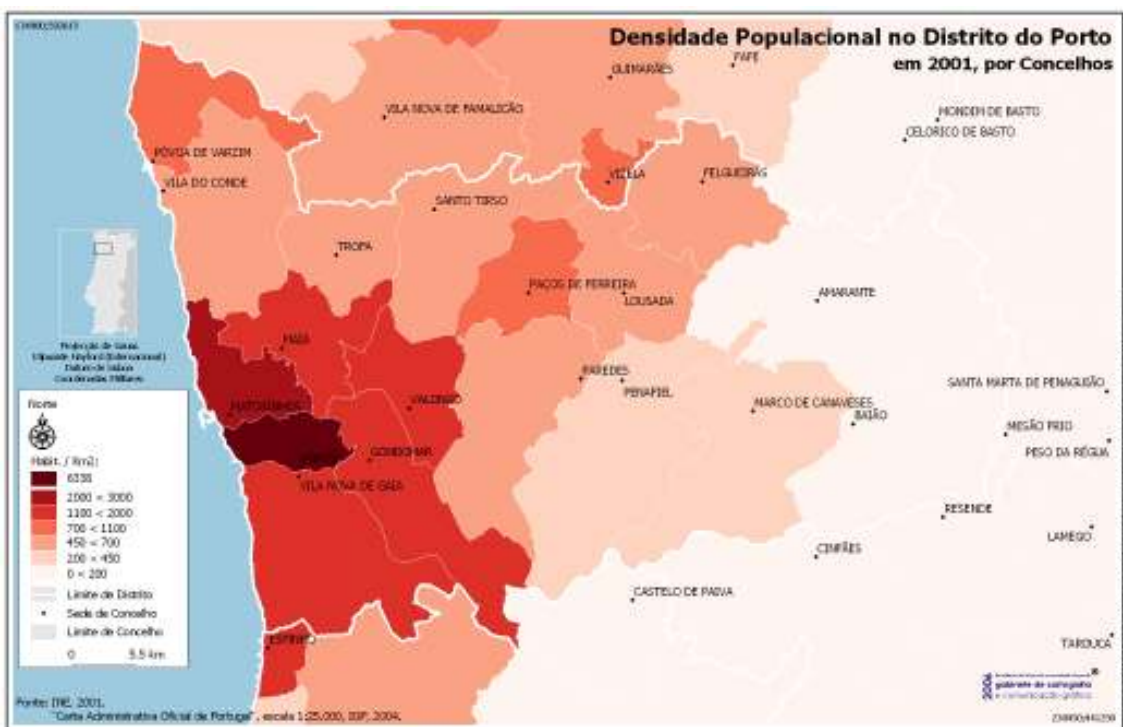


Figura 2.6 Densidade populacional no Distrito do Porto e área envolvente, por concelhos (2001)



Enquanto, na região de Lisboa, um centro fortemente polarizador domina um sistema metropolitano estruturado de forma essencialmente linear, no Noroeste Português a prevalência de processos de industrialização/urbanização difusa, associada a algum défice de *capitalidade* do centro metropolitano, redundando num sistema urbano polinucleado e numa realidade espacialmente mais equilibrada, desde logo por não se encontrar submetida exclusivamente aos efeitos de polarização do Porto.

A dispersão simultânea dos sistemas produtivos locais e da função residencial favorece igualmente o predomínio de padrões de mobilidade multidireccionais, que se traduzem numa intrincada teia de deslocações pendulares e definitivas baseada fundamentalmente na contiguidade territorial e não tanto na articulação centro-periferia característica dos espaços metropolitanos organizados de forma mais convencional.

Feitas estas observações sobre a organização socioespacial do Noroeste Português, faz todo o sentido afirmar que ela é uma excelente ilustração do que muitos autores consideram ser, hoje, a característica essencial dos espaços urbanos: “entidades espaciais complexas que crescentemente se estruturam na forma ‘região’”¹⁶.

Estas “regiões urbanas”, polarizadas por aglomerações citadinas de pequena, média ou grande dimensão, “incluem espaços urbanos, suburbanos, rurais agrícolas e rurais não agrícolas, articulados sistematicamente, nuns casos de forma conflituosa (suburbanização depredadora de usos do solo e património não urbanos, por exemplo), mas noutros de forma simbiótica (corredores verdes, regeneração urbanística e socioeconómica de espaços construídos tradicionais, etc.), recuperando-se, nestes últimos, algumas componentes da complementaridade que caracterizou a relação tradicional urbano-rural”¹⁷.

Problemas diferentes são os que se colocam às áreas rurais exteriores a este quadro de atracções e articulações com carácter de “região urbana”. Ameaçadas, tantas vezes, de inviabilização económica por força da baixa e decrescente densidade demográfica que as caracteriza, só, possivelmente, através de estratégias de revalorização das componentes paisagístico-patrimonial e ambiental e de políticas territoriais com alguma disponibilidade para integrar os centros urbanos e as áreas rurais e naturais vizinhas em unidades económico-

¹⁶ Joaquim Gil Nave, “O rural e os seus duplos”, in José Portela e João Castro Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta Editora, 2003, p. 145.

¹⁷ João Ferrão, “Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro”, in *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 33, p. 49.

sociais com alguma coerência, poderão tais regiões escapar ao declínio. Ainda assim, neste mundo rural não agrícola, onde se incluem alguns territórios da periferia das “cidades médias” portuguesas, a dependência dos processos de desenvolvimento local face a procuras urbanas exógenas e incertas está longe de lhes garantir a necessária sustentabilidade.

2.4.3. Procurando agora descer no nível de desagregação geográfica da análise, vale a pena recordar que Penafiel integrava, juntamente com Santa Maria da Feira, Santo Tirso e Famalicão, um grupo de concelhos da periferia imediata da Área Metropolitana do Porto ao qual, segundo Jorge Gaspar, seria previsível que se viesse a estender, após 1981, e por alastramento em mancha de óleo, a lógica de consolidação metropolitana e de suburbanização anteriormente descrita¹⁸.

Sendo certo que a população residente de Penafiel veio a crescer, com regularidade, nas décadas subsequentes, tal aconteceu, contudo, a um ritmo bastante inferior ao dos concelhos limítrofes da cidade do Porto¹⁹. Tratou-se, além disso, de crescimento exclusivamente imputável à componente do crescimento natural, já que ocorreu num quadro de repulsão demográfica.

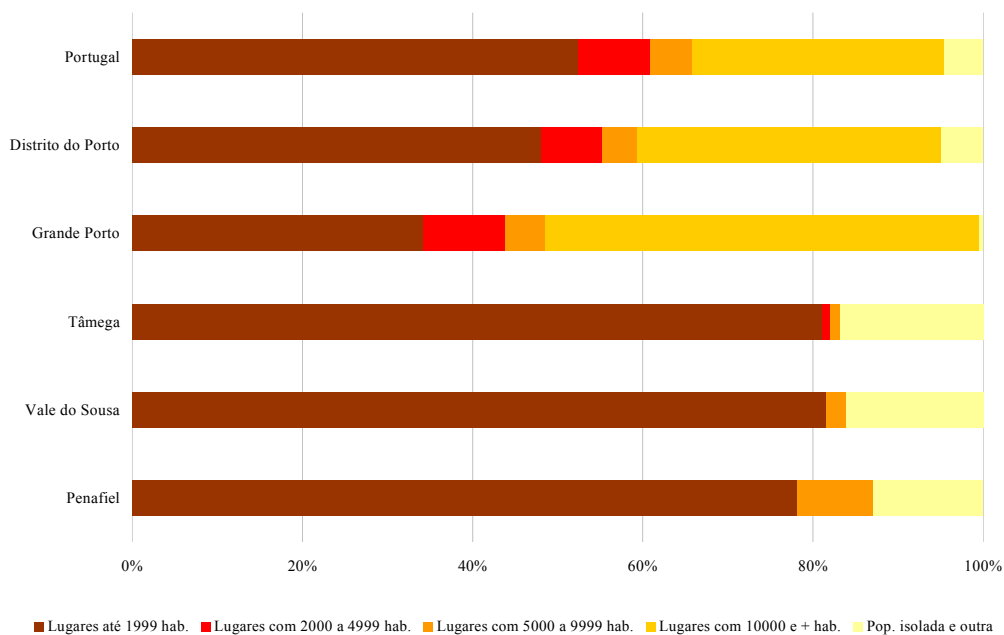
Aliás, a análise destas unidades territoriais situadas na área exterior ao Grande Porto não podia, então – como não poderá, ainda hoje –, efectuar-se sem ter igualmente em conta alguns traços dos processos de povoamento característicos do Noroeste Português, nomeadamente os que se reconhecem sob a designação genérica de urbanização difusa e estão associados a formas de povoamento disperso no *hinterland* das cidades, à disseminação de um tecido económico baseado em microunidades produtivas e num terciário de proximidade e à persistência da pequena agricultura camponesa complementar e de subsistência.

O contraste que, na região, pode ser encontrado entre estes territórios de urbanização difusa e as áreas em que a organização espacial da população segue uma lógica mais próxima do crescimento metropolitano clássico, com extensão progressiva dos processos de (sub)urbanização a áreas cada vez mais afastadas do centro, é bem ilustrado pelas figuras que se seguem, onde se apresentam dados relativos à evolução, entre 1981 e 2001, dos volumes de população segundo a dimensão dos lugares de residência.

¹⁸ Jorge Gaspar, *op. cit.*, p. 28.

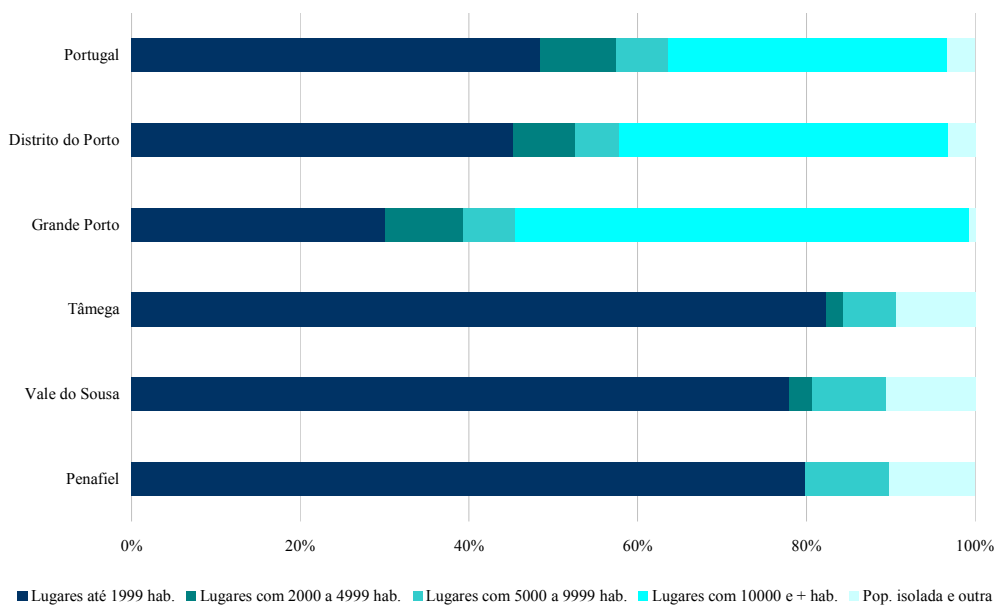
¹⁹ Ao longo de toda a segunda metade do século XX, a densidade populacional do concelho evoluiu a um ritmo bastante inferior, por exemplo, aos dos restantes concelhos do Vale do Sousa, passando, entre 1950 e 2005, de 220 para não mais de 340 habitantes por quilómetro quadrado. Em Paredes, por exemplo, a densidade populacional aumentou, no mesmo período, de 230 para perto de 550 habitantes por quilómetro quadrado.

Figura 2.7 Peso da população residente, segundo a dimensão dos lugares (1981)



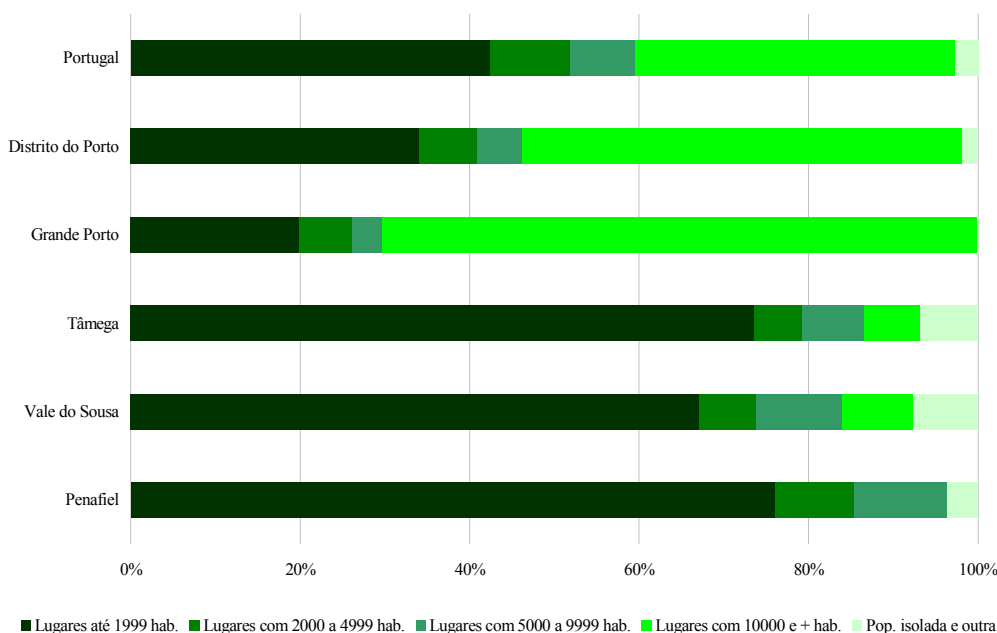
Fonte: INE – Portugal, *XII Recenseamento Geral da População*, 1981.

Figura 2.8 Peso da população residente, segundo a dimensão dos lugares (1991)



Fonte: INE – Portugal, *XIII Recenseamento Geral da População*, 1991.

Figura 2.9 Peso da população residente, segundo a dimensão dos lugares (2001)



Fonte: INE – Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001.

Se quisermos socorrer-nos da comparação entre os valores do Grande Porto e do Tâmega, poderemos, sem dificuldade, confirmar as diferenças que, no plano da distribuição espacial da população, pontuam o Noroeste Português. Enquanto, no Grande Porto, prevalecem os aglomerados com mais de 10 mil habitantes, cujo peso demográfico cresce, entre 1981 e 2001, de cerca de 55% para mais de 70% do total da população residente, no Tâmega perto de três quartos do total da população continuam a residir em lugares até 2 mil habitantes. A população residente em aglomerados de maior dimensão não chega a atingir aqui 7% da população total. De resto, só na década de 90 surgem no Tâmega lugares com mais de 10 mil habitantes, em resultado essencialmente da densificação dos centros urbanos de alguns concelhos, casos de Paredes e Felgueiras, no Vale do Sousa.

A manutenção, nesta sub-região do Noroeste Português, de um modelo de urbanização com as características de difusão a que temos vindo a aludir é particularmente notória no caso de Penafiel. Em 1981, o concelho possuía um único aglomerado com mais de 5 mil habitantes (concretamente, 5 789 efectivos, ou seja, 9% do total da população), concentrando-se a população restante em lugares com menos de 2 mil habitantes. Duas décadas volvidas, as tendências de ocupação do território parecem não ter sofrido alteração radical relativamente a este padrão: continua a existir um único aglomerado com mais de 5 mil habitantes

(concretamente, 7 883 efectivos, 11% do total da população), residindo mais de três quartos da população penafidelse em lugares até 2 mil habitantes.

A única alteração a registar no padrão de ocupação do território concelhio parece ser uma certa compactação do tecido urbano, fenómeno que encontra tradução na redução do peso demográfico da população isolada e no aparecimento de lugares de dimensão intermédia (entre 2 mil e 5 mil habitantes), em resultado, muito provavelmente, do preenchimento de espaços intersticiais da rede de lugares de menor dimensão.

Os elementos de inovação mencionados parecem, todavia, longe de pôr em causa a prevalência do modelo disperso de povoamento característico do concelho. Num contexto caracterizado pelo paulatino decréscimo da taxa de crescimento natural e, mais importante do que isso, pela crónica repulsão demográfica, é difícil acreditar que possam emergir em Penafiel fenómenos de urbanização intensiva, a menos que ocorra uma radical alteração dos padrões de mobilidade residencial, no sentido da concentração da população em torno da sede do concelho ou de outro pólo urbano emergente.

Por tudo isto, parece poder ser posta de parte a hipótese, sugerida por Jorge Gaspar, segundo a qual Penafiel haveria de ser envolvido, após 1981, pelo alastramento, em *mancha de óleo*, das lógicas de consolidação metropolitana e de suburbanização presentes no Grande Porto. O que não significa, como veremos mais à frente, que o concelho seja impermeável aos efeitos da polarização exercida pelo centro metropolitano, bem pelo contrário. A aparente harmonização entre a influência polarizadora do Grande Porto e a manutenção do padrão disperso de povoamento – que transforma Penafiel numa espécie de *área de charneira* entre um litoral globalmente mais dinâmico e um interior em regressão demográfica – decorre, tudo indica, da importância, no concelho, de um terceiro factor, relacionado com movimentos migratórios de tipo residencial e pendular de grande intensidade. É esta, aparentemente, a grande singularidade do padrão de urbanização local.

2.4.4. Sobre o perfil dos movimentos migratórios de tipo residencial, tivemos já oportunidade de reflectir no ponto 2.1.4. deste Relatório. Nos parágrafos que se seguem, procuraremos lançar alguma luz sobre a morfologia das deslocações pendulares no Noroeste Português, com especial destaque para a situação específica do Vale do Sousa e, concretamente, do concelho de Penafiel.

No respeitante à organização espacial dos mercados de trabalho e à conseqüente lógica de organização dos fluxos casa-trabalho quotidianos, o primeiro aspecto a considerar é que não

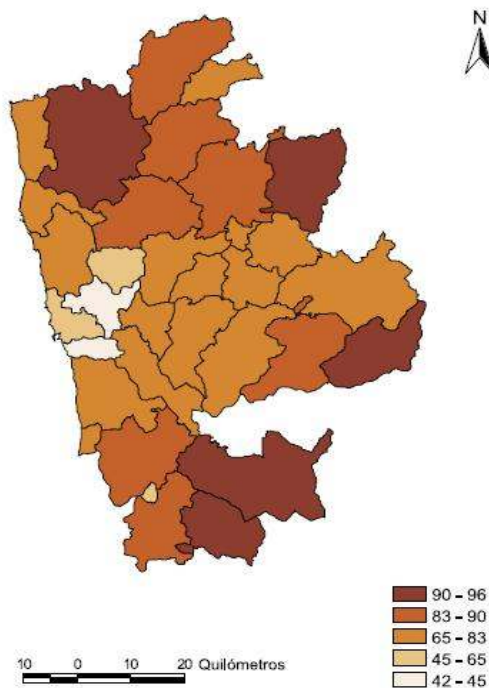
parece existir no Noroeste Português qualquer modelo de migração pendular de incidência incontestada. A análise das figuras seguintes permite-nos, no entanto, enumerar algumas especificidades que devem ser destacadas.

Como atestam as Figuras 2.10 e 2.11, que representam graficamente os graus de localização do emprego e da população residente empregada²⁰ nos 33 concelhos do Noroeste Português retidos para análise pelo *Inquérito à Mobilidade da População Residente* do INE²¹, a maior parte dos concelhos não metropolitanos é relativamente “fechada” do ponto de vista de captação de emprego, conseguindo igualmente “segurar” a larga maioria dos seus activos empregados. O ajustamento entre o local de residência e o local de trabalho é uma consequência, como vimos, do modelo difuso de organização territorial predominante na área exterior ao Grande Porto e explica o reduzido alcance das bacias de emprego, cuja abrangência, mesmo nos casos mais atractivos, raramente extravasa a área correspondente aos limites do próprio concelho e dos concelhos contíguos.

²⁰ O “grau de localização do emprego” corresponde, em termos sucintos, ao peso dos residentes locais na base económica de cada concelho. Quanto menor for o valor do grau de localização do emprego, maior será o peso dos postos de trabalho nele ocupados por “não locais”. O indicador é calculado através da seguinte relação: $GLE = (\text{fluxos casa-trabalho internos} / \text{emprego}) \times 100$. Já o “grau de localização da população empregada”, medido pela fórmula $GLPRE = (\text{fluxos casa-trabalho internos} / \text{população residente empregada}) \times 100$, corresponde à capacidade de cada concelho para fixar os activos empregados que nele residem. Quanto maior for a proporção de residentes que se deslocam a outros concelhos para exercer a sua profissão, menor será o grau de localização da população empregada, ou seja, maior será a repulsão sentida no concelho ao nível das migrações pendulares. Cf. Isabel Bréda Vázquez e Carlos Oliveira, “A mobilidade e o funcionamento dos territórios: elementos para análise e reflexão”, in INE, *Revista de Estudos Regionais – Região Norte*, n.º 2, 2002, pp. 9-10.

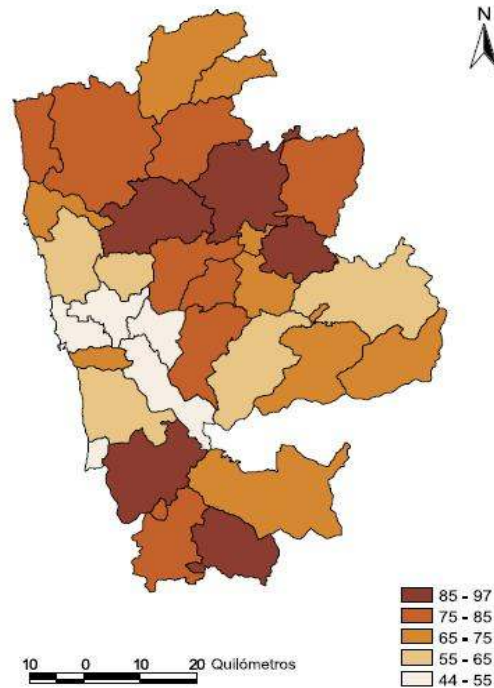
²¹ Cf. Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito à Mobilidade da População Residente 2000*, Porto, INE – Direcção Regional do Norte e DGTT, 2002.

Figura 2.10 Grau de localização do emprego no Noroeste Português (2000)



Fonte: INE – Portugal, *Inquérito à Mobilidade da População Residente, 2000* (adaptado de Isabel Brêda Vásquez e Carlos Oliveira, “A mobilidade e o funcionamento dos territórios: elementos para análise e reflexão”, in INE, *Revista de Estudos Regionais – Região Norte*, n.º 2, 2002).

Figura 2.11 Grau de localização da população empregada no Noroeste Português (2000)



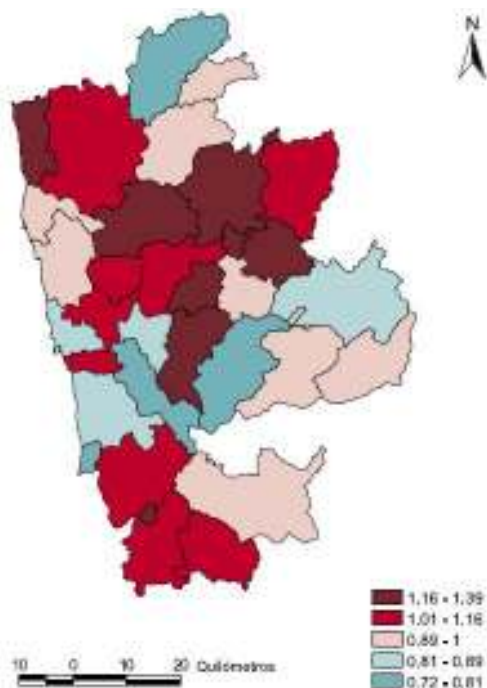
Fonte: INE – Portugal, *Inquérito à Mobilidade da População Residente, 2000* (adaptado de Isabel Brêda Vásquez e Carlos Oliveira, “A mobilidade e o funcionamento dos territórios: elementos para análise e reflexão”, in INE, *Revista de Estudos Regionais – Região Norte*, n.º 2, 2002).

O quadrante oriental do território considerado, que corresponde a uma área em que sobressaem os concelhos de Penafiel, Marco de Canaveses, Amarante e Baião, apresenta, entretanto, alguns aspectos de singularidade, na medida em que nele se faz sentir – com intensidade acima da média regional – a importância dos movimentos pendulares interconcelhios.

A análise dos quocientes de localização das viagens segundo os respectivos motivos²², possibilitada pela leitura das Figuras 2.12 e 2.13, confirma a maior debilidade do ponto de vista da fixação dos activos empregados e o perfil predominantemente residencial dos concelhos citados, claramente contrastante com o perfil “empregador” dos concelhos localizados no sector norte do Vale do Sousa e no Vale do Ave.

²² Os “quocientes de localização” das viagens segundo os respectivos motivos são determinados pela expressão $QL = (V_{ij} / V_{im}) / (V_{cj} / V_{ctm})$, em que V_{ij} corresponde ao número de viagens com destino ao concelho i tendo por motivo j , V_{im} corresponde ao número total de viagens com destino ao concelho i (todos os motivos considerados), V_{cj} corresponde ao número total de viagens tendo por motivo j (todos os concelhos considerados) e V_{ctm} corresponde ao número total de viagens (todos os concelhos e todos os motivos considerados). Cf. Isabel Brêda Vásquez e Carlos Oliveira, *art. cit.*, p. 14.

Figura 2.12 Quociente de localização das viagens por motivo de trabalho no Noroeste Português (2000)



Fonte: INE – Portugal, *Inquérito à Mobilidade da População Residente*, 2000 (adaptado de Isabel Bréda Vázquez e Carlos Oliveira, “A mobilidade e o funcionamento dos territórios: elementos para análise e reflexão”, in INE, *Revista de Estudos Regionais – Região Norte*, n.º 2, 2002).

Figura 2.13 Quociente de localização das viagens com destino a casa no Noroeste Português (2000)



Fonte: INE – Portugal, *Inquérito à Mobilidade da População Residente*, 2000 (adaptado de Isabel Bréda Vázquez e Carlos Oliveira, “A mobilidade e o funcionamento dos territórios: elementos para análise e reflexão”, in INE, *Revista de Estudos Regionais – Região Norte*, n.º 2, 2002).

Entre os concelhos não metropolitanos, a singularidade da situação de Penafiel, onde a dimensão de repulsão associada a deslocações pendulares sempre foi expressiva (ver Quadro 2.24), merece atenção detalhada.

Em 1981, estimava-se em 30% o peso dos activos com profissão residentes em Penafiel que exerciam actividade noutro concelho²³. Com o progressivo abandono da actividade agrícola e o crescimento significativo da importância empregadora dos sectores terciário e da construção, esse número foi aumentando paulatinamente, situando-se hoje em valores entre os 35 e os 40% do total de activos residentes no concelho²⁴.

²³ Dados do Recenseamento Geral da População de 1981. Nesta altura, e tomando por referência a região do Tâmega, na qual se insere o agrupamento de seis concelhos que temos vindo a estudar, só Lousada (com 38,6% dos activos com profissão exercendo actividade noutro concelho que não o de residência) superava Penafiel na importância dos movimentos migratórios de tipo pendular. Neste caso, porém, e ao contrário do que acontecia em Penafiel, as deslocações pendulares tinham como principais destinos os pólos industriais situados nos concelhos vizinhos (indústria têxtil do Ave, indústria do calçado de Felgueiras, indústria do mobiliário de Paços de Ferreira e Paredes).

²⁴ Segundo o *Inquérito à Mobilidade da População Residente* publicado, em 2002, pelo INE, a proporção de activos empregados residentes em Penafiel envolvidos em migrações pendulares era, em 2000, de 39,8%. O valor apontado pelo *Recenseamento Geral da População* de 2001 é, todavia, mais baixo: 34,4%.

Quadro 2.24 Proporção de activos empregados que exercem actividade fora do concelho de residência
 (1981-2001)

	Activos Empregados Fora do Concelho de Residência (%)		
	1981	1991	2001
Grande Porto	29,7	33,2	38,8
Tâmega	17,4	23,0	29,0
Vale do Sousa	22,6	23,1	26,0
Com. Urbana Vale do Sousa	22,3	23,3	26,4
Castelo de Paiva	17,2	28,0	35,0
Felgueiras	9,9	7,3	12,0
Lousada	38,6	31,1	33,4
Paços de Ferreira	15,7	17,3	18,9
Paredes	22,1	26,1	29,7
Penafiel	29,5	32,2	34,4

Fonte: INE – Portugal, *XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

Face às limitações da bacia de emprego concelhia, parte considerável da população activa residente em Penafiel viu-se envolvida em fluxos migratórios deste tipo, direccionados para os concelhos mais industrializados do Vale do Sousa e, sobretudo, para o Grande Porto. O papel das migrações pendulares foi aqui, em grande medida, o de mecanismo de compensação das debilidades do aparelho industrial local, o qual se mostrava incapaz de absorver os excedentes de mão-de-obra resultantes do declínio da actividade agrícola, em particular no caso dos homens²⁵.

²⁵ É interessante constatar como a proporção de activos do sexo masculino envolvidos em migrações pendulares interconcelhias é praticamente idêntica à proporção de homens empregados no sector da construção e obras públicas (ambos os valores rondam os 40%). A referência a este dado permite vislumbrar a importância dos fluxos migratórios de natureza pendular na compensação das restrições da bacia de emprego concelhia, fornecendo-nos igualmente pistas sobre o modo como essas restrições estão na base da criação e aprofundamento de um determinado perfil de especialização económica da população activa local.

A este propósito, valerá a pena acrescentar alguns elementos sobre a evolução recente da situação económica da região e sobre as suas consequências na alteração dos padrões de mobilidade característicos de Penafiel e do Vale do Sousa. Assim, o extraordinário crescimento do desemprego a que a região tem assistido, e ao qual nos referiremos mais à frente neste Relatório, parece estar a reforçar o papel das migrações pendulares enquanto mecanismo de compensação das fragilidades das estruturas produtivas locais. O facto de o aumento do desemprego ser contemporâneo do significativo aumento dos fluxos emigratórios com origem na região sublinha o modo particular como os padrões de transferência geográfica de força de trabalho se ajustaram aqui à nova conjuntura económica. Perante o declínio da capacidade empregadora da indústria local e a diminuição das possibilidades de integração no mercado de trabalho do Grande Porto, a emigração parece ter emergido como fortíssima alternativa ao desemprego. Este facto é tanto mais evidente quanto se sabe ser reduzida a empregabilidade da população activa da região, a quem os baixos níveis de qualificação tornam muito difícil a reconversão das trajectórias profissionais.

Sobre este processo, valerá a pena acrescentar ainda que não existem informações precisas sobre a evolução recente da emigração portuguesa. A acreditar nos dados do Sindicato da Construção do Norte, que fornecem uma

Na ausência de um tecido industrial capaz de assegurar a ampliação do volume de emprego concelhio e de sustentar um processo endógeno de crescimento económico, as migrações pendulares vieram assegurar uma tripla função: por um lado, a libertação de boa parte da pressão exercida sobre o mercado de emprego local, o que tem permitido manter em níveis relativamente baixos os valores do desemprego; por outro lado, a constituição no concelho de uma “bolsa” de emprego indiferenciado e de baixo custo, espécie de “exército de reserva do crescimento urbano” vocacionado para a ocupação dos postos mais desqualificados da bacia de emprego do Grande Porto, tanto no sector secundário (indústria transformadora e, sobretudo, construção civil), como no sector terciário (empregados de execução nos serviços sociais e pessoais, no comércio, reparação de automóveis, restauração e hotelaria)²⁶; por outro lado ainda, o evitamento dos custos e, sobretudo, dos riscos pessoais e familiares de uma reestruturação global do quadro de vida, motivada pelo corte radical com a colectividade (através da migração definitiva) ou pela decisão de reconversão total da trajectória profissional.

Segundo o *Inquérito à Mobilidade da População Residente* conduzido pelo INE em 2000, dos 13 mil activos empregados residentes em Penafiel que todos os dias se deslocam para outros concelhos para trabalhar, cerca de metade exerce a sua profissão na Área Metropolitana do Porto, repartindo-se os restantes pelos concelhos contíguos de Paredes, Marco de Canaveses, Felgueiras e Amarante.

O que estes dados nos sugerem é a manutenção, no concelho de Penafiel e respectiva envolvente próxima, de uma forte dependência funcional face ao Grande Porto, traduzida na importância que as migrações pendulares de tipo centro-periferia continuam a assumir neste território. Esta dependência faz-se sentir com particular intensidade nas freguesias da metade sul do concelho, entre as quais se inclui Fonte Arcada, onde a distância relativamente às bacias de emprego centradas em Paços de Ferreira, em Felgueiras e no Vale do Ave, conjugada com a presença de importantes eixos de ligação ao Porto (Linha do Douro, EN 15 e A4), tende a motivar o relacionamento com a bacia de emprego centrada naquela cidade.

visão bastante parcelar do fenómeno, trabalham actualmente na construção civil em Espanha cerca de 70 mil portugueses, a maioria oriundos de concelhos do distrito do Porto, designadamente dos concelhos do Vale do Sousa e Baixo Tâmega. Segundo o Sindicato, terão rumado nos últimos tempos a Espanha 8 mil operários da construção civil originários do Marco de Canaveses, 4 mil originários de Paredes e 3,5 mil originários de Penafiel. Cf. o artigo da jornalista Isabel Forte, “Milhares de operários do Marco de Canaveses partiram para Espanha”, publicado no *Jornal de Notícias* de 12 de Janeiro de 2007.

²⁶ Evitando-se, dessa forma, muitos dos custos económicos e sociais de engorgitamento urbano.

Esta ideia é sublinhada pelas conclusões de um estudo sobre as regiões metropolitanas portuguesas, datado de 2002²⁷. De acordo com o estudo citado, a “Região Urbana Funcional” do Porto ultrapassa os limites administrativos da Área Metropolitana, estendendo-se, para leste, às freguesias da metade sul dos concelhos de Paredes e Penafiel e, ainda, de forma descontínua, a freguesias dos concelhos de Lousada, Marco de Canaveses, Amarante, Baião e Cinfães.

Nas freguesias que compõem esta “Região Urbana Funcional”, a proporção de deslocamentos ao centro metropolitano por motivos de trabalho é bastante elevada: entre 25 e 40% da população activa empregada trabalha no núcleo central [*core*], constituído pelos concelhos do Porto, Matosinhos e Vila Nova de Gaia. Este facto sublinha, uma vez mais, a especificidade desta área no contexto da região, enquanto território no qual convivem, como em nenhum outro, processos de urbanização de tipo difuso (traduzíveis em mobilidades multidireccionais e de curta duração) e processos de urbanização tributários das lógicas de metropolização e articulação centro-periferia de tipo convencional.

O carácter multifacetado que os processos de urbanização apresentam no concelho de Penafiel torna particularmente difícil a delimitação de hipóteses de trabalho a um tempo heurísticas e operacionais. Não obstante, vale a pena relevar de tudo o que foi dito até aqui alguns aspectos que nos parecem da maior importância.

O primeiro remete para a necessidade de fugir a esquemas interpretativos que, na sua tentativa de redução da complexidade do real concreto, acabem por tornar-se demasiado esquemáticos, ignorando os múltiplos matizes dos processos sociais, tantas vezes imprecisos, contraditórios e até aparentemente anómalos. Relativamente a este ponto, os processos de urbanização que atravessam o concelho de Penafiel demonstram-nos com clareza que os dois modelos de urbanização característicos do Noroeste Português, um de tipo metropolitano clássico e outro de urbanização difusa, longe de serem mutuamente exclusivos, revelam grande interacção funcional e coalescência física.

O segundo diz respeito à atenção que devem merecer os aspectos relativos à diferenciação interna dos territórios. No caso de Penafiel, por exemplo, é evidente a tradução, no plano intraconcelhio, das distintas modalidades de urbanização que caracterizam a evolução recente da morfologia urbana do concelho. Num quadro globalmente caracterizado pela prevalência de um modelo de urbanização extensiva, é possível vislumbrar diferenças

²⁷ Cf. João Ferrão (coord.), *As Regiões Metropolitanas Portuguesas no Contexto Ibérico*, Lisboa, DGOTDU, 2002, especialmente as pp. 65 a 71.

significativas entre as freguesias situadas mais a norte, onde prevalecem as relações com as bacias de emprego centradas na parte setentrional do Vale do Sousa, e as freguesias da metade sul do concelho, onde se fazem sentir com grande incidência as mobilidades de tipo centro-periferia, decorrentes dos efeitos da polarização exercida pelo Grande Porto. Estes elementos de diferenciação encontram certamente correspondência noutros domínios da realidade social do concelho²⁸.

A terceira, mais pragmática, refere-se ao papel e importância de Penafiel – e, concretamente, da freguesia de Fonte Arcada – no contexto da região em que o concelho se insere.

Sabendo-se que, no concelho de Penafiel, não existe um tecido industrial difuso com as potencialidades de geração de emprego que se verificam noutras áreas do Vale do Sousa, nem uma agricultura moderna capaz de fixar mão-de-obra em volume significativo, e conhecendo-se, por outro lado, quer o facto de o concelho continuar a ser um espaço de repulsão demográfica, quer a importância que aqui têm os movimentos populacionais de tipo pendular, será, então, de admitir, como hipótese a testar posteriormente, que grande parte do concelho, designadamente a sua metade sul, onde se localiza Fonte Arcada, seja hoje uma área essencialmente residencial (de uso permanente ou sazonal) de trabalhadores exercendo a sua actividade no Grande Porto e, cada vez mais, noutros concelhos da região – uma espécie de “subúrbio verde” da Área Metropolitana, incrustado na conurbação não-metropolitana do Noroeste.

²⁸ A estrutura diferenciada dos fluxos casa-trabalho traduz naturalmente estruturas socioprofissionais também elas diferenciadas. A combinação, no sector sul do Vale do Sousa e no Baixo Tâmega, de um elevado peso dos activos empregados na construção civil e de relações muito intensas com o Grande Porto, onde a dinâmica construtiva é elevada, está longe de poder ser considerada uma coincidência...

3. Estrutura e dinâmicas da família

3.1. Número e dimensão média das famílias

3.1.1. Ao analisarmos o período anterior à realização das pesquisas originais sobre Fonte Arcada no respeitante à estrutura e dinâmicas da família, teremos de assinalar o facto de a diminuição da população portuguesa durante a década de 60 (-2,54%, em Portugal) ter encontrado correspondência no decréscimo do número de famílias, decréscimo esse que, no entanto, se situou, na década em causa, em apenas -0,5% (com valores positivos, ainda que não ultrapassando 0,6%, no Continente, onde a variação populacional foi ligeiramente menos intensa: -2,05%). Com o crescimento populacional que se verificou na década subsequente, voltou a aumentar também (aliás, a uma taxa próxima dos 25%) aquele número.

Mais interessante do que fornecer esta informação será, porventura, dar conta da evolução na sociedade portuguesa da dimensão média do grupo familiar, já que, depois de um longo período de relativa estabilização do seu valor (entre 4,1 e 4,3 pessoas, durante a primeira metade do século XX), assiste-se a uma alteração significativa na transição da década de 50 para a de 60: redução de 4,2 para 3,8 pessoas, num movimento de declínio que prosseguirá com regularidade até 2001, ano em que a dimensão média das famílias portuguesas ficou pelos 2,8 elementos. O aumento regular da proporção de agregados com reduzida dimensão (2 ou menos pessoas) no total das famílias, por um lado, e o decréscimo igualmente consistente dos agregados com 5 ou mais pessoas, por outro, são as principais componentes desta quebra na dimensão das famílias.

Quadro 3.1 Famílias e respectiva dimensão média em Portugal e no Continente (1950-2001)

	1950		1960		1970		1981		1991		2001	
	Famílias	Dim. Média	Famílias	Dim. Média	Famílias	Dim. Média	Famílias	Dim. Média	Famílias	Dim. Média	Famílias	Dim. Média
Portugal	2.047.439	4,16	2.356.982	3,77	2.345.225	3,69	2.924.443	3,36	3.149.802	3,13	3.654.633	2,83
Continente	1.922.336	4,12	2.222.750	3,73	2.224.015	3,65	2.803.028	3,33	3.020.328	3,10	3.508.953	2,81

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

3.1.2. Se, entretanto, nos focarmos na evolução registada nas duas últimas décadas do século XX, veremos que se manteve a tendência, em curso desde o final dos anos 60, de aumento regular do número de famílias portuguesas, bem como, paralelamente, de diminuição da sua dimensão média.

Só no último decénio – que foi de crescimento populacional, nas famílias clássicas, a uma taxa de cerca de 4,6% –, a variação do número de famílias situou-se nos 16%, o que se reflectiu numa diminuição da sua dimensão média de 3,1 para 2,8 elementos.

Para esta confluência de resultados contribuiu a diminuição acentuada, entre 1981 e 2001, do número de famílias com 5 ou mais elementos e, no outro extremo, um acréscimo do número de famílias compostas por duas pessoas ou por apenas um indivíduo, neste último caso englobando quer idosos, quer adultos jovens (Quadro 3.2).

Quadro 3.2 Famílias clássicas, segundo a respectiva dimensão, em Portugal e no Continente (1981-2001)

	1981					1991					2001				
	% de Famílias Clássicas com:														
	1 Pessoa	2 Pessoas	3 Pessoas	4 Pessoas	5 ou + Pessoas	1 Pessoa	2 Pessoas	3 Pessoas	4 Pessoas	5 ou + Pessoas	1 Pessoa	2 Pessoas	3 Pessoas	4 Pessoas	5 ou + Pessoas
Portugal	13,0	23,5	22,9	20,0	20,7	13,8	25,3	23,8	21,7	15,4	17,3	28,4	25,2	19,7	9,5
Continente	13,1	23,7	23,1	20,1	20,0	14,0	25,6	24,0	21,8	14,7	17,4	28,6	25,3	19,6	9,0

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2001.

Mas o perfil de distribuição das famílias clássicas sofreu outras importantes transformações nos últimos anos²⁹.

Assim, e reportando-nos ao período compreendido entre os dois últimos recenseamentos da população, subiu o número de famílias compostas por uma só pessoa com 65 ou mais anos (8,8% do total, em 2001, contra 7,7%, dez anos antes). Este último ponto, obviamente correlacionável com o processo de envelhecimento em curso na sociedade portuguesa, não deve, entretanto, obscurecer o facto de Portugal pertencer, juntamente com a Espanha e a Irlanda, ao conjunto de países da Europa com a mais baixa incidência de pessoas com 65 ou mais anos a viver em agregados familiares unipessoais.

Outro traço a reter diz respeito à perda de importância relativa dos núcleos familiares de casais com filhos (60,9%, em 1991, contra 56,7%, em 2001), facto que, no entanto, não impediu que o seu número tivesse aumentado em termos absolutos. Simetricamente, subiu, no mesmo período, de 28,8 para 30,9% a proporção de casais sem filhos.

3.1.3. Neste aspecto, o panorama a nível do concelho de Penafiel – que é também o dos restantes concelhos do Vale do Sousa – apresenta assinalável singularidade. De facto, verifica-se que, na década de 60, quando, no conjunto do país, confirmando o que começara a acontecer em 1950, se assistia a um decréscimo da dimensão média das famílias, era o inverso que aqui se registava.

Concretamente, em Penafiel, depois de uma descida da dimensão média das famílias de 4,45 elementos, em 1950, para 4,30, em 1960, há uma inflexão para 4,68, em 1970. A partir deste ano, porém, a baixa tendencial da dimensão média das famílias portuguesas é acompanhada, embora em patamar mais elevado, à escala do concelho.

Não parece fácil encontrar justificação plausível para a inflexão intercalar dos anos sessenta em matéria de dimensão da família, na região. Observando os números, verifica-se que ela resulta aritmeticamente da diminuição do número de famílias do concelho face a um efectivo populacional que cresce a uma taxa razoável. Conviria averiguar a evolução verificada, durante o período em causa, na composição das famílias segundo o número de indivíduos. Será que a conjugação dos fenómenos de saída a título definitivo (emigração e migrações internas) com as migrações pendulares se repercutiu aqui sob a forma de uma

²⁹ Seguimos de perto, a este propósito, Ana Nunes de Almeida, “Famílias”, in *Portugal Social 1991-2001*, Lisboa, INE, 2003, pp. 54-59.

diminuição do número de famílias de dimensão reduzida e da preservação de famílias de maior dimensão?

Não é de excluir, entretanto, que a variação assinalada seja apenas uma manifestação da reduzida fiabilidade do Censo de 1970, o qual assumiu como população residente, no que ao nível concelhio concerne, apenas a população residente nas famílias (excluindo a população residente nas “convivências”), facto que, porventura, terá contribuído para fazer subir artificialmente os valores da dimensão média das famílias nestas unidades territoriais. Os valores nacional, continental e distrital, por seu turno, foram calculados seguindo a fórmula utilizada nos restantes anos de referência, ou seja, tomando por referência o total dos residentes, valor que, nestes casos, incluía aqueles que o recenseamento definiu como residindo nas “convivências”.

Quadro 3.3 Famílias e respectiva dimensão média (1950-2001)

	1950		1960		1970		1981		1991		2001	
	Famílias	Dim. Média	Famílias	Dim. Média	Famílias	Dim. Média	Famílias	Dim. Média	Famílias	Dim. Média	Famílias	Dim. Média
Continente	1.922.336	4,12	2.222.750	3,73	2.224.015	3,65	2.803.028	3,33	3.018.571	3,11	3.508.953	2,81
Distrito do Porto	238.668	4,41	293.259	4,07	310.840	4,24	414.411	3,77	479.257	3,43	594.184	3,00
Grande Porto	167.435	4,39	211.211	3,96	228.695	4,06	307.334	3,64	353.936	3,30	436.699	2,89
Tâmega	94.950	4,37	105.812	4,16	100.995	4,47	122.177	4,12	138.294	3,73	167.482	3,29
Vale do Sousa	35.984	4,53	42.246	4,44	44.055	4,86	59.801	4,32	72.459	3,86	92.235	3,37
Com. Urbana												
Vale do Sousa	39.400	4,53	46.167	4,45	47.685	4,83	63.923	4,31	76.901	3,85	97.511	3,36
Castelo de Paiva	3.416	4,57	3.921	4,53	3.630	4,45	4.122	4,13	4.442	3,72	5.276	3,29
Felgueiras	7.373	4,54	8.809	4,42	8.670	4,80	11.539	4,16	13.624	3,76	17.402	3,31
Lousada	5.556	4,46	6.354	4,40	6.785	4,70	8.524	4,45	11.044	3,85	13.094	3,41
Paços de Ferreira	4.774	4,61	6.000	4,59	6.620	5,08	9.109	4,47	11.382	3,88	15.349	3,45
Paredes	7.845	4,62	9.467	4,58	10.495	5,06	15.214	4,45	18.554	3,93	24.887	3,35
Penafiel	10.436	4,45	11.616	4,30	11.485	4,68	15.415	4,17	17.855	3,83	21.503	3,34

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

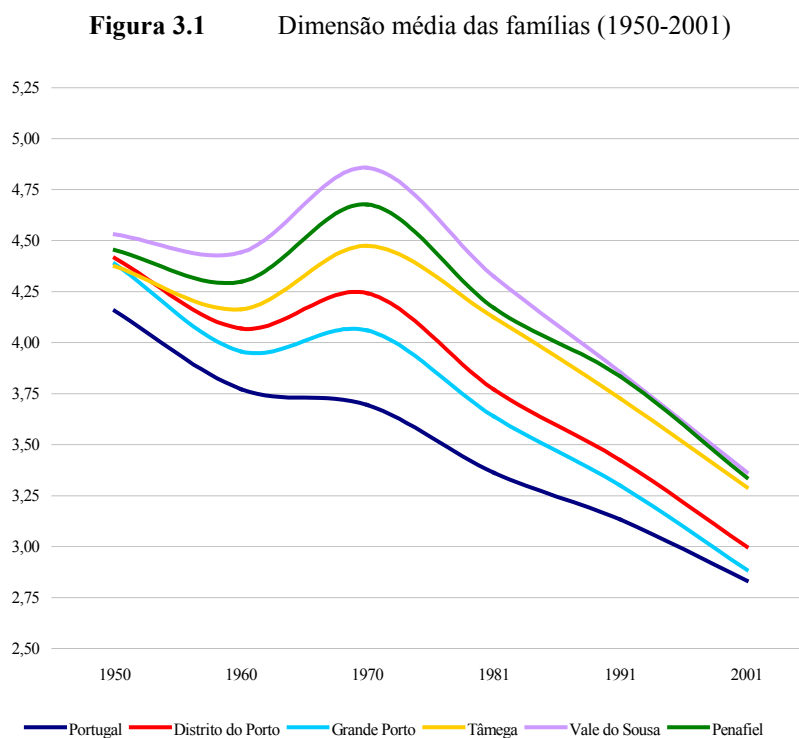
Nota: Os valores concelhios de população residente relativos a 1970 referem-se apenas à “população residente nas famílias” (excluem, por isso, a “população residente nas convivências”).

3.1.4. A análise diferenciada, segundo regiões, dos principais indicadores relacionados com estrutura e dinâmicas familiares revela disparidades e contrastes territoriais notáveis, pelo que não é surpreendente que, tomando por referência o Vale do Sousa e Penafiel, nos

deparemos, a propósito da evolução da dimensão média das famílias, com singularidades relevantes.

O Quadro anterior é, neste aspecto, elucidativo. De facto, se excluirmos os valores relativos a 1970, que configuram uma anomalia para a qual acima procurámos justificação, o que acontece é que a dimensão média dos agregados domésticos na região e no concelho é sistematicamente superior, mas também, desde 1981, progressivamente mais próxima, à do Continente (no caso de Penafiel, de um diferencial de 0,74, em 1981, passa-se para 0,53, em 2001 e, no Vale do Sousa, de 0,99 para 0,56).

A Figura 3.1 exprime claramente mais este fenómeno de convergência, sem perda de especificidade, dos valores regionais e concelhios em relação às médias nacionais.



Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

3.2. Formação das famílias, fecundidade e dissolução familiar

3.2.1. Durante a primeira metade do século XX, a proporção de celibatários na população portuguesa manteve-se sempre em patamares muito elevados, sendo o Censo de 1970 o

primeiro a registar, nesta dimensão, um valor inferior a 50%. Em 2001, esta percentagem situar-se-á nos 37%.

Se atendermos ao que é sugerido na literatura associada aos estudos rurais, não será arriscado acreditar que, até à década de 1970, fosse em regiões com forte incidência de economia camponesa, onde a independência económica continuava fortemente subordinada à herança e posse de terra, que a propensão ao celibato mais se fizesse sentir.

No entanto, analisando os valores do chamado celibato definitivo, que procura dar conta da proporção de celibatários entre 45 e 54 anos de idade no conjunto de indivíduos desse grupo etário, conclui-se que, já em 1970, não era significativa a diferença entre os que se referiam ao espaço nacional e os que reflectiam a intensidade do fenómeno no Vale do Sousa, região que, nesta altura, ainda manteria alguns dos traços das relações sociais camponesas.

Quadro 3.4 Peso dos celibatários no total da população residente e taxa de celibato definitivo (1970 e 2001)

	Peso dos Celibatários na População Residente (%)						Celibato Definitivo (%)					
	1970			2001			1970			2001		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	50,7	46,9	48,7	40,4	34,7	37,5	8,1	12,7	10,6	5,8	6,6	6,2
Continente	50,2	46,5	48,3	40,1	34,4	37,2	8,1	12,7	10,5	5,7	6,5	6,1
Distrito do Porto	55,6	51,9	53,6	41,5	36,8	39,1	6,0	13,7	10,1	3,9	7,2	5,6
Grande Porto	Nd	Nd	Nd	40,7	35,9	38,2	Nd	Nd	Nd	4,1	7,1	5,7
Tâmega	Nd	Nd	Nd	44,0	39,3	41,6	Nd	Nd	Nd	4,2	8,0	6,1
Vale do Sousa	63,2	59,3	61,2	44,4	40,0	42,2	6,4	13,7	10,3	3,4	7,3	5,4
Com. Urb. Vale do Sousa	62,9	59,1	61,0	44,3	39,9	42,1	6,3	13,5	10,1	3,6	7,4	5,5
Castelo de Paiva	60,1	56,6	58,3	42,8	37,2	40,0	5,3	10,2	7,6	5,9	8,7	7,3
Felgueiras	63,1	59,5	61,2	43,8	40,4	42,1	5,9	11,2	8,9	2,5	7,7	5,2
Lousada	61,9	59,0	60,4	44,0	40,1	42,0	5,0	19,0	12,5	2,9	7,0	4,9
Paços de Ferreira	64,3	60,0	62,2	44,4	39,5	42,0	6,1	14,5	10,5	3,7	7,9	5,8
Paredes	64,5	59,7	62,1	44,7	40,3	42,5	7,4	10,5	9,0	3,9	7,4	5,6
Penafiel	61,8	58,5	60,1	44,5	39,8	42,1	6,9	15,5	11,4	3,7	6,8	5,2

Fonte: INE – Portugal, *XI e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1970 e 2001; cálculos próprios.

Nota: Os valores concelhios de população residente relativos a 1970 referem-se apenas à “população residente nas famílias” (excluem, por isso, a “população residente nas convivências”).

Nd: Dados não disponíveis.

Celibato Definitivo = [(Proporção de Solteiros entre os 45 e os 49 anos + Proporção de Solteiros entre os 50 e os 54 anos)/2*100].

Os valores apresentados convidam, de facto, a que nos distanciemos devidamente da hipótese segundo a qual a incidência do celibato na sociedade portuguesa teria uma ligação

forte à manutenção, até relativamente tarde, em extensas regiões do país, de relações sociais camponesas. A observação do comportamento do chamado “celibato definitivo” no Vale do Sousa e em Penafiel (unidades territoriais de matriz inequivocamente camponesa) não confirma, como é possível conferir pela leitura do Quadro 3.4, essa hipótese.

Assim, a alusão ao tema apenas se justifica para reafirmar a substancial redução, no conjunto da população portuguesa, ao longo do arco temporal de trinta anos que terminou em 2001, da proporção de celibatários no total da população residente (de 48,7% para 37,5%) e, bem assim, do celibato definitivo (de 10,6 para 6,2%). Não parece de excluir que a acentuação dos processos de urbanização e de mobilidade espacial, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, mudanças de atitudes em relação aos modos de viver a relação conjugal, bem como a melhoria tendencial das condições de vida das populações estejam entre os factores que globalmente determinaram a referida diminuição.

3.2.2. Entretanto, o número de casamentos realizados anualmente em Portugal foi crescendo, com pequenas variações conjunturais, ao longo do século, até se chegar, na década de 70, ao seu valor máximo. Assiste-se, depois disso, a um declínio tendencial do referido montante³⁰.

Por seu turno, a percentagem de casamentos católicos no total de casamentos celebrados, que, em 1960, ainda se situava na casa dos 90%, vem decrescendo, também ela, com regularidade, até chegar, em 2003, ao patamar dos 60%³¹.

Observando o processo de formação das famílias à luz da evolução das taxas brutas de nupcialidade correspondentes aos anos de realização dos Censos, o que se tem de concluir é que, após um pico bastante acentuado em 1970 (9,4‰)³², a respectiva curva de tendência entra em declínio, situando-se, em 2001, após queda abrupta na transição de século, nos 5,6‰.

A idade média ao primeiro casamento, que havia permanecido relativamente alta na primeira metade do século XX, quer no caso das mulheres, quer, sobretudo, no caso dos homens, sofre redução tendencial apreciável após 1950, para voltar a atingir, em 2001, valores

³⁰ Cf. Custódio Cónim, *Portugal e a sua população (I)*, *op. cit.*, pp. 205-206.

³¹ Ana Nunes de Almeida *et al.*, “Relações familiares: mudança e diversidade”, in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?*, Lisboa, Celta, 1998, pp. 46 e seguintes e INE, *Indicadores Sociais 2003*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2005.

³² Tudo indica que esse pico seja, em grande parte, um efeito indirecto do surto emigratório desse período, o qual, tendo imposto uma redução da população residente (denominador da taxa de nupcialidade), não implicou uma diminuição do número de casamentos (numerador). Cf. Maria João Valente Rosa e Cláudia Vieira, *op. cit.*, p. 70.

elevados (27,8 nos homens, 26,2 nas mulheres). Trata-se de um paralelismo histórico assente, como é óbvio, em combinatórias sociais qualitativamente distintas: enquanto para explicar os elevados valores da idade média ao casamento na primeira metade do século XX, temos de invocar a presença marcante, na sociedade portuguesa de então, das relações sociais camponesas e respectivas lógicas económico-patrimoniais de contenção ou adiamento da conjugalidade, já, para dar conta dos valores recentemente verificados, ter-se-á de atender a um complexo de factores ligados à extensão da escolaridade, a restrições específicas no acesso ao primeiro emprego, a mudanças nos padrões normativos dominantes relativos aos modos de viver e formalizar a relação amorosa, etc..

Sabe-se que, em Portugal, o recurso à figura do divórcio era, até 1974, artificialmente contido, pelo que a taxa de divorcialidade tinha, antes disso, valor puramente residual. Em 1981, ou seja, seis anos após a nova lei do divórcio, esse valor era já de 0,7‰, e iria crescer regularmente até hoje, embora com algumas oscilações anuais e incidência muito desigual em termos regionais. A convergência com os referenciais médios europeus é, também neste aspecto, notória.

Quadro 3.5 Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade em Portugal e no Continente (1950-2001)

	Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)						Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	7,67	7,81	9,40	7,76	7,28	5,64	0,11	0,08	0,06	0,70	1,08	1,82
Continente	7,63	7,76	9,10	7,71	7,27	5,58	0,12	0,09	0,06	Nd	1,02	1,81

Fonte: INE – Portugal, *Estatísticas Demográficas*, 1950-2001. INE – Portugal, *IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001; cálculos próprios.

Nd: Dados não disponíveis.

Taxa Bruta de Nupcialidade = [Casamentos/Pop. Residente)*1000].

Taxa Bruta de Divorcialidade = [Divórcios/Pop. Residente)*1000].

Reaproximando-nos agora das questões relativas à natalidade, convém observar que a redução que, desde os anos 60, ela vem registando se deve, em boa parte, numa primeira fase (*grosso modo*, a década de sessenta), ao desequilíbrio demográfico induzido pelo forte surto emigratório de então, e, posteriormente, a uma quebra acentuada da própria taxa de fecundidade.

Com efeito, depois de ter alcançado o patamar dos 94,5‰, em 1960, esta última desce, de forma acentuada e com regularidade, até hoje, estabilizando em níveis que já estão

significativamente abaixo do limiar que se considera necessário atingir para garantir a substituição das gerações. Segundo os dados mais recentes publicados pelo INE, o número de filhos por mulher em idade fértil (índice sintético de fecundidade) era, em 2004, de apenas 1,4. Sabendo-se que, em 1960, esse número era superior a 3, fica, mais uma vez, patente a amplitude de transformações ocorridas no plano demográfico em Portugal, no último quarto do século XX³³.

Quadro 3.6 Taxa de fecundidade geral em Portugal e no Continente (1950-2001)

	Taxa de Fecundidade Geral (‰)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	91,9	94,5	81,5	63,9	46,9	42,9
Continente	90,1	92,0	79,8	63,1	46,2	42,5

Fontes: INE – Portugal, *Estatísticas Demográficas*, 1950-2001. INE – Portugal, *IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001; cálculos próprios.

Taxa de Fecundidade Geral = [(Nados-Vivos/Mulheres entre os 15 e os 49 anos)*1000].

Esta componente da mudança de regime demográfico ocorrida nas últimas décadas em Portugal deve ser pensada conjuntamente com a que se refere ao recrudescimento recente da importância dos nascimentos ocorridos fora do casamento.

Este fenómeno, que, até meados da década de 1940, tinha ainda grande relevância estatística, justificava-se, então, pela forte incidência de regimes de regulação matrimonial muito constrangedores – especialmente em meio camponês – e grande tolerância face a práticas de coabitação, bastante frequentes em grupos sociais mais desfavorecidos³⁴.

Desde 1950, e durante duas décadas, a proporção de nados-vivos fora do casamento decresceu, para, depois disso, voltar a crescer acentuadamente, até patamares só atingidos na década de 1930. Mais uma vez, estamos perante um paralelismo histórico que tem na base complexos de factores completamente distintos, já que, actualmente, a propensão à ocorrência de nascimentos fora do casamento se deve fundamentalmente a tendências recentes de

³³ Foi em 1982 que, pela última vez, o índice sintético de fecundidade apresentou um valor igual ao que é considerado necessário para assegurar a renovação das gerações (2,1). Cf. INE, *Estatísticas Demográficas*, 1960 a 2004.

³⁴ Cf. Maria João Valente Rosa e Cláudia Vieira, *op. cit.*, p. 72, citando Pedro Moura Ferreira e Sofia Aboim, “Modernidade, laços conjugais e fecundidades: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”, in *Análise Social*, n.º 163, Lisboa, ICS, 2002.

informalização/desinstitucionalização da relação amorosa e conjugal, elas próprias causa e efeito de transformações a nível de valores e padrões normativos influentes neste domínio.

Quadro 3.7 Proporção de nascimentos fora do casamento no total de nascimentos em Portugal e no Continente (1950-2001)

	Proporção de nascimentos fora do casamento no total de nascimentos (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	11,8	9,5	7,2	9,5	15,6	23,8
Continente	12,6	10,2	7,6	9,7	15,8	24,2

Fontes: INE – Portugal, *Estatísticas Demográficas*, 1950-2001.

Uma última nota para assinalar outra mudança significativa da sociedade portuguesa com incidência demográfica. Diz ela respeito à notável quebra que se verificou, de forma generalizada em termos regionais, na taxa de mortalidade infantil em Portugal: em cinquenta anos, ela baixou de 94,1‰ para apenas 5‰, a ponto de colocar o país entre os que, hoje, apresentam os melhores resultados neste plano.

Quadro 3.8 Taxa de mortalidade infantil (1950-2001)

	Taxa de Mortalidade Infantil (‰)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	94,1	77,5	58,0	21,8	10,8	5,0
Continente	90,6	74,6	56,9	21,4	10,7	4,8
Distrito do Porto	133,8	92,5	71,6	21,2	13,2	6,1
Grande Porto	152,4	102,5	71,2	20,3	12,4	6,3
Tâmega	89,2	65,9	71,7	24,4	14,3	5,9
Vale do Sousa	99,0	70,4	72,7	20,3	14,5	4,5
Com. Urb. Vale do Sousa	96,3	70,4	71,4	20,0	14,0	5,2
Castelo de Paiva	68,4	70,5	53,2	15,0	4,0	18,7
Felgueiras	94,3	65,4	65,1	29,5	12,4	3,8
Lousada	126,3	86,6	83,1	24,1	20,7	0,0
Paços de Ferreira	88,4	59,8	80,4	20,3	15,9	2,6
Paredes	107,9	75,6	68,6	11,7	10,4	6,2
Penafiel	84,2	66,6	71,8	19,9	15,8	7,4

Fontes: INE – Portugal, *Estatísticas Demográficas*, 1950-2001; cálculos próprios.
 Taxa de Mortalidade Infantil = [(Óbitos de crianças com menos de 1 ano/Nascimentos)*1000].

3.2.3. A fase que se estende de meados dos anos 70 até aos nossos dias caracteriza-se, no que respeita aos traços contemplados no número anterior, por uma quebra do número de casamentos, com particular destaque para os casamentos católicos, um novo diferimento da idade do primeiro casamento, o enfraquecimento da ligação entre constituição da família e casamento e entre este e procriação, o aumento da incidência do divórcio e da recomposição das famílias.

O comportamento da taxa bruta de nupcialidade revela, para as últimas décadas, assinalável declínio (rever Quadro 3.5), facto tanto mais significativo quanto se sabe ocorrer ele num período em que cresce com regularidade a população residente e em que não se alteraram significativamente nem a proporção de adultos face ao total da população, nem o respectivo equilíbrio entre sexos. Se o número total de casamentos está em diminuição, mais ainda tem descido, década após década, a percentagem de casamentos católicos: como vimos, ela ronda, hoje, não mais do que 60% do total dos matrimónios celebrados (ver Figura 3.2).

Homens e mulheres casam cada vez mais tarde. Deixámos indicadas, no ponto anterior, algumas explicações para o facto, mostrando que, embora estejam a atingir patamares idênticos aos de outros momentos da história social portuguesa, são novos os factores da actual tendência de crescimento. Uma observação mais minuciosa do que, anos após ano, vem

acontecendo em Portugal nesta matéria (Quadro 3.9) dá a entender, entretanto, que a linha de tendência ascendente será agora irreversível.

Quadro 3.9 Idades médias ao casamento e ao primeiro casamento em Portugal (1991-2003)

Portugal	1991		1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Idade Média ao Casamento	28,0	25,3	28,6	25,9	28,8	26,2	28,9	26,4	29,0	26,5	29,1	26,7	29,3	26,9	29,8	27,4	30,0	27,6	30,5	28,2
Idade Média ao Primeiro Casamento	26,3	24,4	26,8	24,9	27,0	25,1	27,1	25,3	27,2	25,4	27,3	25,6	27,5	25,7	27,8	26,7	28,0	26,4	28,4	26,8

Fonte: INE – Portugal, *Indicadores Sociais*, 2003.

Nem por se celebrarem cada vez mais tarde têm os casamentos ganho em durabilidade e resistência à dissolução. O andamento das taxas de divorcialidade (que se apresenta no Quadro 3.5) é sinal disso mesmo. Mas o raciocínio fica mais esclarecido se se afirmar que, enquanto, em 1991, por cada 100 matrimónios, 14 foram dissolvidos por divórcio, este valor subiu, dez anos depois, para 32. Resta acrescentar que, nesta altura, o país se confronta com uma incidência de divorcialidade alinhada pela média europeia³⁵.

Embora se saiba que as taxas de natalidade sofreram pequeno aumento a partir de 1996, a tendência dos últimos quarenta anos tem sido no sentido da baixa (com valores que, ainda assim, se mantêm acima dos valores registados nos outros países do Sul da Europa). O mesmo deve ser dito relativamente a taxas de fecundidade, que tende a ser cada vez mais retardada e influenciada pela propensão das mulheres portuguesas a terem, no máximo, um filho.

Crescente tem sido, por outro lado, nas últimas décadas, a proporção de nascimentos fora do casamento – quase um quarto do total, em 2001, ou seja, mais nove pontos percentuais do que dez anos antes (rever Quadro 3.7).

Embora abaixo do valor médio da União Europeia, a proporção de nados-vivos fora do casamento (fortemente associada à difusão de formas de conjugalidade, sobretudo uniões de

³⁵ Ana Nunes de Almeida, “Famílias”, in *Portugal Social 1991-2001*, *op. cit.*, pp. 65-66.

facto, não formalmente consagradas pelo matrimónio) supera largamente os valores verificados nos outros países da Europa do Sul³⁶.

3.2.4. Já se sugeriu que, no Vale do Sousa, a incidência do celibato não diferia significativamente, em 1970, da registada globalmente no país. Concretamente em Penafiel, e como decorre da leitura do Quadro 3.5, o valor do celibato definitivo, apesar de superior ao de todas as unidades geográficas de âmbito mais vasto aí consideradas, não revela um padrão específico.

Em matéria de nupcialidade, verifica-se igualmente algum paralelismo entre os valores nacionais e concelhios, pelo menos até 1981, embora em Penafiel e noutros concelhos do Vale do Sousa não se tenha verificado (ou não tenha sido devidamente apreendido pelos registos estatísticos) o crescimento inusitado da proporção de casamentos registado em 1970 no conjunto do país. O facto de esta ser uma região onde a repulsão demográfica se processa sobretudo através do mecanismo das migrações internas – e não tanto através da emigração – pode explicar que aqui não se tenham concretizado as circunstâncias que, alegadamente, terão estado na base do aumento pontual de casamentos à escala do país.

Como seria de esperar, a incidência do divórcio até meados de 70 é, na região do Vale do Sousa e em Penafiel, insignificante. Só a partir da década de 1990 se inicia uma fase de crescimento significativo desses valores, com o concelho de Penafiel a apresentar, aliás, em 2001, uma taxa de divorcialidade manifestamente insólita. Tendo de admitir que se trate de um aumento devido, em parte, a qualquer alteração pontual no modo de registo da informação, a verdade é que a observação dos dados relativos a divórcios ocorridos no concelho muito recentemente³⁷ dá a entender que estamos perante a consolidação de uma tendência de crescimento, cuja análise valerá a pena aprofundar.

³⁶ Ver, sobre estes últimos pontos, Manuel Nazareth, “População”, in *Portugal Social 1991-2001, op. cit.*, pp. 37-41.

³⁷ Cf. INE, *Estatísticas Demográficas*, 2004.

Quadro 3.10 Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade (1950-2001)

	Taxa Bruta de Nupcialidade (%)						Taxa Bruta de Divorcialidade (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Continente	7,63	7,76	9,10	7,71	7,27	5,58	0,12	0,09	0,06	Nd	1,02	1,81
Dist. do Porto	8,24	7,88	8,64	8,28	8,56	6,03	0,11	0,05	0,01	Nd	0,92	1,55
Grande Porto	8,59	7,77	9,31	8,22	8,05	5,68	0,15	0,06	0,02	Nd	1,19	1,84
Tâmega	7,01	7,81	8,40	8,77	10,03	7,04	0,03	0,00	0,00	Nd	0,25	0,84
Vale do Sousa Com. Urbana	7,56	8,08	7,96	8,54	10,29	7,06	0,02	0,00	0,00	Nd	0,25	0,90
Vale do Sousa Castelo de Paiva	7,46	7,99	8,07	8,60	10,30	7,10	0,02	0,00	0,00	Nd	0,25	0,90
Paiva	6,47	7,04	9,53	9,46	10,60	7,67	0,00	0,00	0,00	Nd	0,24	0,92
Felgueiras	8,37	8,61	8,38	10,31	10,22	6,82	0,03	0,00	0,00	Nd	0,25	0,56
Lousada	7,99	7,23	7,97	8,73	9,93	7,22	0,00	0,00	0,00	Nd	0,16	0,83
Paços de Ferreira	6,41	8,43	6,54	8,68	11,00	7,27	0,00	0,00	0,00	Nd	0,34	1,02
Paredes	7,58	7,74	8,60	7,09	9,41	6,96	0,03	0,00	0,00	Nd	0,30	0,10
Penafiel	7,27	8,23	7,87	8,56	11,03	7,13	0,02	0,00	0,00	Nd	0,20	2,06

Fonte: INE – Portugal, *Estatísticas Demográficas*, 1950-2001. INE – Portugal, *IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001; cálculos próprios.

Nota: Os valores concelhios de população residente relativos a 1970 referem-se apenas à “população residente nas famílias” (excluem, por isso, a “população residente nas convivências”).

Nd: Dados não disponíveis.

Taxa Bruta de Nupcialidade = [(Casamentos/Pop. Residente)*1000].

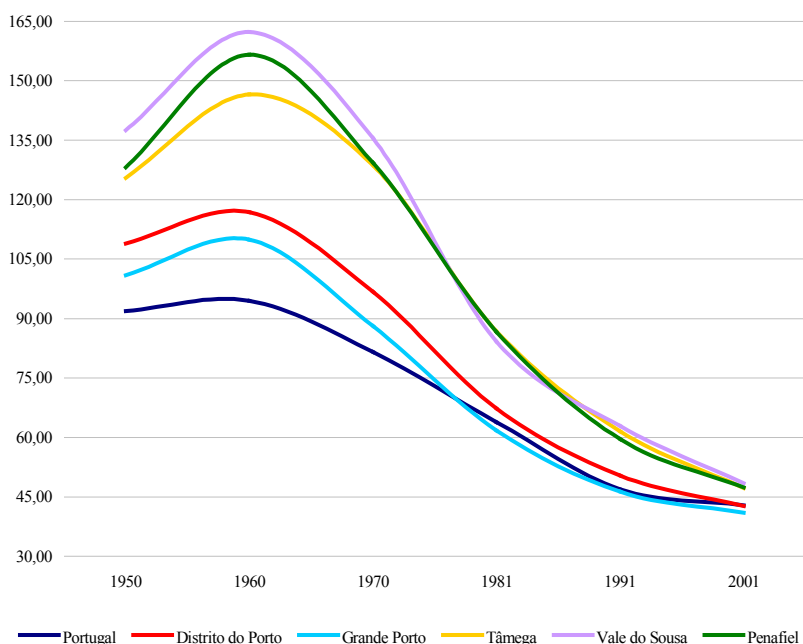
Taxa Bruta de Divorcialidade = [Divórcios/Pop. Residente]*1000].

Nada melhor para dar conta do panorama evolutivo das taxas de fecundidade no Vale do Sousa e em Penafiel do que começar por observar a Figura 3.2. Nela ficam patentes dois grandes marcos.

O primeiro, verificado até 1970, é o do grande desfasamento entre os valores concelhios, do Vale do Sousa e da região do Tâmega, por um lado, e os do país e do Grande Porto, por outro, dando a entender que naquelas unidades territoriais se estava ainda longe do movimento de aproximação aos padrões de fecundidade “modernos”.

O segundo marco, que coincide com os últimos trinta anos, caracteriza-se pela acelerada convergência dos valores concelhios e regionais relativamente a patamares de fecundidade bastante reduzidos e alinhados com índices que se podem considerar “modernos” ou mesmo “pós-modernos”.

Figura 3.2 Taxa de fecundidade geral (1950-2001)



Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

O sentido desta tendência não tem confirmação no indicador “proporção de nascimentos fora de casamento”. De facto, quer no passado, quer mais recentemente, os valores concelhios e regionais ficam muito aquém dos patamares característicos do conjunto do país e do Grande Porto, sugerindo que, em matéria de padrões de conjugalidade, persiste no território que estamos a analisar algum “conservadorismo”. A baixa incidência de uniões de facto, no Vale do Sousa, em 2001, comparativamente com os valores homólogos nacionais, parece confirmar essa hipótese³⁸. No mesmo sentido vão os dados relativos ao peso dos casamentos católicos, cujo valor para o Vale do Sousa era, no ano do último Recenseamento, superior ao valor nacional registado em 1970 (ver Figura 3.3).

3.2.5. Procurando aprofundar a análise em torno da evolução registada no período posterior à realização dos primeiros estudos sobre Fonte Arcada no respeitante aos temas da formação, fecundidade e dissolução familiar, o primeiro ponto a reter diz respeito ao facto de as taxas de natalidade regionais e concelhias superarem, desde 1981, o perfil de evolução do

³⁸ Os indivíduos em união de facto correspondiam, em Penafiel, segundo os Censos 2001, a apenas 0,90% da população residente, enquanto, no conjunto do país, esse valor ascendia a 3,68%.

Continente, embora, no caso de Penafiel, a superioridade detectada em 2001 não seja já tão significativa quanto o havia sido dez anos atrás.

Num outro plano, relativo ao tema da dissolução matrimonial, tivemos oportunidade de assinalar no ponto anterior o crescimento verdadeiramente insólito que, a avaliar pelos indicadores estatísticos pertinentes, se terá verificado, ultimamente, em Penafiel, no que respeita a incidência de divorcialidade. A acreditar nos números constantes dos registos estatísticos em causa, a pressão para a dissolução da relação matrimonial terá, de facto, atingido, no concelho, níveis excepcionalmente elevados – não apenas muito superiores aos contabilizados nos outros concelhos do Vale do Sousa, mas mesmo mais elevados do que o valor médio do Continente (rever Quadro 3.10). Só com informação ulterior será possível saber se estamos perante um pico conjuntural em matéria de dissolução matrimonial ou se o concelho se estará perfilando como um caso de convergência “por excesso” face às tendências de precarização conjugal que se vêm desenhando na sociedade portuguesa e, há mais tempo, em grande parte dos países da Europa.

A releitura da Figura 3.2 revelará bem até que ponto têm sido intensas, mas, ao mesmo tempo, regionalmente moduladas, as transformações sociais, em particular demográficas e familiares, no nosso país. Não é fácil decidir sobre o que mais impressiona neste diagrama: se a amplitude dos diferenciais de fecundidade característicos do início do período sob análise, se a rapidez com que se realiza a aproximação dos seus valores médios, aqui representada por um feixe de vectores que, no extremo da figura, quase se sobrepõem.

Quadro 3.11 Taxa de fecundidade geral (1950-2001)

	Taxa de Fecundidade Geral (‰)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Continente	90,1	92,0	79,8	63,1	46,2	42,5
Distrito do Porto	109,0	116,8	96,7	67,3	50,2	42,7
Grande Porto	100,9	109,9	88,1	61,8	46,3	41,1
Tâmega	125,5	146,5	128,6	86,8	60,7	47,3
Vale do Sousa	137,5	162,3	135,5	84,2	61,4	48,5
Com. Urb. Vale do Sousa	137,9	160,6	135,0	84,4	61,3	48,4
Castelo de Paiva	141,8	142,4	127,4	87,5	59,6	46,3
Felgueiras	140,9	153,9	127,8	85,0	69,3	47,6
Lousada	143,5	157,3	135,7	86,8	61,6	50,3
Paços de Ferreira	145,2	172,6	128,2	77,2	61,0	51,1
Paredes	137,8	173,3	152,4	84,3	57,5	47,4
Penafiel	128,1	156,5	129,3	86,7	59,6	47,4

Fontes: INE – Portugal, *Estatísticas Demográficas*, 1950-2001. INE – Portugal, *IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001; cálculos próprios.
 Taxa de Fecundidade Geral = [(Nados-Vivos/Mulheres entre os 15 e os 49 anos)*1000].

Vale a pena, entretanto, insistir num aspecto, igualmente já explicitado no ponto anterior deste Relatório: o de que este movimento de convergência envolvendo um dos mais eloquentes traços da “modernidade” demográfica não tem contrapartida, na região, noutras componentes das práticas familiares. Com efeito, quer na perspectiva dos nascimentos fora do casamento (Quadro 3.12), quer na da proporção de uniões de facto, quer ainda na do peso dos casamentos católicos (Figura 3.3), o Vale do Sousa mantém, em 2001, alguma resistência à informalização da relação conjugal – a qual, no conjunto do país, se acentuou muito na última década.

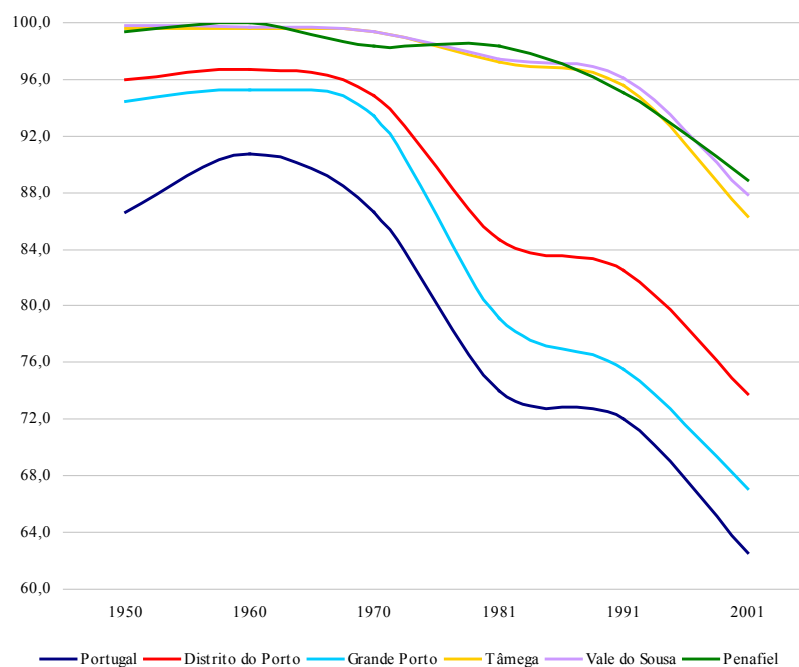
Quadro 3.12 Proporção de nascimentos fora do casamento no total de nascimentos (1950-2001)

	Nascimentos Fora do Casamento (% do Total de Nascimentos)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Continente	12,6	10,2	7,6	9,7	15,8	24,2
Distrito do Porto	12,6	10,2	7,6	9,7	15,8	24,2
Grande Porto	10,7	8,0	5,3	6,4	10,4	16,9
Tâmega	13,7	10,5	7,2	8,6	13,6	21,4
Vale do Sousa	6,0	3,7	2,4	2,9	5,8	8,7
Com. Urbana Vale do Sousa	4,2	2,5	1,5	2,1	3,8	7,7
Castelo de Paiva	4,2	2,5	1,6	2,1	4,0	7,6
Felgueiras	4,3	3,4	2,8	1,5	8,0	6,5
Lousada	4,7	3,5	2,1	1,7	4,2	10,3
Paços de Ferreira	3,7	2,1	1,5	1,3	3,0	5,2
Paredes	4,0	2,5	0,9	2,0	4,1	7,4
Penafiel	4,1	1,7	1,4	2,3	4,1	8,7

Fontes: INE – Portugal, *Estatísticas Demográficas*, 1950-2001.

Nota: Os valores concelhios de população residente relativos a 1970 referem-se apenas à “população residente nas famílias” (excluem, por isso, a “população residente nas convivências”).

Figura 3.3 Proporção de casamentos católicos no total de casamentos realizados (1950-2001)



Fonte: INE – Portugal, *IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Apesar de considerar a década de 90 um período de consolidação, nalguns casos reforçada, de uma “modernização” dos padrões e práticas familiares já em curso desde meados dos anos 70, a generalidade dos autores reconhece que o desenvolvimento desses processos apresenta significativa heterogeneidade no que respeita à sua implantação regional. Segundo Sofia Aboim, esta afirmação é válida quer quanto às tendências de individualização da vida familiar (diferimento do casamento e da maternidade, abertura à dissolução do núcleo conjugal e à alternância entre diferentes formatos de organização familiar, aumento de famílias monoparentais e de pessoas sós, etc.), quer quanto ao movimento de afastamento dos cânones do casamento-instituição³⁹.

Pois bem: encontrando-se o aumento das uniões de facto, dos casamentos não católicos e dos nascimentos fora do casamento entre os reveladores desta última tendência, confirma-se plenamente, perante os dados dos concelhos que aqui mais nos ocupam, a referida heterogeneidade regional. Heterogeneidade tanto mais complexa, quanto, por outro lado, se pode admitir, como vimos, se terem instalado, localizadamente, na região, fortes propensões ao divórcio, também elas indicador corrente da informalização da relação conjugal.

³⁹ Cf. Sofia Aboim, *Conjugalidades em Mudança*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, Capítulo 2.

4. Actividade económica e formação de classes sociais

4.1. Introdução

No presente capítulo proceder-se-á à análise dos processos de estruturação social da actividade económica na região do Vale do Sousa e no concelho de Penafiel, tendo em conta a evolução deste domínio da realidade no Noroeste Português e no conjunto do país. O objectivo fundamental é o de identificar as principais *propriedades estruturais* da relação entre economia e sociedade nas unidades territoriais alvo de análise. Tomando por referência algumas contribuições teóricas recentes provenientes do que se tem vindo a convencionar denominar de sociologia económica, e com base na reconstituição e análise de estatísticas organizadas em série temporal, procura-se (i) evidenciar os principais padrões de estruturação da força de trabalho, (ii) compreender a sua capacidade de renovação e composição sexual e (iii) identificar sinteticamente as contradições de longo prazo prevaletentes no processo da respectiva escolarização, desruralização, industrialização e produção de desemprego. Tendo presente um tal quadro de referência, argumenta-se que as principais propriedades estruturais de tais processos são divergentes daquelas que são características da formação social nacional portuguesa como um todo. Para documentar mais exaustivamente a divergência mencionada, desenvolve-se uma análise da estrutura de classes sociais nas unidades socioespaciais em estudo. Constata-se, a este propósito, que as diferenças na constituição de *capitais*, para além de consolidadas, são muito evidentes em qualquer uma das formações socioespaciais e que a *propriedade* parece ser a principal modalidade de capital relevante no contexto regional do Vale do Sousa. Focando, em particular, no caso de Penafiel, procura-se ilustrar a respectiva especificidade e, em especial, o seu menor dinamismo económico.

4.2. Variação da população activa e evolução das taxas de actividade

4.2.1. Nos últimos cinquenta anos, a região do Vale do Sousa conhece uma transformação demográfica que se distancia consideravelmente da observada no país no seu conjunto. Em contraste com esta última, marcada por uma grande instabilidade, no Vale do Sousa a população cresce sempre, e quase sempre a ritmo elevado, fazendo com que a sua estrutura etária permaneça relativamente jovem ao longo do tempo.

O maior dinamismo demográfico da região do Vale do Sousa reflecte-se inevitavelmente no comportamento da sua população activa, com notáveis discrepâncias a serem observadas relativamente à evolução global do país.

À escala nacional, verifica-se, ao longo do período em estudo, uma dinâmica de crescimento sustentado da população activa, a qual é unicamente interrompida durante a década de sessenta, período em que o número de activos sofre uma redução, embora de dimensão muito moderada. A redução da população activa durante a década de sessenta, bem como o crescimento particularmente elevado da década seguinte (cerca de 25%, no Continente), reflectem em grande parte as transformações demográficas que o país foi atravessando. Assim, a ligeira redução do número de activos entre 1960 e 1970 ocorre num período de forte contracção demográfica, enquanto que o crescimento anómalo observado entre 1970 e 1981 insere-se num contexto de extraordinária expansão da população, relacionada, entre outros factores, com o retorno de um grande contingente de indivíduos oriundos das ex-colónias.

A ausência de informação relativamente à região do Vale do Sousa e a cada um dos seus concelhos no recenseamento de 1970 impede a condução de uma análise semelhante à escala regional. No entanto, o confronto de valores para os restantes momentos em estudo revela a existência de uma disparidade assinalável entre o conjunto do país e o Vale do Sousa, com este último a apresentar sistematicamente, e de forma não surpreendente, um crescimento da população activa bastante acima da média nacional.

Quadro 4.1 Variação da população activa (1950-2001)

	Variação da População Activa (%)				
	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Portugal	4,1	-0,8	23,2	5,1	13,5
Continente	4,3	-0,7	24,8	5,1	13,6
Distrito do Porto	8,4	12,0	34,4	13,8	14,5
Grande Porto	7,8	Nd	Nd	11,4	13,2
Tâmega	6,0	Nd	Nd	13,7	17,0
Com. Urb. Vale do Sousa	11,1	Nd	Nd	26,9	21,0
Castelo de Paiva	2,6	Nd	Nd	9,6	22,0
Felgueiras	11,3	Nd	Nd	17,5	20,5
Lousada	11,9	Nd	Nd	35,4	22,4
Paços de Ferreira	21,0	Nd	Nd	34,2	22,6
Paredes	16,0	Nd	Nd	31,8	26,7
Penafiel	4,6	Nd	Nd	23,7	12,7

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.
 Nd: Dados não disponíveis.

No interior da região do Vale do Sousa subsistem, no entanto, diferenças consideráveis entre concelhos. Paços de Ferreira e Paredes registam uma forte dinâmica de crescimento da população activa, sendo acompanhados, em menor grau, por Lousada e Felgueiras. Penafiel e Castelo de Paiva revelam, pelo contrário, alguma debilidade, apresentando mesmo, em alguns dos momentos em análise, taxas de crescimento inferiores às observadas no país como um todo, em nítido contraste com a região onde se inserem. A este nível, merece particular destaque a reduzida expressão do crescimento da população activa em Penafiel durante a última década do século XX, a qual acompanha com razoável proximidade a evolução observada ao nível demográfico⁴⁰.

4.2.2. Prossequindo a análise da população activa, e tendo agora por base a evolução das taxas de actividade, é desde logo visível uma situação de clara transformação na região do Vale do Sousa entre 1950 e 2001. Não obstante o aumento das taxas de actividade ser generalizado a todas as unidades territoriais em estudo, verifica-se neste período uma inversão na posição relativa das unidades “Portugal”/“Continente” e “Vale do Sousa”, com esta última a registar, nos censos de 1991 e 2001, um maior número de activos face à população total do

⁴⁰ Penafiel regista um crescimento populacional de (apenas) 4,9% entre 1991 e 2001, enquanto que os restantes concelhos da região do Vale do Sousa, com excepção de Castelo de Paiva, apresentam valores entre os 14,2% (Paredes) e os 19,9% (Paços de Ferreira).

que o país no seu conjunto. Esta situação, ilustrativa de um maior dinamismo do Vale do Sousa no contexto global do país é, no entanto, uma vez mais, acompanhada de razoáveis discrepâncias no interior da região, com os concelhos a dividirem-se entre um primeiro grupo, aparentemente mais dinâmico, constituído por Paredes, Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras, e um segundo grupo, formado por Penafiel e Castelo de Paiva, com valores abaixo da média nacional.

Quadro 4.2 Evolução da taxa de actividade (1950-2001)

	Taxa de Actividade (% da População Residente Total)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	39,0	38,5	39,2	42,5	44,6	48,2
Continente	39,4	38,9	39,5	42,9	44,8	48,4
Distrito do Porto	40,5	38,7	39,2	44,5	48,2	50,6
Grande Porto	42,4	40,3	Nd	45,9	49,0	51,4
Tâmega	34,3	33,8	Nd	38,5	42,7	46,0
Com. Urb. Vale do Sousa	35,0	33,5	Nd	39,5	46,6	49,6
Castelo de Paiva	35,0	31,3	Nd	34,4	38,8	45,1
Felgueiras	38,1	36,2	Nd	44,6	49,1	50,1
Lousada	34,4	34,2	Nd	40,5	48,9	50,5
Paços de Ferreira	35,4	33,6	Nd	40,9	50,6	51,7
Paredes	33,5	32,3	Nd	37,3	45,6	50,6
Penafiel	34,0	32,6	Nd	37,7	43,8	47,0

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.
 ND: Dados não disponíveis.

A evolução da importância relativa dos activos com profissão na população total revela uma situação em tudo idêntica. Entre 1950 e 2001, todas as unidades territoriais em análise conhecem uma elevação deste rácio, registando-se uma diminuição da importância relativa do trabalho indiferenciado. O aumento da importância relativa dos activos com profissão é, no entanto, mais pronunciado na região do Vale do Sousa, que, partindo de um valor inferior à média nacional, regista, em 2001, um valor superior a esta em cerca de 3 pontos percentuais. Uma vez mais, esta evolução está associada sobretudo ao comportamento dos concelhos de Paredes, Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras, com Castelo de Paiva e Penafiel a ficarem novamente abaixo dos valores médios nacionais.

Quadro 4.3 Relação entre a população activa com profissão e a população residente (1950-2001)

	Activos com Profissão (% da População Residente Total)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	37,9	37,3	36,5	39,1	41,7	44,9
Continente	38,2	37,7	36,8	39,4	42,0	45,1
Distrito do Porto	39,0	37,5	36,6	40,7	45,4	46,9
Grande Porto	40,5	39,2	Nd	42,0	45,9	47,2
Tâmega	33,9	32,7	Nd	35,0	40,8	43,5
Com. Urb. Vale do Sousa	34,6	32,3	Nd	35,9	44,8	47,6
Castelo de Paiva	34,7	29,7	Nd	31,5	35,1	41,3
Felgueiras	37,8	35,4	36,0	41,4	47,7	48,2
Lousada	34,0	33,0	28,7	36,2	47,7	48,6
Paços de Ferreira	35,0	33,1	29,0	37,5	49,2	50,3
Paredes	33,1	30,9	28,3	34,0	43,6	48,5
Penafiel	33,6	31,1	27,1	33,8	41,7	44,8

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.
 Nd: Dados não disponíveis.

4.3. Juventude e capacidade de renovação da população activa

4.3.1. Um aspecto que merece particular relevo na caracterização da evolução da população activa diz respeito à sua juventude e conseqüente capacidade de renovação. Em termos demográficos, a última metade do século XX, sobretudo a partir de 1970, é marcada por um processo de envelhecimento generalizado, ainda que na região do Vale do Sousa este processo tenha vindo a concretizar-se a um ritmo relativamente mais lento.

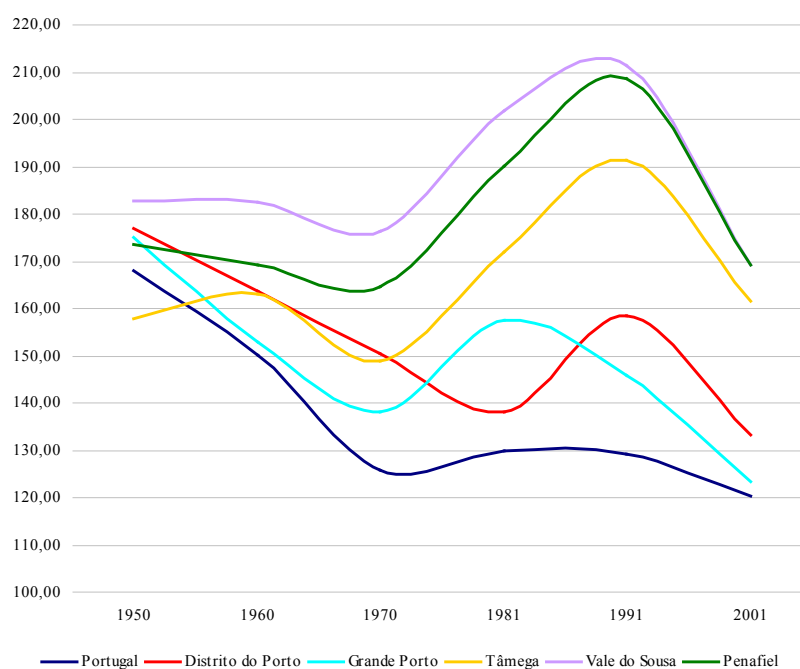
O envelhecimento da população portuguesa é também perceptível ao nível da população activa, conforme evidencia a Figura 4.1, ilustrativa da evolução do Índice de Juventude da População em Idade Activa (IJPIA)⁴¹. De acordo com os valores deste índice, o envelhecimento da população activa ocorre de forma mais intensa entre 1950 e 1970, com uma redução do IJPIA em cerca de 42 pontos percentuais (Continente), havendo uma ligeira recuperação em 1981, para depois se passar a um novo período de envelhecimento, de carácter menos intenso, até ao momento presente.

Na região do Vale do Sousa e, em particular, no concelho de Penafiel, verificam-se novamente notáveis discrepâncias relativamente à situação descrita para o país no seu todo. Assim, não só o processo de envelhecimento da população activa ocorre de forma muito mais

⁴¹ Este índice representa o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 39 anos e o número de pessoas com idades entre os 40 e os 64 anos, multiplicado por 100.

lenta, com o IJPIA a sofrer uma redução de apenas 15 pontos percentuais entre 1950 e 2001 (4 pontos percentuais em Penafiel), como também a dinâmica evolutiva é claramente distinta. Na verdade, a tendência de envelhecimento entre 1950 e 1970, bem mais moderada do que ao nível nacional, é seguida por uma extraordinária elevação do IJPIA nas décadas de setenta e oitenta, que contrasta significativamente com a relativa estagnação deste índice ao nível global. A última década do século XX vem, todavia, quebrar o movimento de crescente divergência (pela positiva) da juventude da população activa da região do Vale do Sousa e de Penafiel relativamente à média nacional, com o IJPIA a sofrer, numa única década, uma redução de cerca de 40 pontos percentuais. Embora se mantenha o diferencial positivo que lhe é característico, existe assim, nos últimos anos, uma tendência de convergência da região do Vale do Sousa com os valores assumidos pelo país no seu conjunto.

Figura 4.1 Evolução do índice de juventude da população em idade activa (1950-2001)



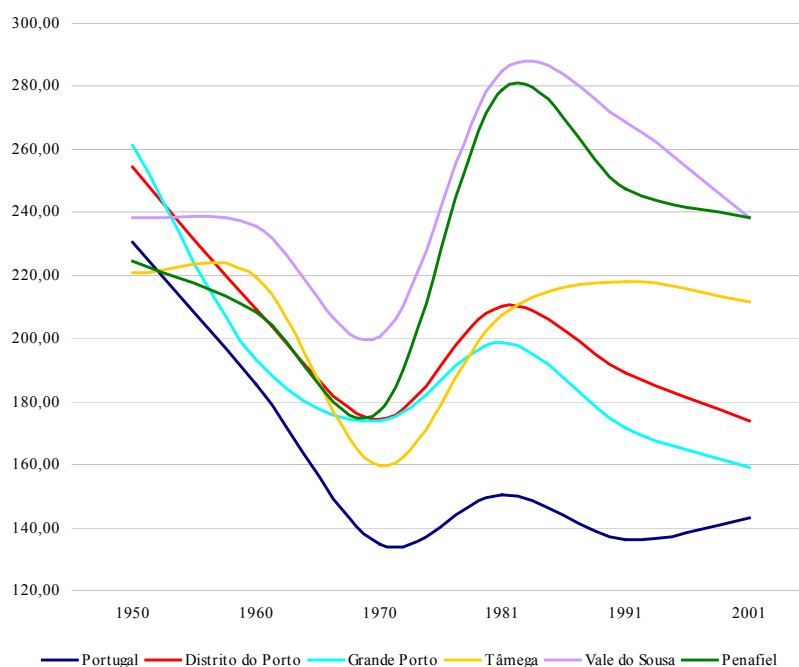
Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

4.3.2. A tendência de envelhecimento da população activa portuguesa manifesta-se igualmente ao nível da sua capacidade de renovação, registando-se neste caso uma redução do respectivo índice à escala nacional no período em estudo, na ordem dos 87 pontos

percentuais⁴². Uma vez mais, é sobretudo nas décadas de cinquenta e sessenta que ocorre uma diminuição mais acentuada do índice, havendo posteriormente alguma oscilação, mas de intensidade mais fraca.

Ao nível da região do Vale do Sousa, e de um modo geral, a evolução é novamente bastante distinta da observada para o país no seu conjunto. A forte redução operada no Índice de Renovação da População em Idade Activa (IRPIA) na década de cinquenta apresenta, neste caso, uma expressão muito reduzida, e mesmo a quebra registada durante a década de sessenta é de muito menor dimensão. O período de maior divergência entre as escalas nacional e regional ocorre, todavia, em 1981, quando o IRPIA da região do Vale do Sousa (e de Penafiel) sofre uma elevação extraordinária, bastante acima da observada para o país no seu todo. A partir de 1991, e à semelhança do IJPIA, assiste-se a um movimento de ligeira convergência entre as duas unidades de análise, embora se mantenha um diferencial muito alargado da região do Vale do Sousa (e de Penafiel) face à média nacional (cerca de 95 pontos percentuais em 2001).

Figura 4.2 Evolução do índice de renovação da população em idade activa (1950-2001)



Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

⁴² O Índice de Renovação da População Activa é definido como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades entre os 55 e os 64 anos, multiplicado por 100.

4.4. Equilíbrio entre sexos na população activa

4.4.1. Analisando agora a evolução da população activa segundo a sua repartição por sexos, o facto que parece melhor caracterizar o período em estudo diz respeito à crescente importância da participação feminina no mercado de trabalho. Com efeito, se exceptuarmos a primeira década, todo o período é marcado por uma elevação progressiva da participação das mulheres na actividade económica, que, de menos de um quinto, em 1960, passam a representar praticamente metade da população activa portuguesa, em 2001.

A tendência para um cada vez maior equilíbrio entre sexos manifesta-se quer ao nível nacional, quer ao nível das diferentes desagregações territoriais em estudo, registando-se, nas últimas décadas, uma maior convergência de valores entre regiões. Ainda assim, a participação feminina na população activa nos concelhos do Vale do Sousa surge sistematicamente abaixo da média nacional, com Penafiel a registar os valores mais baixos da região.

Quadro 4.4 Decomposição da população activa, segundo o sexo (1950-2001)

	População Activa (%)											
	1950		1960		1970		1981		1991		2001	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Portugal	77,6	22,4	82,3	17,7	74,8	25,2	64,7	35,3	58,8	41,2	54,9	45,1
Continente	76,9	23,1	81,8	18,2	74,6	25,4	64,4	35,6	58,5	41,5	54,8	45,2
Distrito do Porto	71,4	28,6	75,1	24,9	69,9	30,1	62,7	37,3	57,9	42,1	54,9	45,1
Grande Porto	68,8	31,2	72,0	28,0	Nd	Nd	61,0	39,0	56,5	43,5	53,5	46,5
Tâmega	81,0	19,0	86,2	13,8	Nd	Nd	69,1	30,9	63,2	36,8	59,9	40,1
Com. Urbana												
Vale do Sousa	80,2	19,8	85,7	14,3	Nd	Nd	69,6	30,4	61,7	38,3	58,1	41,9
Castelo de Paiva	81,4	18,6	89,6	10,4	Nd	Nd	70,4	29,6	65,4	34,6	58,5	41,5
Felgueiras	72,3	27,7	78,0	22,0	Nd	Nd	61,3	38,7	57,5	42,5	55,3	44,7
Lousada	80,5	19,5	84,0	16,0	Nd	Nd	68,1	31,9	58,7	41,3	57,2	42,8
Paços de Ferreira	81,9	18,1	89,3	10,7	Nd	Nd	70,5	29,5	60,4	39,6	57,9	42,1
Paredes	85,9	14,1	89,3	10,7	Nd	Nd	75,1	24,9	64,6	35,4	58,6	41,4
Penafiel	80,7	19,3	86,9	13,1	Nd	Nd	71,2	28,8	64,0	36,0	60,3	39,7

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.
 Nd: Dados não disponíveis.

4.4.2. A tendência para uma representação mais equilibrada de ambos os sexos no mercado de trabalho é igualmente visível na evolução das taxas de actividade. Em todas as unidades territoriais, a taxa de actividade feminina sofre uma elevação muito acentuada entre 1960 e 2001 (cerca de 30 pontos percentuais no Continente), registando-se, no final deste período, uma grande convergência de valores entre a região do Vale do Sousa e o país no seu conjunto. Esta tendência é, no entanto, mais evidente no país globalmente considerado, pois neste caso, o aumento da taxa de actividade feminina é acompanhado de uma redução muito significativa da taxa de actividade masculina⁴³.

No interior da região do Vale do Sousa verificam-se novamente diferenças apreciáveis entre concelhos, com os concelhos relativamente menos dinâmicos (Castelo de Paiva e Penafiel) a apresentarem taxas de actividade feminina mais baixas. Contrariamente, os concelhos que registam a maior variação na taxa de actividade feminina são precisamente os que apresentam maior crescimento da população activa e da taxa de actividade global. Assim, nestes concelhos, o maior incremento da população activa está relacionado, em primeiro lugar, com um aumento muito significativo da participação feminina no mercado de trabalho.

⁴³ Ao contrário do que acontece na região do Vale do Sousa e em cada um dos seus concelhos individualmente considerados, onde a taxa de actividade masculina não sofre praticamente variação durante todo o período em estudo.

Quadro 4.5 Evolução da taxa de actividade, segundo o sexo (1950-2001)

	Taxa de Actividade (%)											
	1950		1960		1970		1981		1991		2001	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Portugal	62,8	16,8	66,2	13,1	61,8	18,8	57,1	29,0	54,3	35,5	54,8	42,0
Continente	63,0	17,5	66,5	13,6	62,0	19,1	57,2	29,5	54,4	36,0	54,9	42,3
Distrito do Porto	61,5	21,8	61,6	18,2	57,8	22,4	57,9	32,0	57,7	39,2	57,4	44,1
Grande Porto	62,9	24,7	62,4	21,1	Nd	Nd	58,7	34,3	57,8	40,8	57,3	45,8
Tâmega	57,7	12,5	60,2	9,1	Nd	Nd	54,1	23,4	54,8	31,0	55,9	36,3
Com. Urbana												
Vale do Sousa	58,1	13,4	58,6	9,4	Nd	Nd	55,4	23,8	58,1	35,4	58,2	41,2
Castelo de Paiva	58,5	12,7	57,2	6,4	Nd	Nd	49,1	20,0	51,5	26,5	53,6	36,9
Felgueiras	57,3	20,3	58,4	15,4	Nd	Nd	55,9	33,8	57,8	40,8	56,8	43,7
Lousada	57,0	13,0	58,2	10,8	Nd	Nd	55,9	25,5	58,3	39,8	58,5	42,7
Paços de Ferreira	59,5	12,5	60,1	7,2	Nd	Nd	57,8	24,1	61,4	39,8	59,5	43,8
Paredes	59,3	9,1	58,5	6,8	Nd	Nd	56,0	18,6	59,0	32,2	59,8	41,5
Penafiel	57,4	12,6	58,7	8,3	Nd	Nd	54,2	21,5	56,7	31,1	57,4	36,8

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.
 Nd: Dados não disponíveis.

4.5. A redefinição da relação entre a agricultura, a indústria e os serviços

4.5.1. A análise da população activa de acordo com a sua divisão em sectores de actividade (primário, secundário e terciário) revela uma mudança de fundo na estrutura produtiva do país no período em análise. À escala nacional, há um declínio profundo da actividade económica na agricultura. Este declínio foi, contudo, compensado pelo crescimento do sector dos serviços, que duplica os valores dos seus activos e o seu significado no período considerado, e, num grau menor, pela criação de postos de trabalho na indústria.

A dramática redução da população activa na agricultura, que, em 2001, representava apenas 4,76% dos activos residentes em Portugal, é também visível na região do Vale do Sousa⁴⁴. Se tivermos em conta que a agricultura detinha um papel central na actividade económica desenvolvida na região nos anos 1950, podemos clarificar o impacto da referida transformação: em 2001, a referida percentagem chega mesmo a ser menor do que a do país (2,45%). Um processo em tudo semelhante, e possivelmente ainda mais marcante nas suas implicações, devido ao facto de estarmos perante um concelho que, há cinquenta anos atrás,

⁴⁴ É conveniente ter em conta, todavia, que a classificação dos activos por sector de actividade apenas reflecte a actividade desempenhada a título principal. Sendo assim, eventuais situações de prática agrícola a tempo parcial, indutoras de maiores percentagens de emprego efectivamente afecto à agricultura não são tidas em consideração.

tinha mais de metade dos seus activos com ocupação agrícola, podemos também documentar em Penafiel (3,51%).

No que diz respeito ao sector secundário, o contraste entre o território nacional e a região do Vale do Sousa é muito marcante. O crescimento, à escala nacional, das profissões exercidas na indústria teve o seu período mais relevante entre 1950 e 1981 (atingindo, neste ano, quase 40% dos activos, a sua marca mais elevada de sempre). Na região do Vale do Sousa, o respectivo crescimento continuou até ao início dos anos 1990 e, mesmo no último Censo, a diferença entre a região e a taxa relativa ao território nacional era de quase 30 pontos percentuais. Se, em alguns dos concelhos da região, podemos identificar efectivos de activos na indústria superiores a dois terços da população activa, em alguns concelhos, como o de Penafiel, tais efectivos são menos expressivos, ainda que elevados (57%). É precisamente em Penafiel (e, bem assim, em Castelo de Paiva) que podemos identificar igualmente um padrão claro de especialização em ramos industriais como a construção (ou, até recentemente, a exploração mineira), em claro contraste com outros concelhos, que apresentam grande especialização nas indústrias do mobiliário (Paredes e Paços de Ferreira), do vestuário (Lousada) e do calçado (Felgueiras). Em qualquer dos casos, contudo, há sempre uma evidente especialização em actividades altamente dependentes de mão-de-obra pouco qualificada e de baixo custo, assim produzindo na região níveis muito elevados de vulnerabilidade, sobretudo em conjunturas de maior crise económica⁴⁵.

As diferenças que podemos identificar no sector secundário podem também ser lidas a propósito do sector dos serviços. Entre 1950 e 2001, o exercício da actividade económica nos serviços duplicou o seu significado no país. O seu crescimento foi particularmente relevante durante os anos 1970. Na região em análise, este movimento não tem a mesma força. Penafiel também apresenta diferenças semelhantes neste processo, uma vez que é aqui que podemos identificar a taxa mais relevante de trabalho nos serviços, ainda que com uma diferença de 20 pontos percentuais relativamente ao valor médio nacional.

⁴⁵ Cf. Daniel Bessa (coord.), *Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos – Relatório Final*, Lisboa, Ministério da Economia/PRIME/FEDER, 2004, pp. 31-34 e 82-84.

Quadro 4.6 Evolução da população activa com profissão, segundo o sector de actividade e o sexo, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1950-2001)

	População Activa com Profissão (%)																	
	1950			1960			1970			1981			1991			2001		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Sector Prim.																		
Continente	40,6	7,9	48,4	39,7	3,4	43,0	26,1	6,0	32,1	11,9	6,9	18,9	6,7	3,8	10,5	3,2	1,6	4,8
C. U. V. Sousa	39,7	6,7	46,3	34,5	3,4	37,9	Nd	Nd	Nd	8,6	7,0	15,6	4,8	2,5	7,3	1,4	1,0	2,5
Penafiel	45,4	6,3	51,7	43,0	3,1	46,2	Nd	Nd	31,3	11,4	9,5	20,9	8,5	3,9	12,3	1,8	1,7	3,5
Sector Secund.																		
Continente	19,5	5,5	25,0	24,2	5,5	29,7	25,34	8,4	33,8	29,6	9,7	39,4	26,4	12,2	38,6	24,6	11,0	35,6
C. U. V. Sousa	30,2	5,4	35,5	40,5	4,0	44,6	Nd	Nd	Nd	48,4	12,2	60,5	40,1	24,5	64,6	39,8	23,6	63,4
Penafiel	23,0	4,5	27,5	30,3	2,9	33,3	Nd	Nd	43,0	41,4	5,8	47,2	35,2	18,7	53,9	38,5	18,1	56,6
Sector Terc.																		
Continente	16,6	10,0	26,6	17,3	9,9	27,3	22,27	11,8	34,0	24,3	17,5	41,8	26,5	24,4	50,9	27,9	31,8	59,7
C. U. V. Sousa	10,3	7,9	18,1	10,2	7,3	17,5	Nd	Nd	Nd	14,8	9,0	23,8	17,6	10,5	28,1	17,6	16,6	34,26
Penafiel	12,2	8,6	20,8	12,9	7,7	20,6	Nd	Nd	25,6	21,2	10,7	31,9	21,3	12,9	33,8	21,0	18,9	39,9

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001; cálculos próprios.
 Nd: Dados não disponíveis.

Quadro 4.7 Evolução da população activa com profissão, segundo o sub-sector da indústria transformadora, nos concelhos da Comunidade Urbana do Vale do Sousa (1981-2001)

	População Activa com Profissão, segundo o Sub-Sector da Indústria Transformadora, por Concelho do Vale do Sousa (%)																	
	1981						1991						2001					
	CP	F	L	PF	PRD	PNF	CP	F	L	PF	PRD	PNF	CP	F	L	PF	PRD	PNF
Alimentação	7	2	5	2	2	10	3	1	2	1	2	5	3	1	3	1	2	4
Têxtil	11	22	27	16	6	19	7	12	31	25	10	18	4	5	8	8	3	9
Vestuário	6	9	21	10	3	22	10	7	30	23	19	46	10	6	45	29	19	52
Calçado	1	49	6	0	0	1	32	70	15	1	1	1	42	76	15	1	1	1
Madeiras	43	4	5	3	6	8	24	2	2	2	4	4	10	2	3	3	5	5
Mobiliário	4	1	18	60	73	6	5	1	12	42	55	3	9	2	14	49	55	3
Metalurgia	10	8	10	5	3	9	9	4	4	4	3	4	7	3	5	4	4	4
Outros	18	6	8	4	7	25	10	3	4	3	5	19	14	5	7	5	11	22

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2001; cálculos próprios.
 Nota: CP: Castelo de Paiva; F: Felgueiras; L: Lousada; PF: Paços de Ferreira; PRD: Paredes; PNF: Penafiel.
 Nd: Dados não disponíveis.

Quadro 4.8 Evolução do peso das mulheres activas com profissão, segundo o sector de actividade, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1981-2001)

	Proporção de Mulheres Activas, segundo o Sector de Actividade (%)																	
	Sector Primário						Sector Secundário						Sector Terciário					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Continente	16,3	7,9	18,7	36,8	36,3	33,7	22,0	18,4	25,0	24,7	31,7	30,8	37,4	36,4	34,7	42,0	47,9	53,3
C. U. V. Sousa	14,4	9,0	Nd	44,8	34,1	42,3	15,1	9,1	Nd	20,1	38,0	37,3	43,3	41,7	Nd	37,7	37,3	48,6
Penafiel	12,2	6,8	Nd	45,3	31,3	48,0	16,2	8,8	Nd	12,3	34,7	32,0	41,4	37,5	Nd	33,6	38,3	47,3

Fonte: INE – Portugal, *XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001; cálculos próprios.
 Nd: Dados não disponíveis.

Tal como tivemos já ocasião de verificar, as transformações ocorridas neste período dizem também respeito ao crescimento da participação dos activos femininos na população activa. O referido crescimento, à escala nacional, começou em primeiro lugar com a participação das mulheres na agricultura, particularmente evidente nos anos 1960 e 1970. Nos anos 1980, este crescimento tocou a indústria, ainda que no quadro de um padrão não totalmente coerente desde então. Por outro lado, com o seu início nos anos 1970, a participação das mulheres nas actividades terciárias tem vindo a crescer continuamente até ao momento. Na região do Vale do Sousa, há ainda diferenças significativas relativamente aos processos que se verificaram a nível nacional. O ponto mais relevante, sem dúvida, é a “explosão” da participação feminina na actividade económica na indústria nos anos 1980, sendo igualmente digno de nota a menor participação feminina nas actividades terciárias na última década, quando comparada com os valores nacionais para o mesmo indicador.

4.5.2. A substituição dos antigos padrões de especialização agrícola pelas ocupações na indústria foi feita, na região do Vale do Sousa, ao longo das últimas décadas, no quadro de um modelo de emprego pouco qualificado. Este modelo é especialmente evidente sempre que analisamos as qualificações da população activa.

Ainda que num movimento não tão forte quanto seria necessário, o país experimentou, ao longo dos últimos 50 anos, em termos gerais, um movimento de redução contínua dos altos níveis de analfabetismo e iliteracia que o caracterizavam, tendo-se assistido a um ganho correlativo de qualificações escolares de nível secundário e superior. Ainda assim, cerca de metade da população activa não tinha, em 2001, mais de 6 anos de educação formal – um

registo que subia significativamente até aos 72% na região do Vale do Sousa. Uma tal discrepância é uma boa ilustração de um dos mais sérios problemas do contexto regional em análise, visível também quando se verifica que apenas 11% da mesma população detém, pelo menos, um nível de educação secundário (29% à escala nacional) e que apenas 4% dos activos possuem um diploma de ensino superior (com as mulheres a deterem uma performance melhor do que os homens neste domínio específico, ainda que inferior, mais uma vez, à performance nacional média). A situação de Penafiel não diverge substancialmente da verificada no Vale do Sousa.

Quadro 4.9 Evolução da população activa, segundo o nível educativo, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1950-2001)

	População Activa (%)								
	Continente	1981 Vale do Sousa	Penafiel	Continente	1991 Vale do Sousa	Penafiel	Continente	2001 Vale do Sousa	Penafiel
Não sabe ler nem escrever	11,1	9,3	10,9	4,0	2,7	2,9	1,8	1,2	1,4
Menos de 4 anos	11,3	14,0	13,8	8,1	10,5	11,1	4,3	5,4	5,7
4 anos	44,2	57,7	56,2	36,8	48,2	44,5	26,1	36,8	34,2
A frequentar 1º CEB	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Menos de 6 anos	3,0	2,7	2,3	3,6	3,4	3,4	3,3	3,4	3,6
6 anos	7,3	8,2	6,9	12,7	22,2	22,0	12,8	25,3	24,6
A frequentar 2º CEB	0,2	0,1	0,1	0,3	0,5	0,6	0,1	0,1	0,1
Menos de 12 anos	7,2	2,8	3,4	9,7	4,4	5,1	21,3	15,6	17,2
12 anos	8,0	2,6	3,1	12,5	4,7	5,2	12,0	6,0	6,2
A frequentar Ens. Secundário	1,1	0,4	0,5	2,0	1,0	1,2	1,6	0,8	0,9
Ensino médio/sup. incompleto	0,8	0,2	0,2	1,6	0,2	0,3	1,8	0,5	0,5
Ensino médio/sup. completo	5,3	1,9	2,3	7,6	1,7	3,2	11,8	4,0	4,6
A frequentar o ensino médio/sup.	0,5	0,1	0,1	1,0	0,2	0,3	3,0	0,9	1,0

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2001; cálculos próprios.

4.6. Emprego e desemprego

4.6.1. Dando continuidade ao esforço de caracterização da evolução da população activa nas unidades territoriais seleccionadas para estudo, no período que vai de 1950 a 2001, ensaiamos seguidamente a análise separada das suas componentes *emprego* e *desemprego*.

Começando pelo emprego, a informação recolhida nos vários recenseamentos realizados no período em apreço revela uma situação de relativa estabilidade à escala nacional, com a taxa de emprego a não sofrer praticamente variação ao longo do tempo. A região do Vale do Sousa conhece, no entanto, uma evolução distinta: com valores razoavelmente próximos da média nacional durante a maior parte do período em análise, em 1991 regista um aumento muito significativo da sua taxa de emprego, que permanece elevada até 2001, com aproximadamente mais 7 pontos percentuais do que o país no seu conjunto. Uma vez mais, este facto é revelador do maior dinamismo relativo da região ao nível do mercado de trabalho, ainda que, dentro do Vale do Sousa, subsistam diferenças importantes entre concelhos. Assim, o impulso registado na taxa de emprego em 1991 reflecte o comportamento do grupo de concelhos relativamente mais dinâmico (Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e, em menor grau, Paredes), com Penafiel e, sobretudo, Castelo de Paiva a apresentarem valores significativamente mais reduzidos (Quadro 4.10).

Quadro 4.10 Evolução da taxa de emprego da população residente com 15 e mais anos (1950-2001)

	Taxa de Emprego – População Residente com 15 e Mais Anos (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	53,7	52,7	51,4	52,5	52,1	53,4
Continente	54,1	53,0	51,4	52,7	52,3	53,5
Distrito do Porto	56,7	56,0	55,0	56,6	57,9	57,0
Grande Porto	56,9	56,6	Nd	56,9	57,4	56,4
Tâmega	52,8	52,1	Nd	52,2	54,6	54,9
Com. Urb. Vale do Sousa	54,9	53,1	Nd	54,4	60,5	60,6
Castelo de Paiva	56,1	49,2	Nd	46,5	45,9	51,2
Felgueiras	60,7	58,4	61,2	61,7	64,6	62,0
Lousada	54,2	54,4	47,5	54,9	64,9	62,8
Paços de Ferreira	56,1	54,8	49,8	56,7	65,9	64,2
Paredes	52,7	51,2	48,8	52,7	58,9	61,4
Penafiel	52,1	50,3	45,0	51,2	56,5	56,8

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.
 Nd: Dados não disponíveis.

4.6.2. No que diz respeito ao desemprego, a informação disponível sugere a existência de um importante ponto de viragem na década de setenta. Se até ao recenseamento de 1970 as estatísticas oficiais registam níveis de desemprego extremamente reduzidos, ao nível quase do pleno emprego, a partir de 1981 a taxa de desemprego conhece um aumento muito

pronunciado, na ordem dos 4 pontos percentuais relativamente ao valor registado no início da década anterior, permanecendo, à escala nacional, neste patamar mais elevado até ao momento presente. Para esta mudança terá contribuído decisivamente a grave crise económica internacional com origem nos choques petrolíferos, a qual teve repercussões mais severas no caso português, dada a ocorrência, em simultâneo, de dois choques internos de natureza adversa, associados à descolonização e às perturbações económicas do período pós-revolução⁴⁶.

Na região do Vale do Sousa, não obstante haver um acréscimo muito acentuado da taxa de desemprego em 1981 (relativamente ao valor de 1960), em 1991 regista-se uma nova redução neste indicador, que assume valores consideravelmente abaixo da média nacional. Em Lousada, Felgueiras e Paços de Ferreira verifica-se mesmo, no início da década de noventa, uma situação de aparente pleno emprego, com taxas de desemprego na ordem dos 2 pontos percentuais. Na última década do século XX, assiste-se, todavia, a uma tendência de agravamento do desemprego na região, com a generalidade dos concelhos a registar um aumento da taxa de desemprego.

Entre 1980 e 2001, destaca-se ainda a situação relativamente atípica do concelho de Castelo de Paiva. Em nítido contraste com a região envolvente, e com valores consideravelmente acima dos valores médios nacionais, Castelo de Paiva uma taxa de desemprego muito elevada. Em menor grau, também Penafiel e Paredes apresentam níveis de desemprego ligeiramente acima dos valores médios da região.

⁴⁶ Cf. José da Silva Lopes, *A Economia Portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva, 1996, pp. 22-33.

Quadro 4.11 Evolução da taxa de desemprego (1950-2001)

	Taxa de Desemprego (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	2,8	2,4	2,7	6,8	6,1	6,8
Continente	2,9	2,4	2,7	6,9	6,1	6,9
Distrito do Porto	3,5	2,4	2,0	7,5	5,4	7,1
Grande Porto	4,6	2,4	Nd	7,6	6,0	8,0
Tâmega	1,0	2,6	Nd	7,8	4,1	5,1
Com. Urb. Vale do Sousa	1,0	2,8	Nd	7,7	3,5	4,1
Castelo de Paiva	0,8	4,1	Nd	6,5	9,3	8,3
Felgueiras	0,6	1,8	Nd	6,1	2,6	3,7
Lousada	1,0	2,5	Nd	9,4	2,3	3,6
Paços de Ferreira	1,1	0,7	Nd	7,1	2,3	2,7
Paredes	1,1	3,5	Nd	7,8	4,0	4,2
Penafiel	1,3	3,8	Nd	8,7	4,2	4,6

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.
 Nd: Dados não disponíveis.

A avaliar pela informação disponibilizada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativamente à evolução do número de desempregados inscritos nos centros de emprego no período posterior a 2001, a situação do desemprego no Vale do Sousa ter-se-á, entretanto, agravado severamente nos últimos anos.

A contracção das actividades industriais tradicionais, muito expostas à concorrência internacional, tem originado uma acentuada diminuição do volume de emprego da região, ora em virtude da incorporação de tecnologia e da modernização dos processos produtivos, ora, mais frequentemente, na sequência do encerramento ou deslocalização de unidades produtivas. Por outro lado, é cada vez mais visível a crescente incapacidade do Grande Porto para continuar a absorver mão-de-obra proveniente do Vale do Sousa, não só porque, também ali, o volume de emprego na indústria transformadora tem vindo a diminuir, mas igualmente porque o sector da construção está em clara regressão, depois de um período de grande expansão.

De acordo com os dados do mesmo IEFP, os distritos de Aveiro, Porto e Braga – os mais afectados pelo aumento recente do desemprego – terão visto cerca de 90 mil pessoas perder os seus postos de trabalho entre 2000 e 2006⁴⁷. No distrito de Aveiro, o maior aumento relativo do desemprego deu-se em Castelo de Paiva. Felgueiras, Paços de Ferreira, Lousada e Paredes

⁴⁷ Cf. o artigo da jornalista Alexandra Figueira, “Porto, Aveiro e Braga com mais 90 mil sem trabalho desde 2000”, publicado no *Jornal de Notícias* de 17 de Maio de 2006.

ocupam os quatro primeiros lugares da lista dos concelhos que, no distrito do Porto, mais intensamente viram crescer a importância do fenómeno. No conjunto dos seis concelhos da Comunidade Urbana do Vale do Sousa, o número de desempregados terá crescido, entre 2001 e 2006, cerca de 150%; no total, este agrupamento de municípios terá contribuído com perto de 10 mil indivíduos para o reforço do contingente de trabalhadores que, no último quinquénio, perdeu o emprego⁴⁸.

O aumento do desemprego está a afectar particularmente os concelhos do Vale do Sousa cujo perfil produtivo é mais especializado: em Felgueiras, o número de desempregados multiplicou-se quatro vezes e meia entre 2001 e 2006 (terá passado de cerca de 1 000 para mais de 4 500 indivíduos); no mesmo período, o número de desempregados residentes em Paços de Ferreira mais que triplicou (de cerca de 750 para mais de 2 300 indivíduos).

Penafiel, parece, entretanto, estar a responder ligeiramente melhor à alteração recente da situação económica da região. Apesar de apresentar geralmente uma situação mais desfavorável em termos de desemprego, a intensidade do aumento recente do número de desempregados foi aqui menor (cerca de metade do valor médio do Vale do Sousa), facto certamente associado, por um lado, ao menor peso que a indústria transformadora assume neste concelho e, por outro lado, à relação tradicionalmente muito forte entre a estrutura de emprego concelhia e a incidência das migrações pendulares. O peso preponderante que o sector da construção sempre assumiu, no caso dos homens, e que o terciário cada vez mais vem assumindo, no caso das mulheres, associado à importância dos fluxos migratórios de natureza pendular, pode estar a permitir um mais fácil ajustamento dos activos locais aos condicionalismos impostos pela circunscrição do volume de emprego regional. Se o emprego no Vale do Sousa e no Grande Porto diminui, há que redireccionar as deslocações, porventura alongando-as ou mesmo *internacionalizando-as*, na procura dos pólos – cada vez mais temporários – onde o emprego está a ser criado. Para boa parte da população activa penafidelense, o *capital de mobilidade* acumulado por força da participação em sectores de actividade económica assentes na mobilidade geográfica da força de trabalho pode estar a ajudar a lidar melhor com a actual situação económica. No fundo, a mudança será, para muitos activos penafidelenses, mais de *forma* (destino e duração das deslocações; passagem da migração pendular diária à migração pendular semanal; etc.) do que de *conteúdo* (necessidade de reconversão socioprofissional).

⁴⁸ De acordo com o INE, o número de desempregados nos seis concelhos da Comunidade Urbana do Vale do Sousa era, em 2001, de 6 593. Em 31 de Dezembro de 2006, e de acordo com o IEFP, o número de desempregados situava-se nos 16 438.

A análise do desemprego ao longo da segunda metade do século XX revela, entretanto, diferenças consideráveis entre sexos. Entre 1950 e 1970, o desemprego feminino assume valores bastante inferiores aos registados pela população masculina, sendo mesmo, em algumas zonas do país, praticamente inexistente. A partir de 1970, a situação inverte-se, passando o desemprego feminino a assumir maior expressão relativa e atingindo valores consideravelmente mais elevados do que os referentes ao desemprego masculino. No censo de 1981, por exemplo, a taxa de desemprego feminina é superior em quase 8 pontos percentuais à taxa de desemprego masculina (valores referentes ao Continente). Os censos de 1991 e 2001 reflectem novamente esta tendência, embora a diferença entre sexos se tenha esbatido ligeiramente.

Quadro 4.12 Evolução da taxa de desemprego, segundo o sexo (1950-2001)

	Taxa de Desemprego (%)											
	1950		1960		1970		1981		1991		2001	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Portugal	3,1	1,7	2,8	0,6	2,5	3,2	4,1	11,8	4,2	8,9	5,2	8,7
Continente	3,2	1,7	2,8	0,6	2,5	3,7	4,2	11,8	4,2	8,8	5,3	8,7
Distrito do Porto	4,2	1,9	3,0	0,5	1,9	2,3	4,6	12,3	4,1	7,0	5,7	8,7
Grande Porto	5,6	2,3	3,2	0,5	Nd	Nd	4,8	11,9	4,7	7,7	6,8	9,4
Tâmega	1,1	0,6	2,9	0,5	Nd	Nd	4,5	15,1	2,9	6,1	3,2	8,0
Com. Urbana												
Vale do Sousa	1,1	0,7	3,1	0,4	Nd	Nd	4,0	16,3	2,6	5,1	2,9	5,6
Castelo de Paiva	0,9	0,3	4,5	0,9	Nd	Nd	4,6	11,0	5,0	17,4	4,5	13,6
Felgueiras	0,7	0,3	2,3	0,2	Nd	Nd	3,9	9,7	2,3	3,1	3,2	4,3
Lousada	0,8	1,7	2,9	0,9	Nd	Nd	4,5	20,0	2,2	2,5	2,9	4,5
Paços de Ferreira	1,2	0,7	0,7	0,2	Nd	Nd	3,2	16,3	1,7	3,3	2,2	3,6
Paredes	1,2	0,8	3,8	0,5	Nd	Nd	3,8	19,8	2,4	7,0	2,8	6,1
Penafiel	1,5	0,7	4,3	0,5	Nd	Nd	4,3	19,6	3,3	6,0	3,0	7,0

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Nd: Dados não disponíveis.

No que diz respeito à região do Vale do Sousa, verifica-se uma evolução semelhante à observada à escala nacional, destacando-se, no entanto, uma divergência ainda mais acentuada entre sexos no censo de 1981 (cerca de 12 pontos percentuais). Esta divergência é posteriormente atenuada, verificando-se, em termos médios, uma maior proximidade relativa das taxas de desemprego masculina e feminina na região do Vale do Sousa do que ao nível

nacional. À escala concelhia, Castelo de Paiva assume novamente um comportamento relativamente atípico, apresentando uma notável discrepância ente sexos, na ordem dos 12 pontos percentuais, em 1991, e dos 9 pontos percentuais, em 2001. Neste sentido, o elevado desemprego registado neste concelho reflecte essencialmente a condição de desemprego da população activa feminina. Em menor grau, também Penafiel assume, em 2001, uma divergência entre sexos mais acentuada do que a observada no país no seu conjunto.

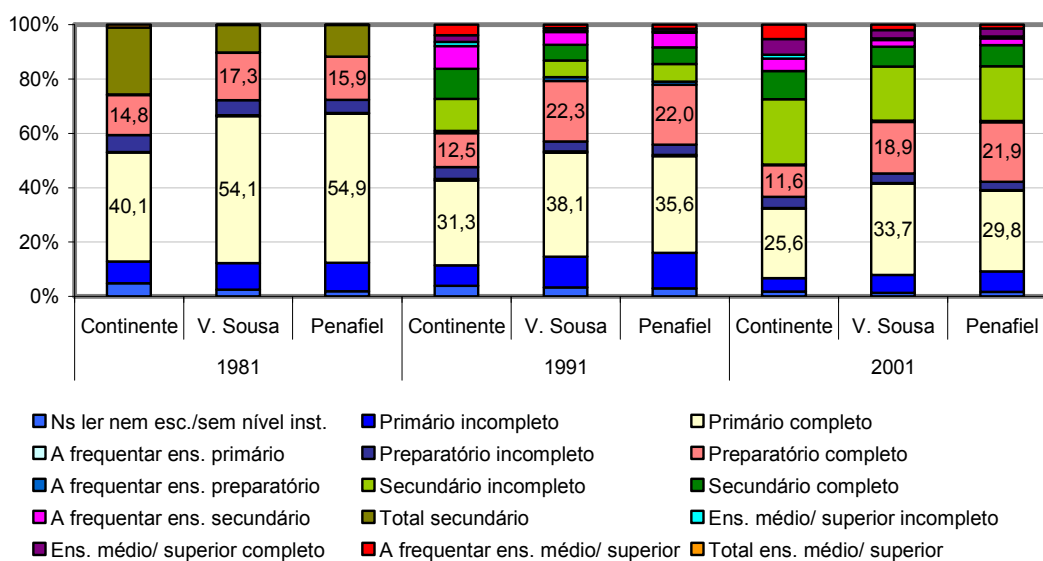
Considerando agora a decomposição do desemprego por diferentes níveis de instrução, verifica-se uma grande correspondência com o que anteriormente foi dito a respeito da população activa. Com efeito, a importância relativa de cada nível de instrução dentro das situações de desemprego reflecte, em grande medida, a sua expressão no total da população activa. Ainda assim, há uma ligeira sobre-representação dos níveis de ensino mais reduzidos e, conseqüentemente, uma relativa sub-representação dos escalões mais elevados. Em 2001, por exemplo, os indivíduos com nível de ensino médio ou superior representavam cerca de 17% da população activa portuguesa, ficando-se a percentagem correspondente em termos do conjunto dos activos desempregados pelos 13%⁴⁹.

Acompanhando o que tem sido a evolução geral da população activa, nas várias unidades territoriais em estudo regista-se uma tendência, ao longo das duas últimas décadas, para a redução da importância relativa dos desempregados com níveis de instrução mais baixos. Ainda assim, a grande maioria das situações de desemprego está associada a níveis de instrução muito reduzidos, sendo este facto mais evidente na região do Vale do Sousa e no concelho de Penafiel. Em 2001, cerca de metade dos desempregados no Continente possuíam um nível de instrução que não ultrapassava o ensino preparatório, enquanto que no Vale do Sousa e em Penafiel o valor correspondente ascendia a cerca de 65%⁵⁰.

⁴⁹ Os valores correspondentes para Penafiel são de 6% e 5%, respectivamente.

⁵⁰ Ao nível concelhio verifica-se, à semelhança do que acontecia com a população activa, uma situação de relativa uniformidade. Também neste caso, apenas Castelo de Paiva apresenta um padrão ligeiramente diferenciado, com menor importância relativa do desemprego de indivíduos com nível de instrução primário e, inversamente, maior importância relativa dos desempregados com instrução ao nível do ensino preparatório.

Figura 4.3 Decomposição da população activa desempregada, segundo o sexo, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1981-2001)⁵¹



Fonte: INE – Portugal, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2001.

Finalmente, no que se refere à decomposição do desemprego segundo o tipo de procura de emprego, verifica-se a ocorrência de uma profunda mudança, à escala nacional, entre 1960 e 2001⁵². Enquanto que nos censos de 1960 e 1970 a procura de novo emprego assume uma importância relativamente reduzida no conjunto das situações de desemprego (31% e 24% dos casos em 1960 e 1970, respectivamente), a partir da década de oitenta esta categoria assume gradualmente mais relevo, representando quase 80% do desemprego no último recenseamento. Trata-se de uma mudança que reflecte, indubitavelmente, a transformação operada no mercado de trabalho na segunda metade do século XX, designadamente nos últimos vinte anos, com a crescente precarização da situação de emprego e consequente intensificação da situação de desemprego associada à procura de novo emprego.

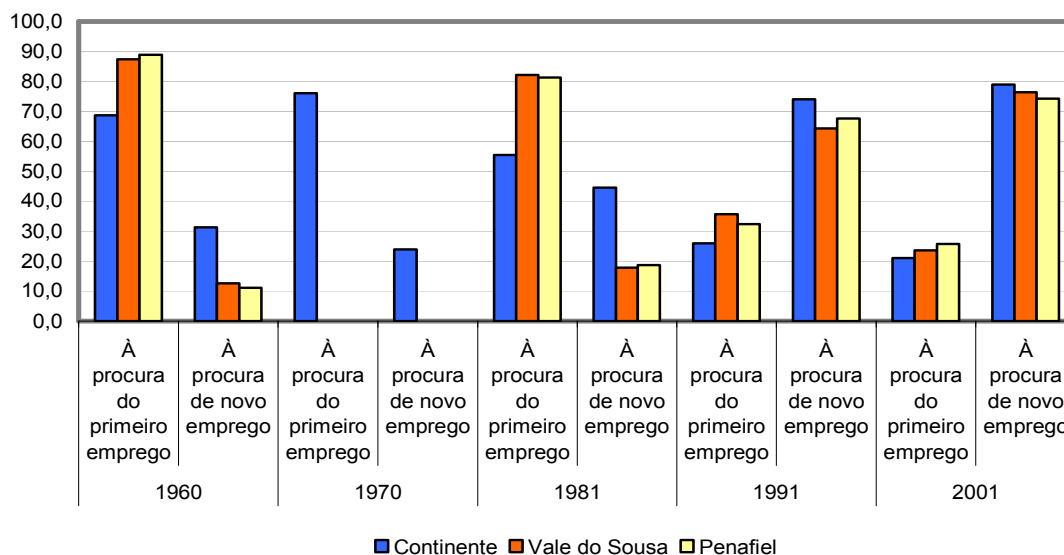
Situação idêntica ocorre na região do Vale do Sousa, onde a inversão da importância relativa das duas categorias de desemprego é ainda mais notória: em 1960, aproximadamente 90% dos desempregados estavam à procura de primeiro emprego; em 2001, o valor

⁵¹ Não tendo sido possível obter informação desagregada dos activos desempregados para o ensino secundário e ensino superior no Recenseamento de 1981, optou-se pela apresentação agregada destes valores. Assim, as categorias “Total secundário” e “Total Ens. médio/superior” incluem todos os activos que atingiram estes níveis de ensino, tendo ou não completado a sua instrução ou estando ainda a frequentá-los.

⁵² O censo de 1950 não contempla esta distinção, considerando unicamente a separação entre aqueles que procuram emprego há menos de 6 meses e os que o fazem por um período superior.

correspondente cifrava-se nos 23%. Neste domínio, Penafiel não apresenta qualquer traço que o distinga da tendência média registada no Vale do Sousa.

Figura 4.4 Decomposição da população activa desempregada, segundo o tipo de procura de emprego, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1981-2001)



Fonte: INE – Portugal, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2001.

4.7. A reestruturação do espaço social

4.7.1. O processo de redefinição da actividade económica, com a substituição gradual da agricultura pela indústria, que temos vindo a identificar, é também acompanhado pela reestruturação do perfil de relações da população activa com a propriedade, fazendo dos cinquenta anos em análise um período crucial para a compreensão do processo de transformação social em curso na região.

Com algumas especificidades, este processo pode genericamente ser descrito como implicando o desenvolvimento do assalariamento e a diminuição do trabalho familiar de tipo informal e não remunerado. A nível nacional, em 1950, já mais de 70% da população activa definia o seu posicionamento social no quadro de uma relação salarial; contudo, os contrastes regionais a este nível no interior do país assumiam grande relevo. Nessa data, as diferenças entre a região do Vale do Sousa (59% de taxa de assalariamento) e Penafiel (59%) e o resto do país (72%) eram significativas. No que diz respeito aos trabalhadores familiares não

remunerados, a situação invertia-se: a formação social nacional, que já tinha uma percentagem relativamente mais pequena de activos numa tal situação (7%), contrastava ainda com os 12% de activos em igual circunstância documentados na região do Vale do Sousa e em Penafiel. A esse registo devia ainda acrescentar-se o efectivo relativo dos isolados e mesmo o dos próprios detentores de posicionamentos patronais, que eram superiores aos efectivos nacionais em ambas as situações, ainda que com intensidades diferenciadas.

Os processos que emergiram desde o início do período até 2001 demonstram a relativa incapacidade da região do Vale do Sousa e de Penafiel em manter níveis comparativamente elevados de empregadores e de isolados (tais valores são menores do que os valores nacionais de referência). Por outro lado, e uma vez que o trabalho familiar se tornou residual e ainda menos representativo regional e localmente do que nacionalmente, o trabalho assalariado tornou-se crescentemente mais relevante em Penafiel e na região do Vale do Sousa. Actualmente, o assalariamento é uma característica de 81,5% dos activos portugueses e de mais de 84% dos casos regionais e locais aqui sob escrutínio (Quadro 4.13).

Quadro 4.13 População activa com profissão, segundo a situação na profissão, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1950-2001)

	População Activa (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Patrão						
Continente	7,8	6,0	2,4	3,4	6,5	10,4
Com. Urb. Vale do Sousa	9,8	6,5	Nd	3,4	6,6	9,0
Penafiel	9,2	6,2	Nd	2,9	5,9	8,6
Isolado						
Continente	13,6	13,1	18,3	16,3	13,5	6,3
Com. Urb. Vale do Sousa	18,7	16,4	Nd	14,3	9,6	5,7
Penafiel	19,3	16,5	Nd	15,1	10,2	5,4
Assalariado						
Continente	71,9	74,0	74,9	76,9	76,6	81,5
Com. Urb. Vale do Sousa	58,9	66,3	Nd	76,7	81,0	84,2
Penafiel	59,5	65,5	Nd	75,2	81,1	84,8
Trab. Fam. Não Remun.						
Continente	6,7	6,2	4,0	2,6	2,0	0,8
Com. Urb. Vale do Sousa	12,4	10,3	Nd	5,1	2,1	0,6
Penafiel	11,9	11,1	Nd	6,3	2,1	0,6

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

Nd: Dados não disponíveis.

Nota: O somatório dos valores de cada uma das categorias considerados pode ser ligeiramente inferior a 100, em virtude da existência de casos para os quais não foi possível especificar a respectiva situação na profissão.

4.7.2. Tomar em consideração as estruturas socioprofissionais e, com mais detalhe, a estrutura de classes das unidades territoriais sob análise permite a elaboração de um olhar mais aprofundado e complementar dos processos que temos vindo a identificar⁵³.

Assim, é possível constatar, desde logo, que a estrutura de ocupações profissionais da população activa do país tinha, em 1981, padrões muito divergentes daqueles que caracterizavam a região do Vale do Sousa e o concelho de Penafiel.

Em primeiro lugar, deve reter-se que os segmentos mais qualificados do espaço social estão claramente sub-representados nos espaços sociais regional e local considerados: profissionais científicos, dirigentes e gestores de topo empresarial representavam, então, cerca de 8,5% da população activa no país, mas conheciam registos muito mais débeis na região do Vale do Sousa e em Penafiel (cerca de 4% em cada uma das unidades).

Uma segunda diferença relevante está associada às modalidades de constituição das profissões nos serviços: pessoal administrativo, do comércio e dos serviços domésticos e protecção eram mais relevantes no país do que regionalmente e localmente; apenas num grupo profissional podemos identificar um registo minimamente aproximado ao nacional (10,4%), o caso, significativo, dos trabalhadores domésticos e de segurança em Penafiel (8,6%), tradicionalmente um grupo socioprofissional com qualificações reduzidas no interior da pequena-burguesia de execução⁵⁴.

Uma terceira tendência diferenciadora diz principalmente respeito à presença do operariado industrial e à preponderância que este tem em todas as unidades territoriais em estudo, ainda que com o facto importante de a sua relevância nacional (40%) ser, em 1981, menor do que a registada em Penafiel (53%) e, especialmente, no Vale do Sousa (62%).

Um quarto padrão diferenciador diz respeito à agricultura. Ainda que relativamente vaga na sua definição formal e conceptual, a categoria de 1981 que reúne as profissões agrícolas demonstra que o processo de desruralização teve mais relevância na região do Vale do Sousa como um todo do que no país (19%) e Penafiel (21%). Tal como se pode verificar mediante a análise do Quadro 4.14, o concelho de Penafiel era, das unidades territoriais identificadas, o

⁵³ O ano 1981 é o primeiro momento do período que temos vindo a considerar que apresenta informação válida para a elaboração do tipo de análise de múltiplo nível que pretendemos desenvolver com base nos dados oficiais do sistema estatístico português.

⁵⁴ Para desenvolvimentos suplementares sobre esta questão, ver João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", in António Reis (org.), *Portugal: 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 307-330.

território com maior ligação à agricultura. Esta questão será alvo de desenvolvimento no capítulo seguinte deste Relatório.

Quadro 4.14 População activa com profissão, segundo o grupo profissional, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1981)

Grupo Profissional	População Activa (%)		
	Continente	Com. Urbana Vale do Sousa	Penafiel
Pessoal de profissões científicas, técnicas, artísticas e similares	7,2	2,8	3,4
Quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	1,4	1,6	0,9
Pessoal administrativo e similar	13,2	5,6	6,7
Pessoal do comércio e vendedores	8,1	5,3	5,9
Pessoal dos serviços de protecção e segurança, dos serviços pessoais e domésticos e similares	10,4	6,5	8,6
Agricultores, criadores de animais, trabalhadores agrícolas, pescadores e caçadores	18,7	15,7	21,1
Trabalhadores da produção das indústrias extractiva e transformadora, operadores e condutores de máquinas	40,5	62,3	53,2
Membros das Forças Armadas	0,5	0,1	0,2

Fonte: INE – Portugal, *XII Recenseamento Geral da População*, 1981.

A análise dos processos de estruturação de classe entre 1991 e 2001 permite, por sua vez, a identificação de algumas dinâmicas divergentes relevantes.

Um aspecto fundamental a sublinhar é o que nos diz que os padrões de estruturação de classe nos segmentos mais qualificados do espaço social da região do Vale do Sousa e de Penafiel são claramente diferentes daqueles que podemos observar a nível nacional. Estas diferenças não se colocam muito no que diz respeito à estruturação do posicionamento empresarial, ou mesmo no que reporta aos dirigentes e profissionais burgueses, visto que é aqui que podemos identificar, através da relevância da propriedade económica (ainda que, nas unidades regionais em causa, principalmente pequena, como veremos), um certo traço comum entre todas as unidades em estudo. A situação torna-se extremamente diferente quando tomamos em consideração os grupos detentores de profissões intelectuais e científicas. Neste caso, e ainda que o crescimento relativo possa ter uma configuração semelhante em muitas das unidades em análise, as suas presenças não o são: com efeito, os 7% de agentes activos neste segmento do espaço social vêem-se reduzidos regional e localmente para uns restritos

2% e 3%, respectivamente, e tudo isto em resultado de um sério problema de escolarização persistente.

Conclusões semelhantes podem igualmente ser estabelecidas a propósito dos processos de formação dos técnicos de enquadramento intermédio: os respectivos registos são semelhantes na região do Vale do Sousa e em Penafiel, sendo inferiores em 4 pontos percentuais ao registo nacional e não tendo sofrido variação durante a última década.

A situação da pequena-burguesia proprietária e da pequena-burguesia agrícola, por sua vez, é similar, seja qual for o enquadramento socioespacial consagrado. No entanto, deve destacar-se o facto de os efectivos percentuais da pequena-burguesia agrícola terem expressões residuais semelhantes tanto na região do Vale do Sousa como no próprio concelho de Penafiel, um processo tanto mais significativo quanto, há algumas décadas atrás, a situação era totalmente diferente (no caso de Penafiel não se poderá, por outro lado, deixar de salientar que este processo de erosão do campesinato tradicional atingiu um ponto de grande expressão, sendo esta fracção de classe marcada, inclusive, por efectivos ainda mais frágeis do que os relativos ao operariado agrícola).

Quadro 4.15 População activa com profissão, segundo a fracção de classe, no Continente, Vale do Sousa e Penafiel (1981)

	População Activa (%)					
	Continente		Com. Urbana Vale do Sousa		Penafiel	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Empresários	8	9	8	8	7	8
Dirigentes e profissionais	1	3	0	2	0	2
Intelectuais e cientistas	5	7	1	2	2	3
Técnicos intermédios	7	8	4	4	4	4
Pequenos proprietários	8	5	7	5	6	4
Agricultores	6	2	3	1	5	1
Empregados de execução	27	32	14	19	17	21
Operários industriais	33	30	59	56	54	53
Operários Agrícolas	4	2	2	1	3	2

Fonte: INE – Portugal, *XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1991 e 2001.

Nota: Tratamento realizado de acordo com as propostas de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Famílias, Estudantes e Universidade: painéis de observação sociográfica”, in *Sociologia: Problemas e Práticas*, 4, 1988, pp. 11–44; João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in António Reis (ed.), *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 307–330.

A divergência é também uma marca relevante da análise comparada dos efectivos do operariado industrial no espaço social nacional, na região do Vale do Sousa e em Penafiel. Uma tal relevância, tal como decorre da análise de informação anteriormente apresentada, pode ser verificada pelo facto de os operários industriais representarem mais de 50% da população activa (em 2001: 56% na região do Vale do Sousa; 53% em Penafiel e 33% no país); contudo, a dinâmica da formação de classe tem um traço comum, na medida em que é possível identificar um processo de regressão relativa do operariado industrial, sobretudo para o espaço social nacional e para a região do Vale do Sousa, com uma quebra de 3 pontos percentuais (1 ponto percentual em Penafiel). Por outro lado, é possível identificar uma situação exactamente oposta no que diz respeito aos empregados de execução, em que, com uma dinâmica de crescimento nas três unidades em análise (5 pontos percentuais para o país e para a região do Vale do Sousa e 4 pontos percentuais para o concelho de Penafiel), verifica-se serem as suas proporções relativas muito diferentes: em 2001, podemos identificar, no continente, 32% de posicionamentos sociais na pequena-burguesia de execução, enquanto tais registos são bem menores na região do Vale do Sousa (19%) e em Penafiel (21%).

4.7.3. Como a *propriedade*, enquanto resultado sobretudo do esforço de constituição de empresas, parece ser o único capital (*asset*⁵⁵) relevante na região, valerá a pena dar-lhe alguma atenção.

Um número considerável de empresas tem a sua localização na região do Vale do Sousa, ainda que a sua grande maioria se reporte a empresas de propriedade única (75% do total, em 2004). A nível concelhio há, contudo, algumas assimetrias, com Castelo de Paiva a apresentar um número extremamente baixo de empresas (apenas 4% do total regional, em 2004), concentrando Paredes, Felgueiras, Penafiel e Paços de Ferreira mais de quatro quintos das empresas regionais.

⁵⁵ Para desenvolvimentos analíticos suplementares sobre esta questão, ver Mike Savage *et al.*, *Property, Bureaucracy and Culture. Middle-class formation in contemporary Britain*, Londres, Routledge, 1995.

Quadro 4.16 Evolução do número de empresas e de sociedades (1994-2004)

	Empresas (N.º)			Sociedades (N.º)		
	1994	1999	2004	1994	1999	2004
Portugal	911.570	1.140.735	1.221.555	196.481	266.527	363.412
Norte	277.321	351.876	385.999	56.117	79.638	113.106
Distrito do Porto	138.154	174.498	192.602	33.093	45.789	62.739
Grande Porto	102.822	129.898	139.962	27.559	37.315	48.539
Tâmega	36.401	45.636	52.829	4.867	7.879	13.470
Com. Urb. Vale do Sousa	23.402	28.993	34.759	3.426	5.222	8.673
Castelo de Paiva	1.172	1.624	1.401	118	199	322
Felgueiras	4.222	5.207	6.453	749	1.135	1.844
Lousada	3.263	3.662	5.035	455	666	1.217
Paços de Ferreira	4.348	5.426	6.497	642	929	1.498
Paredes	6.123	7.553	8.843	844	1.307	2.045
Penafiel	4.274	5.521	6.530	618	986	1.747

Fonte: INE – Portugal, *Anuários Estatísticos da Região Norte*, 1994, 1999 e 2004.

Se tomarmos em consideração um indicador mais dinâmico, como o relativo à constituição de empresas, captamos imediatamente a vitalidade empresarial da região. Dignos de registo neste domínio são os municípios de Felgueiras, Paredes e Paços de Ferreira, em que o número de sociedades fundadas anualmente é relativamente elevado, situando-se significativamente acima da média regional. Mais uma vez, Castelo de Paiva revela grandes fragilidades, registando a criação de apenas 4 empresas em 2004, apesar da sua situação enquanto concelho da região que beneficia, juntamente com Paredes e Penafiel, de um esquema de incentivos para a localização de actividades económicas⁵⁶.

A análise do volume médio de negócios por sociedade revela, ao mesmo tempo, uma grande discrepância entre o Vale do Sousa e o país no seu conjunto, com esta região a apresentar, em 2003, um valor que não atinge 60% do valor médio nacional. Uma tão grande diferença de valores está seguramente relacionada com algumas das debilidades do tecido empresarial da região, nomeadamente a prevalência de empresas de dimensão muito reduzida e especialização em torno de actividades de baixo valor acrescentado.

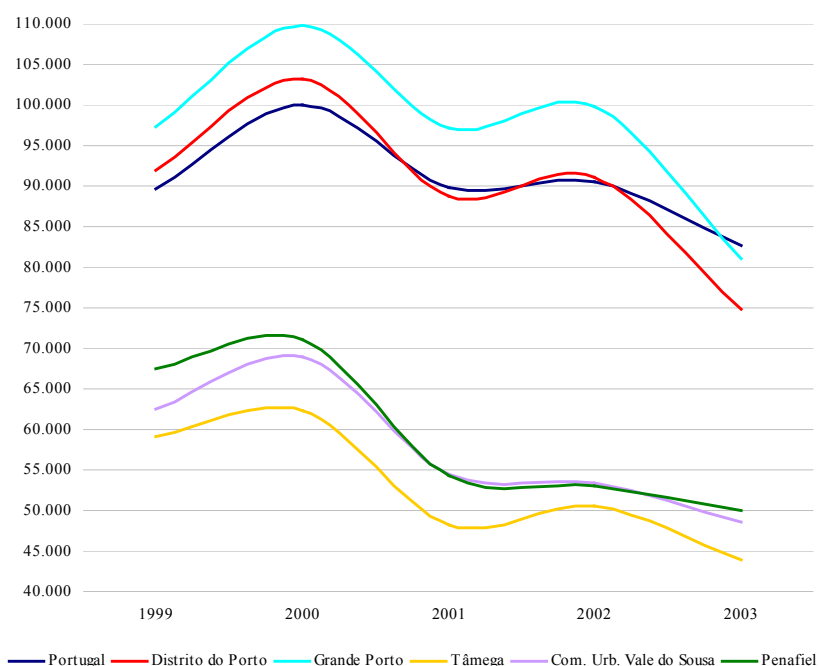
⁵⁶ *Sistema de Incentivos Regionais (SIR)*, Decreto-Lei n.º 193/94, de 19 Julho.

Quadro 4.17 Evolução do número de sociedades constituídas (1995-2004)

	Sociedades Constituídas (N.º)		
	1995	1999	2004
Portugal	2.840	2.660	1.845
Norte	1.335	1.255	842
Distrito do Porto	663	781	412
Grande Porto	443	343	226
Tâmega	195	204	156
Com. Urbana Vale do Sousa	151	140	112
Castelo de Paiva	5	8	4
Felgueiras	48	28	30
Lousada	18	17	13
Paços de Ferreira	19	29	28
Paredes	42	44	26
Penafiel	19	14	11

Fonte: INE – Portugal, *Anuários Estatísticos da Região Norte*, 1995, 1999 e 2004.

Figura 4.5 Volume médio anual de negócios, em milhares de euros, nas sociedades (1999-2003)

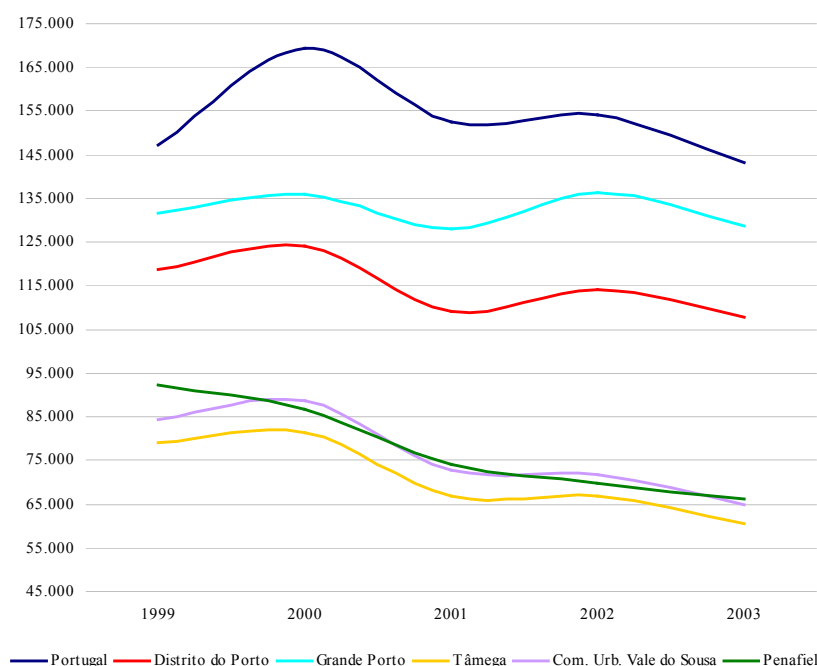


Fonte: INE – Portugal, *Anuários Estatísticos da Região Norte*, 1999-2003.

Ao nível da indústria transformadora, actividade que, como vimos, tem uma importância preponderante na região, a situação é ainda mais desnivelada. Neste caso, o volume médio de negócios por sociedade no Vale do Sousa não atinge, no últimos três anos da série, sequer

metade do valor médio registado à escala nacional. Os dados sugerem um agravamento da situação neste período, mas a reduzida dimensão da série temporal não permite retirar conclusões definitivas a este respeito.

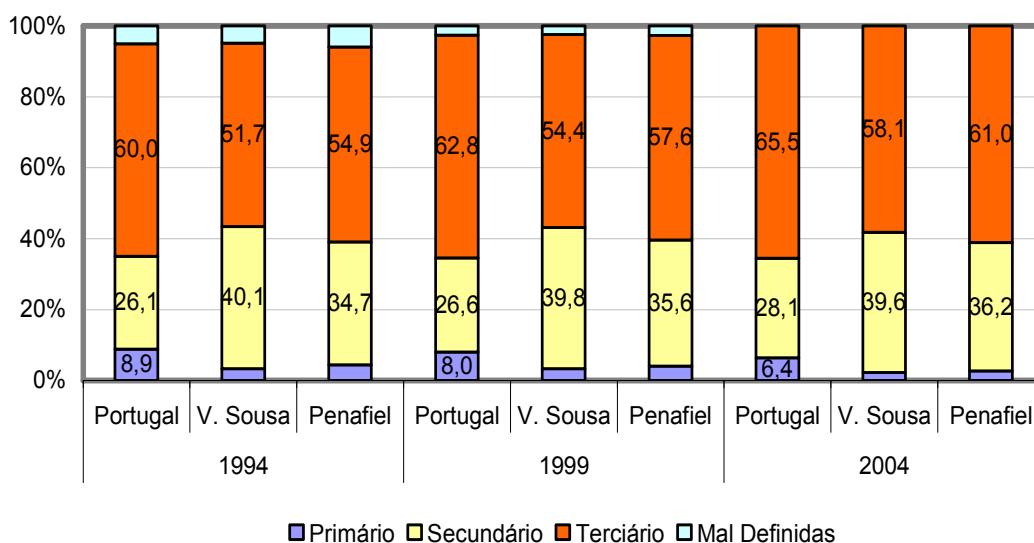
Figura 4.6 Volume médio anual de negócios, em milhares de euros, nas sociedades da indústria transformadora (1999-2003)



Fonte: INE – Portugal, *Anuários Estatísticos da Região Norte*, 1999-2003.

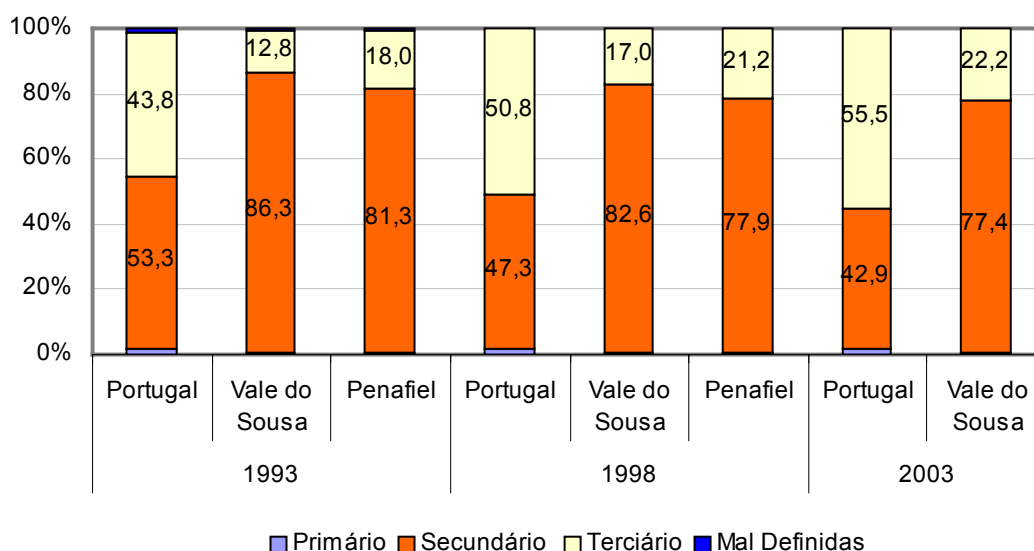
Considerando adicionalmente a classificação das empresas por grandes sectores de actividade, verifica-se uma clara prevalência do sector terciário, quer à escala nacional, quer na região do Vale do Sousa. A inversão das posições relativas dos sectores secundário e terciário à escala regional, relativamente à classificação com base na população activa, sugere a existência de uma estrutura empresarial muito difusa no sector terciário, com um número relativamente mais elevado de estabelecimentos do que de activos. Destaca-se ainda a expressão muito reduzida do sector primário, que, no Vale do Sousa, em 2004, não atinge sequer 3% do total de empresas.

Figura 4.7 Evolução do número de empresas, segundo o sector de actividade, em Portugal, Vale do Sousa e Penafiel (1994-2004)



Fonte: INE – Portugal, *Anuários Estatísticos da Região Norte*, 1994, 1999 e 2004.

Figura 4.8 Evolução do pessoal ao serviço nas sociedades, segundo o sector de actividade, em Portugal, Vale do Sousa e Penafiel (1993-2003)



Fonte: INE – Portugal, *Anuários Estatísticos da Região Norte*, 1993, 1998 e 2003.

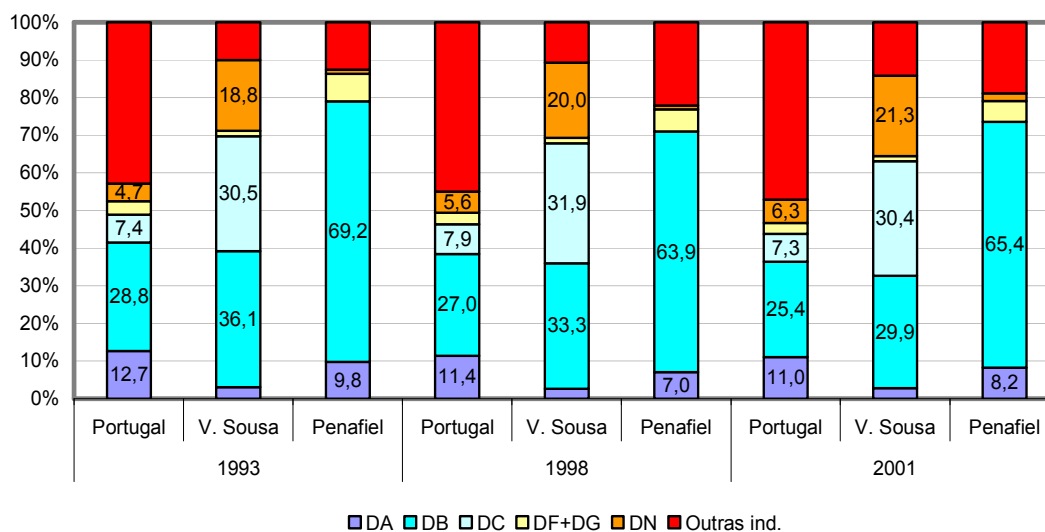
Ao nível da indústria transformadora, verificam-se também resultados similares nas duas abordagens, ainda que, neste caso, a comparação seja mais difícil, por serem diferentes os

sub-sectoros utilizados nas duas desagregações (população activa residente no concelho, nos Censos; pessoal ao serviço nas empresas ou sociedades com sede no concelho, no caso dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho, a que os Anuários Estatísticos do INE se reportam)⁵⁷. No concelho de Penafiel, por exemplo, a importância relativa da indústria têxtil e de vestuário é, em termos do número de activos, de cerca de 62% (Censo de 2001), ao passo que, na decomposição alternativa, é ligeiramente maior: 65,4%; a indústria alimentar tem, em ambos os casos, maior expressão em Penafiel do que na região do Vale do Sousa; as indústrias do mobiliário e do calçado têm uma representação muito reduzida (sobretudo a indústria do calçado). Na região do Vale do Sousa, há também uma grande proximidade de resultados: na classificação com base na população activa, as indústrias alimentares, têxtil/vestuário, mobiliário e calçado representam 2, 32, 30 e 21% dos activos empregados na indústria transformadora, enquanto que os valores correspondentes na decomposição com base no pessoal ao serviço nas sociedades são de 3, 30, 30 e 21%, respectivamente. Parece assim poder dizer-se que o fenómeno das migrações pendulares por motivo laboral, não tem grande expressão na região ao nível da indústria transformadora (ou, quando muito, que os fluxos interconcelhios de trabalhadores empregados neste sector de actividade são bastante equilibrados).

Considerando, finalmente, a comparação entre as duas decomposições tomando como base os valores absolutos registados em 2001, obtêm-se resultados similares. Repare-se que, neste caso, as diferenças entre as duas abordagens encontram-se sobre-estimadas, porque estamos a comparar a população activa (em vez da população empregada) e o pessoal ao serviço nas sociedades (em vez do total de empresas existente). Mas, mesmo com estas limitações, é possível constatar que as principais discrepâncias ocorrem ao nível do sector terciário, sobretudo na categoria “Outros serviços”, e no sub-sector do sector secundário “Construção e obras públicas”. Deste modo, e na linha dos resultados obtidos anteriormente, será nestes sectores que se verificarão com maior incidência movimentos pendulares por motivo laboral.

⁵⁷ Ver no Quadro 18 a definição dos subsectoros considerados na decomposição do pessoal ao serviço nas sociedades da indústria transformadora com sede na região/concelho.

Figura 4.9 Evolução do pessoal ao serviço nas sociedades da indústria transformadora, segundo o ramo de actividade, em Portugal, Vale do Sousa e Penafiel (1993-2003)⁵⁸



Fonte: INE – Portugal, *Anuários Estatísticos da Região Norte*, 1993, 1998 e 2003.

Quadro 4.18 Decomposição da população activa e do pessoal ao serviço nas sociedades, segundo o ramo de actividade nos sectores secundário e terciário, no Vale do Sousa e Penafiel (2001)

	População Activa (N.º)		Pessoal ao Serviço (N.º)		(1) – (2)	
	Com. Urb. Vale Sousa	Penafiel	Com. Urb. Vale Sousa	Penafiel	Com. Urb. Vale Sousa	Penafiel
Sector Secundário						
Ind. Extractivas	1.872	1.433	1.103	1.047	769	386
Ind. Transformadoras	73.728	8.557	55.059	7.152	18.669	1.405
Prod./Distrib. Gás, Elec., Água	810	340	31	Conf.	779	Nd
Construção e Obras Públicas	22.403	7.891	9.829	4.035	12.574	3.856
Total	98.813	18.221	66.022	12.234	32.791	5.987
Sector Terciário						
Comércio, Rep. Aut. e Bens...	21.779	4.611	10.549	2.272	11.230	2.339
Alojamento e Restauração	4.036	1.018	852	346	3.184	672
Transp., Armaz. e Comunic.	3.465	1.078	1.287	422	2.178	656
Actividades Financeiras	1.063	261	89	Conf.	974	Nd
Imob., Alug., Serv. Empresas	3.412	724	1.851	297	1.561	427
Outros Serviços	19.508	5.128	1.493	315	18.015	4.813
Total	53.263	12.820	16.121	3.652	37.142	9.168

Fonte: INE – Portugal, *XIV Recenseamento Geral da População*, 2001; INE – Portugal, *Anuário Estatístico da Região Norte*, 2001.

Nota: A categoria “Outros Serviços” inclui: Administração Pública, defesa e segurança social; educação; saúde e acção social; outros serviços colectivos, sociais e pessoais; famílias com empregados domésticos; organismos internacionais e outras organizações extraterritoriais.

Nd: Dados não disponíveis. Conf.: Dados sujeitos a segredo estatístico.

⁵⁸ Retiveram-se para análise os seguintes ramos da indústria transformadora: DA – Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco; DB – Indústrias têxteis e do vestuário; DC – Indústrias dos couros e calçado; DF+DG – Indústrias dos combustíveis e químicas; DN – Indústrias do mobiliário; Outras indústrias.

4.8. Síntese e balanço crítico

No presente capítulo foi possível desenvolver uma abordagem minimamente heurística sobre as relações entre economia e sociedade na região do Vale do Sousa. Uma tal abordagem, ancorada numa análise de dados estatísticos oficiais em série temporal, permitiu a identificação de um processo relevante de transformação socioeconómica na região em estudo e, com algumas diferenças relevantes, no concelho de Penafiel.

Na região, estas transformações envolveram uma mudança nas taxas de actividade, feminização e crescimento da presença jovem na população activa, tal como um importante movimento de desruralização e um consolidado movimento de activos em direcção às ocupações profissionais na indústria. Configurada em torno de um assalariamento pouco qualificado nos ramos tradicionais da indústria (ainda que com variações intra-regionais relevantes), a mudança, em concelhos como o de Penafiel, do mundo agrícola camponês e semi-aristocrático de meados dos anos 1950 para o mundo em (des)industrialização do ano de 2001, implicou divisões relevantes no espaço social. Estas estabeleceram-se principalmente em torno da propriedade económica (geralmente, uma pequena empresa), visto que a cultura (através da escola) ou a burocracia (através da presença significativa de emprego público ou do incremento organizacional) não deram origem a posições sociais mais sólidas e qualificadas. Com a sua especialização nas actividades construtivas e extractivas, o concelho de Penafiel parece, efectivamente, possuir um menor dinamismo económico, assim se compreendendo a relevância crescente do desemprego e a pressão consolidada para o estabelecimento, por parte dos seus activos, de migrações pendulares com horizontes geográficos cada vez mais alargados.

5. Actividade agrícola e espaço social rural

5.1. Introdução

A informação contida no presente capítulo – dedicado à análise da evolução geral da actividade agrícola no concelho de Penafiel e região envolvente, no quadro das transformações globais da agricultura e do espaço social rural português – visa reconstituir e aprofundar o trabalho de recolha e análise de informação estatística desenvolvido em finais da década de 1970, aquando da realização dos estudos originais sobre Fonte Arcada. A prossecução de tal objectivo far-se-á aqui quer através da revisão e enriquecimento do conjunto de indicadores então tratado, quer, fundamentalmente, através da inclusão de material estatístico relativo a momentos posteriores a essa data.

As séries de dados resultantes deste esforço de actualização da informação estatística relativa a Penafiel, ao Vale do Sousa e às unidades territoriais de enquadramento que têm vindo a ser convocadas para análise, agrupam, por isso, informação que recobre aproximadamente a segunda metade do século XX. Em diversos casos, porém, as séries de dados apresentadas são mais curtas, correspondendo ao período entre 1968 e 1999 ou, não raras vezes, apenas aos anos de 1989 e 1999.

A circunstância de muitos dos indicadores analisados no presente relatório recuarem apenas a 1989 traduz, por um lado, o carácter relativamente limitado e incipiente da informação recolhida no âmbito dos recenseamentos agrícolas realizados até então e, por outro lado, o salto qualitativo e quantitativo a que vimos assistindo nas últimas décadas no plano das estatísticas agrícolas, especialmente desde o *Recenseamento Geral da Agricultura* de 1989, facto certamente não alheio às transformações por que tem passado a agricultura portuguesa – sobretudo depois da adesão do nosso país, em 1986, à Comunidade Económica Europeia –, as quais geraram necessidades, a este nível, até então inexistentes.

O facto de a actividade agrícola constituir um dos domínios da realidade social e económica portuguesa que, no decurso das últimas décadas, mais rápida e profundamente viu alterada a sua configuração explica, de resto, os obstáculos em que esbarra a tarefa de construção de séries longas de informação estatística sobre o tema. A uma realidade em permanente e acentuada mudança, respondeu o sistema estatístico com ajustamentos e alterações, frequentemente radicais, nas nomenclaturas utilizadas. Compreende-se, por isso, que algumas das tentativas de harmonização de conceitos desenvolvidas no âmbito da análise cujos principais resultados aqui se reproduzem possam motivar interpretações da informação não isentas de ambiguidade. No sentido de conter eventuais equívocos, procurar-se-á, sempre que necessário, e ao longo do texto, evidenciar as premissas na base de cada um dos processos de harmonização conceptual desenvolvidos.

Por decorrerem de alterações significativas nos critérios de inquirição e nos métodos de recolha de informação, alguns aspectos há, todavia, que merecem referência prévia e atenção especial. Referimo-nos, em particular, à alteração dos critérios de delimitação do universo de explorações agrícolas a recensear ocorrido entre os Recenseamentos Gerais da Agricultura de 1979 e 1989. O principal dado a reter desta alteração reside no facto de os limiares mínimos para delimitação das explorações agrícolas a inquirir terem sido elevados de 0,5 hectares para 1 hectare entre 1979 e 1989, o que terá resultado na eliminação de numerosas unidades agrícolas, sobretudo de tipo familiar, do processo de recenseamento.

Sabendo nós que no Noroeste Português predominam as explorações de pequena e muito pequena dimensão, não podemos deixar de concluir que é na região sobre a qual temos incidido o nosso olhar que mais intensamente se farão sentir os efeitos desta alteração, com implicações óbvias na fiabilidade da análise comparativa dos dados de 1979 e 1989.

Sabendo nós também que é no grupo das unidades de menor dimensão que se recruta o grande contingente de explorações cujos membros dos respectivos agregados domésticos desenvolvem actividade profissional fora destas, é de crer que os resultados relativos à população agrícola familiar e à sua articulação, através dos mercados de trabalho, com outros sectores de actividade e outros contextos socioterritoriais – informação alvo de escrutínio no ponto cinco do presente capítulo – possam ter sido condicionados por esta alteração de fundo introduzida no Recenseamento Geral da Agricultura de 1989.

Por outro lado, o facto de a dimensão das unidades agrícolas continuar a não ser o critério exclusivo de delimitação do universo de explorações a inquirir seguido pelos Recenseamentos de 1989 e 1999 – todas as explorações com menos de 1 hectare, mas com um mínimo de área

dedicada a, pelo menos, uma cultura especializada ou com uma actividade pecuária mínima, foram também recenseadas – leva-nos a admitir que as consequências da elevação do limiar mínimo de delimitação do universo de explorações agrícolas a recensear não terão irremediavelmente condicionado a fiabilidade global dos dados obtidos pelos dois Recenseamentos.

Relativamente à organização interna do capítulo, ele dividir-se-á em quatro grandes domínios de análise, cada qual visando o fornecimento de uma panorâmica geral da evolução ocorrida ao longo das últimas décadas nas unidades territoriais em estudo no respeitante às principais dimensões de caracterização da actividade agrícola. Assim, num primeiro momento, analisam-se os aspectos gerais de estruturação e organização das explorações agrícolas, procurando destacar as principais alterações ocorridas ao nível do seu número, dimensão da superfície agrícola utilizada e orientação técnico-económica.

Em seguida, discutem-se as principais transformações na estrutura e forma de exploração da propriedade fundiária do concelho de Penafiel e da região envolvente, à luz da evolução registada no plano nacional, para, posteriormente, abordar os aspectos relativos ao peso económico das explorações agrícolas e à modernização dos respectivos processos produtivos e estrutura organizacional.

Finalmente, analisam-se com alguma profundidade a evolução e características fundamentais da população agrícola, com destaque para os fenómenos de pluriactividade e pluri-rendimento que atravessam a agricultura portuguesa, em especial no Noroeste do país, no quadro das estratégias que habitualmente caracterizam a actividade agrícola de base familiar.

Com excepção de alguma da informação referente a este último ponto, obtida através do recurso aos dados compilados no âmbito dos *Recenseamentos Gerais da População* promovidos pelo INE entre 1950 e 2001, a informação estatística apresentada reporta-se aos resultados mais relevantes dos *Inquéritos às Explorações Agrícolas do Continente* de 1952-54 e 1968 e dos *Recenseamentos Gerais da Agricultura* de 1979, 1989 e 1999.

5.2. Evolução geral da actividade agrícola

5.2.1. A região do Vale do Sousa, que agrupa os cinco concelhos contíguos de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, aos quais vem sendo acrescentado, mais recentemente, o concelho de Castelo de Paiva – em resultado da sua integração em organismos associativos de base intermunicipal (primeiro na Associação de Municípios do Vale do Sousa, agora na Comunidade Urbana do Vale do Sousa) – constitui um território que a análise económica regional geralmente assinala como sendo detentor de alguma homogeneidade e especificidade.

A confluência, nos concelhos considerados, de um conjunto importante de tendências socioeconómicas – confirmada, em muitos casos, pela convergência de padrões evolutivos expressa em diversos indicadores estatísticos, como, de resto, tivemos oportunidade de conferir até aqui – não significa, contudo, que os especialistas da geografia sejam unânimes em considerar o Vale do Sousa como região metodologicamente autonomizável⁵⁹.

De todo o modo, e apesar das limitações que sempre se colocam a esforços deste tipo, não será muito arriscado tentar avançar no sentido da sistematização de alguns elementos de caracterização deste território em domínios fundamentais da sua estruturação.

Assim, e do ponto de vista dos condicionalismos naturais, o Vale do Sousa caracteriza-se por uma orografia acidentada, ainda que sem serranias importantes, e por um perfil marcadamente atlântico, que se reflecte na humidade do clima e nos elevados índices de pluviosidade que nele se registam. Associadas ao facto de a região ser atravessada por diversos cursos de água, entre os quais se destaca, como não poderia deixar de ser, o Rio Sousa, e ao carácter granítico dos terrenos da zona, com solo de fácil desagregação e, por isso, normalmente fértil, estas características explicam o fácil armazenamento de água, patente nas inúmeras fontes, presas, minas e poços que pontuam a região.

Tais características climatéricas e orográficas terão configurado, através dos tempos, um importante factor de condicionamento do sistema de culturas e, em geral, das estruturas agrárias da região, explicando, pelo menos em parte, as suas particularidades. Assim, enquanto as condições de irrigação dos terrenos, implicando grande arborização e a existência de pastos abundantes no inverno, motivaram o desenvolvimento assinalável da pecuária e o

⁵⁹ Os parágrafos que se seguem acompanharão de perto as reflexões desenvolvidas nos trabalhos originais sobre a colectividade alvo de revisitação sociológica pelo Projecto. Cf. José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Edições Afrontamento, 1985, particularmente o Capítulo II da Parte I e os Capítulos I e II da Parte II.

predomínio do milho de regadio entre os cereais, os terrenos de meia encosta forneceram as condições ideais para a aposta na produção do característico vinho verde da região, o qual permanece sendo o produto mais importante da agricultura local, tendo mesmo visto reforçada a sua importância relativa nos últimos anos. O carácter acidentado do terreno e a exiguidade de terras de vales e baixas, por seu turno, terão determinado, em certa medida, quer a presença da policultura enquanto forma predominante de organização técnico-económica das unidades produtivas, quer a própria dimensão – reduzida – e grau de fragmentação – elevado – das explorações agrícolas.

Estas características, não necessariamente diferenciadoras ou exclusivas da região, é certo, mas suficientemente evidentes e historicamente consolidadas, associadas à importância que, através dos tempos, a agricultura sempre teve enquanto eixo de estruturação da vida económica e social local, contribuíram para que os concelhos que compõem o Vale do Sousa fossem habitualmente assinalados como parte integrante de um território de matriz agro-rural bastante vincada⁶⁰.

Não parecendo errado afirmar que boa parte das características, designadamente geográficas, que autorizam que se fale numa *matriz agro-rural* do Vale do Sousa sofreu poucas alterações, por força, desde logo, da sua lenta mutabilidade, mas também do processo de urbanização característico da região – o qual, apesar de ter redundado num relativo reforço da componente urbana do território, não alterou significativamente o padrão disperso de povoamento e a configuração espacial da envolvente regional do Grande Porto, caracterizada por uma paisagem em que coexistem, de forma frequentemente inusitada, espaços de actividade agrícola, espaços de reserva natural, espaços residenciais e unidades industriais –, parece inegável o declínio de alguns dos principais elementos que permitiriam falar de uma *especificidade rural* a propósito do espaço socioeconómico do Vale do Sousa e, em particular, do concelho de Penafiel.

O processo em causa não é, obviamente, recente. Um dos objectivos fundamentais dos primeiros trabalhos sobre a colectividade actualmente alvo de revisitação passava precisamente pelo estudo das transformações que, há quase três décadas, afectavam já a autonomia – cada vez mais relativa – do espaço social rural e a configuração das características que então autorizavam a que se apontasse a especificidade propriamente *rural* da região do Vale do Sousa, do concelho de Penafiel e da freguesia de Fonte Arcada.

⁶⁰ Cf. E. de Castro Caldas e M. Santos Loureiro, *Regiões Homogéneas no Continente Português*, Lisboa, INII/CEEAA, 1966, referidos por José Madureira Pinto, *op. cit.*, p. 98.

Figura 5.1 Panorâmica da freguesia de Fonte Arcada, concelho de Penafiel (imagem de satélite)



Apesar do avanço do processo de urbanização, a paisagem tradicional da região, caracterizada por um padrão disperso de povoamento e por um forte predomínio dos elementos naturais (florestais e agrícolas) sobre os elementos construídos, mantém os seus principais traços característicos.

Fonte: *Google Earth*, Agosto de 2006.

À época, o aprofundamento da articulação dialéctica entre espaços urbanos e espaços rurais, visível na intensificação e diversificação dos fluxos migratórios que, com origem nestes últimos, se dirigiam para as áreas mais urbanizadas e industrializadas e na densificação das relações que, por essa via, se estabeleciam, cada vez mais prolixamente, entre as populações urbanas e rurais, motivou, por um lado, a procura dos traços que, apesar de tudo, continuavam a justificar a separação conceptual entre o espaço social rural e o espaço social urbano e, por outro lado, a análise das mudanças que então conduziam a uma crescente interpenetração entre a cidade e o campo.

A tentativa de definição da especificidade do “meio rural” resultou na organização dos traços definidores do espaço social em causa em torno de três grandes blocos de características⁶¹:

1. Dependência em relação aos processos naturais e estreita ligação ao espaço local de grande parte dos agentes sociais que nele habitam;
2. Importância das relações de interconhecimento na configuração dos principais processos sociais locais;
3. Persistência do grupo doméstico enquanto unidade de produção, consumo e residência.

O escrutínio apurado e rigoroso das transformações operadas, ao longo das últimas décadas, em cada um dos três blocos de características habitualmente assinaladas como constituintes da especificidade do espaço social rural não cabe, convém lembrá-lo desde já, nos objectivos do presente capítulo. Todavia, a análise da evolução da actividade agrícola e das suas implicações na organização socioeconómica da região em estudo, de que nos ocuparemos seguidamente, pode fornecer-nos pistas analíticas da maior importância para a compreensão dos processos de mudança que têm atravessado os espaços rurais, designadamente no que diz respeito às consequências das alterações no seu modo de relacionamento com os espaços urbanos que, de uma forma ou outra, os polarizam.

Neste sentido, o primeiro aspecto a reter parece ser o que se refere ao intenso declínio da actividade agrícola verificado ao longo da segunda metade do século XX. Tomando por referência o concelho de Penafiel, por exemplo, onde a agricultura desempenhou, até há bem pouco tempo, um papel decisivo – não apenas em termos económicos, mas igualmente na conformação dos mais diversos aspectos da organização social das colectividades locais –, vale a pena chamar a atenção para a extraordinária intensidade deste fenómeno, evidente, desde logo, na diminuição drástica, entre 1954 e 1999, do número de explorações, que passou de 4 511 para 1 906 (-57,7%), ou, mais ainda, na vertiginosa redução da importância relativa dos activos agrícolas no conjunto da população activa com profissão residente naquele concelho do Vale do Sousa, que passou de 51,5%, em 1950, para uns residuais 3,5%, em 2001.

Não obstante a manutenção, em grande parte do território do Vale do Sousa, de muitas das características morfológicas e de organização territorial habitualmente associadas ao espaço rural, a evolução dos indicadores relativos à actividade agrícola aponta, de facto, para

⁶¹ Cf. José Madureira Pinto, *op. cit.*, pp. 74 e seguintes.

o desvanecimento, na região em análise, de, pelo menos, um dos aspectos tradicionalmente apontados como estando na base da condição de “ruralidade” de um dado território, a saber, a importância e centralidade da agricultura, cujo papel na produção e reprodução de cada um dos três conjuntos de traços específicos do espaço social rural acima enunciados é, geralmente, avaliado como decisivo.

Tal evolução sugere também, como dissemos, uma transformação significativa do modelo de desenvolvimento do Vale do Sousa, com o papel da agricultura, outrora central, a ver-se reduzido ao de actividade claramente minoritária e, de certo modo, social e economicamente *marginal* face às tendências dominantes de estruturação das actividades, quotidianos e modos de vida locais, hoje conectados essencialmente à lógica de desenvolvimento urbano-industrial.

Se a actividade agrícola está geneticamente inscrita nos processos socioeconómicos que definem os principais traços de especificidade do meio rural, então a análise da sua evolução ao longo das últimas décadas permitirá, assim o cremos, lançar alguma luz sobre as transformações a que o espaço social rural da região do Vale do Sousa e, em particular, do concelho de Penafiel tem assistido, designadamente através da avaliação de algumas das implicações da relação dialéctica estabelecida entre o declínio da importância da agricultura e a penetração cada vez mais forte nos campos dos modos de vida e das lógicas de organização socioeconómica com origem nos principais centros urbanos da envolvente regional, em especial no Grande Porto. Espera-se, entretanto, que a panorâmica geral lançada sobre este tema não conduza à elisão analítica dos seus aspectos mais idiossincráticos, habitualmente mais difíceis de detectar quando se exploram grandes tendências.

5.2.2. Focando-nos, agora com mais profundidade, na avaliação da evolução geral da agricultura portuguesa na segunda metade do século XX, começaríamos por dizer que o declínio da importância da actividade agrícola constitui, pela sua intensidade e pelo que representa enquanto paradigma de mudança social, muito provavelmente, uma das mais extraordinárias transformações a que o nosso país assistiu durante este período.

Representando, na década de 1950, perto de 30% do Produto Interno Bruto e cerca de metade do emprego total do país⁶², a agricultura constituía, à época, um elemento central da economia e sociedade portuguesas.

⁶² Dados apontados por diversos autores, entre os quais V. Xavier Pintado, *Structure and Growth of The Portuguese Economy*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002 [1964], pp. 34 e seguintes.

A importância quantitativa do sector agrícola era consequência, porém, menos do seu nível de desenvolvimento e competitividade do que do atraso da economia portuguesa no seu conjunto, mormente dos sectores secundário e terciário. Na verdade, o fraco desenvolvimento da actividade agrícola no nosso país, em termos de modernização dos processos produtivos e dos métodos de organização e gestão das unidades produtivas, logo de produtividade, é por muitos apontado como característica fundamental do atraso económico português e, inclusivamente, como um dos travões ao *take off* da indústria nacional (ao longo, sobretudo, da primeira metade do século XX)⁶³.

V. Xavier Pintado sublinha, a este propósito, que a progressiva perda de importância da agricultura na economia portuguesa – fenómeno que se tornava notório já em meados do século passado – não foi apenas consequência do crescimento dos sectores secundário e terciário que então se fazia sentir, mas foi sobretudo resultado da “*performance* desapontadora” do sector agrícola, que se revelava incapaz de modernizar as suas estruturas organizacionais e métodos produtivos, de forma a contrariar, com aumentos de produtividade, os efeitos do crescimento dos salários e de outros custos de produção⁶⁴.

A prevalência de técnicas primitivas e de métodos ineficientes de cultivo, associada à estrutura da propriedade fundiária (excessivamente fragmentada, nalguns casos, demasiado concentrada, noutros), ao conservadorismo dos proprietários, à fraca qualificação da mão-de-obra e à ausência de um quadro político e institucional favorável à modernização da actividade agrícola, impedia também o aumento e diversificação da produção nacional exigido pela alteração dos padrões de consumo alimentar decorrente da paulatina elevação dos níveis de rendimento da população portuguesa, na sequência do aprofundamento dos processos de industrialização e terciarização do tecido económico do país e, entre outras coisas, da entrada no território nacional de um volume cada vez maior de remessas financeiras provenientes da emigração.

Apesar dos esforços que, a espaços, iam sendo feitos no sentido da qualificação da actividade agrícola (novas e mais intensivas técnicas de produção, novos sistemas de irrigação, adopção de culturas mais rentáveis, mecanização), os quais possibilitaram um relativo aumento dos níveis de produtividade do sector no período posterior à 2ª Guerra Mundial, a resposta para o problema colocado pelo surgimento de novas e mais amplas necessidades em matéria de consumo alimentar acabou por ser não a aposta de fundo na

⁶³ Cf. Pedro Lains, “New wine in old bottles: output and productivity trends in Portuguese agriculture, 1870-1950”, *ICS Working Papers*, 3-01, Setembro de 2001, p. 2.

⁶⁴ Cf. V. Xavier Pintado, *op. cit.*, p. 85.

modernização da agricultura nacional, mas o acréscimo das importações de produtos agrícolas, facto que teve como consequência o crescimento do défice da balança comercial agrícola. Trata-se de um problema que, aliás, veio a aprofundar-se nas décadas subsequentes – acelerado pela adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e pela abertura dos mercados agrícolas, entretanto alargados à escala mundial – e que hoje constitui um dado incontornável das contas nacionais⁶⁵.

Em menos de cinquenta anos, a agricultura portuguesa passou, aparentemente, de uma situação de claro atraso face aos padrões organizacionais e níveis de produtividade característicos dos países desenvolvidos para uma situação de declínio irreversível da sua importância, sem nunca ter conseguido atingir um patamar de modernização e desenvolvimento capaz de fazer face às mudanças estruturais que iam acontecendo no tecido socioeconómico do país e às novas necessidades com que, por força dessas mudanças, ia sendo confrontada.

A análise da evolução da agricultura portuguesa ao longo da segunda metade do século XX ganhará, entretanto, se observarmos mais de perto o comportamento de alguns indicadores de caracterização genérica deste sector de actividade económica.

Assim, e começando pela leitura dos dados apresentados no Quadro 5.1, é possível testemunhar o extraordinário decréscimo do número de explorações agrícolas a que o país assistiu nas últimas cinco décadas. Entre 1954 e 1999, o território continental viu desaparecer qualquer coisa como 470 mil explorações agrícolas, número que corresponde a uma variação negativa de cerca de 55 pontos percentuais.

O sentido e intensidade da evolução do número de explorações agrícolas não parece, aliás, estar a atenuar-se, muito menos a inverter-se. De acordo com o *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas* de 2005, estudo cujos resultados foram recentemente divulgados pelo INE, o número de explorações agrícolas do Continente situava-se já, em meados desta década, abaixo das 300 mil unidades (297 046), valor que representa uma variação negativa de 22% em apenas 6 anos⁶⁶.

⁶⁵ De acordo com dados apresentados em Maio de 2006 pelo Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o saldo comercial do complexo agro-florestal português foi, em 2003, de -2 661 milhões de euros. Mais de metade deste montante (-1 573 milhões de euros) correspondeu ao saldo comercial do sector da agricultura e silvicultura. Cf. GPPAA/MADRP, *Agricultura Portuguesa. Principais indicadores 2005*, Lisboa, GPPAA – Divisão de Divulgação e Relações Públicas, Maio de 2006, p. 70.

⁶⁶ Cf. Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2005*, Lisboa, INE, 2006, p. 11.

O declínio global e generalizado do número de explorações agrícolas ao longo da segunda metade do século XX não foi, todavia, uniforme no tempo e no espaço. Períodos houve em que condicionalismos vários aceleraram ou, pelo contrário, retardaram este processo. Por outro lado, o ritmo de evolução do indicador não foi similar em todas as regiões do país, como revelará uma análise mais atenta da informação contida no Quadro seguinte.

Quadro 5.1 Evolução do número de explorações agrícolas (1954-1999)

	Explorações Agrícolas (N.º)					Variação das Explorações Agrícolas (N.º)				Variação das Explorações Agrícolas (%)			
	1954	1968	1979	1989	1999	1954-1968	1968-1979	1979-1989	1989-1999	1954-1968	1968-1979	1979-1989	1989-1999
Continente	853.568	811.656	783.944	550.879	382.163	-41.912	-27.712	-233.065	-168.716	-4,9	-3,4	-29,7	-30,6
Entre Douro e Minho	181.748	168.224	151.720	111.505	67.546	-13.524	-16.504	-40.215	-43.959	-7,4	-9,8	-26,5	-39,4
Distrito do Porto	58.819	62.256	54.602	29.319	17.757	3.437	-7.654	-25.283	-11.562	5,8	-12,3	-46,3	-39,4
Grande Porto	24.991	22.449	16.025	7.963	4.606	-2.542	-6.424	-8.062	-3.357	-10,2	-28,6	-50,3	-42,2
Tâmega	52.008	54.519	53.887	33.413	20.528	2.511	-632	-20.474	-12.885	4,8	-1,2	-38,0	-38,6
Vale do Sousa	16.193	20.507	18.649	10.349	6.124	4.314	-1.858	-8.300	-4.225	26,6	-9,1	-44,5	-40,8
Com. Urb. Vale do Sousa	17.927	22.315	20.740	11.473	6.876	4.388	-1.575	-9.267	-4.597	24,5	-7,1	-44,7	-40,1
Castelo de Paiva	1.734	1.808	2.091	1.124	752	74	283	-967	-372	4,3	15,7	-46,2	-33,1
Felgueiras	4.697	3.555	3.538	2.182	1.469	-1.142	-17	-1.356	-713	-24,3	-0,5	-38,3	-32,7
Lousada	1.693	3.803	3.067	1.405	955	2.110	-736	-1.662	-450	124,6	-19,4	-54,2	-32,0
Paços de Ferreira	2.345	2.688	2.138	1.206	609	343	-550	-932	-597	14,6	-20,5	-43,6	-49,5
Paredes	2.947	5.448	3.648	2.311	1.185	2.501	-1.800	-1.337	-1.126	84,9	-33,0	-36,7	-48,7
Penafiel	4.511	5.013	6.258	3.245	1.906	502	1.245	-3.013	-1.339	11,1	24,8	-48,1	-41,3

Fontes: INE – Portugal, *Inquéritos às Explorações Agrícolas do Continente*, 1952-54; 1968. INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.
 Nota: O Entre Douro e Minho corresponde, em 1952-54, ao somatório dos valores relativos ao Minho e Douro Litoral; em 1968 e 1979, ao somatório dos valores relativos aos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto; em 1989 e 1999, à actual Região Agrária de Entre Douro e Minho. Esta nota aplica-se a todos os quadros que se seguem.

No que diz respeito à leitura diacrónica do fenómeno a que o Quadro 5.1 se refere, parece ser possível apontar a transição entre as décadas de 1970 e 1980 como linha de demarcação de duas etapas distintas de evolução da agricultura portuguesa. Assim, enquanto as décadas de 1950, 1960 e 1970 se caracterizaram por um decréscimo relativamente mais brando do número de explorações agrícolas (-4,9% entre 1954 e 1968 e -3,4% entre 1968 e 1979), a década de 1980 inaugurou um período de fortíssimo abandono da actividade, com variações negativas do número de explorações rondando os 30 pontos percentuais por decénio.

Sendo possível que parte muito considerável deste decréscimo mais não seja do que um reflexo das alterações introduzidas após 1979 nos critérios de recenseamento das explorações agrícolas, a que aludimos na introdução a este capítulo, parece muito difícil que a enorme

aceleração recente do declínio do número de unidades produtivas reside apenas em vicissitudes estatísticas e não na conjugação de alguns factores socioeconómicos e políticos mais relevantes.

Se até meados da década de 1970 o relativamente lento desenvolvimento dos processos de industrialização e terciarização da economia portuguesa, aliado ao facto de os níveis salariais nos sectores secundário e terciário permanecerem relativamente baixos⁶⁷, constituía mais um incentivo à pluriactividade do que um pretexto para o abandono total da actividade agrícola, resultando este, essencialmente, da emigração e do êxodo rural – fenómenos que, aliás, nem sempre significavam o desaparecimento das explorações, as quais resistiam muitas vezes graças à adopção de métodos de cultivo mais extensivos ou à intensificação da utilização de mão-de-obra agrícola providenciada pelos elementos do agregado doméstico que nelas permaneciam (mulheres, crianças e idosos) –, as mudanças socioeconómicas que então se começavam a fazer sentir com mais acuidade, e às quais se viriam a adicionar outras nas décadas de 1980 e 1990, iam inviabilizando um número crescente de explorações agrícolas.

Entre estas mudanças, destaca-se, desde logo, o crescimento assinalável dos sectores secundário e terciário da economia portuguesa, cuja atractividade, reforçada pelos avanços no plano salarial conseguidos após o 25 de Abril de 1974, incentivava o progressivo abandono da actividade agrícola, sobretudo das novas gerações, atraídas pelas oportunidades proporcionadas pelo crescimento urbano-industrial.

Num quadro caracterizado essencialmente por uma agricultura de tipo familiar, anacrónica e pouco rentável, como era o do Entre Douro e Minho, as oportunidades proporcionadas pelo acesso aos mercados de trabalho exteriores à agricultura faziam baixar a utilidade marginal do trabalho agrícola, acelerando, desse modo, a reconfiguração das estratégias de repartição da força de trabalho das famílias, no sentido da sua adequação às situações agora avaliadas como mais rentáveis.

Se, nalguns casos, o resultado terá sido o reforço da pluriactividade e a diversificação das fontes de rendimento do agregado doméstico, noutros, é provável que tenha ocorrido uma maior *especialização profissional* das estruturas familiares, com conseqüente aprofundamento da divisão do trabalho no seu interior (um dos seus elementos trabalhando exclusiva ou

⁶⁷ A lógica de desenvolvimento industrial do Estado Novo assentava numa cuidadosa gestão do equilíbrio entre preços agrícolas e salários industriais. Assim, a manutenção dos primeiros a níveis muito baixos contribuía decisivamente para conter o crescimento dos salários na indústria, desincentivando, pelo menos em parte, o êxodo agrícola; a existência de uma ampla força de trabalho na agricultura, por seu turno, ajudava a conter a elevação dos custos salariais da actividade e, conseqüentemente, possibilitava a manutenção dos baixos preços agrícolas.

principalmente na agricultura e os restantes trabalhando exclusivamente noutros sectores de actividade). O fenómeno mais relevante terá sido, todavia, a transferência definitiva de força de trabalho da produção agrícola familiar para os mercados de trabalho exteriores à agricultura, facto que explica o desaparecimento de tão grande contingente de explorações.

Para além de profundas transformações na organização económica do país, as três últimas décadas assistiram igualmente a mudanças políticas e institucionais cuja transversalidade não poderia deixar de se repercutir no sentido e intensidade da evolução da agricultura portuguesa.

Em pouco mais de uma década, entre 1975 e 1986, o país viveu, primeiro, as vicissitudes de uma reforma agrária cujo projecto de desenvolvimento rural e agrícola não chegou a materializar-se e, quase de seguida, a experiência da integração europeia e da consequente necessidade de adaptação do sector agrícola português a um programa político diametralmente oposto ao seu precedente.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, e a consequente aplicação no nosso país da Política Agrícola Comum (PAC) vieram alterar profundamente o quadro de condições de desenvolvimento da actividade agrícola. Configurando, é certo, uma importante janela de oportunidades para a modernização do sector e para a especialização e reforço da competitividade de muitas unidades produtivas, a aplicação da PAC precipitou o desaparecimento de milhares de explorações agrícolas, quer em resultado da concessão de incentivos à retirada de terras, quer em resultado da imposição de quotas a determinadas produções, quer, fundamentalmente, em resultado da liberalização das trocas e da consequente pressão imposta pelos mercados externos à agricultura portuguesa, que passava a ter de concorrer abertamente com as suas congéneres europeias e mundiais, na maior parte dos casos bastante mais competitivas.

Incapazes de fazer face às novas condições de desenvolvimento da actividade agrícola, em virtude da sua baixa produtividade e fraco nível de especialização, muitas explorações sucumbiram às mudanças introduzidas pela PAC, que assim terá dado um contributo decisivo para a aceleração do declínio da importância da agricultura no conjunto da economia portuguesa⁶⁸.

Como seria de esperar, foram as explorações menos especializadas e de menor dimensão que mais directamente sofreram as consequências da abertura dos mercados e da progressiva perda de rentabilidade da actividade agrícola, sobretudo da desenvolvida em moldes

⁶⁸ Cf., a propósito dos efeitos na agricultura portuguesa da aplicação da PAC, o revelador artigo de Francisco, Avillez, "Os efeitos redistributivos da Política Agrícola Comum", Documento de Trabalho n.º 14, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Setembro de 1998.

tradicional, no quadro da economia familiar e com carácter de complementaridade, como é a que, predominantemente, sempre caracterizou o Entre Douro e Minho.

Na década de 1990, o decréscimo do número de explorações agrícolas situadas na região superou em quase dez pontos percentuais a variação média nacional deste indicador (-39,4%, contra -30,6% no Continente), o que diz bem das dificuldades que as mudanças nos modos de enquadramento institucional da agricultura e no funcionamento dos mercados agrícolas vieram colocar à pequena exploração familiar.

O caso do Vale do Sousa é particularmente evidente na demonstração dos efeitos das mudanças económicas e político-institucionais a que temos vindo a aludir, já que, em 20 anos, entre 1979 e 1999, a região vê desaparecer cerca de dois terços das suas explorações agrícolas, a um ritmo médio anual não muito diferente do registado, por exemplo, no pólo urbano do Grande Porto.

Ao impulsionar a transferência massiva de mão-de-obra da agricultura para a indústria (inicialmente dos chefes de família, mas depois também das mulheres e de outros membros do agregado doméstico, facto que conduziu a uma diminuição do “exército agrícola de recurso” indispensável à manutenção de muitas explorações familiares), a forte industrialização a que o Vale do Sousa assistiu ao longo das décadas de 1980 e 1990 explica, se não totalmente, pelo menos em grande parte, esta tão extraordinária aceleração do declínio do número de explorações agrícolas.

A quebra da utilidade marginal da actividade agrícola familiar terá sido aqui particularmente intensa, dadas as manifestas vantagens financeiras da proletarização, a qual se encontrava facilitada pela própria estrutura das bacias de emprego locais – assentes na utilização intensiva de mão-de-obra pouco qualificada, como era a que podia ser recrutada no seio das famílias camponesas –, mas também pela atractividade e acessibilidade ao pólo de emprego centrado no Porto. A juntar a isto, a progressiva perda de rentabilidade da agricultura (em termos absolutos e relativamente aos outros sectores de actividade) contribuía para desmobilizar o trabalho agrícola a tempo parcial, eliminando-se assim um factor durante muitos anos responsável pela sobrevivência de inúmeras explorações.

No caso particular de Penafiel, o acentuado declínio do número de explorações agrícolas verificado nas décadas de 1980 e 1990 é ainda mais surpreendente, já que o fenómeno significou uma mudança radical face ao padrão evolutivo registado nas décadas precedentes.

De facto, e ao contrário da tendência registada no Continente, no Entre Douro e Minho e nos restantes concelhos do Vale do Sousa, o número de explorações agrícolas localizadas em

Penafiel aumentou consideravelmente entre 1954 e 1979 (11,1% entre 1954 e 1968 e 24,8% entre 1968 e 1979), só começando a regredir a partir desta data.

O facto de Penafiel ter sido o único concelho do Vale do Sousa, excluindo Castelo de Paiva, onde, na década de 1970, se registou uma subida (bastante acentuada, diga-se) do número de explorações agrícolas, em contraste notório com o que, nesse mesmo período, estava a acontecer nos planos nacional, regional e sub-regional, constitui um elemento de singularidade da estrutura socioeconómica local. As razões por detrás deste fenómeno não são, todavia, claras.

Por um lado, é possível que a pressão exercida sobre as famílias camponesas no sentido da sua proletarização *total* fosse, em Penafiel, menos intensa do que nos concelhos vizinhos, dado o débil tecido industrial local. O mecanismo das migrações pendulares, que aqui assumia particular importância, actuava certamente como elemento de compensação das limitações do mercado de emprego concelhio, mas, simultaneamente, possibilitava a manutenção, através da adopção de esquemas flexíveis de agricultura a tempo parcial, de muitas explorações agrícolas. Era frequente, aliás, que parte dos rendimentos extra-agrícolas fosse *injectada* nas explorações, o que garantia a sua viabilidade económica em anos de más produções. A conjugação da debilidade do tecido industrial local com a importância do mecanismo das migrações pendulares, apesar de explicar a sobrevivência de muitas explorações, não explica, todavia, o crescimento global do seu número.

O lento desenvolvimento industrial do concelho pode, entretanto, ter motivado a aposta, por parte de determinados sectores das elites políticas e económicas locais, no reforço do perfil agrícola de Penafiel, através de incentivos à instalação de agricultores e à modernização e aumento da produtividade da agricultura local, que assim assumiria um papel central num eventual processo endógeno de crescimento económico. Necessidade feita virtude, uma especialização económica deste tipo teria, eventualmente, contribuído para aumentar o número de explorações agrícolas, bem como a dimensão da superfície cultivada (que, de facto, também cresceu, como comprovaremos mais à frente). O acentuado refluxo do número de explorações e da área cultivada no período posterior a 1979 leva-nos, contudo, a admitir a pouca pertinência desta hipótese. De facto, a evolução positiva registada na década de 1970 não significou nem a alteração das características tradicionais da agricultura local, nem o reforço da sua dimensão económica.

Duas outras hipóteses podem, entretanto, ajudar a compreender as razões por detrás do excepcional crescimento do número de explorações agrícolas e da superfície cultivada a que Penafiel assistiu nos anos 1970.

A primeira é a que decorre da constatação da convergência, nesta década, de dois fenómenos de certo modo inesperados, a saber, o referido crescimento do número de explorações agrícolas e da superfície cultivada, por um lado, e a evolução positiva dos saldos migratórios, por outro⁶⁹. Este facto leva-nos a acreditar que poderá ter sido a fixação em Penafiel de famílias provenientes do estrangeiro, designadamente das ex-colónias portuguesas⁷⁰, um dos factores responsáveis pela reactivação ou surgimento de algumas explorações agrícolas.

Enquanto nos concelhos vizinhos um movimento similar a este não terá sido suficiente para contrabalançar o acentuado decréscimo do número de explorações, as maiores resistências ao declínio da actividade agrícola registadas em Penafiel, conjugadas com a instalação das famílias regressadas e com a escassez de oportunidades alternativas de inserção profissional (dadas as debilidades da indústria local), terão permitido obter, nestes dez anos, ganhos líquidos em termos do número de unidades produtivas localizadas no concelho. Os dados existentes não permitem, porém, validar plenamente este argumento.

A outra hipótese é a que aponta para a ocorrência, no nosso concelho, de um movimento de *desconcentração* da propriedade fundiária (aqui tradicionalmente muito concentrada). O facto de, entre 1954 e 1979, o peso das unidades agrícolas com menos de 1 hectare ter passado de cerca de 45% para mais de 63% do total poderá querer dizer que o período foi de fragmentação das explorações de maior dimensão e de repartição das terras por novos proprietários. As informações capazes de esclarecer esta questão são, todavia, contraditórias. Para além do mais, o aumento do peso relativo das explorações de menor dimensão ocorreu também noutros concelhos do Vale do Sousa, sem que isso significasse um aumento global do número de unidades agrícolas.

Seja como for, a verdade é que o aumento do número de explorações agrícolas e da respectiva superfície cultivada ocorrido até finais da década de 1970 não teve prolongamento no período posterior a essa data. Não surpreendentemente, aliás, o refluxo da actividade

⁶⁹ Na década de 1970, lembre-se, Penafiel não só viu crescer o número de explorações agrícolas concelhias – fenómeno contraditório com o que acontecia, no mesmo período, na região e no país –, como apresentou saldo migratório positivo, contrariando assim a sua crónica tendência de repulsão demográfica (que, aliás, viria a ser retomada nas décadas subsequentes).

⁷⁰ Entre 1973 e 1981, fixaram-se no concelho de Penafiel, de acordo com os *Censos 1981*, cerca de 1 250 indivíduos oriundos das ex-colónias portuguesas, em especial de Angola e Moçambique.

agrícola registado, ao longo dos vinte anos subsequentes, em todo o país, e no Vale do Sousa em especial, fez sentir-se com particular ímpeto em Penafiel, que assim convergiu rapidamente com os concelhos seus vizinhos.

Figura 5.2 Terreno agrícola abandonado na freguesia de Fonte Arcada, concelho de Penafiel



O declínio da importância da actividade agrícola, bem visível na quantidade de terrenos ao abandono, constitui um elemento incontornável da evolução recente da realidade socioeconómica do Vale do Sousa.

5.2.3. Retomando a análise dos principais indicadores de caracterização da evolução da agricultura portuguesa nos últimos cinquenta anos, outros aspectos merecem ser destacados.

Dissemos já que a diminuição do número de explorações agrícolas foi particularmente incidente no grupo das unidades produtivas de mais reduzida dimensão. Ora, o que a análise da evolução do dimensionamento das explorações agrícolas, da extensão da superfície agrícola utilizada (SAU) e da respectiva dimensão média por exploração (Quadros 5.2 e 5.3 e Figura 5.3) indicia é que, em termos nacionais, não só têm as explorações de maior dimensão revelado superior capacidade para fazer face às exigências que vêm sendo colocadas à agricultura portuguesa, como tem ocorrido mesmo um processo de concentração da

propriedade fundiária, através da absorção de boa parte da superfície das explorações mais pequenas, entretanto inviabilizadas, pelas explorações de maior dimensão.

Os dados dos Quadros 5.2 e 5.3 demonstram bem esta tendência. Uma vez mais, os últimos vinte anos do século XX marcam uma alteração substancial no padrão de evolução da agricultura portuguesa: num contexto de declínio generalizado do número de explorações, são as unidades com menos de 1 hectare que mais são afectadas pelo abandono, com as unidades de maior dimensão a verem reforçado o seu peso relativo.

Nos anos 80, não obstante a diminuição do número de explorações, a superfície agrícola utilizada aumenta consideravelmente, conduzindo a um crescimento significativo da sua dimensão média por exploração (de 4,2 para 7,0 hectares). O crescimento prossegue na década de 1990, aproximando-se a dimensão média da SAU dos 10 hectares. Neste período, porém, a extensão global da SAU diminui ligeiramente, o que significa que o aumento da superfície média das explorações agrícolas se ficou a dever principalmente ao efeito decorrente do desaparecimento das explorações de menor dimensão e, em menor medida, ao aumento da superfície das explorações que se mantiveram em actividade.

Esta proposição é validada pelos dados do mais recente *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas*, que apontam para o desaparecimento, entre 1999 e 2005, de um terço das explorações com menos de 1 hectare e de mais de um quinto das explorações com dimensão compreendida entre 1 e 5 hectares. Em resultado deste processo, a superfície média das explorações agrícolas do Continente aumentou recentemente para 12 hectares, tendo as explorações de média e grande dimensão visto reforçada a sua importância relativa. A pequena dimensão continua, todavia, a predominar na estrutura fundiária do país: aproximadamente três quartos das explorações têm menos de 5 hectares e só a região do Alentejo, com uma superfície média das propriedades agrícolas superior a 60 hectares, supera a dimensão média nacional da SAU⁷¹.

⁷¹ Cf. Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2005*, Lisboa, INE, 2006, pp. 11-12.

Quadro 5.2 Evolução do dimensionamento das explorações agrícolas (1952-1999)

	Explorações Agrícolas, segundo as Classes de Área (%)														
	1952-54					1979					1999				
	< 1 ha	1 a < 5 ha	5 a < 20 ha	20 a < 50 ha	50 e mais há	< 1 ha	1 a < 5 ha	5 a < 20 ha	20 a < 50 ha	50 e mais ha	< 1 ha	1 a < 5 ha	5 a < 20 ha	20 a < 50 ha	50 e mais ha
Continente	50,0	38,4	9,5	1,4	0,8	44,2	42,1	11,1	1,6	1,1	22,5	55,6	16,2	3,1	2,5
Entre Douro e Minho	55,5	38,3	6,1	0,1	0,01	56,4	36,5	6,6	0,5	0,2	26,4	63,2	9,6	0,6	0,2
Dist. Porto	54,8	35,1	9,9	0,2	0,01	57,6	33,6	8,1	0,6	0,1	29,2	57,2	12,8	0,7	0,04
Grande Porto	62,9	29,2	7,6	0,3	0,02	58,9	29,4	10,6	1,0	0,1	27,1	50,3	21,5	1,1	0,0
Tâmega	52,1	41,2	6,7	0,1	0,01	53,6	39,6	6,3	0,4	0,2	28,5	61,0	10,0	0,5	0,1
Vale do Sousa	51,4	37,0	11,3	0,2	0,0	58,3	32,7	8,3	0,6	0,1	34,0	56,5	9,0	0,5	0,1
Com. Urb. Vale do Sousa	52,2	37,2	10,5	0,2	0,0	57,3	33,5	8,3	0,7	0,2	33,6	57,6	8,3	0,4	0,1
Castelo de Paiva	59,1	38,3	2,6	0,0	0,0	49,2	40,3	8,1	1,7	0,7	30,6	66,2	3,2	0,0	0,0
Felgueiras	65,8	25,8	8,4	0,1	0,0	36,6	45,2	16,4	1,5	0,4	33,3	55,4	11,0	0,4	0,0
Lousada	20,1	34,1	44,2	1,6	0,0	62,6	32,3	4,7	0,3	0,2	32,8	52,5	13,5	0,9	0,2
Paços de Ferreira	61,0	36,7	2,4	0,0	0,0	63,8	32,1	3,6	0,4	0,1	29,8	61,3	8,6	0,2	0,2
Paredes	48,0	47,2	4,9	0,0	0,0	63,5	27,8	8,2	0,4	0,0	30,6	61,9	7,4	0,2	0,0
Penafiel	44,7	43,8	11,5	0,1	0,0	63,5	28,9	7,2	0,3	0,1	38,6	54,5	6,3	0,6	0,1

Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1952-54; INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979 e 1999.
 Nota: As proporções dizem respeito ao total de explorações “com terra” (1952-54), “com terra agro-florestal” (1979) ou “com SAU” (1999).

Quadro 5.3 Evolução da superfície agrícola utilizada e da respectiva dimensão média por exploração (1968-1999)

	Superfície Agrícola Utilizada (ha)				SAU média por Exploração Agrícola (ha)			
	1968	1979	1989	1999	1968	1979	1989	1999
Continente	4.097.663,49	3.314.006	3.879.578,58	3.736.140,15	5,05	4,23	7,04	9,78
Entre Douro e Minho	183.824,84	166.798	289.623,90	215.674,51	1,09	1,10	2,60	3,19
Distrito do Porto	70.233,36	62.644	66.549,49	48.541,52	1,13	1,15	2,27	2,73
Grande Porto	24.158,80	21.431	21.630,59	16.153,51	1,08	1,34	2,72	3,51
Tâmega	66.376,64	60.518	80.866,44	56.562,24	1,22	1,12	2,42	2,76
Vale do Sousa	20.546,52	20.882	21.041,20	14.304,16	1,00	1,12	2,03	2,34
Com. Urb. Vale Sousa	21.974,43	22.436	22.956,59	15.501,33	0,98	1,08	2,00	2,25
Castelo de Paiva	1.427,91	1.554	1.915,39	1.197,17	0,79	0,74	1,70	1,59
Felgueiras	4.251,70	5.704	4.661,87	3.686,99	1,20	1,61	2,14	2,51
Lousada	4.209,35	3.331	3.462,46	2.848,95	1,11	1,09	2,46	2,98
Paços de Ferreira	2.164,28	1.885	2.145,58	1.367,44	0,81	0,88	1,78	2,25
Paredes	5.345,11	3.704	4.540,15	2.480,29	0,98	1,02	1,96	2,09
Penafiel	4.576,08	6.258	6.231,14	3.920,49	0,91	1,00	1,92	2,06

Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968. INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.
 Notas: Por questões de harmonização da série de dados, a superfície agrícola utilizada média por exploração foi calculada com base no número total de explorações (valor que inclui as explorações “sem terra”/“sem superfície agrícola utilizada”/“sem culturas”).
 A “Superfície Agrícola Utilizada” (SAU) corresponde ao somatório dos valores das superfícies das terras aráveis (limpa e sob coberto de matas e florestas), culturas permanentes e pastagens permanentes.

Apesar de ter registado uma evolução de certo modo análoga à verificada no conjunto do território continental, o Entre Douro e Minho não acompanhou o ritmo do processo de concentração da propriedade fundiária a que o país genericamente assistiu nos últimos vinte anos. Em 1999, a dimensão média da SAU permanecia, nesta região, três vezes abaixo da registada no Continente e as explorações de grande dimensão (20 e mais hectares) continuavam a representar menos de 1% do total das propriedades agrícolas (no Continente, esse valor aproximava-se já dos 6%). Entre os factores responsáveis pelo relativamente fraco movimento de concentração da propriedade e pela consequente manutenção da configuração tradicional da estrutura fundiária da região encontram-se o carácter tradicional (de subsistência ou complementaridade) da agricultura local, a própria configuração orográfica do território regional, a circunscrição da área destinada à actividade agrícola decorrente do significativo avanço do processo de urbanização e as práticas prevalecentes de transmissão sucessória das explorações familiares, hoje menos assentes em estratégias de maximização da dimensão física e económica da propriedade fundiária e mais baseadas no princípio de repartição equitativa das terras pelos herdeiros.

Não obstante a diminuição do peso relativo das explorações com menos de 1 hectare e o ligeiro reforço da importância das explorações com dimensão compreendida entre 1 e 5 e entre 5 e 20 hectares (estas últimas geralmente apontadas como sendo as mais eficientes, por permitirem a conciliação entre a racionalidade dos processos produtivos e o uso intensivo da terra), o facto de a década de 1990 ter sido de refluxo simultâneo do número de explorações e da superfície agrícola utilizada – e, portanto, de reduzido aumento da superfície média das propriedades – sugere que, no Entre Douro e Minho, o abandono da actividade agrícola tem prevalecido claramente sobre as iniciativas de redimensionamento físico e económico das explorações⁷².

A representação gráfica da evolução da dimensão média da superfície agrícola utilizada nas diferentes unidades territoriais em análise ilustra com clareza os ritmos diferenciados de

⁷² O que não significa que não existam iniciativas importantes de reestruturação fundiária e modernização produtiva da agricultura desenvolvida na região. O facto de o Grande Porto ser a sub-região do Noroeste Português onde o ritmo de aumento da dimensão média das explorações agrícolas é mais intenso, apesar do espaço físico destinado à agricultura ser hoje muito limitado (em virtude do acréscimo populacional e do aprofundamento da urbanização ocorridos nas últimas décadas), prova que têm sido desenvolvidos esforços de alteração das estruturas agrárias da região. Este movimento assume, todavia, um peso claramente minoritário face à tendência genérica de evolução desta realidade, que se tem caracterizado predominantemente pelo abandono.

reconfiguração das estruturas agrárias do Continente e do Entre Douro e Minho. A fraca convergência, neste domínio específico, dos perfis evolutivos dos dois territórios sugere que não só não é o processo de concentração da propriedade fundiária um fenómeno linear e transversal a todas as regiões do país, como é possível que estejamos a assistir a uma certa *dualização* da situação agrícola nacional, com crescente distanciamento entre uma agricultura praticada em explorações de grande dimensão, moderna, especializada e rentável, logo economicamente viável, e uma agricultura de tipo familiar, praticada em explorações de pequena dimensão e de acordo com métodos tradicionais, com carácter de subsistência ou complementaridade.

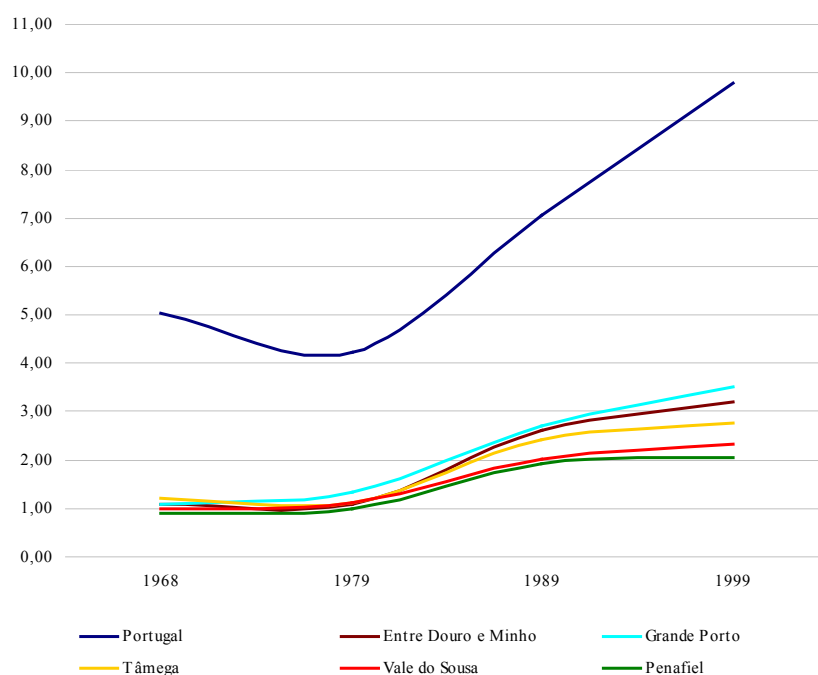
De facto, o que os dados disponíveis deixam entrever é que, apesar das inovações presumivelmente introduzidas nas últimas três décadas, as estruturas agrárias do Entre Douro e Minho não terão sofrido alterações substanciais. Esta conclusão parece aplicar-se com especial pertinência ao caso do Vale do Sousa, onde o abandono tem sido o único fenómeno verdadeiramente digno de registo e onde a dimensão média e perfil produtivo das explorações que resistem não são muito diferentes de outrora (o que não quer dizer não assistamos a uma divisão, mesmo nas explorações mais pequenas, entre uma agricultura voltada para a especialização e para o mercado e uma agricultura de carácter complementar, realizada a tempo parcial por famílias cuja principal fonte de rendimento é extra-agrícola)⁷³.

O caso particular de Penafiel, com o seu elevado peso de explorações com menos de 1 hectare (em 1999, representavam ainda cerca de 40% do total), é o exemplo de como o abandono agrícola não tem sido contrabalançado por movimentos significativos de redimensionamento físico e económico das explorações, com vista à sua modernização. Aqui, e à parte iniciativas pontuais de aquisição de parcelas de terreno contíguas às suas por parte de agricultores interessados numa maior especialização, designadamente na produção vinícola, ou de pequenos planos de emparcelamento, como aconteceu em Fonte Arcada alguns anos

⁷³ Um programa de pesquisa interessante seria o que procurasse analisar a relação entre as flutuações da conjuntura económica e as flutuações do desempenho da actividade agrícola nos territórios de industrialização difusa e matriz agro-rural. Perante a quebra do dinamismo industrial que tem afectado o Vale do Sousa nos últimos anos, não é de estranhar, por exemplo, que muitas hortas familiares tenham voltado a ser granjeadas, como forma de garantir um complemento ao rendimento dos agregados domésticos afectados pelo desemprego ou pela precarização dos vínculos contratuais e degradação das condições salariais. Nalgumas regiões de França, por exemplo, autores interessados neste tema puderam confirmar que a agricultura, muitas vezes associada a outras actividades, como o turismo ou o artesanato, tem constituído uma solução para muitos agregados domésticos confrontados com situações de desemprego dos seus membros e para os problemas de inserção socioprofissional de alguns segmentos da população jovem, desempenhando, por isso, um papel importante na recomposição (parcial) das estruturas de emprego regionais. Cf. Nicole Mathieu, “La notion de rural et les rapports ville/campagne en France: les années quatre-vingt-dix”, in *Économie Rurale*, n.º 247, Set.-Out. 1998, pp. 17-18.

depois dos estudos originais, as estratégias parecem resumir-se às tentativas da agricultura familiar de resistir aos efeitos da alteração das condições de organização da actividade agrícola. Neste ponto, a persistência de formas de agricultura a tempo parcial (associada à maior incidência das migrações pendulares) pode estar a funcionar como um dos últimos suportes das explorações agrícolas familiares.

Figura 5.3 Evolução da dimensão média das explorações agrícolas (1968-1999)



Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968;
INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.

A análise das mudanças de orientação técnico-económica das explorações agrícolas verificadas durante a década de 1990 reforça o que acima se disse sobre o carácter limitado, no Entre Douro e Minho e, em particular, no Vale do Sousa, do processo de reconfiguração do modelo dominante de estruturação da agricultura realizada nas unidades territoriais em causa.

Como se depreenderá da leitura da informação contida no Quadro 5.4, a policultura continuava, em 1999, a ser a orientação técnico-económica mais importante no Entre Douro e Minho, prevalecendo em mais de 35% das explorações e em mais de um quinto da SAU. Nos concelhos do Vale do Sousa, a incidência da policultura era ainda maior, vigorando, em

média, em metade das explorações agrícolas existentes e em mais de 40% da SAU. O ligeiro movimento de diversificação de orientações técnico-económicas que, apesar de tudo, o Noroeste Português assistiu na década de 1990, visível, por exemplo, na diminuição da proporção de SAU dedicada à policultura fica, por isso, a dever-se essencialmente a uma aposta mais generalizada na produção pecuária, que se tem tornado relativamente mais rentável do que a produção agrícola, e a movimentos de modernização verificados em determinados contextos socioterritoriais da região, como o Grande Porto, onde se regista um interessante processo de especialização agrícola, com aposta em sectores mais rentáveis, como comprova a substituição da policultura pela horticultura enquanto orientação técnico-económica mais importante. No Vale do Sousa, pelo contrário, não se registam alterações relevantes a este nível.

Quadro 5.4 Orientação técnico-económica principal das explorações agrícolas (1989-1999)

	Orientação Técnico-Económica Principal	1989				1999				
		Explorações (N.º)	% do Total	SAU (ha)	% do Total	Orientação Técnico-Económica Principal	Explorações (N.º)	% do Total	SAU (ha)	% do Total
Continente	Policultura	142.659	25,9	849.668	21,9	Policultura	79.525	20,8	481.658	12,9
EDM	Policultura	43.123	38,7	95.161	32,9	Policultura	24.151	35,8	46.373	21,5
Grande Porto	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Horticultura	1.230	26,7	1.495	9,3
Tâmega	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Policultura	9.595	46,7	19.521	34,5
Vale do Sousa Com. Urb.	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Policultura	3.102	50,7	5.922	41,4
Vale do Sousa	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Policultura	3.485	50,7	6.508	42,0
C. Paiva	Policultura	609	54,2	1.154	60,2	Policultura	383	50,9	586	48,9
Felgueiras	Policultura	1.145	52,5	2.543	54,5	Policultura	726	49,4	1.516	41,1
Lousada	Policultura	685	48,8	1.698	49,0	Policultura	484	50,7	1.113	39,1
P. Ferreira	Policult. e Polipeçuária	338	28,0	660	30,8	Policultura	251	41,2	449	32,8
Paredes	Policultura	998	43,2	2.096	46,2	Policultura	594	50,1	1.070	43,1
Penafiel	Policultura	1.564	48,2	3.322	53,3	Policultura	1.047	54,9	1.774	45,2

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1989-1999. Manuel Rosa, *Ruralidade e Agricultura. Alguns indicadores socioeconómicos*, Lisboa, Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, 1999.

Nd: Dados não disponíveis.

Nota: A Orientação Técnico-Económica (OTE) de uma exploração é determinada pela contribuição relativa das diferentes especulações para a sua Margem Bruta Padrão Total e mediante utilização de determinados critérios gerais e específicos para identificação da contribuição principal. No caso de 1989, a OTE “principal” ou “predominante” foi identificada em termos do número de explorações e da SAU, inscrevendo-se as duas designações em caso de não coincidência; em 1999, a OTE “principal” ou “predominante” foi definida apenas em termos do número de explorações.

5.3. Natureza jurídica dos produtores e formas de exploração da propriedade fundiária

5.3.1. Sublinhando o que vínhamos dizendo sobre o lento e limitado processo de transformação e modernização da agricultura portuguesa, as últimas três décadas do século XX não registam alterações relevantes quanto à natureza jurídica dos produtores agrícolas.

Em 1999, 98,4% das unidades produtivas nacionais eram exploradas por produtores singulares, na sua esmagadora maioria autónomos (94,2%), isto é, utilizadores de mão-de-obra proveniente principalmente do seu próprio agregado doméstico. Trata-se de uma característica que se manteve bastante inalterada ao longo do período considerado e que é transversal, em cada momento retido para análise, aos contextos territoriais sob escrutínio.

Uma nota dissonante merece, ainda assim, registo. Se procurarmos restituir com maior precisão a dinâmica específica da década de 1990, veremos que, apesar da manutenção do perfil geral da agricultura portuguesa no respeitante à natureza jurídica das explorações, é possível identificar um ligeiro crescimento do peso relativo dos produtores singulares empresários e, sobretudo, das sociedades (no Quadro 5.5 englobadas na categoria “Outras”).

Não sendo muito expressivo, é certo, este crescimento tem-se feito sentir com particular intensidade nas explorações de maior dimensão, o que sublinha a emergência, no seio da agricultura portuguesa, de um segmento tipicamente orientado para o mercado que, não sendo numericamente muito relevante, explora já uma importante porção da superfície agrícola utilizada. Em 1999, registe-se, foram recenseadas 5 503 sociedades, as quais representavam apenas 1,3% das explorações, englobando, porém, 17,2% da SAU nacional. Dez anos antes, a SAU pertencente a explorações geridas por sociedades era de cerca de 9%.

Em termos regionais, é no Ribatejo e Oeste e no Alentejo que as sociedades detêm maior importância, representando 30 e 24% da SAU total, respectivamente. É de mencionar, entretanto, que o Entre Douro e Minho foi uma das três regiões, juntamente com a Madeira e Trás-os-Montes, onde se registaram, ao longo dos anos 90, maiores acréscimos do número de sociedades agrícolas. Este dado sugere uma certa segmentação da agricultura regional, que se encontrará agora mais dividida entre uma larga maioria de explorações sujeitas a uma organização produtiva de tipo familiar e tradicional e um sector, ainda muito minoritário, mas em ligeiro crescimento, composto por explorações especializadas vocacionadas para a colocação dos seus produtos nos mercados de bens agro-alimentares.

Estamos perante uma particularidade do processo evolutivo recente da agricultura portuguesa que, não sendo estatisticamente muito perceptível, poderá constituir um factor explicativo de alguns dos fenómenos a que dispensaremos atenção nos pontos subsequentes deste capítulo.

Quadro 5.5 Evolução da natureza jurídica das explorações agrícolas (1968-1999)

	Natureza Jurídica do Produtor (%)									
	1968					1979				
	Explor. (N.º)	Empres. Individ.	Sociedade	Estado	Outras	Explor. (N.º)	Prod. Sing. Autón.	Prod. Sing. Empres.	Estado	Outras
Continente	811.656	99,8	0,1	0,02	0,1	783.944	92,5	6,9	0,1	0,5
Entre Douro e Minho	168.224	99,8	0,1	0,02	0,1	151.720	92,1	7,5	0,03	0,4
Distrito do Porto	62.256	99,8	0,1	0,02	0,1	54.602	90,8	8,9	0,02	0,3
Grande Porto	22.449	99,6	0,2	0,03	0,2	16.025	94,8	4,5	Nd	Nd
Tâmega	55.260	99,9	0,05	0,0	0,05	53.887	90,1	9,7	0,0	0,2
Vale do Sousa	20.507	99,9	0,1	0,0	0,04	18.649	91,9	7,9	0,0	0,2
Com. Urb. Vale do Sousa	22.315	99,9	0,1	0,0	0,04	20.740	92,4	7,4	0,0	0,2
Castelo de Paiva	1.808	100,0	0,0	0,0	0,0	2.091	96,3	3,5	0,0	0,2
Felgueiras	3.555	100,0	0,0	0,0	0,0	3.538	73,9	25,8	0,0	0,3
Lousada	3.803	99,8	0,1	0,0	0,03	3.067	97,0	2,8	0,0	0,2
Paços de Ferreira	2.688	99,6	0,2	0,0	0,0	2.138	95,0	4,7	0,0	0,3
Paredes	5.448	99,9	0,0	0,0	0,1	3.648	95,3	4,5	0,0	0,2
Penafiel	5.013	99,9	0,1	0,0	0,02	6.258	96,6	3,3	0,0	0,1

(continua)

(continuação)

	Natureza Jurídica do Produtor (%)									
	1989					1999				
	Explor. (N.º)	Prod. Sing. Autón.	Prod. Sing. Empres.	Estado	Outras	Explor. (N.º)	Prod. Sing. Autón.	Prod. Sing. Empres.	Estado	Outras
Continente	550.879	95,5	3,6	0,04	0,8	382.163	94,2	4,2	0,1	1,5
Entre Douro e Minho	111.505	97,0	2,3	0,03	0,6	67.546	95,8	2,8	0,1	1,3
Distrito do Porto	29.319	95,3	4,0	0,05	0,6	17.757	93,6	4,5	0,1	1,8
Grande Porto	7.963	95,5	3,5	0,05	0,9	4.606	92,7	4,7	0,1	2,5
Tâmega	33.413	96,6	3,1	0,04	0,3	20.528	95,6	3,2	0,1	1,1
Vale do Sousa	10.349	95,3	4,1	0,1	0,5	6.124	93,6	4,7	0,1	1,6
Com. Urb. Vale do Sousa	11.473	95,3	4,2	0,1	0,5	6.876	94,1	4,4	0,1	1,4
Castelo de Paiva	1.124	95,5	4,3	0,0	0,3	752	98,1	1,3	0,0	0,6
Felgueiras	2.182	94,7	4,4	0,2	0,7	1.469	94,2	4,0	0,2	1,6
Lousada	1.405	94,2	5,1	0,0	0,7	955	93,4	4,9	0,0	1,7
Paços de Ferreira	1.206	95,5	4,2	0,2	0,2	609	94,1	4,6	0,3	1,3
Paredes	2.311	96,5	3,2	0,04	0,3	1.185	94,9	4,2	0,0	0,9
Penafiel	3.245	95,3	4,2	0,03	0,5	1.906	92,2	5,6	0,2	2,0

Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968; INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.
 Nd: Dados não disponíveis.

5.3.2. A análise da evolução já não da natureza jurídica do produtor, mas das formas de exploração da superfície agrícola merecer-nos-á, entretanto, reflexão mais aturada.

Sabia-se, nos finais da década de 1970, aquando da realização dos primeiros trabalhos sobre Fonte Arcada, que a distribuição da propriedade fundiária e as formas da respectiva exploração variavam consideravelmente no interior do espaço nacional. Estando em causa, nessa altura, o estudo dos processos de reprodução e mudança do espaço social rural português, a decisão de centrar olhares em Penafiel não deixou ter em consideração esta evidência, a qual, por seu turno, se associava à constatação, de certo modo surpreendente, de que o concelho mantinha um peso extraordinariamente elevado de arrendamento rural relativamente à média nacional, numa altura em que, em vastas áreas do país – e, sobretudo, no resto da Europa –, esta forma de exploração dos terrenos agrícolas estava em acentuado declínio.

À época, a análise desenvolvida a propósito desta constatação pôde revelar as fragilidades de algumas perspectivas comumente aceites acerca da questão da propriedade fundiária, ao sublinhar que de forma nenhuma poderia ela ser equacionada a partir do pressuposto – ideológico – do pleno e igualitário acesso de todos ou quase todos os agricultores do Entre Douro e Minho à posse da terra. A análise então produzida mostrou que não só muitos dos

agricultores da região não tinham terra própria, como além disso se poderia provar, contra certas dicotomizações Norte-Sul dominantes, que, ao lado de um processo de fragmentação da propriedade em pequenas parcelas, subsistiam no Entre Douro e Minho e, em particular, no Vale do Sousa, graças a um complexo percurso histórico geralmente não reconstituído analiticamente pelos estudiosos destes temas, grandes concentrações de recursos fundiários num grupo restrito de famílias.

A partir do estudo da situação particular de Fonte Arcada, os trabalhos originais sobre a discreta colectividade do Noroeste Português puderam mesmo chegar à conclusão de que os índices de concentração fundiária eram ali tão elevados como em algumas zonas de latifúndio. Para autorizar esta conclusão bastará relembrar que, em 1975, e de acordo com o cadastro da propriedade fundiária da freguesia, perto de 45% da superfície produtiva local era detida por apenas 8 dos 268 proprietários residentes em Fonte Arcada (3% do total), o que ilustrava com particular nitidez esta impressiva característica da estrutura da propriedade jurídica do fundiário da freguesia, fundamento da tão significativa incidência local do arrendamento rural⁷⁴.

Voltando um pouco atrás no tempo, ao início da década de 1950 e do período que temos vindo a considerar para análise, e partindo da leitura do Quadro seguinte, é possível confirmar a singularidade do Vale do Sousa e, em particular, do concelho de Penafiel no respeitante à importância que, há cinquenta anos atrás, o arrendamento rural assumia.

De acordo com os dados do *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas* de 1952-54, o arrendamento (fixo ou em parceria⁷⁵) constituía a forma de exploração das unidades

⁷⁴ Cf. José Madureira Pinto, *op. cit.*, pp. 97-99 e 282-289. A páginas 286, o autor conclui: “Perante uma estrutura fundiária de tal modo assimétrica, não é difícil adivinhar qual o destino social da maior parte dos proprietários locais (verdadeiros microproprietários, como vimos), bem como, *a fortiori*, o de todos os agentes excluídos em absoluto da propriedade da terra; define-se ele, com efeito, no âmbito de um número restrito de variantes: a proletarianização na agricultura ou, sobretudo, em processos de trabalho extra-agrícolas, o que aqui sempre implicou fortes correntes migratórias, quer definitivas, quer de natureza pendular; o acesso ao arrendamento de explorações agrícolas pertencentes aos grandes proprietários locais; a combinação, graças ao mecanismo das migrações pendulares, das variantes anteriores ou, de um modo mais geral, o recurso a formas de agricultura a tempo parcial”.

⁷⁵ O arrendamento fixo corresponde à forma de exploração em que a superfície agrícola é cedida pelo proprietário ao produtor por um certo período, superior a uma campanha agrícola, mediante o pagamento em dinheiro, em géneros, em ambas as coisas ou ainda em prestação de serviço, de um montante previamente estipulado e independente dos resultados da exploração. O arrendamento fixo inclui, para além das situações comuns de arrendamento, o arrendamento das terras que constituem uma herança indivisa não correspondente à parte do produtor e que são utilizadas mediante o pagamento de uma renda, bem como o arrendamento das terras que são propriedade de um membro da família do produtor, desde que se verifique o pagamento de renda. O arrendamento variável – ou *parceria* –, por seu turno, corresponde à forma de exploração em que a superfície agrícola é explorada em associação pelo proprietário e pelo produtor, com base num contrato escrito ou oral, sintomaticamente designado por “contrato de parceria”, no qual se convencionam a forma de proceder à repartição da produção a obter e dos encargos a suportar. O proprietário pode concorrer para a produção unicamente com a

agrícolas maioritária na região do Vale do Sousa, abarcando um pouco mais de 50% do total de explorações recenseadas (45% em regime de arrendamento fixo e perto de 6% em regime de parceria). As explorações por conta própria, por seu turno, rondavam os 40% do total, registando-se ainda um número considerável de unidades com formas de exploração mistas (parte da superfície por conta própria e parte arrendada ou sobreposição de modalidades de arrendamento).

Esta importância do arrendamento manifestava-se com particular acuidade no concelho de Penafiel, onde o número de explorações por conta própria baixava para cerca de 36%.

Os valores do Vale do Sousa e de Penafiel contrastavam então com a situação do restante território do Entre Douro e Minho, onde a proporção de explorações arrendadas era claramente menor (menos de 30%), e, sobretudo, com os valores do Continente, onde as explorações arrendadas não chegavam a representar 20% do total de explorações (verificando-se, ainda assim, um peso relevante de unidades com formas mistas de exploração: também 20%). Em termos nacionais, a exploração por conta própria era claramente predominante, encontrando-se presente em cerca de 60% cinco unidades agrícolas.

O quarto de século seguinte não alterou substancialmente o panorama registado no início da década de 1950. Ainda assim, pôde assistir-se a um paulatino reforço da importância das explorações por conta própria e a uma correspondente quebra da importância relativa do arrendamento rural em todas as unidades territoriais consideradas. Num contexto caracterizado pela progressiva diminuição da rentabilidade da actividade agrícola, é previsível que o movimento de abandono da agricultura registado neste período, sobretudo na sua segunda metade, isto é, a partir de finais de década de 1960, tenha sido protagonizado principalmente pelos agentes excluídos da propriedade da terra, designadamente rendeiros, muitos dos quais, perante a atractividade do emprego nos sectores secundário e terciário, cujo volume vinha crescendo, terão optado pela entrega das terras aos senhorios e pela transferência para os sectores de actividade emergentes.

Por outro lado – e esta é uma hipótese interpretativa particularmente ajustada ao caso particular de Penafiel, que viu o número de explorações agrícolas crescer consideravelmente entre 1952-54 e 1979, com aumento correlativo da importância das propriedades com menos de 1 hectare –, é possível que o período em apreço tenha sido, como tivemos oportunidade de sugerir anteriormente, de alguma desconcentração da propriedade fundiária, com a aquisição

cedência da terra, ou pode contribuir com alguns meios de produção ou orientação técnico-administrativa. Cf. INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura de 1989 e 1999. Meta-informação*.

de terras por parte de algumas famílias. É possível, por exemplo, que a fixação em Penafiel de um número importante de cidadãos portugueses oriundos das ex-colónias tenha contribuído para a materialização deste processo, o que explicaria, pelo menos em parte, a elevação do peso relativo das unidades agrícolas exploradas por conta própria verificada entre os recenseamentos agrícolas de 1952-54 e de 1979.

Não obstante o que acabámos de expor, a proporção de explorações agrícolas arrendadas mantinha-se, no Vale do Sousa, por alturas do primeiro estudo sobre Fonte Arcada, na ordem dos 35%, subindo até aos 40% no concelho de Penafiel (com 14 e 13% das unidades agrícolas, respectivamente, a serem exploradas com recurso a formas mistas de exploração). Ao nível do Continente, os valores do arrendamento não chegavam sequer aos 10% do total de explorações, ainda que um segmento considerável das unidades agrícolas (22%) continuasse a caracterizar-se pela presença de formas mistas de exploração. Os valores médios do Entre Douro e Minho, por seu turno, aproximavam-se claramente, nesta altura, dos registados a nível nacional.

Quadro 5.6 Evolução da forma de exploração das unidades agrícolas (1952-1999)

	Explorações, segundo a Forma de Exploração (%)				
	Explorações (N.º)	Conta Própria	Arrendamento Fixo	Parceria (Arrend. Var.)	Formas Mistas
Continente	853.568	61,5	15,4	3,3	19,8
Entre Douro e Minho	181.748	54,6	23,1	6,0	16,3
Distrito do Porto	58.819	48,6	35,8	5,3	10,3
Grande Porto	24.991	59,2	29,6	0,7	10,5
Tâmega	52.008	41,3	31,3	15,4	12,1
Vale do Sousa	16.193	40,6	45,5	5,8	8,1
Com. Urb. Vale do Sousa	17.927	41,9	44,3	6,1	7,6
Castelo de Paiva	1.734	54,2	33,2	9,4	3,2
Felgueiras	4.697	41,3	51,0	5,6	2,2
Lousada	1.693	34,9	60,9	0,9	3,3
Paços de Ferreira	2.345	45,6	35,0	6,9	12,5
Paredes	2.947	45,8	40,8	1,5	12,0
Penafiel	4.511	36,1	42,6	10,0	11,4

(continua)

(continuação)

	Explorações, segundo a Forma de Exploração (%)										
	Expl. (N.º)	1968				1979					
		Conta Própria	Arrend. Fixo	Parceria	Formas Mistas	Expl. (N.º)	Conta Própria	Arrend. Fixo	Arrend. Camp.	Parceria	Formas Mistas
Continente	811.656	63,8	13,5	1,6	21,2	783.944	68,1	6,3	0,1	2,3	21,9
Entre Douro e Minho	168.224	57,7	20,2	2,7	19,4	151.720	62,0	10,2	0,1	8,0	18,6
Distrito do Porto	62.256	52,1	31,6	2,9	13,4	54.602	55,5	20,3	0,2	9,5	13,7
Grande Porto	22.449	57,7	28,5	0,5	13,4	16.025	61,2	19,0	0,3	0,5	18,3
Tâmega	55.265	52,1	25,4	5,8	16,7	53.887	53,4	14,9	0,1	18,3	12,4
Vale do Sousa	20.507	52,1	37,0	1,7	9,2	18.649	49,1	29,8	0,1	6,5	13,8
Com. Urb. Vale do Sousa	22.315	53,6	35,1	2,9	8,5	20.740	50,0	27,5	0,1	8,0	13,8
Castelo de Paiva	1.808	70,4	13,3	15,8	0,6	2.091	57,3	7,3	0,0	21,2	14,0
Felgueiras	3.555	46,5	38,0	7,5	8,0	3.538	56,3	33,6	0,1	3,1	5,5
Lousada	3.803	49,6	43,8	0,4	6,2	3.067	50,6	15,2	0,2	25,2	8,4
Paços de Ferreira	2.688	55,7	31,4	0,0	12,9	2.138	53,4	10,3	0,2	10,1	24,2
Paredes	5.448	59,9	31,8	0,4	7,9	3.648	40,9	36,5	0,03	0,1	22,2
Penafiel	5.013	47,4	39,9	1,1	11,6	6.258	47,7	37,5	0,05	1,8	12,8

(continua)

(continuação)

	Explorações, segundo a Forma de Exploração da Superfície Agrícola (%)											
	Expl. (N.º)	1989					1999					
		Conta Própria	Arrend. Fixo	Arrend. Camp.	Parceria	Outras	Expl. (N.º)	Conta Própria	Arrend. Fixo	Arrend. Camp.	Parceria	Outras
Continente	550.879	90,7	20,9	0,5	4,2	5,6	382.163	93,4	12,6	0,4	2,2	8,1
Entre Douro e Minho	111.505	80,7	29,1	0,0	15,0	5,8	67.546	86,1	17,4	0,0	9,4	12,6
Distrito do Porto	29.319	68,4	38,4	0,0	28,2	4,5	17.757	77,3	26,4	0,0	17,5	11,9
Grande Porto	7.963	79,0	40,5	0,0	3,6	6,0	4.606	80,7	37,7	0,0	0,6	14,3
Tâmega	33.413	66,0	28,5	0,0	36,0	3,5	20.528	77,1	16,1	0,0	24,0	8,3
Vale do Sousa	10.349	64,1	44,3	0,0	36,7	3,9	6.124	74,9	27,6	0,0	23,3	10,4
Com. Urb. Vale do Sousa	11.473	63,6	42,2	0,0	36,8	3,9	6.876	74,5	26,7	0,0	22,1	10,0
Castelo de Paiva	1.124	59,4	22,2	0,0	37,3	3,5	752	71,7	19,4	0,0	12,0	7,2
Felgueiras	2.182	61,0	38,7	0,0	42,1	5,3	1.469	75,9	21,4	0,0	22,3	10,8
Lousada	1.405	64,3	47,8	0,0	43,0	1,1	955	71,2	32,3	0,0	27,1	9,9
Paços de Ferreira	1.206	76,0	43,6	0,0	14,8	1,4	609	77,7	31,4	0,0	8,4	11,3
Paredes	2.311	64,6	46,5	0,0	27,4	5,2	1.185	78,2	28,7	0,0	16,5	10,5
Penafiel	3.245	61,3	45,4	0,0	45,2	4,3	1.906	72,9	28,0	0,0	31,2	10,0

Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1952-54 e 1968*; INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura, 1979-1999*.

Notas: Em 1979, o somatório dos valores fica ligeiramente aquém dos 100%. A diferença corresponde a “outras formas de exploração simples”.

Em 1989 e 1999, o somatório dos valores das diferentes categorias de exploração da superfície agrícola é superior a 100% porque as formas mistas de exploração deixaram de ser isoladas do ponto de vista estatístico (a referência para a construção do indicador passou a ser a SAU e não a exploração, pelos que as categorias deixaram de ser mutuamente exclusivas).

Os últimos vinte anos do século XX caracterizaram-se, entretanto, por um acelerado reforço do peso das unidades agrícolas exploradas por conta própria. Nestas duas décadas de

intenso declínio da agricultura portuguesa (declínio do número de explorações, declínio do volume de emprego, declínio da atractividade do sector, quando comparado com os demais), foram as explorações por conta própria que, como seria de supor, mais resistiram ao abandono, enquanto a importância do arrendamento decaía visivelmente.

À data do último Recenseamento Agrícola realizado, a totalidade ou, pelo menos, parte das superfícies utilizadas de 93,4% das unidades agrícolas existentes no país era explorada pelo próprio proprietário. O arrendamento, por seu turno, estava presente em apenas 15,2% das explorações do Continente. Na maior parte dos casos, estas explorações reuniam parcelas de terreno arrendadas e parcelas de terreno exploradas por conta própria.

A importância do arrendamento subia ligeiramente no Entre Douro e Minho, permanecendo o Vale do Sousa como espaço com peso considerável de explorações com a totalidade ou parte das suas superfícies explorada sob o regime de arrendamento (fixo ou em parceria). Em 1999, estima-se que uma em cada quatro unidades agrícolas do Vale do Sousa continuasse a ser explorada por agricultores rendeiros. Castelo de Paiva, Lousada e Penafiel eram os concelhos onde se registava maior peso de unidades com áreas agrícolas exclusiva ou parcialmente exploradas por via do arrendamento (rever Quadro 5.6).

A persistência, no Vale do Sousa e em Penafiel, da importância do arrendamento rural não será certamente alheia à reprodução da estrutura da propriedade fundiária característica da região e do concelho, a qual, como vimos, se apresentava, há trinta anos atrás, muito concentrada. Seja porque não houve lugar a movimentos significativos de desconcentração do património fundiário, seja porque a situação actual representa um prolongamento no tempo dos efeitos da estrutura de propriedade vigente há algumas décadas atrás⁷⁶, a verdade é que o arrendamento conseguiu manter aqui, até bem tarde, uma relevância sem paralelo noutros contextos territoriais analisados.

A persistência do modelo tradicional de exploração das unidades agrícolas poderá igualmente sugerir que a agricultura de tipo familiar, desenvolvida a tempo parcial e com

⁷⁶ Lembre-se que o arrendamento representava muitas vezes um acordo mais ou menos explícito de permanência duradoura na exploração, o que poderá explicar as fortes resistências, obviamente cristalizadas pelo próprio *ethos* camponês, de alguns rendeiros, sobretudo dos elementos mais envelhecidos deste grupo, ao abandono da casa e das terras arrendadas. Por outro lado, é possível que muitos dos grandes proprietários da região continuem a fazer questão de manter as suas terras arrendadas, assim garantindo um patamar mínimo de conservação das mesmas, mesmo que, para tal, tenham de abdicar de parte ou até da totalidade da renda. Não despreciando será igualmente o facto de o arrendamento rural ser um meio relativamente barato de acesso à habitação. Como o arrendamento das terras possibilita muitas vezes a utilização de uma casa, não será de estranhar que a permanência do reheiro na exploração tenha resultado, em certos casos, da importância concedida a este factor ou até de acordos de dispensa do pagamento de renda (incluindo do valor considerado renda da casa) em troca da manutenção da propriedade em bom estado de conservação, o que inclui geralmente a “fabricação” de, pelo menos, parte dos terrenos de cultivo.

carácter de complementaridade, tem mantido, ao longo do período considerado, um papel relevante na economia dos agregados domésticos da região – e não apenas nos agregados domésticos detentores de propriedade fundiária. Mesmo algumas famílias sem acesso à propriedade de terrenos agrícolas terão, apesar de tudo, resistido à entrega das terras arrendadas, assim garantindo a manutenção de uma fonte complementar de rendimento ou mesmo de um “último recurso” em caso de quebra mais prolongada da relação com o mercado de trabalho.

5.4. Incidência de capital técnico, modernização da actividade agrícola e evolução da dimensão económica das explorações

5.4.1. Ao longo da análise que temos vindo a dedicar à evolução da agricultura portuguesa no último meio século, foi constante a referência ao intenso fenómeno de abandono que a tem caracterizado. Tal insistência, legitimada pelos dados estatísticos apresentados, não impediu, ainda assim, que se realçassem os traços mais ou menos distintivos das lógicas económicas e sociais diferenciadas que têm atravessado a actividade agrícola realizada no nosso país e que explicam o realce dado, nalguns casos, aos processos de mudança e inovação registados e, noutros, às importantes permanências estruturais verificadas.

Os Quadros 5.7, 5.8 e 5.9 apresentam informação adicional acerca desta questão, já que dizem respeito à evolução, nas últimas quatro décadas do século XX, de alguns indicadores de incidência de capital técnico na agricultura e de modernização da actividade agrícola desenvolvida nas unidades territoriais a que vimos fazendo alusão.

Não analisaremos exaustivamente o conjunto de informação apresentada. Três aspectos há, todavia, que merecem ser salientados.

O primeiro diz respeito à forma específica de territorialização do processo de modernização técnico-organizacional da agricultura portuguesa, que se caracteriza pela sua distribuição extremamente desigual pelo território nacional e mesmo no interior de regiões geralmente avaliadas como detendo relativa homogeneidade do ponto de vista da agricultura aí realizada, como é o caso do Entre Douro e Minho, onde, por exemplo, a um Grande Porto em ritmo mais acelerado de modernização se contrapõe um Vale do Sousa com debilidades

importantes a este nível (veja-se, por exemplo, a evolução, nas duas sub-regiões, da proporção de explorações com contabilidade organizada).

Um segundo aspecto importante decorre da constatação do carácter bastante tardio da modernização da agricultura portuguesa, o qual só nas décadas de 1980 e 1990 assistiu a uma intensificação do seu ritmo (exceptuando ao nível dos sistemas de irrigação, aos quais foi dada alguma atenção ainda durante o Estado Novo). A este facto não é certamente alheia a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e o consequente acesso a um conjunto importante de fundos estruturais vocacionados precisamente para o apoio ao reforço da incidência de capital técnico na agricultura e à reestruturação organizacional das explorações.

O terceiro aspecto, finalmente, refere-se à lentidão e carácter globalmente limitado do movimento de modernização da agricultura portuguesa, que tem abrangido um universo bastante restrito de explorações, como confirmam os dados relativos ao número médio de tractores por exploração (Quadro 5.7) e, sobretudo, os dados relativos às explorações com contabilidade organizada (Quadro 5.9). Há que convir, aliás, que os avanços registados neste domínio – visíveis, ainda assim, no aumento do número de tractores por cada 100 hectares de SAU, na generalização dos sistemas de rega e no paulatino aumento do peso das explorações com contabilidade organizada – são, em grande medida, um “efeito estatístico” do intenso abandono agrícola registado nas últimas décadas, o qual tem afectado essencialmente, como seria expectável, as explorações menos preparadas para fazer face às novas condições de produção, distribuição e comercialização de bens agrícolas – nas quais a agricultura se tornou uma actividade muito pouco rentável (quando não geradora de prejuízo).

Mesmo se registando uma evolução globalmente positiva – em maior ou menor grau resultante do efeito estatístico do desaparecimento de explorações de tipo familiar e com pouco ou nenhum capital técnico –, a principal leitura a fazer da lenta variação e dos persistentemente baixos valores médios de alguns dos principais indicadores de modernização agrícola é a de que há um segmento minoritário de explorações que resiste porque se modernizou e que se moderniza porque resistiu, o qual contrasta visivelmente com um amplo contingente de unidades produtivas – concentrado, em especial, no Norte do país e claramente ameaçado de desaparecimento – cujos perfil produtivo e configuração organizacional têm sido muito pouco permeados pela inovação.

Quadro 5.7 Explorações agrícolas equipadas com tractores, número médio de tractores por exploração e número médio de tractores por 100 hectares de superfície agrícola utilizada (1968-1999)

	Explorações com Tractores (%)				Tractores por Exploração (N.º)				Tractores por 100 ha de SAU (N.º)			
	1968	1979	1989	1999	1968	1979	1989	1999	1968	1979	1989	1999
Continente	1,7	6,7	19,5	34,9	0,02	0,1	0,2	0,4	0,4	1,9	2,5	4,4
Entre Douro e Minho	1,1	5,9	18,1	34,6	0,01	0,1	0,2	0,4	1,1	5,9	5,1	13,7
Distrito do Porto	1,6	6,6	21,6	37,2	0,02	0,1	0,3	0,5	1,5	6,7	6,6	19,2
Grande Porto	2,6	Nd	42,3	65,5	0,03	Nd	0,58	1,1	2,5	Nd	14,1	30,1
Tâmega	0,6	Nd	9,2	21,1	0,01	Nd	0,10	0,3	0,5	Nd	2,4	8,9
Vale do Sousa	1,0	Nd	15,4	30,9	0,01	Nd	0,17	0,4	1,1	Nd	4,1	15,9
Com. Urb. Vale do Sousa	0,9	Nd	14,7	21,3	0,01	Nd	0,16	0,3	1,0	Nd	4,0	11,4
Castelo de Paiva	0,1	Nd	8,4	19,7	0,00	Nd	0,09	0,2	0,1	Nd	2,7	14,1
Felgueiras	0,6	Nd	15,5	29,2	0,01	Nd	0,17	0,4	0,5	Nd	5,1	14,0
Lousada	2,6	Nd	16,4	31,1	0,03	Nd	0,19	0,4	2,4	Nd	4,6	12,9
Paços de Ferreira	0,2	Nd	14,3	29,7	0,00	Nd	0,16	0,4	0,5	Nd	5,2	16,3
Paredes	0,8	Nd	19,6	38,9	0,01	Nd	0,22	0,5	1,0	Nd	3,3	22,0
Penafiel	0,7	Nd	12,3	27,4	0,01	Nd	0,14	0,3	0,8	Nd	3,9	16,0

Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968; INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.
 Nd: Dados não disponíveis.

Quadro 5.8 Explorações agrícolas com sistemas de rega e peso da superfície irrigada no total da superfície agrícola utilizada (1968-1999)

	Explorações com Sistemas de Rega (%)				Superfície Irrigada (% da SAU)			
	1968	1979	1989	1999	1968	1979	1989	1999
Continente	63,4	79,3	81,7	71,1	15,2	18,0	22,5	21,1
Entre Douro e Minho	75,3	89,6	96,7	97,2	79,6	88,0	77,9	68,8
Distrito do Porto	72,7	88,7	98,0	98,3	79,2	88,3	95,3	93,8
Grande Porto	73,5	Nd	96,4	97,0	75,0	85,0	93,7	94,0
Tâmega	77,3	Nd	97,9	97,8	78,5	87,9	86,9	81,8
Vale do Sousa	65,8	Nd	98,2	98,6	76,7	92,8	96,8	97,7
Com. Urb. Vale do Sousa	66,1	Nd	97,9	98,6	76,6	91,2	96,4	97,5
Castelo de Paiva	69,4	Nd	95,1	98,5	74,9	69,3	91,8	95,7
Felgueiras	84,3	Nd	98,9	99,7	93,4	95,7	98,6	99,1
Lousada	53,2	Nd	98,7	99,6	92,9	93,7	96,4	98,4
Paços de Ferreira	56,4	Nd	98,4	98,2	80,7	93,6	97,7	96,3
Paredes	66,5	Nd	97,5	97,0	78,3	87,9	95,9	96,9
Penafiel	66,4	Nd	98,1	98,5	42,7	92,4	96,0	96,8

Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968; INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.
 Nd: Dados não disponíveis.

Quadro 5.9 Explorações agrícolas com contabilidade organizada (1968-1999)

	Explorações com Contabilidade Organizada (%)			
	1968	1979	1989	1999
Continente	0,3	0,6	2,7	6,9
Entre Douro e Minho	0,2	0,3	2,1	7,0
Distrito do Porto	0,2	0,3	4,0	11,9
Grande Porto	0,1	Nd	8,2	27,3
Tâmega	0,3	Nd	1,6	4,1
Vale do Sousa	0,1	Nd	2,8	6,5
Com. Urb. Vale do Sousa	0,1	Nd	2,6	6,1
Castelo de Paiva	0,1	Nd	0,9	2,8
Felgueiras	0,3	Nd	2,7	7,0
Lousada	0,1	Nd	4,3	7,6
Paços de Ferreira	0,0	Nd	1,8	6,9
Paredes	0,1	Nd	2,5	7,3
Penafiel	0,1	Nd	2,7	4,9

Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968; INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.
 Nd: Dados não disponíveis.

5.4.2. A análise da evolução recente da dimensão económica das explorações agrícolas das várias unidades territoriais consideradas valida o que acima se disse sobre a crescente oposição, na agricultura portuguesa, entre uma maioria de explorações pouco especializadas e de reduzida dimensão física e económica e uma minoria de explorações com níveis de competitividade relativamente elevados. De acordo com o último Recenseamento Geral da Agricultura, 75% das explorações agrícolas portuguesas tinham, em 1999, uma dimensão económica inferior a 4 unidades de dimensão europeia (ver notas do Quadro 5.10 para uma explicação do conceito). As explorações de dimensão económica superior a 16 UDE representavam, por seu turno, apenas 7% do total de explorações. A superfície agrícola abarcada por esta minoria de explorações mais competitivas correspondia, no entanto, a mais de 60% da SAU total, concentrando as explorações de dimensão económica inferior a 4 UDE apenas 18% dessa mesma superfície.

No Vale do Sousa e em Penafiel esta clivagem era, no ano em apreço, menos acentuada, encontrando-se as explorações e a superfície agrícola mais distribuída pelos diferentes escalões de dimensão económica. Ainda assim, era sintomático da convergência da agricultura da região e do concelho com o panorama nacional o facto de o escalão de dimensão económica mais elevado agrupar, respectivamente na Comunidade Urbana do Vale do Sousa e no concelho de Penafiel, 27,4 e 27,3% da SAU, mas apenas 5,5 e 4,5% do total de

explorações. Trata-se de um movimento de transformação da agricultura que se tornou visivelmente mais nítido na década de 1990.

Quadro 5.10 Explorações agrícolas e superfície agrícola utilizada, segundo a dimensão económica medida em Unidades de Dimensão Europeia (1989-1999)

	1989								1999							
	0 a < 2 UDE		2 a < 4 UDE		4 a < 16 UDE		≥ 16 UDE		> 0 a < 2 UDE		2 a < 4 UDE		4 a < 16 UDE		≥ 16 UDE	
	Explor. (N.º)	SAU (ha)	Explor. (N.º)	SAU (ha)	Explor. (N.º)	SAU (ha)	Explor. (N.º)	SAU (ha)	Explor. (N.º)	SAU (ha)	Explor. (N.º)	SAU (ha)	Explor. (N.º)	SAU (ha)	Explor. (N.º)	SAU (ha)
Continente	58,1	13,6	21,6	11,9	16,8	26,6	3,4	47,9	49,2	9,2	23,0	8,6	20,7	21,8	7,1	60,3
Entre Douro e Minho	53,5	23,4	28,3	27,5	16,7	36,7	1,5	12,5	32,6	10,3	34,8	18,6	25,8	30,7	6,7	40,4
Dist. Porto	48,5	18,1	26,9	23,9	21,7	42,4	3,0	15,7	28,5	8,2	30,6	16,2	30,5	35,6	10,5	40,0
G. Porto	36,3	10,6	24,6	15,1	31,5	44,7	7,5	29,7	21,2	5,0	22,5	8,8	34,1	26,2	22,2	60,0
Tâmega	52,0	22,6	29,2	30,2	17,8	41,5	0,9	5,7	32,5	11,2	34,7	22,0	28,4	39,5	4,3	27,3
V. Sousa	54,8	20,2	25,5	26,1	18,4	44,3	1,3	9,4	29,2	8,2	33,7	19,4	31,0	43,2	6,0	29,1
C. U. V. Sousa	55,3	20,9	25,8	27,0	17,8	43,5	1,2	8,6	31,5	9,6	33,7	20,6	29,2	42,3	5,5	27,4
C. Paiva	59,3	29,1	28,6	36,4	11,9	34,3	0,2	0,1	50,1	26,3	33,8	34,9	14,6	31,2	1,5	7,6
Felgueiras	54,2	20,7	24,3	24,1	19,8	45,4	1,7	9,8	26,7	6,5	29,7	14,9	35,4	44,6	8,2	33,9
Lousada	48,3	12,7	24,6	21,0	25,5	53,5	1,6	12,9	25,2	4,9	27,1	11,5	39,2	45,2	8,5	38,4
P. Ferreira	61,8	28,2	24,8	31,4	12,5	34,6	0,9	5,8	34,3	12,6	33,0	22,3	27,4	44,7	5,3	20,4
Paredes	54,4	21,0	25,9	27,3	18,7	44,9	1,0	6,8	28,8	10,6	38,3	26,2	28,6	44,4	4,3	18,7
Penafiel	55,7	20,6	26,7	27,8	16,4	41,3	1,2	10,3	31,7	9,2	37,5	24,2	26,3	39,2	4,5	27,3

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1989 e 1999. Manuel Rosa, *Ruralidade e Agricultura. Alguns indicadores socioeconómicos*, Lisboa, Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, 1999.

Notas: A “dimensão económica” de uma exploração agrícola é definida com base na respectiva Margem Bruta Padrão Total e é expressa em Unidades de Dimensão Europeia (UDE) das explorações agrícolas. Entende-se por Margem Bruta Padrão (MBP) o valor da Margem Bruta correspondente à situação média de uma dada região por cada uma das especulações agrícolas. A situação média reporta-se, no geral, a um período de três anos ou três campanhas agrícolas sucessivas. Para o ano de referência de 1988, uma UDE equivalia a 1200 Ecu de MBP. Actualmente, uma UDE equivale a 1220 Eur.

Os dados do Quadro 5.11 revelam, adicionalmente, que as explorações agrícolas são agora, regra geral, mais produtivas do que outrora. Entre 1989 e 1999, verificaram-se importantes aumentos de produtividade em todas as escalas territoriais retidas para análise, os quais ficaram a dever-se tanto ao crescimento da produtividade da terra, como, sobretudo, ao crescimento da produtividade do trabalho, que triplicou nalgumas zonas do país.

Apesar deste reforço recente da produtividade geral da agricultura portuguesa, os indicadores revelam a persistência de importantes disparidades inter e intra-regionais, como revela a Figura 5.4, onde se verifica que, exceptuando a bacia leiteira do Noroeste, alguns pontos do Grande Porto e a zona vinícola do Douro, a maior parte do território do Norte do país, designadamente no Entre Douro e Minho, mantém um perfil agrícola caracterizado por baixos níveis de produtividade do trabalho.

Quadro 5.11 Indicadores de produtividade da actividade agrícola (1989-1999)

	1989								1999							
	Explorações (N.º)	SAU (ha)	UTA (N.º)	Margem Bruta (1000 esc.)				Explorações (N.º)	SAU (ha)	UTA (N.º)	Margem Bruta (1000 esc.)					
				Total	Por Explor.	Por 100 ha SAU	Por UTA				Total	Por Explor.	Por 100 ha de SAU	Por UTA		
Continente	550.879	3.879.602	806.849	382.394.846	694,2	9.856,5	473,9	382.163	3.736.140,15	497.974	596.188.873	1.560,0	15.957,3	1.197,2		
Entre Douro e Minho	111.505	289.639	217.915	59.056.456	529,6	20.389,7	271,0	67.546	215.674,51	122.601	94.874.477	1.404,6	43.989,7	773,8		
Dist. Porto	29.319	44.924	58.224	19.480.528	664,4	43.363,3	334,6	17.412	48.541,52	33.969	29.614.536	1.700,8	61.008,7	871,8		
G. Porto	7.963	21.629	16.685	8.132.010	1.021,2	37.597,7	487,4	4.489	16.153,51	9.994	13.098.944	2.918,0	81.090,4	1.310,7		
Tâmega	33.413	80.871	67.252	16.986.853	508,4	21.004,9	252,6	20.273	56.562,24	36.906	22.594.538	1.114,5	39.946,3	612,2		
V. Sousa	10.349	21.044	19.334	5.509.430	532,4	26.180,5	285,0	6.051	14.304,16	10.856	7.767.391	1.283,7	54.301,6	715,5		
C. U. Vale do Sousa	11.473	22.960	21.433	5.955.490	519,1	25.938,5	277,9	6.799	15.501,33	12.116	8.296.364	1.220,2	53.520,3	684,7		
C. Paiva	1.124	1.916	2.099	446.060	396,9	23.280,8	212,5	748	1.197,17	1.260	528.973	707,2	44.185,3	419,8		
Felgueiras	2.182	4.663	3.620	1.289.263	590,9	27.648,8	356,2	1.443	3.686,99	2.416	2.116.724	1.466,9	57.410,6	876,1		
Lousada	1.405	3.463	2.303	898.821	639,7	25.955,0	390,3	939	2.848,95	1.832	1.486.224	1.582,8	52.167,4	811,3		
P. Ferreira	1.206	2.144	2.013	511.945	424,5	23.878,0	254,3	600	1.367,44	1.017	666.571	1.111,0	48.745,9	655,4		
Paredes	2.311	4.540	4.671	1.188.711	514,4	26.183,1	254,5	1.205	2.480,29	2.106	1.321.152	1.096,4	53.266,0	627,3		
Penafiel	3.245	6.234	6.727	1.620.690	499,4	25.997,6	240,9	1.864	3.920,49	3.485	2.176.720	1.167,8	55.521,6	624,6		

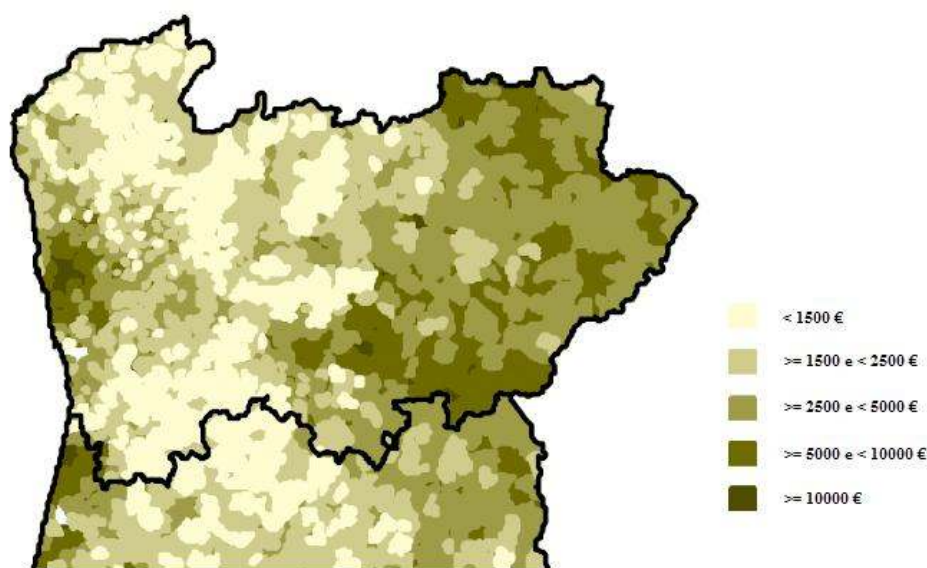
Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1989 e 1999. Manuel Rosa, *Ruralidade e Agricultura. Alguns indicadores socioeconómicos*, Lisboa, Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, 1999.

Notas: A partir do nível distrital (inclusive), os dados relativos a 1999 referem-se exclusivamente às explorações de produtor singular.

A Margem Bruta das explorações agrícolas corresponde ao valor monetário da produção bruta, da qual se deduzem certos custos específicos.

UTA: Unidade de Trabalho Anual. Corresponde ao trabalho agrícola realizado por um trabalhador a tempo completo durante um ano. O trabalho a tempo parcial, bem como o trabalho agrícola sazonal, mais não são do que fracções de UTA. Cada UTA corresponde ao trabalho realizado durante 275 dias a 8 horas por dia, ou seja, corresponde a 2200 horas de trabalho.

Figura 5.4 Margem bruta total, sem ajudas, por unidade de trabalho anual no Norte de Portugal (1999)



Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Ambiental, *Agricultura Portuguesa. Principais indicadores*, 2005 (a partir dos dados do INE – Portugal, *Recenseamento Geral da Agricultura*, 1999; detalhe à freguesia).

5.5. População activa agrícola e população agrícola familiar

5.5.1. A dimensão de análise que, porventura, melhor ilustra as transformações verificadas na agricultura portuguesa ao longo do último meio século é a que diz respeito à evolução da população activa agrícola. Em 1950, o sector primário da economia ocupava quase 1 milhão e 600 mil portugueses, metade do total de activos empregados e quase um quinto da população residente. Meio século volvido, a população activa empregada no sector primário ascende a pouco mais de 230 mil indivíduos, valor correspondente a 5% dos activos empregados e 2,2% dos residentes no país.

O ritmo extremamente acelerado de decréscimo do número de activos empregados no sector primário de actividade económica diz bem do declínio da importância, absoluta e relativa, da agricultura no conjunto da economia portuguesa, constituindo, simultaneamente, um indicador eloquente das transformações sociais e classistas a que o nosso país assistiu ao longo das últimas décadas.

Fenómeno anterior a 1950, é a partir dessa data que o declínio do peso da agricultura na estrutura socioprofissional do país adquire maior visibilidade, acompanhando o aumento da intensidade dos fluxos emigratórios e do êxodo rural. Entre 1950 e 1960, a taxa de variação da população activa empregada no sector primário atinge, em termos nacionais, valores negativos próximos dos 8%. Não obstante, a matriz predominantemente agrícola das áreas menos urbanizadas do Noroeste mantém-se: no Tâmega, e se exceptuarmos alguns concelhos do Vale do Sousa, a diminuição dos activos agrícolas decorre a um ritmo inferior ao registado no território continental (-5,8%), mantendo-se a importância do emprego no sector primário de actividade económica em patamares superiores a 50% do emprego total. A situação destas áreas contrasta visivelmente com a das áreas mais urbanizadas, onde a actividade agrícola vê bastante circunscrita a sua já pouco significativa importância empregadora (entre 1950 e 1960, a população activa empregada no sector primário decresce, no Grande Porto, 23,4%, passando a corresponder a menos de 10% do total de activos empregados).

A extraordinária intensificação, nos anos 60, do êxodo rural e, mais ainda, dos movimentos emigratórios, aliada ao crescimento da importância dos sectores secundário e terciário, contribuirá para acentuar consideravelmente o *esvaziamento* dos campos e o correspondente declínio da importância da agricultura na estrutura socioprofissional do país. Entre 1960 e 1970, o número de activos agrícolas diminui mais de 30%: no final da década, o

sector primário passa a ocupar pouco mais de um milhão de portugueses e os indicadores parecem apontar para um inelutável declínio da actividade agrícola.

A década de 70 confirmará esta previsão. Apesar de ligeiramente mais brando do que aquilo que a evolução registada nos anos 60 faria prever, o decréscimo da população activa agrícola verificado entre 1970 e 1981 (taxas de variação rondando -26% no conjunto do país e -12% no Distrito do Porto e no Vale do Sousa) ocorrerá num contexto caracterizado por um extraordinário aumento dos níveis de actividade da população portuguesa, em resultado das transformações então operadas na economia nacional e da singular alteração das tendências de crescimento demográfico do país, esta última decorrente da inversão, depois de 1974, do padrão de migrações tradicionalmente deficitário do território continental (com o regresso de emigrantes e o retorno de um vasto contingente de indivíduos oriundos das ex-colónias).

Assim, enquanto o conjunto dos activos empregados aumentava – e muito, já que a população activa com profissão cresceu 22% entre 1970 e 1981 –, a evolução da população activa agrícola seguia em contraciclo, levando à diminuição da sua importância absoluta e, mais ainda, da sua importância relativa na estrutura de emprego nacional (os activos agrícolas passaram a corresponder, em 1981, a 19,2% do total de activos empregados, menos 12,5% do que em 1970). A agricultura não só perdia trabalhadores, como se mostrava incapaz de configurar uma alternativa minimamente atractiva para aqueles que, a bom ritmo, iam engrossando as fileiras da população activa empregada (ver Quadros 5.12 e 5.13 e rever o capítulo 4 deste Relatório, onde a evolução das taxas de actividade e emprego é analisada com maior profundidade).

As taxas de variação da população activa empregada no sector primário de actividade económica atingirão valores negativos ainda mais acentuados nos últimos vinte anos do século XX. Entre 1981 e 1991, o número de activos agrícolas diminui cerca de 40%. O declínio do emprego no sector primário é particularmente brusco no Tâmega (-47%), facto que denuncia o crescimento, na região, da importância empregadora dos sectores da indústria, construção e serviços e a progressiva convergência, no tocante ao peso da agricultura na estrutura de emprego local, entre as áreas menos urbanizadas e as áreas mais urbanizadas do Noroeste Português. No Vale do Sousa, onde, na década de 1970, a população activa agrícola diminuía a um ritmo mais moderado do que o registado no conjunto do país, o decréscimo do número de activos agrícolas rondará, nos anos 80, os 50%.

A última década do século XX prossegue, aprofundando-a, a tendência acima enunciada. No espaço de dez anos, a população activa agrícola portuguesa vê os seus efectivos reduzidos

a cerca de metade (de 445 mil indivíduos em 1991 para pouco mais de 230 mil indivíduos em 2001). A acelerada *terciarização* da economia nacional e a perda de rentabilidade da actividade agrícola, muito associada aos efeitos da integração europeia e da abertura dos mercados agrícolas, bem como da aplicação no nosso país da Política Agrícola Comum (que, entre outras medidas, limitou, através da imposição de quotas, diversas produções e apostou na distribuição de um conjunto significativo de incentivos à retirada de terras), explicam a diminuição generalizada do peso dos activos agrícolas no conjunto dos activos empregados, em 2001 situado já abaixo dos 5% em todas as unidades territoriais consideradas (Quadro 5.14).

Quadro 5.12 Evolução da população activa com profissão (1950-2001)

	População Activa com Profissão (N.º)						Variação da População Activa com Profissão (%)				
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Portugal	3.196.482	3.315.639	3.163.855	3.848.727	4.115.900	4.646.955	3,7	-4,6	21,6	6,9	12,9
Continente	3.005.110	3.126.245	2.988.170	3.679.467	3.934.801	4.446.961	4,0	-4,4	23,1	6,9	13,0
Distrito do Porto	410.846	447.873	482.880	635.187	745.853	836.550	9,0	7,8	31,5	17,4	12,2
Grande Porto	298.489	327.277	Nd	469.410	536.010	595.261	9,6	Nd	Nd	14,2	11,1
Tâmega	139.262	144.007	Nd	176.107	210.404	240.080	3,4	Nd	Nd	19,5	14,1
Vale do Sousa	55.927	61.047	63.510	93.594	126.817	148.731	9,2	4,0	47,4	35,5	17,3
Com. Urb. Vale do Sousa	61.308	66.312	Nd	98.951	132.611	155.900	8,2	Nd	Nd	34,0	17,6
Castelo de Paiva	5.381	5.265	Nd	5.357	5.794	7.169	-2,2	Nd	Nd	8,2	23,7
Felgueiras	12.589	13.768	15.000	19.889	24.470	27.770	9,4	8,9	32,6	23,0	13,5
Lousada	8.458	9.216	9.155	13.719	20.261	21.752	9,0	-0,7	49,9	47,7	7,4
Paços de Ferreira	7.571	9.114	9.755	15.252	21.741	26.638	20,4	7,0	56,4	42,5	22,5
Paredes	11.953	13.426	15.035	23.012	31.810	40.400	12,3	12,0	53,1	38,2	27,0
Penafiel	15.356	15.523	14.565	21.722	28.535	32.171	1,1	-6,2	49,1	31,4	12,7

Fontes: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001. Direcção Geral de Planeamento Urbanístico – Serviços Regionais do Norte, Plano de Ordenamento da Bacia do Vale do Sousa. Análise Demográfica (dados concelhios de 1970).
 Nd: Dados não disponíveis.

Quadro 5.13 Evolução da população activa com profissão no sector primário de actividade económica (1950-2001)

	População Activa com Profissão no Sector Primário de Actividade (N.º)						Variação da População Activa com Profissão no Sector Primário (%)				
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Portugal	1.569.120	1.445.017	1.002.850	737.875	445.627	231.646	-7,9	-30,6	-26,4	-39,6	-48,0
Continente	1.452.938	1.337.450	927.770	693.423	413.333	211.603	-7,9	-30,6	-25,3	-40,4	-48,8
Distrito do Porto	95.921	81.149	54.455	48.054	28.157	16.807	-15,4	-32,9	-11,8	-41,4	-40,3
Grande Porto	40.888	31.329	Nd	18.150	13.066	9.842	-23,4	Nd	Nd	-28,0	-24,7
Tâmega	82.982	78.178	Nd	49.942	26.471	12.013	-5,8	Nd	Nd	-47,0	-54,6
Vale do Sousa	25.593	22.808	15.760	13.912	7.067	3.516	-10,9	-30,9	-11,7	-49,2	-50,2
Com. Urb. V. Sousa	28.362	25.064	Nd	15.472	7.589	3.824	-11,6	Nd	Nd	-51,0	-49,6
Castelo de Paiva	2.769	2.256	Nd	1.560	522	308	-18,5	Nd	Nd	-66,5	-41,0
Felgueiras	5.561	5.406	4.472	3.724	1.656	851	-2,8	-17,3	-16,7	-55,5	-48,6
Lousada	4.140	4.041	2.578	2.000	1.160	558	-2,4	-36,2	-22,4	-42,0	-51,9
Paços de Ferreira	2.783	2.032	1.374	1.018	627	319	-27,0	-32,4	-25,9	-38,4	-49,1
Paredes	5.180	4.190	2.777	2.641	1.320	658	-19,1	-33,7	-4,9	-50,0	-50,2
Penafiel	7.929	7.139	4.560	4.529	2.304	1.130	-10,0	-36,1	-0,7	-49,1	-51,0

Fontes: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001. Direcção Geral de Planeamento Urbanístico – Serviços Regionais do Norte, Plano de Ordenamento da Bacia do Vale do Sousa. Análise Demográfica (dados concelhos de 1970).
 Nd: Dados não disponíveis.

Quadro 5.14 Peso dos activos agrícolas no conjunto da população residente e no conjunto da população activa com profissão (1950-2001)

	Peso da População Activa com Profissão no Sector Primário no Conjunto da População Residente (%)						Peso da População Activa com Profissão no Sector Primário no Conjunto da População Activa com Profissão (%)					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	18,6	16,3	11,6	7,5	4,5	2,2	49,1	43,6	31,7	19,2	10,8	5,0
Continente	18,5	16,1	11,4	7,4	4,4	2,1	48,3	42,8	31,0	18,8	10,5	4,8
Distrito do Porto	9,1	6,8	4,1	3,1	1,7	0,9	23,3	18,1	11,3	7,6	3,8	2,0
Grande Porto	5,5	3,7	Nd	1,6	1,1	0,8	13,7	9,6	Nd	3,9	2,4	1,7
Tâmega	20,2	17,7	Nd	9,9	5,1	2,2	59,6	54,3	Nd	28,4	12,6	5,0
Vale do Sousa	15,8	12,2	7,4	5,4	2,5	1,1	45,8	37,4	24,8	14,9	5,6	2,4
C.. Urb. V. Sousa	16,0	12,2	Nd	5,6	2,6	1,2	46,3	37,8	Nd	15,6	5,7	2,5
Castelo de Paiva	17,8	12,7	Nd	9,2	3,2	1,8	51,5	42,8	Nd	29,1	9,0	4,3
Felgueiras	16,7	13,9	10,7	7,8	3,2	1,5	44,2	39,3	29,8	18,7	6,8	3,1
Lousada	16,6	14,5	8,1	5,3	2,7	1,2	48,9	43,8	28,2	14,6	5,7	2,6
Paços de Ferreira	12,9	7,4	4,1	2,5	1,4	0,6	36,8	22,3	14,1	6,7	2,9	1,2
Paredes	14,3	9,7	5,2	3,9	1,8	0,8	43,3	31,2	18,5	11,5	4,1	1,6
Penafiel	17,3	14,3	8,5	7,0	3,4	1,6	51,6	46,0	31,3	20,8	8,1	3,5

Fontes: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001. Direcção Geral de Planeamento Urbanístico – Serviços Regionais do Norte, Plano de Ordenamento da Bacia do Vale do Sousa. Análise Demográfica (dados concelhos de 1970).
 Nd: Dados não disponíveis.

5.5.2. O caso do Vale do Sousa é paradigmático dos efeitos do duplo fenómeno de crescimento geral do emprego e decréscimo do emprego agrícola na reformulação da estrutura socioprofissional. Combinando quase sempre fortes aumentos do número de activos empregados e ainda mais intensas diminuições do número de activos agrícolas, o Vale do Sousa constitui um exemplo acabado do notável processo de convergência entre regiões a que o território nacional tem vindo a assistir ao longo das últimas décadas, isto no que respeita à importância empregadora da agricultura.

Se, por exemplo, quisermos comparar a evolução registada no Vale do Sousa com a evolução registada no Grande Porto, veremos que o número de activos agrícolas residentes naquela sub-região do Tâmega correspondia, em 1950, a cerca de 46% do total de activos empregados, valor que, no Grande Porto, se quedava já abaixo dos 14%. Cinco décadas volvidas, a situação deste indicador não difere muito nos dois territórios: 2,4% no Vale do Sousa, 1,7% no Grande Porto (Quadro 5.14).

Entre os múltiplos factores na base desta tão rápida transformação da estrutura de emprego do Vale do Sousa encontraremos seguramente o desenvolvimento da indústria e do sector da construção e obras públicas, o declínio da atractividade da actividade agrícola (sobretudo enquanto actividade principal, mas também enquanto actividade complementar da profissão principal, como veremos mais à frente) e a entrada em força das mulheres no mercado de trabalho (fenómeno que, entre outras consequências, terá encontrado tradução na quebra acentuada da mão-de-obra agrícola familiar não remunerada).

Longe de configurar uma situação divergente da situação detectada na região envolvente e no conjunto do país, o caso de Penafiel segue aproximadamente as tendências gerais enunciadas nos parágrafos anteriores.

Tendo partido de patamares idênticos aos observados no território continental, o concelho assistirá, ao longo da segunda metade do século XX, a uma quebra da importância dos activos agrícolas em tudo semelhante à registada no país. Em bom rigor, o decréscimo do número de activos agrícolas residentes em Penafiel foi até ligeiramente mais intenso do que o decréscimo verificado no plano nacional, isto se pensarmos que, no concelho, o peso dos activos empregados no sector primário de actividade económica correspondia, em 2001, a apenas 3,5% do total de activos empregados, valor que ascendia a 5% no conjunto do país (em 1950, a mesma proporção superava em 2,5 pontos percentuais a cifra nacional).

Um aspecto da evolução da população activa agrícola no concelho de Penafiel merece, entretanto, atenção mais detalhada.

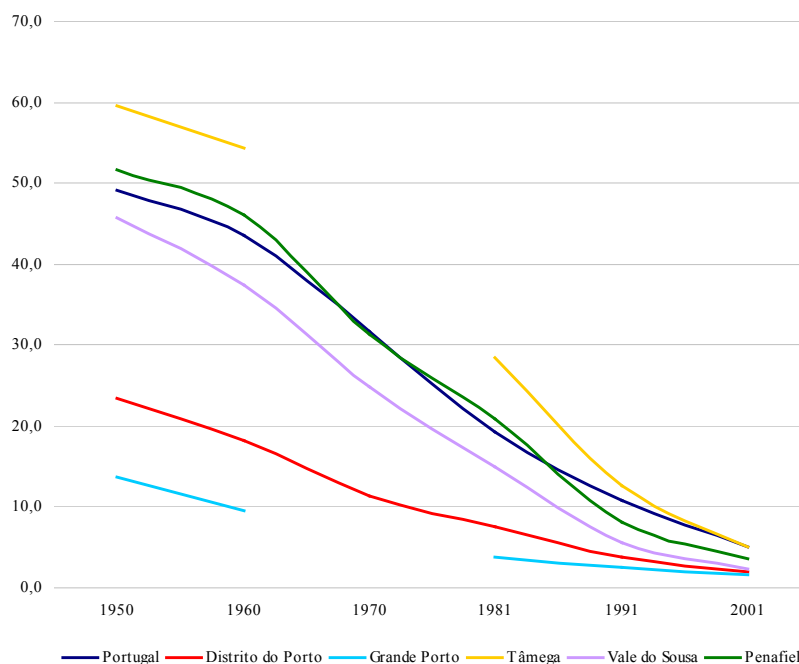
Referimo-nos à importância histórica da agricultura na estrutura socioprofissional penafidelense, atestada aqui pelo peso que a actividade agrícola assumia no emprego concelhio em meados do século passado e pela “resistência”, superior à observada nos concelhos vizinhos do Vale do Sousa (excluindo Castelo de Paiva), oferecida pela agricultura local ao fenómeno de quebra da relevância da respectiva importância empregadora.

Na década de 1970, lembre-se, Penafiel consegue mesmo “segurar” quase toda a sua população activa agrícola, cujo peso na estrutura de emprego concelhio decaiu exclusivamente por força do extraordinário aumento do número total de activos empregados então registado (decorrente do intenso crescimento natural e do inédito sentido positivo do saldo migratório concelhio).

À época dos primeiros trabalhos sobre Fonte Arcada, a população activa agrícola penafidelense correspondia ainda a um quinto do total de activos empregados, ao passo que em Paredes ou Paços de Ferreira esse valor não ultrapassava 11,5% e 6,7%, respectivamente, reflectindo a preponderância, nestes concelhos, do emprego no sector industrial, bastante menos desenvolvido em Penafiel.

Só depois dessa data retomará Penafiel o processo – bastante mitigado nos anos 70 – de convergência relativamente aos valores regionais, fenómeno que acompanhará a progressiva alteração da estrutura de emprego concelhio, na qual passam a assumir protagonismo incontestado as actividades do sector secundário (sobretudo as actividades relacionadas com a construção e obras públicas) e do sector terciário (que, em 2001, ocupava já 40% da população activa empregada residente em Penafiel). A convergência com o padrão de ocupações característico do Vale do Sousa não impediu, todavia, que a importância relativa da agricultura permanecesse, em Penafiel, ligeiramente superior à observada nos concelhos vizinhos, como comprovam os dados relativos a 2001 (Quadro 5.14 e Figura 5.5).

Figura 5.5 Evolução do peso dos activos agrícolas na população activa com profissão (1950-2001)



Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2001.

5.5.3. Uma caracterização mais fina da evolução da população activa com profissão no sector primário de actividade, tendo por referência o período posterior à realização dos trabalhos originais sobre Fonte Arcada, revela-nos, para além do intenso declínio do peso absoluto e relativo dos activos agrícolas, sobre o qual reflectimos nos pontos anteriores, uma importante e relativamente acelerada transformação da composição interna deste segmento da população activa em todas as unidades territoriais consideradas para análise.

Quadro 5.15 População activa agrícola, segundo a situação na profissão (1981-2001)

	Activos com Profissão no Sector Primário de Actividade Económica (%)														
	1981					1991					2001				
	Patrões Isolados	Conta de Outrem	Fam. Não Remun.	Outras	Patrões Isolados	Conta de Outrem	Fam. Não Remun.	Outras	Patrões Isolados	Conta de Outrem	Fam. Não Remun.	Outras			
Portugal	1,3	48,3	38,0	11,1	1,2	6,1	48,1	35,5	9,6	0,7	23,3	24,3	44,9	6,7	0,8
Continente	1,3	48,3	37,9	11,2	1,3	6,2	47,8	35,4	9,8	0,8	23,6	23,3	45,7	6,7	0,8
Distrito do Porto	1,8	45,6	33,7	18,5	0,5	9,2	41,6	37,7	10,9	0,6	26,4	17,5	49,2	6,0	0,9
Grande Porto	3,6	41,1	44,1	10,5	0,7	11,2	32,6	47,0	8,5	0,7	28,6	10,7	53,8	6,4	0,6
Tâmega	0,5	46,7	29,3	23,2	0,2	7,3	46,5	31,4	14,2	0,7	23,4	26,7	39,0	9,8	1,0
Vale do Sousa	0,8	45,8	28,4	24,6	0,4	7,7	50,9	28,6	12,3	0,5	22,2	29,6	41,2	5,4	1,7
Com. Urb. Vale do Sousa	0,7	45,9	28,2	24,8	0,4	7,6	50,0	28,9	13,0	0,5	21,9	29,0	41,6	5,9	1,7
Castelo de Paiva	0,5	46,4	25,6	27,2	0,3	6,1	37,9	33,0	22,4	0,6	19,2	22,7	45,8	11,4	1,0
Felgueiras	0,3	48,0	24,2	27,0	0,5	7,5	51,3	33,6	7,1	0,5	30,2	31,7	32,0	2,9	3,2
Lousada	1,0	45,1	32,3	21,4	0,3	8,4	55,6	27,7	8,0	0,3	25,4	28,9	37,6	7,2	0,9
Paços de Ferreira	1,4	52,2	32,2	13,4	0,9	4,8	52,8	28,5	13,1	0,8	18,2	33,9	44,2	3,4	0,3
Paredes	0,9	51,2	24,1	23,3	0,4	8,0	50,2	25,5	15,3	1,0	20,2	34,7	38,8	4,3	2,2
Penafiel	0,8	39,8	31,9	27,2	0,4	8,1	48,1	27,3	16,2	0,3	16,8	24,2	50,4	7,6	1,0

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2001.

Quadro 5.16 População activa agrícola, segundo o grupo socioeconómico (1981-2001)

	Activos com Profissão no Sector Primário de Actividade Económica (%)									
	1991					2001				
	Empres. Agrícolas	Pequenos Patrões Agrícolas	Agricult. Independ.	Assalar. Agrícolas	Trab. Agrícolas Não Qual.	Empres. Sector Primário	Pequenos Patrões Sector Primário	Trab. Indep. Sector Primário	Assalar. Sector Primário	Trab. Não Qual. do Sector Primário
Portugal	1,5	5,5	56,2	21,4	15,4	0,8	8,6	50,3	40,1	0,3
Continente	1,5	5,6	56,2	20,5	16,2	0,8	8,6	50,0	40,3	0,3
Distrito do Porto	1,7	8,3	50,4	34,2	5,4	1,3	8,8	39,3	50,4	0,2
Grande Porto	2,4	9,5	39,4	45,1	3,6	1,7	10,9	32,5	54,6	0,3
Tâmega	1,1	7,0	59,1	27,2	5,6	0,4	5,1	53,5	40,9	0,1
Vale do Sousa	1,0	7,4	60,6	24,4	6,7	0,5	4,6	51,1	43,6	0,3
Com. Urb. Vale do Sousa	1,1	7,3	60,4	24,8	6,4	0,5	4,6	50,2	44,5	0,3
Castelo de Paiva	3,6	5,7	58,3	29,9	2,5	0,3	5,0	41,1	52,8	0,8
Felgueiras	0,4	7,3	58,4	28,9	5,0	0,7	6,4	61,2	31,4	0,2
Lousada	1,4	8,1	61,9	23,7	5,0	0,5	5,9	52,2	40,8	0,5
Paços de Ferreira	1,3	4,1	63,2	20,1	11,3	0,0	5,5	44,4	49,6	0,6
Paredes	1,6	7,4	61,6	24,2	5,1	0,0	3,3	50,8	45,6	0,3
Penafiel	0,7	8,0	60,1	22,8	8,4	0,7	2,9	45,0	51,3	0,1

Fonte: INE – Portugal, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1991-2001.

A leitura das alterações ocorridas entre 1981 e 2001 na distribuição dos activos empregados no sector primário de actividade segundo a respectiva situação na profissão (Quadro 5.15) e segundo o grupo socioeconómico (Quadro 5.16) parece possibilitar a enunciação de três grandes tendências de recomposição da organização socioprofissional interna deste grupo.

A primeira, particularmente relevante, diz respeito à intensificação do processo de *assalariamento* da população activa agrícola portuguesa. De acordo com os dados recolhidos, relativos aos Recenseamentos Gerais da População de 1981, 1991 e 2001, o peso dos trabalhadores por conta de outrem face ao total dos activos empregados no sector primário de actividade económica terá passado, no plano nacional, de 38%, em 1981, para 45%, em 2001. A progressão do processo de assalariamento deste subconjunto da população activa tem sido particularmente intensa no Noroeste do país, já que tanto o Grande Porto como o Tâmega vêm crescer o peso dos assalariados agrícolas a um ritmo superior ao registado no conjunto do território português (de 44,1%, em 1981, para 53,8%, em 2001, e de 29,3, em 1981, para 39,0%, em 2001, respectivamente no Grande Porto e no Tâmega).

No Vale do Sousa, o crescimento da importância relativa dos assalariados agrícolas acompanha aproximadamente a evolução registada na envolvente regional, ainda que com variações significativas de concelho para concelho. No caso de Penafiel, o peso dos trabalhadores por conta de outrem no conjunto dos activos empregados no sector primário aumenta quase 20 pontos percentuais, passando de 31,9%, em 1981, para 50,4%, em 2001. A intensificação do processo de assalariamento dos activos agrícolas residentes em Penafiel é particularmente brusca após 1991, já que, até então, o número de trabalhadores agrícolas por conta de outrem vinha decaindo ligeiramente.

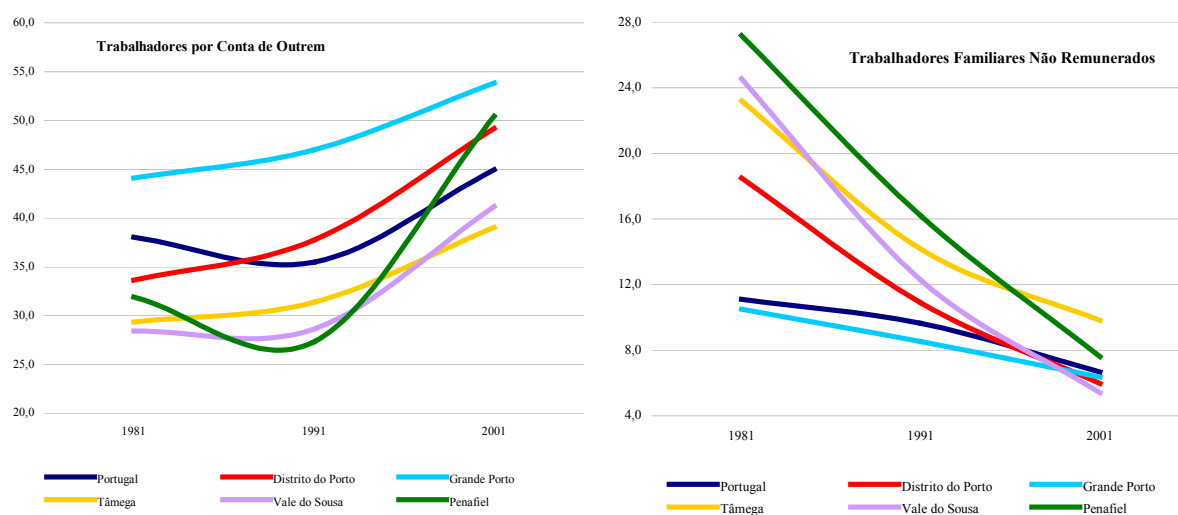
A tendência de crescimento da proporção de assalariados no conjunto dos trabalhadores do sector primário de actividade económica tem sido acompanhada de uma outra tendência igualmente merecedora de destaque, a saber, a da progressiva diminuição da importância dos trabalhadores familiares não remunerados. Trata-se de uma tendência a que, de resto, fizemos já referência neste Relatório, quando nos debruçámos sobre a evolução geral da população activa (rever capítulo 4).

De acordo com os Recenseamentos da População levados a cabo entre 1981 e 2001, a proporção de trabalhadores familiares não remunerados terá passado, no nosso país, de 11,1% para 6,7% do total de activos empregados no sector primário.

No Noroeste do país – sobretudo nos territórios de matriz rural, mas caracterizados por processos de industrialização e urbanização difusa, como é o caso do Vale do Sousa, onde, durante muito tempo, as lógicas de divisão do trabalho no interior das famílias camponesas, desde lodo, e a pluriactividade, depois, fizeram dos trabalhadores familiares não remunerados uma categoria socioprofissional agrícola particularmente relevante (garante da concretização de muitas das tarefas agrícolas quotidianas e da manutenção de muitas explorações) –, o declínio da importância desta categoria de activos agrícolas é ainda mais acentuado. Em vinte anos, o peso dos trabalhadores familiares não remunerados no conjunto dos cinco concelhos que compõem o território a que tradicionalmente se atribui a designação de Vale do Sousa passou de 24,6% para 5,4% do total de activos empregados na agricultura, o que diz bem da extensão do abandono da actividade agrícola por parte, desde logo, das gerações mais jovens (que “fogem dos campos” ou, neles permanecendo, deixam de fazer da colaboração nos trabalhos agrícolas domésticos a sua profissão, optando pelo emprego nos sectores secundário e terciário, com ou sem manutenção de ligação, a tempo parcial, à agricultura), mas também das mulheres, cuja entrada em força no mercado de trabalho, em especial nas duas últimas décadas, veio certamente contribuir para a redução significativa do contingente de mão-de-obra agrícola familiar não remunerada⁷⁷.

⁷⁷ De acordo com os resultados do Recenseamento Geral da População de 1960, o número de “domésticas agrícolas” ascenderia, nesse ano, no conjunto do país, a perto de 365 mil. À época, esta categoria correspondia a uma “ocupação” e não a uma “profissão”. O desaparecimento desta categoria de trabalhadores agrícolas ilustra, entretanto, as importantes transformações ocorridas ao nível da participação feminina no mundo do trabalho e as consequências do fenómeno na transformação da composição interna do grupo dos activos empregados no sector agrícola.

Figura 5.6 Evolução do peso dos assalariados e dos trabalhadores familiares não remunerados no conjunto dos activos agrícolas (1981-2001)



Fonte: INE – Portugal, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2001.

As tendências de intensificação do assalariamento agrícola e de diminuição do peso dos trabalhadores familiares não remunerados no conjunto dos activos empregados no sector primário estão, todavia, longe de indicar o fim do predomínio da mão-de-obra de tipo familiar na agricultura portuguesa. De acordo com o *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas* de 2005, recentemente publicado pelo INE, as famílias dos produtores continuam a fornecer cerca de 82% da mão-de-obra agrícola total (89% no Entre Douro e Minho), valor pouco abaixo do registado há uma década atrás (87% no conjunto do país, segundo o *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas* de 1995).

Como explicar, então, esta aparente contradição? Até certo ponto, os dados apresentados nos Quadros 5.15 e 5.16 poderiam levar-nos a considerar um cenário em que o movimento de modernização e relativa *empresarialização* da agricultura portuguesa estaria a conduzir a uma dualização dos processos de estruturação de classe no interior do grupo dos activos com ligação à agricultura, com assalariamento de isolados incapazes de competir no mercado com as unidades mais modernas e de maior dimensão física e económica⁷⁸ e, por outro lado, com acesso de alguns agricultores independentes com capacidade de investimento e maior adaptabilidade às novas condições de funcionamento do designado “complexo agro-florestal”

⁷⁸ Poderia até ter-se verificado um reforço da formalização das relações laborais no seio das explorações, com a passagem das condições de isolado (no caso dos rezeiros, por exemplo) ou de trabalhador familiar não remunerado à condição de assalariado...

ao estatuto de empresários ou pequenos patrões agrícolas – o que explicaria também a terceira tendência de evolução da composição interna do grupo dos activos empregados no sector primário de actividade económica, a saber, a que aponta para um decréscimo considerável do peso do grupo dos isolados.

Na verdade, porém, estas tendências de recomposição dos activos agrícolas não podem ser analisadas sem referência ao tipo de universo de indivíduos com ligação à actividade agrícola a que se reportam os dados da população activa recenseada. Num contexto de forte regressão do peso absoluto e relativo do emprego agrícola – e dado estarmos a trabalhar exclusivamente com dados censitários relativos ao conjunto daqueles cuja actividade profissional principal declarada é no sector primário –, não será de estranhar que a informação estatística apresentada dê conta de uma realidade em que assumem protagonismo crescente as categorias de activos agrícolas mais “profissionalizadas”, designadamente patrões agrícolas e assalariados que fazem da agricultura a sua profissão principal e não um complemento de outra actividade profissional – essa sim registada pelos Censos para efeitos de caracterização socioprofissional da população portuguesa.

A importância, designadamente no Noroeste Português, da pluriactividade e do pluri-rendimento e o papel supletivo da actividade agrícola na economia de muitas famílias levam-nos, porém, a recordar que a realidade da agricultura vai, nesta região, muito para além do grupo dos que declaram ser essa actividade a sua profissão principal, correspondendo o volume global da mão-de-obra agrícola a um contingente bastante mais alargado de indivíduos. A análise em torno da evolução da população activa agrícola ao longo das últimas décadas ganhará, por isso, se alargarmos o espectro das fontes de informação mobilizadas e nos detivermos sobre algumas informações relativas à população agrícola familiar, isto é, ao conjunto dos indivíduos pertencentes a famílias residentes em explorações agrícolas.

5.5.4. Tivemos oportunidade de confirmar anteriormente que o peso dos activos agrícolas não ultrapassava, no dealbar desta década, os 5% da população activa total e os 2% da população portuguesa no seu conjunto. O carácter predominantemente familiar da agricultura desenvolvida no nosso país vinculava, porém, nessa altura, ao sector um número bastante maior de indivíduos. Dados do último Recenseamento Geral da Agricultura revelam que, em 1999, os membros de famílias residentes em explorações agrícolas representavam ainda cerca de 11% da população portuguesa, ou seja, qualquer coisa como 1,12 milhões de pessoas (Quadros 5.17 e 5.18). Destas, pouco mais de 1 milhão desempenhava algum tipo de

actividade agrícola na exploração onde residia, mantendo-se, por isso, significativa a importância da agricultura na conformação dos quadros de vida de muitos portugueses.

Quadro 5.17 Evolução da população agrícola familiar (1968-1999)

	População Agrícola Familiar (N.º)				Variação da População Agrícola Familiar (%)		
	1968	1979	1989	1999	1968-1979	1979-1989	1989-1999
Continente	2.892.554	2.697.174	1.799.736	1.123.418	-6,8	-33,3	-37,6
Entre Douro e Minho	744.253	651.945	466.783	248.443	-12,4	-28,4	-46,8
Distrito do Porto	288.948	244.280	111.542	65.883	-15,5	-54,3	-40,9
Grande Porto	107.958	70.299	30.377	17.639	-34,9	-56,8	-41,9
Tâmega	240.055	234.501	120.346	74.223	-2,3	-48,7	-38,3
Vale do Sousa	96.164	92.173	41.381	23.408	-4,2	-55,1	-43,4
Com. Urb. Vale do Sousa	104.214	101.063	45.552	26.094	-3,0	-54,9	-42,7
Castelo de Paiva	8.050	8.890	4.171	2.686	10,4	-53,1	-35,6
Felgueiras	16.850	15.724	8.021	5.427	-6,7	-49,0	-32,3
Lousada	16.992	14.919	5.637	3.717	-12,2	-62,2	-34,1
Paços de Ferreira	13.666	10.781	4.824	2.268	-21,1	-55,3	-53,0
Paredes	25.887	19.186	9.671	4.734	-25,9	-49,6	-51,0
Penafiel	22.769	31.563	13.228	7.262	38,6	-58,1	-45,1

Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968; INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.
 Nota: O peso da população agrícola familiar no conjunto da população residente foi calculado com recurso aos dados da população agrícola familiar referentes a 1979, 1989 e 1999 e aos dados da população residente referentes a 1981, 1991 e 2001.

Quadro 5.18 Evolução do peso da população agrícola familiar no conjunto da população residente e evolução da densidade populacional agrícola (1968-1999)

	Pop. Agrícola Familiar na Pop. Residente (%)				Dens. Populacional Agrícola (PAF/100 ha SAU)			
	1968	1979	1989	1999	1968	1979	1989	1999
Continente	35,6	28,9	19,2	11,4	70,6	81,4	46,4	30,1
Entre Douro e Minho	34,3	25,8	15,6	7,7	404,9	390,9	161,2	115,2
Distrito do Porto	21,9	15,6	6,8	3,7	411,4	389,9	167,6	135,7
Grande Porto	11,6	6,3	2,6	1,4	446,9	328,0	140,4	109,2
Tâmega	53,1	46,6	23,3	13,5	361,7	387,5	148,8	131,2
Vale do Sousa	44,9	35,6	14,8	7,5	468,0	441,4	196,7	163,6
Com. Urb. Vale do Sousa	45,3	36,7	15,4	8,0	474,3	450,5	198,4	168,3
Castelo de Paiva	49,8	52,2	25,3	15,5	563,8	572,1	217,8	224,4
Felgueiras	40,5	32,7	15,7	9,4	396,3	275,7	172,1	147,2
Lousada	53,3	39,4	13,3	8,3	403,7	447,9	162,8	130,5
Paços de Ferreira	40,6	26,5	10,9	4,3	631,4	571,9	224,8	165,9
Paredes	48,7	28,3	13,2	5,7	484,3	518,0	213,0	190,9
Penafiel	42,4	49,1	19,3	10,1	497,6	504,4	212,3	185,2

Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968; INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.

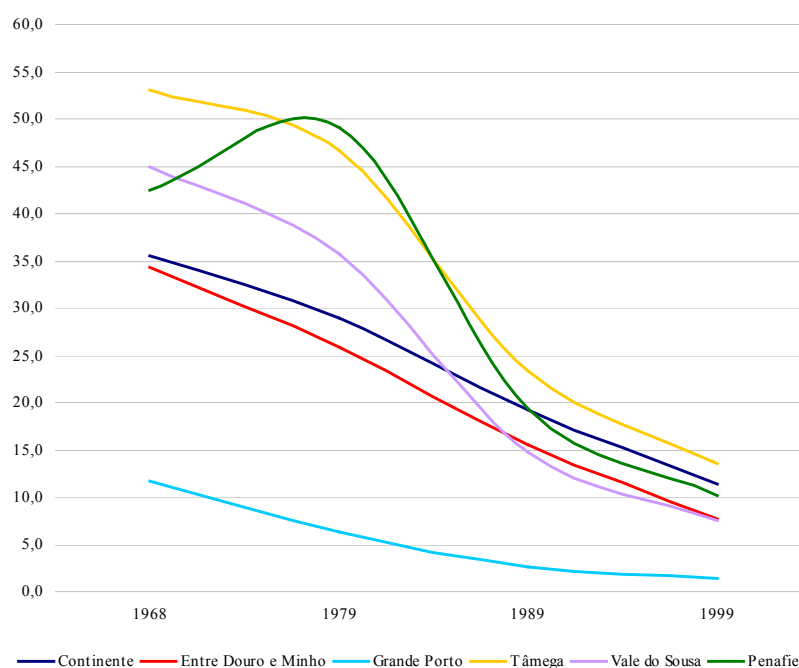
O facto de mais de 10% dos portugueses viver ainda, no final do século XX, em explorações agrícolas não deve, todavia, desviar a nossa atenção do que efectivamente mais releva da análise da evolução da população agrícola familiar, que é o seu acentuado declínio. Este declínio, em aceleração sobretudo a partir de finais da década de 1970, é indissociável do processo de abandono que tem caracterizado a actividade e que tem encontrado tradução no desaparecimento de milhares de explorações, estando igualmente ligado à incapacidade de muitas famílias camponesas em reproduzir a sua condição, evitando a transferência dos seus membros para outros sectores de actividade económica. Por outro lado, significa também que muitas famílias camponesas parciais ter-se-ão desvinculado das suas explorações, por já não ser rentável a prossecução da actividade agrícola a título complementar.

Transversal a todo o país, o decréscimo dos efectivos da população agrícola foi especialmente intenso nos concelhos do Vale do Sousa, onde atingiu taxas de variação negativa da ordem dos 50% por década. Representando, em 1979, mais de um terço da população residente (valor 8 pontos percentuais acima do registado ao nível do Continente), a população agrícola familiar ver-se-ia reduzida, duas décadas depois, a cerca de 8% dos residentes na região, valor abaixo já da média continental.

O caso de Penafiel ilustra com particular nitidez, por um lado, a importância que, por alturas da primeira pesquisa em Fonte Arcada, as famílias camponesas (tradicionalistas ou semi-proletarizadas) continuavam a deter na composição social do concelho e, por outro lado, a intensidade do seu desaparecimento nos últimos vinte anos do século XX. Depois de uma década de crescimento do número de explorações e de instalação de um número considerável de novas famílias agrícolas, em claro contraciclo com as tendências nacionais e regionais⁷⁹, Penafiel chegava a 1979 com uma população residente em que praticamente metade dos seus efectivos pertencia a famílias agrícolas. Vinte anos depois, o peso da população agrícola familiar não ultrapassava os 10% da população total, sendo, portanto, essa percentagem inferior à média nacional (ainda que ligeiramente superior à média do Vale do Sousa).

⁷⁹ Reveja-se o que nos pontos anteriores se disse a propósito da singularidade da agricultura penafidelense na década de 1970.

Figura 5.7 Evolução do peso da população agrícola familiar no conjunto da população residente (1968-1999)



Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968; INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.

Este acentuado decréscimo do número de membros de famílias agrícolas trouxe consigo, entre outras consequências, o envelhecimento deste segmento da população, já que têm sido sobretudo os jovens a abandonar a agricultura e a transferir-se para outros sectores de actividade. Dados publicados recentemente, referentes à evolução da estrutura etária da população agrícola familiar, indicam que a média de idades deste subconjunto da população portuguesa passou de 46 anos, em 1999, para 50 anos, em 2005. Os indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos representavam, no último ano do período mencionado, 31% dos membros de famílias agrícolas, 6 pontos percentuais acima do valor verificado em 1999 (no total da população residente, este grupo etário detinha, em 2001, um peso de 16,4%). Em contrapartida, apenas 27% e 37% da população agrícola familiar tinha menos de 35 e 45 anos, respectivamente⁸⁰.

A quebra das taxas de fecundidade resultante da saída das explorações agrícolas dos membros mais jovens das famílias nelas residentes tem acentuado, na base da pirâmide etária, este envelhecimento, contribuindo, em consequência, para a convergência entre o perfil das

⁸⁰ Cf. INE – Portugal, *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas*, 2005, p. 60.

famílias camponesas e o perfil das famílias portuguesas consideradas no seu conjunto. Ainda que a sua dimensão média se mantivesse acima da registada nas famílias em geral, as famílias camponesas eram, em 1999, menos numerosas, como comprovam os dados do Quadro seguinte (rever também o Quadro 3.3 e a Figura 3.1).

Quadro 5.19 Evolução da dimensão média das famílias agrícolas (1968-1999)

	Dimensão Média das Famílias Agrícolas (N.º)			
	1968	1979	1989	1999
Continente	3,6	3,5	3,3	3,0
Entre Douro e Minho	4,4	4,3	4,2	3,7
Distrito do Porto	4,7	4,5	3,8	3,8
Grande Porto	4,8	4,4	3,9	3,9
Tâmega	4,3	4,4	3,6	3,7
Vale do Sousa	4,7	5,0	4,0	3,9
Com. Urb. Vale do Sousa	4,7	4,9	4,0	3,9
Castelo de Paiva	4,5	4,3	3,7	3,6
Felgueiras	4,7	4,5	3,7	3,8
Lousada	4,5	4,9	4,0	4,0
Paços de Ferreira	5,1	5,1	4,0	3,8
Paredes	4,8	5,3	4,2	4,0
Penafiel	4,5	5,0	4,1	3,9

Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968; INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.
 Nd: Dados não disponíveis.

Apesar de mais de 83% dos membros de famílias agrícolas desenvolverem, no ano do último Recenseamento da Agricultura realizado e em todas as escalas territoriais consideradas (com excepção do Grande Porto, onde esse valor era ligeiramente inferior a 80%), algum tipo de actividade na exploração, é inegável o carácter crescentemente supletivo da agricultura na composição do rendimento global das famílias camponesas⁸¹.

⁸¹ A informação estatística é do Recenseamento Geral da Agricultura levado a cabo pelo INE em 1999. Para uma leitura bastante exaustiva dos temas da pluriactividade e do pluri-rendimento das famílias agrícolas do Entre Douro e Minho, a partir da análise de informação estatística reportada fundamentalmente às décadas de 1970 e 1980, cf. Helder Marques, “Agricultura a tempo parcial e agricultores pluriactivos no Noroeste de Portugal”, in *Geografia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I Série, Vol. X/XI, 1994-1995, pp. 39-104. Os temas da pluriactividade e do pluri-rendimento das famílias camponesas, abordados aqui de forma muito introdutória, merecer-nos-ão atenção detalhada quando reflectirmos, a partir dos resultados da pesquisa empírica em curso, sobre a situação da colectividade do Noroeste Português alvo de revisitação sociológica.

Com efeito, as duas últimas décadas do século XX assistem a uma quebra generalizada do trabalho agrícola a tempo completo. Modalidade minoritária já em 1979, a agricultura desenvolvida a tempo completo não congregava, na transição para a actual década, mais do que 10 a 20% dos membros das famílias agrícolas⁸² (Quadro 5.20).

Neste mesmo período, e em consonância com a evolução reportada no parágrafo anterior, assistiu-se a uma diminuição muito significativa do número de famílias agrícolas com rendimentos provenientes em exclusivo das explorações e a um reforço generalizado do peso dos rendimentos extra-agrícolas no volume global de rendimentos deste subconjunto das famílias portuguesas. Em Penafiel, por exemplo, o peso das famílias agrícolas cujo rendimento provinha exclusivamente do trabalho desenvolvido na exploração era, à época dos primeiros trabalhos sobre Fonte Arcada, superior a 20%. Vinte anos depois, esse peso não chega sequer aos 5%. Três em cada quatro famílias agrícolas do concelho declara mesmo que os seus rendimentos provêm maioritariamente de origens extra-agrícolas (Quadro 5.21).

Quadro 5.20 População agrícola familiar com actividade na exploração, segundo o tempo dedicado a essa actividade (1979-1999)

	Pop. Agrícola Familiar com Actividade na Exploração (%)					
	1979		1989		1999	
	Tempo Completo	Tempo Parcial	Tempo Completo	Tempo Parcial	Tempo Completo	Tempo Parcial
Continente	23,1	76,9	16,3	83,7	10,8	89,2
Entre Douro e Minho	29,4	70,6	26,1	73,9	21,2	78,8
Distrito do Porto	36,6	63,4	25,5	74,5	20,9	79,1
Grande Porto	35,9	64,1	35,1	64,9	42,7	57,3
Tâmega	39,3	60,7	26,4	73,6	19,2	80,8
Vale do Sousa	28,3	71,7	21,6	78,4	16,2	83,8
Com. Urb. Vale do Sousa	26,9	73,1	21,3	78,7	16,3	83,7
Castelo de Paiva	13,6	86,4	18,4	81,6	17,0	83,0
Felgueiras	26,7	73,3	18,9	81,1	12,8	87,2
Lousada	2,9	97,1	12,4	87,6	15,9	84,1
Paços de Ferreira	25,1	74,9	12,9	87,1	6,1	93,9
Paredes	30,6	69,4	21,4	78,6	15,3	84,7
Penafiel	42,7	57,3	30,5	69,5	22,9	77,1

Fonte: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.

⁸² O Grande Porto é, neste aspecto, uma excepção, já que vê reforçada, durante a década de 1990, a proporção de membros de famílias agrícolas que trabalham a tempo inteiro na exploração. A este facto não são certamente alheias a própria configuração da agricultura praticada na sub-região e a correlativa pequena dimensão da sua população agrícola familiar, hoje composta essencialmente por agricultores “profissionais” laborando em explorações com algum grau de especialização e vocação para o mercado.

Quadro 5.21 Origens dos rendimentos dos agregados domésticos dos produtores agrícolas (1968-1999)

	1968				1979				1989				1999			
	Explor. (Prod.) (N.º)	Ocup. Excl. Agrícola (%)	Ocup. Princip. Agric. (%)	Ocup. Princip. Não Agric. (%)	Explor. Prod. Sing. (N.º)	Rend. Prov. Exclusiv. Expl. (%)	Rend. Prov. Princip. Expl. (%)	Rend. Prov. Princip. Outras Activ. (%)	Explor. Prod. Sing. (N.º)	Rend. Prov. Exclusiv. Expl. (%)	Rend. Prov. Princip. Expl. (%)	Rend. Prov. Princip. Outras Activ. (%)	Explor. Prod. Sing. (N.º)	Rend. Prov. Exclusiv. Expl. (%)	Rend. Prov. Princip. Expl. (%)	Rend. Prov. Princip. Outras Activ. (%)
Continente	779.643	61,7	13,2	25,1	778.782	17,9	21,5	60,5	546.069	11,5	28,2	60,3	375.938	8,4	22,6	68,9
Entre Douro e Minho	227.688	73,5	4,0	22,5	151.084	17,8	22,2	59,9	110.814	12,2	34,1	53,74	66.580	6,1	31,2	62,7
Distrito do Porto	89.679	69,1	3,2	27,7	54.386	21,1	14,2	64,7	29.025	11,3	31,7	57,0	17.412	5,4	29,2	65,4
Grande Porto	26.828	51,3	2,5	46,1	15.905	21,7	14,8	63,5	7.885	17,9	33,4	48,7	4.489	7,4	50,6	41,9
Tâmega	53.625	64,6	6,0	29,4	53.789	23,9	16,8	59,3	33.195	13,7	34,0	52,3	20.273	6,2	26,2	67,6
Vale do Sousa	20.201	51,0	4,5	44,6	18.610	20,8	15,2	64,0	10.290	7,8	22,8	69,4	6.022	5,2	25,1	69,7
Com. Urb. Vale do Sousa	21.999	53,9	4,3	41,8	20.697	19,6	14,9	65,6	11.411	7,7	23,3	69,0	6.770	5,0	24,3	70,6
Castelo de Paiva	1.798	86,5	2,8	10,7	2.087	8,3	11,9	79,8	1.121	6,5	28,2	65,3	748	3,7	18,0	78,2
Felgueiras	3.485	59,1	7,0	33,9	3.526	20,3	19,6	60,1	2.163	8,7	28,3	62,9	1.443	6,9	17,9	75,2
Lousada	3.675	47,0	6,6	46,4	3.061	25,4	21,2	53,4	1.395	9,0	27,3	63,7	939	5,8	36,0	58,3
Paços de Ferreira	2.673	41,8	1,7	56,5	2.130	10,8	20,5	68,8	1.202	4,2	16,9	79,0	601	3,2	26,3	70,5
Paredes	5.362	43,8	2,7	53,5	3.641	23,9	13,2	63,0	2.303	11,6	23,0	65,4	1.175	5,0	32,6	62,4
Penafiel	5.006	60,8	4,5	34,6	6.252	20,6	9,2	70,2	3.227	5,3	19,1	75,6	1.864	4,3	20,2	75,5

Fonte: INE – Portugal, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, 1968; INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da Agricultura*, 1979-1999.

Notas: Apesar de dizerem respeito à “ocupação” do produtor agrícola e não à origem do rendimento do respectivo agregado doméstico, optámos por manter os valores apresentados para 1968, por considerarmos poderem constituir um indicador, ainda que rudimentar, da realidade apresentada para os restantes momentos temporais e, portanto, da incidência do pluri-rendimento nas diferentes unidades territoriais consideradas.

6. Relação com a Escola e acesso à instrução

6.1. Introdução

Não obstante o carácter pioneiro da legislação que, em Portugal, estabeleceu a obrigatoriedade de frequência da escola básica – tal legislação data, com efeito, de 1835, quando grande parte dos países da Europa Ocidental só vêm a regular a matéria entre finais do século XIX e início do século XX –, a verdade é que o atraso no acesso das populações à instrução, em geral, e à mera alfabetização, em particular, acabou por revelar-se, até hoje, um traço marcante da sociedade portuguesa.

Com apenas 27% de população alfabetizada, em 1900, Portugal continuava a ter em 1930, ou seja, após quase duas décadas de um regime republicano fortemente empenhado, no plano discursivo e mesmo legislativo, na generalização da instrução ao conjunto dos cidadãos, apenas 40% da população (e só 31% das mulheres) com a instrução mínima.

É preciso esperar até ao início da década de 60 – já lá iam, por sua vez, mais de trinta anos de Estado Novo – para se concretizar a generalização da escolaridade mínima a todas as crianças portuguesas. Ainda assim, quando, no ano de 1974, se recupera a democracia, o acesso à instrução estava muito longe dos padrões médios da Europa: um em cada quatro portugueses era analfabeto e a frequência do ensino superior era uma oportunidade reservada a muito poucos.

As três últimas décadas correspondem a uma autêntica viragem no panorama educativo nacional, crescendo muito, durante esse período, a participação das crianças e jovens portugueses nas actividades escolares. Se, por um lado, foi conseguido um cumprimento razoavelmente rigoroso da escolaridade obrigatória de nove anos entre as novas gerações, verifica-se, por outro, que, nas referidas três décadas, triplicou o número de matriculados no

3º ciclo do ensino básico e secundário, decuplicou a frequência no ensino superior e foi multiplicado por quinze o número de crianças no ensino pré-primário⁸³.

São cifras que convém ler à luz de um outro facto igualmente marcante nesta fase de evolução da sociedade portuguesa, a saber, o do decréscimo substancial das taxas de natalidade e de fertilidade que, a partir sobretudo da década de 60, se vem registando entre nós. A verdade é que, desde 1981, no 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, e desde 1991, no 3º Ciclo e no Ensino Secundário, começou a descer o número de alunos matriculados nas escolas portuguesas. As elevadas taxas de crescimento de frequência escolar acima indicadas só podem, então, compreender-se tendo em conta os níveis especialmente baixos de matrículas que se registavam no início do período.

Duas especificações devem ser adiantadas, a este propósito.

A primeira prende-se com a diversidade regional na incidência dos fenómenos em causa, detectável tanto à escala das NUTS II e III, como à escala concelhia. Será este um ponto a que, por razões óbvias, daremos toda a importância nas páginas que se seguem.

A segunda, e não menos notável, especificação diz respeito ao crescente peso específico que as raparigas têm vindo a alcançar no contingente estudantil português, o que as torna já segmento maioritário nos níveis de ensino pós-obrigatório (e, de forma particularmente expressiva, no ensino superior).

Todos estes tópicos serão desenvolvidos nos números subsequentes, de forma a realçar as particularidades das regiões privilegiadas neste estudo no que diz respeito à relação das respectivas populações com a escola e com a escolarização. Embora devamos privilegiar, por razões conhecidas, o período correspondente às três últimas décadas, não deixaremos de ponderar, à semelhança do que foi feito nas outras secções do Relatório, um arco temporal mais amplo.

6.2. Evolução do perfil de níveis de instrução da população portuguesa na segunda metade do século XX: grandes tendências

6.2.1. São muitos os indicadores utilizados para dar conta da relação das populações com o sistema educativo, variando também significativamente os critérios técnico-estatísticos

⁸³ Ana Nunes de Almeida e Maria Manuel Vieira, *A escola em Portugal. Novos olhares, outros cenários*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, p. 34.

adoptados na construção de cada um deles. Nestas condições, nem sempre se torna fácil, ao utilizar as séries estatísticas disponíveis neste domínio, proceder a comparações que sejam a um tempo pertinentes, rigorosas e esclarecedoras.

Pretendendo nós, no presente número, dar conta da evolução, ao longo da segunda metade do século XX, do acesso à instrução por parte das populações pertencentes às diferentes unidades territoriais consideradas neste estudo, torna-se então indispensável começar por explicitar os princípios a que obedeceu a elaboração da informação utilizada, e que consta dos Quadros que se seguem.

Foram eles os seguintes:

a) Os dados quantitativos apresentados representam proporções de efectivos calculadas por referência à população residente em cada uma das unidades territoriais consideradas com idade igual ou superior à “idade teórica” de admissão no sistema de ensino nos momentos censitários;

b) Os Níveis de Instrução da População Residente foram agregados em três grandes escalões – “Elementar”, “Intermédio” e “Superior” -, correspondendo, respectivamente, a: “Até quatro anos de escolaridade”, “Entre 5 e 11/12 anos de escolaridade” e “Mais de 12 anos de escolaridade”;

c) Consideram-se enquadráveis em cada um dos escalões de instrução retidos os indivíduos que a ele hajam acedido, mesmo que o não tenham concluído (e, neste caso, ou porque ainda o frequentam ou porque o abandonaram sem obter o respectivo grau);

d) Não foram tidos em conta os valores respeitantes a 1970, pelo facto de os dados obtidos no Recenseamento desse ano não se revelarem fíáveis e comparáveis com os dos outros momentos censitários.

Concluídas estas prevenções metodológicas básicas, há ainda uma outra observação preliminar a fazer.

Reporta-se ela ao facto, talvez óbvio, mas que parece indispensável não perder de vista, de os dados contidos nos quadros subseqüentes contemplarem informação respeitante apenas àqueles indivíduos que tenham tido uma relação efectiva, ainda que muito incipiente, com o sistema educativo. Quer isto dizer que o universo daqueles que jamais tiveram contacto com a escola e a escolarização – universo esse que, como se sabe, chegou a ser em Portugal, no arco temporal contemplado, *largamente maioritário* – não é objecto de atenção nos referidos quadros, a não ser pela negativa (isto é, enquanto subconjunto complementar daquele que é efectivamente retido).

Dada a enorme importância (em termos estatísticos e sociais) de que se revestiu e reveste este segmento social, particularmente na região privilegiada neste estudo, reservaremos então para um número específico sobre “Privação cultural extrema” as considerações que por ele são directamente suscitadas.

6.2.2. Perante os dados contidos nos Quadros relativos aos Níveis de Instrução da População Residente (1950 a 2001), a primeira observação de índole panorâmica a fazer é a de que, entre o início e o fim da segunda metade do século XX, a proporção daqueles que acederam, ainda que sem obtenção dos respectivos graus, a níveis de instrução intermédios cresceu, no Continente, cerca de doze vezes, passando de 3,5 para 41,7%; um pouco superior foi, por sua vez, a taxa de crescimento dos que frequentaram ou concluíram o ensino superior, ainda que essa evolução se tenha processado, naturalmente, em patamares mais baixos (de 0,9%, em 1950, para 12,5%, em 2001).

Quadro 6.1 Nível de instrução da população residente, segundo o sexo (1950-2001)

	Nível de Instrução da População Residente (%)								
	1950			1950			1950		
	Elementar			Intermédio			Superior		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	27,9	20,3	23,9	4,4	2,5	3,4	1,4	0,4	0,9
Continente	28,3	20,3	24,1	4,4	2,6	3,5	1,4	0,4	0,9
Distrito do Porto	34,6	23,8	28,8	5,8	3,1	4,3	1,8	0,5	1,1
Grande Porto	38,0	26,8	31,9	7,5	4,0	5,6	2,3	0,7	1,4
Tâmega	25,2	15,2	19,9	1,4	0,8	1,1	0,6	0,1	0,3
Vale do Sousa	28,0	17,8	22,6	1,7	1,0	1,3	0,6	0,2	0,4
Com. Urbana Vale do Sousa	27,7	17,5	22,4	1,6	1,0	1,3	0,6	0,2	0,4
Castelo de Paiva	24,3	14,8	19,4	0,8	0,5	0,7	0,6	0,2	0,4
Felgueiras	25,2	16,1	20,4	2,1	1,0	1,5	0,9	0,2	0,5
Lousada	26,5	16,1	21,1	1,1	1,0	1,1	0,6	0,1	0,4
Paços de Ferreira	34,7	24,3	29,3	1,2	0,8	1,0	0,4	0,1	0,3
Paredes	27,6	18,0	22,6	1,8	1,1	1,4	0,5	0,2	0,4
Penafiel	28,0	16,8	22,1	1,9	1,1	1,5	0,7	0,1	0,4

(continua)

(continuação)

	Nível de Instrução da População Residente (%)								
	1960								
	Elementar			Intermédio			Superior		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	43,4	33,4	38,1	6,6	4,3	5,4	1,5	0,4	0,9
Continente	43,6	33,2	38,1	6,7	4,4	5,5	1,6	0,5	1,0
Distrito do Porto	49,1	35,2	41,7	7,8	4,9	6,3	1,8	0,6	1,1
Grande Porto	49,5	36,1	42,2	10,2	6,2	8,1	2,3	0,7	1,4
Tâmega	46,0	31,7	38,5	2,1	1,5	1,7	0,6	0,1	0,3
Vale do Sousa	47,6	32,3	39,7	2,4	1,7	2,0	0,6	0,1	0,3
Com. Urbana Vale do Sousa	48,5	32,8	40,4	2,4	1,7	2,0	0,6	0,1	0,3
Castelo de Paiva	57,8	38,3	47,7	2,3	1,5	1,9	0,7	0,1	0,4
Felgueiras	45,0	30,6	37,5	2,6	1,8	2,2	0,7	0,1	0,4
Lousada	49,3	33,2	41,0	2,2	1,7	1,9	0,6	0,1	0,3
Paços de Ferreira	53,1	38,4	45,7	2,6	1,7	2,2	0,6	0,1	0,4
Paredes	45,8	31,6	38,6	2,2	1,7	2,0	0,5	0,1	0,3
Penafiel	47,0	30,4	38,3	2,3	1,7	2,0	0,6	0,1	0,3

(continua)

(continuação)

	Nível de Instrução da População Residente (%)								
	1981								
	Elementar			Intermédio			Superior		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	54,6	51,2	52,8	27,9	22,3	25,0	2,6	2,8	2,7
Continente	54,7	51,1	52,8	28,2	22,4	25,2	2,7	2,9	2,8
Distrito do Porto	58,8	56,3	57,5	28,6	22,0	25,2	2,7	3,1	2,9
Grande Porto	55,1	54,0	54,5	33,4	25,3	29,1	3,5	3,8	3,7
Tâmega	66,7	59,2	62,9	16,5	12,9	14,6	0,7	1,2	1,0
Vale do Sousa	68,8	63,5	66,1	17,2	13,8	15,5	0,7	1,2	0,9
Com. Urbana Vale do Sousa	68,4	62,9	65,6	17,6	14,1	15,8	0,7	1,2	0,9
Castelo de Paiva	61,9	53,5	57,7	22,9	18,9	20,8	0,8	1,1	0,9
Felgueiras	67,8	63,0	65,4	16,7	12,6	14,6	0,7	1,2	1,0
Lousada	69,2	62,9	66,0	16,3	11,9	14,1	0,5	0,9	0,7
Paços de Ferreira	71,8	65,8	68,8	17,0	15,0	16,0	0,6	1,3	1,0
Paredes	70,0	64,3	67,1	17,1	15,4	16,3	0,5	1,2	0,9
Penafiel	66,0	61,9	64,0	18,2	13,4	15,8	0,8	1,4	1,1

(continua)

(continuação)

Nível de Instrução da População Residente (%)									
	1991								
	Elementar			Intermédio			Superior		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	47,4	46,5	47,0	37,4	31,9	34,6	6,8	6,8	6,8
Continente	47,3	46,3	46,8	37,6	32,0	34,7	6,9	7,0	6,9
Distrito do Porto	49,8	50,3	50,0	38,2	32,0	35,0	7,2	7,2	7,2
Grande Porto	45,8	47,6	46,7	41,0	34,1	37,4	9,4	9,0	9,2
Tâmega	58,6	55,7	57,1	30,6	25,8	28,1	1,8	2,6	2,2
Vale do Sousa	59,9	57,6	58,7	32,0	27,7	29,8	1,8	2,6	2,2
Com. Urbana Vale do Sousa	59,6	57,1	58,3	32,3	27,9	30,1	1,8	2,5	2,2
Castelo de Paiva	54,5	50,1	52,3	37,4	31,5	34,3	1,5	1,8	1,6
Felgueiras	61,2	60,6	60,9	29,1	24,7	26,9	1,7	2,3	2,0
Lousada	60,0	57,3	58,6	31,6	26,6	29,1	1,5	1,9	1,7
Paços de Ferreira	61,1	56,7	58,9	32,7	29,0	30,8	1,7	2,8	2,2
Paredes	59,9	56,3	58,1	32,7	30,0	31,3	1,7	2,7	2,2
Penafiel	57,9	57,4	57,7	33,2	27,2	30,1	2,3	3,0	2,6

(continua)

(continuação)

Nível de Instrução da População Residente (%)									
	2001								
	Elementar			Intermédio			Superior		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	37,4	37,5	37,5	45,2	38,4	41,7	11,4	13,1	12,3
Continente	37,2	37,4	37,3	45,2	38,3	41,7	11,6	13,3	12,5
Distrito do Porto	38,7	39,8	39,3	46,3	39,3	42,7	12,8	11,7	12,2
Grande Porto	35,1	37,1	36,2	47,4	39,9	43,5	14,5	15,9	15,2
Tâmega	47,2	45,8	46,5	42,6	37,0	39,7	3,7	5,6	4,7
Vale do Sousa	47,3	46,6	46,9	44,3	39,2	41,7	3,7	5,6	4,7
Com. Urbana Vale do Sousa	47,0	46,1	46,6	44,6	39,5	42,0	3,7	5,6	4,7
Castelo de Paiva	40,8	38,6	39,7	50,3	45,0	47,6	3,2	4,6	3,9
Felgueiras	48,3	47,3	47,8	42,8	37,5	40,1	3,3	5,2	4,3
Lousada	47,4	47,1	47,2	44,9	38,8	41,8	3,0	4,7	3,9
Paços de Ferreira	48,9	47,6	48,2	44,2	40,1	42,1	3,5	5,4	4,5
Paredes	47,5	45,6	46,5	44,3	40,7	42,5	4,2	6,4	5,3
Penafiel	45,3	46,0	45,7	45,2	38,5	41,8	4,1	5,8	5,0

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950-1960; 1981-2001.

Notas: Na ausência de informação desagregada abaixo do nível do país, optou-se pela não apresentação dos dados relativos ao momento censitário de 1970.

As proporções apresentadas reportam-se à população residente com idade igual ou superior à idade teórica de admissão no sistema de ensino (1950 e 1960: 7 anos; 1981, 1991 e 2001: 6 anos).

Nível de instrução “Elementar”: até 4 anos de escolaridade; nível de instrução “intermédio”: entre 5 e 11/12 anos de escolaridade; nível de instrução “Superior”: mais de 12 anos de escolaridade. Os valores incluem o conjunto dos indivíduos enquadráveis em cada uma das categorias, independentemente de terem ou não concluído o ciclo de estudos em questão (incluem, por isso, também os indivíduos que frequentam o sistema de ensino).

6.2.3. Se passarmos aos números relativos a Penafiel, vários aspectos merecem ser destacados.

Em primeiro lugar, o de que, sendo o ponto de partida do Concelho, em 1950, ainda mais baixo do que o registado no conjunto do país, quer no que respeita ao acesso a níveis de instrução intermédios, quer em relação aos níveis de instrução superiores, acaba por se verificar, no fim do período, uma convergência quase perfeita com a média nacional nos patamares intermédios, em contraste com a confirmação, nos escalões superiores, de um acentuado défice em relação aos valores obtidos a nível nacional.

Concretizando: enquanto, no país, a proporção de efectivos nos escalões intermédios cresce, como vimos, um pouco menos de 12 vezes, já, em Penafiel, essa mesma proporção é multiplicada por praticamente 28; por outro lado, são muito semelhantes, no mesmo período, as taxas de crescimento nacional e concelhia da escolaridade de nível superior, o que conduz, por força da desigualdade no ponto de partida, a um notório desfasamento no final do período: enquanto à escala do Continente a escolaridade de nível superior se fixa, no ano de 2001, em 12,5%, o valor concelhio correspondente não ultrapassa 5,0%.

A convergência, nos níveis intermédios, opera-se igualmente, ao longo dos anos, nos outros espaços regionais considerados, o que por certo se deve, no essencial, não só a um acréscimo regular da procura espontânea de educação, que terá acompanhado outras mudanças transversais à sociedade portuguesa, como, por outro lado, e talvez principalmente, à generalização da escolaridade obrigatória – primeiro, de seis e, mais tarde, de nove anos – em todo o território nacional.

Já no que diz respeito ao acesso a recursos escolares mais raros – frequência e obtenção de títulos de nível superior –, os défices, que já existiam a meio do século passado em todas as unidades regionais que, noutras dimensões, já nos habituámos a considerar como periféricas (Tâmega, Vale do Sousa e todos os seus concelhos), persistem com grande nitidez em 2001. Comparem-se, por exemplo, a este último respeito, os valores característicos do Grande Porto, por um lado, e do vizinho Vale do Sousa, por outro: 15,2 *versus* 4,7%, respectivamente.

6.2.4. Ao proceder a estes balanços comparativos, justifica-se uma referência a regularidades associadas ao *género*. Nada melhor, para atribuir toda a pertinência a este ponto, do que comparar, na perspectiva em causa, os perfis de escolaridade encontrados nos extremos do período de cinquenta anos que temos estado a considerar.

Verifica-se, em síntese, o seguinte (Quadro 6.2): enquanto em meados do século passado se registavam, no universo feminino, défices de escolaridade significativos, quer no escalão de escolaridade intermédio, quer no superior, já em 2001 tal défice surge significativamente atenuado no nível intermédio e inverte-se mesmo no escalão do ensino superior.

Quadro 6.2 Acesso aos níveis de escolaridade intermédio e superior, segundo o género, no Continente, Grande Porto, Vale do Sousa e Penafiel (1950 e 2001)

	Acesso aos Níveis de Instrução Intermédio e Superior (%)											
	1950						2001					
	Nível Intermédio			Nível Superior			Nível Intermédio			Nível Superior		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Continente	4,4	2,6	3,5	1,4	0,4	0,9	45,2	38,3	41,7	11,6	13,3	12,5
Grande Porto Com. Urbana	7,5	4,0	5,6	2,3	0,7	1,4	47,4	39,9	43,5	14,5	15,9	15,2
Vale do Sousa	1,6	1,0	1,3	0,6	0,2	0,4	44,6	39,5	42,0	3,7	5,6	4,7
Penafiel	1,9	1,1	1,5	0,7	0,1	0,4	45,2	38,5	41,8	4,1	5,8	5,0

Fonte: INE – Portugal, *IX e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1950 e 2001.

Já nos referimos, em termos genéricos, à presença crescente das raparigas no contingente estudantil português, acentuando ainda o facto de elas constituírem, hoje, o segmento maioritário na frequência dos níveis de ensino pós-obrigatório.

Uma vez que, no escalão de escolaridade considerado “intermédio”, se integram dois ciclos do ensino básico que, durante muito tempo, equivaliam ao máximo de escolaridade a que muitas jovens queriam ou podiam aceder, a presença feminina no mercado escolar não chega a ter ainda, no início do século XXI, expressão maioritária neste patamar. Mas ela é perfeitamente visível no nível superior em todas as unidades territoriais retidas, em particular no Vale do Sousa e em Penafiel, onde, embora em patamares absolutos muito baixos, os diferenciais a favor do sexo feminino são, em termos relativos, bastante nítidos.

Tudo indica que a viragem no sentido de uma presença hegemónica das raparigas no ensino superior se tenha começado a desenhar, em todo o país, na década de setenta, sendo que, em regiões de economia camponesa em transformação, como eram as que aqui particularmente nos interessam, tal movimento terá estado ligado, em grande parte, à emergência no universo feminino de padrões de aspirações de mobilidade social em ruptura

com quadros de reprodução cultural e ideológica tradicionais, de matriz eminentemente familista e localista.

6.2.5. Da leitura dos quadros anteriores é difícil não retirar a imagem global de que, sobre o pano de fundo de evolução globalmente positiva em matéria de acesso da população portuguesa aos bens e títulos escolares, que patentemente se verifica na segunda metade do século XX, se inscreveram, nas unidades territoriais que mais nos interessam, a saber, os concelhos integrados no Vale do Sousa, tendências parcelares bem menos favoráveis.

Desenvolveremos nos números seguintes esta perspectiva, concentrando sucessivamente a atenção: a) no modo como incidem nas populações analisadas as formas mais extremadas de destituição escolar; b) no modo como as mesmas populações vêm acedendo, nas últimas décadas, aos patamares críticos de capital escolar (escolaridade obrigatória, escolaridade de nível secundário, escolaridade superior).

6.3. Privação cultural extrema

6.3.1. Os Quadros 6.3 e 6.4, que se apresentam imediatamente a seguir, resumem a informação relevante para obtermos uma imagem do modo como evoluiu, na segunda metade do século XX, a proporção de cidadãos portugueses com índices muito severos de destituição escolar e cultural.

Para desenhar tal panorama, tivemos em conta a incidência, na população portuguesa, quer do “analfabetismo literal” (envolvendo os efectivos populacionais designados pelo INE como, precisamente, “analfabetos”), quer do “analfabetismo periliteral” (onde se incluem os indivíduos que, sabendo ler e escrever, não possuem qualquer grau académico⁸⁴).

Sendo óbvio que o somatório das duas parcelas corresponde ao segmento da população mais duramente atingido, neste meio século, pela privação cultural, poderá argumentar-se que, no contexto muito específico de atraso secular da sociedade portuguesa em matéria de alfabetização, “saber ler e escrever” terá sido, apesar de tudo, pelo menos até meados da década de cinquenta, um capital mínimo que permitia aos seus detentores serem poupados a

⁸⁴ Nos anos de 1981 e 1991, são excluídos desta categoria aqueles que, não possuindo qualquer grau académico, tenham ainda assim frequentado a escola.

formas de destituição cultural extrema nas redes de relações sociais em que participavam⁸⁵. Para garantir a comparabilidade dos valores incluídos na série, considerámos, mesmo assim, como indivíduos em situação de “Privação cultural extrema”, todos aqueles que, entre 1950 e 2001, fossem analfabetos “literais” ou “periliterais”.

6.3.2. No Quadro 6.3, que contempla os anos de 1950 e 1960, vários aspectos devem ser destacados.

Refira-se, em primeiro lugar, a fortíssima incidência, nesse período, de analfabetismo literal e perilliteral, conduzindo a proporções de portugueses com “privação cultural extrema” que ultrapassavam, em 1950, os 71% e, em 1960, os 55%.

As limitações em matéria de literacia penalizavam especialmente, nesse período, o universo feminino: assim, a proporção de mulheres portuguesas nesta situação era, nos anos considerados, de quase 77% e 62%, respectivamente.

Vale a pena observar, entretanto, o modo como os fenómenos do analfabetismo e, mais genericamente, da destituição cultural se distribuíam no espaço nacional.

⁸⁵ É de 1952 a legislação que passou a exigir o diploma da instrução primária a todos os que pretendessem aceder a formas básicas de exercício da cidadania, tais como ingresso no mercado de trabalho, obtenção de carta de condução, autorização para emigrar, etc. (cf. Ana Nunes de Almeida e Maria Manuel Vieira, *op. cit.*, p. 60).

Quadro 6.3 Evolução da proporção de indivíduos em situação de privação cultural extrema (1950 e 1960)

	Indivíduos em Situação de Privação Cultural Extrema (%)														
	1950									1960					
	Analfab. Literar		Analfab. Periliterar		Privação Cultural Extrema			Analfab. Literar		Analfab. Periliterar		Privação Cultural Extrema			
	H	M	H	M	H	M	T	H	M	H	M	H	M	T	
Continente	31,6	47,7	34,2	28,6	65,8	76,7	71,5	24,4	37,2	23,7	24,8	48,1	61,9	55,4	
Dist. Porto	23,3	41,1	34,5	31,5	57,8	72,6	65,8	17,5	31,9	23,8	27,4	41,3	59,3	51,0	
Grande Porto	19,8	34,3	33,9	33,0	53,7	67,2	61,0	14,1	28,4	24,0	28,5	38,0	56,9	48,3	
Tâmega	38,5	59,0	34,2	24,8	72,8	83,8	78,6	28,2	44,1	23,2	22,6	51,4	66,7	59,4	
Vale Sousa	34,8	53,5	34,9	27,5	69,7	81,0	75,6	25,4	40,3	24,1	25,6	49,4	65,9	58,0	
Com. Urb. Vale do Sousa	34,5	53,6	35,6	27,7	70,1	81,3	76,0	25,0	40,2	23,6	25,2	48,5	65,4	57,3	
Castelo de Paiva	30,9	54,2	43,4	30,3	74,3	84,5	79,6	20,7	39,8	18,5	20,4	39,2	60,2	50,0	
Felgueiras	37,1	57,0	34,7	25,8	71,8	82,8	77,6	27,3	42,8	24,4	24,7	51,6	67,5	59,9	
Lousada	39,2	60,6	32,5	22,3	71,7	82,8	77,5	26,2	43,5	21,6	21,6	47,9	65,1	56,7	
Paços de Ferreira	30,5	48,8	33,3	26,0	63,7	74,8	69,5	20,9	36,1	22,8	23,6	43,7	59,7	51,8	
Paredes	30,0	46,3	40,2	34,4	70,1	80,7	75,6	23,4	36,2	28,1	30,4	51,5	66,6	59,2	
Penafiel	36,7	55,1	32,8	26,9	69,4	82,0	76,1	27,7	42,2	22,4	25,5	50,1	67,8	59,4	

Fonte: INE – Portugal, IX e X Recenseamentos Gerais da População, 1950 e 1960.

Começando por comparar dois agrupamentos de concelhos com características já então globalmente muito contrastantes – Grande Porto, essencialmente urbano, e Tâmega, região de economia camponesa e forte repulsão demográfica –, encontraremos diferenças na incidência de privação cultural extrema que atingem, em 1950, quase dezoito pontos percentuais e, em 1960, um pouco menos de onze.

O Vale do Sousa, ligeiramente menos penalizado do que a região do Tâmega no seu conjunto, apresenta, ainda assim, valores superiores à média nacional, o mesmo acontecendo, de forma reforçada, em Penafiel.

Neste último concelho, a proporção de analfabetos literais era, em 1950, de 36,7%, no caso dos homens, e de 55,1%, entre as mulheres, sendo que tais valores subiam para 69,4 e 82,0%, respectivamente, quando se adicionavam os analfabetos periliterais. Dez anos depois, e não obstante algum avanço da escolarização das gerações mais jovens que entretanto ocorrera em Portugal, o panorama continuava a ser, em Penafiel, francamente desfavorecido: mais de um quarto dos homens e mais de 42% das mulheres eram analfabetos literais, sendo que, na perspectiva da destituição cultural severa, as cifras subiam para 50 e quase 68%,

respectivamente. Neste ano de 1960, só Felgueiras ultrapassava, no Vale do Sousa, tais níveis de privação.

6.3.3. Se observarmos agora o Quadro 6.4, ficaremos em condições de avaliar o alcance das mudanças que se foram verificando, em Portugal – já desde a segunda metade da década de sessenta, mas sobretudo após 1974 –, em matéria de acesso das populações à escolarização.

O que aconteceu no país, foi, muito resumidamente, o seguinte: a proporção de indivíduos que, em 1960, se encontravam em situação de privação cultural extrema – mais de 55%, como vimos – baixou, nos vinte anos subsequentes, para um pouco menos de 20% e, na vintena que vai de 1981 a 2001, para praticamente 9%. O ritmo dessa redução foi, entretanto, significativamente mais intenso no universo masculino do que no feminino, um pormenor a que vale a pena dar a devida atenção, já que, como veremos adiante, as últimas décadas têm sido caracterizadas, precisamente, pelo facto de terem sido sobretudo as raparigas as principais beneficiárias da expansão da escolarização.

Observando a mesma tendência, por forma a ter em conta a diversidade dos seus modos de concretização no plano regional, importa dizer que o Vale do Sousa, no seu conjunto, passa a apresentar, nestes vinte anos, valores de destituição cultural extrema mais baixos do que os do Continente, o que não acontece na região do Tâmega, que continua a apresentar-se globalmente mais desfavorecida do que o todo nacional.

O perfil evolutivo de Penafiel não se distingue muito, nesta matéria, do da região do Sousa, embora no concelho a proporção de cidadãos mais penalizados no plano cultural ainda esteja, em 2001, quase um ponto percentual acima do valor característico da unidade regional em que se integra – um patamar de desfavorecimento só ultrapassado, nesse âmbito, por Castelo de Paiva.

6.3.4. Já se disse que um dos aspectos mais impressionantes da evolução do panorama educativo português no período que vai da década de 1970 a 2001 se prende com a participação das mulheres, a qual se vai intensificando ao longo do tempo e conduzindo a índices de envolvimento e realização escolares globalmente mais favoráveis do que os registados no universo masculino.

Pois bem: o que os números constantes do Quadro 6.4 sugerem, de forma consistente, aliás, com o que atrás já se disse sobre o acesso à escolaridade de nível elementar, é que, em

matéria de destituição cultural extrema, a desvantagem feminina não foi ultrapassada nesta fase de democratização da sociedade portuguesa. É certo que, em todas as unidades regionais consideradas, desce a proporção de mulheres analfabetas literais e periliterais – porém, a intensidade dessa descida não é significativamente superior à dos homens. Tudo indica, então, que a revolução feminina em matéria de acesso e investimento na escola, a que a seguir nos iremos referir, não terá chegado a mobilizar os segmentos mais destituídos – e também mais envelhecidos – da população portuguesa, sendo, sobretudo, um movimento assumido pelas gerações mais jovens. A incipiência das medidas de política educativa dirigidas à alfabetização e instrução de adultos ajuda certamente a explicar semelhante inércia.

Quadro 6.4 Evolução da proporção de indivíduos em situação de privação cultural extrema (1981-2001)

	Indivíduos em Situação de Privação Cultural Extrema (%)																	
	1981									1991						2001		
	Analf. Lit.		Analf. Perilit.		Priv. Cultural Extrema			Analf. Lit.		Analf. Perilit.		Priv. Cultural Extrema		Priv. Cultural Extrema				
	H	M	H	M	H	M	T	H	M	H	M	H	M	T	H	M	T	
Continente	13,2	23,0	1,1	1,3	14,3	24,3	19,5	7,5	14,1	0,8	1,0	8,3	15,1	11,8	6,1	11,5	8,9	
Distrito do Porto	8,4	17,5	0,8	1,3	9,1	18,8	14,2	4,2	9,7	0,5	0,8	4,7	10,6	7,7	3,9	8,5	6,3	
Grande Porto	6,3	15,4	0,8	1,4	7,1	16,9	12,3	3,0	8,4	0,5	0,9	3,6	9,3	6,6	3,0	7,4	5,3	
Tâmega	15,7	26,4	0,8	0,8	16,5	27,2	22,0	8,6	15,7	0,6	0,7	9,2	16,4	12,9	7,4	12,9	10,2	
Vale do Sousa	13,2	23,1	0,7	0,8	13,9	23,9	19,0	6,0	11,6	0,4	0,6	6,5	12,2	9,4	5,5	9,9	7,7	
C. Urb. V. Sousa	12,4	21,7	0,6	0,8	13,0	22,4	17,8	6,1	11,7	0,5	0,6	6,6	12,4	9,5	5,5	10,0	7,8	
Castelo de Paiva	14,0	26,9	0,7	0,7	14,7	27,6	21,3	6,9	14,8	1,0	1,4	7,8	16,2	12,1	6,0	12,6	9,3	
Felgueiras	13,8	23,2	0,6	0,7	14,4	23,9	19,3	6,9	12,8	0,5	0,6	7,4	13,4	10,5	6,0	10,8	8,5	
Lousada	13,0	24,5	0,5	0,7	13,5	25,1	19,5	6,9	13,8	0,3	0,5	7,2	14,3	10,8	5,8	11,0	8,5	
Paços de Ferreira	9,7	18,1	0,6	0,5	10,3	18,6	14,5	4,9	10,3	0,4	0,5	5,2	10,8	8,1	4,3	8,3	6,3	
Paredes	11,2	18,4	0,6	1,0	11,8	19,3	15,6	5,4	9,8	0,6	0,8	6,0	10,6	8,3	5,1	8,6	6,9	
Penafiel	13,5	23,0	0,7	0,8	14,2	23,8	19,1	6,4	11,9	0,4	0,5	6,8	12,3	9,6	6,3	11,0	8,7	

Fonte: INE – Portugal, *XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

Nota: Em 2001, o recenseamento não considerou qualquer divisão entre o analfabetismo literal e o analfabetismo periliteral. Os indivíduos em situação de privação cultural extrema equivale, por isso, aos indivíduos “analfabetos”.

6.4. A hierarquia do capital escolar: escolaridades básica, secundária e superior

6.4.1. Através da identificação das tendências de evolução, entre 1950 e 2001, do perfil da população portuguesa segundo níveis de instrução elementar, intermédio e superior, ficámos já, no ponto 6.2, com uma ideia relativamente precisa sobre o modo como se foi desenhando, nos espaços sociais em causa, a hierarquia do capital escolar.

É um ponto que, ainda assim, merece ser aprofundado, através de uma explicitação do ritmo a que, *nas duas últimas décadas do século vinte* – um período em que estavam, no essencial, consolidadas as condições político-institucionais indispensáveis a um processo de democratização sustentável da sociedade portuguesa –, foram os portugueses acedendo aos patamares que, na perspectiva das vantagens associadas à detenção de capital escolar, se podem considerar *críticos*: (i) escolaridade *obrigatória* de pelo menos nove anos; (ii) escolaridade *secundária* de pelo menos doze anos e (iii) escolaridade de *nível superior*.

Nesta perspectiva, os Quadros seguintes apresentam, sucessivamente, para as unidades territoriais seleccionadas, as percentagens de indivíduos com 15 ou mais anos que concluíram, no mínimo, os nove anos de escolaridade obrigatória (Quadro 6.5) e, para o universo dos maiores de 18 anos, as taxas de conclusão de, pelo menos, a escolaridade secundária (Quadro 6.6) e as taxas de realização de estudos de nível superior, com ou sem obtenção de grau (Quadro 6.7). Alerta-se, mais uma vez, para a necessidade de, ao ler a informação subsequente, não se perder de vista o facto de uma percentagem significativa, ainda que decrescente, de portugueses – aqueles que foram objecto de atenção particular no número sobre privação cultural extrema – nunca terem frequentado a escola nem, portanto, haverem obtido qualquer certificação académica. Desses não falam, a não ser indirectamente, estes Quadros.

6.4.2. Começando pelo acesso ao nível de instrução considerado obrigatório desde meados dos anos oitenta, confirma-se, pela leitura do Quadro seguinte, que, apesar do aumento significativo da proporção de indivíduos que, em Portugal, completaram, nas duas últimas décadas do século XX, os primeiros nove anos de escolaridade, continua a ser reduzido, no conjunto da população portuguesa, o peso dos que hoje detêm pelo menos o nível mínimo de instrução obrigatória (38,1% do total).

Mais preocupante ainda é que esse valor baixe muito em determinados contextos regionais, como é, justamente, o caso do Tâmega, do Vale do Sousa e do próprio concelho de Penafiel. Neste último, a proporção de indivíduos com mais de 15 anos munidos, à entrada do século XXI, com pelo menos o certificado de escolaridade mínima obrigatória não chegava sequer a um quarto do total.

Quadro 6.5 Taxa de conclusão da escolaridade de nove anos (1981-2001)

	Taxa de Conclusão de Escolaridade de 9 Anos (%)								
	1981			1991			2001		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	15,3	12,6	13,9	23,6	21,9	22,7	38,9	37,3	38,1
Continente	15,5	12,8	14,1	23,9	22,1	22,9	39,2	37,5	38,3
Distrito do Porto	15,7	12,8	14,2	23,3	21,0	22,1	39,9	34,9	37,3
Grande Porto	19,7	15,7	17,5	28,6	25,6	27,0	45,2	42,0	43,5
Tâmega	5,1	4,6	4,9	8,9	8,9	8,9	20,1	20,6	20,3
Vale do Sousa	5,3	4,9	5,1	9,0	9,2	9,1	20,4	21,3	20,9
Com. Urbana Vale do Sousa	5,2	4,8	5,0	8,9	9,1	9,0	20,6	21,3	20,9
Castelo de Paiva	5,0	3,9	4,4	8,2	7,4	7,8	22,8	21,6	22,2
Felgueiras	5,5	4,9	5,1	8,5	8,6	8,5	18,8	19,7	19,3
Lousada	4,3	3,9	4,1	7,6	7,2	7,4	18,2	17,9	18,0
Paços de Ferreira	5,1	5,2	5,1	8,9	9,8	9,4	18,5	20,4	19,4
Paredes	4,7	4,9	4,8	9,0	10,1	9,6	22,3	24,6	23,5
Penafiel	6,4	5,2	5,8	10,2	9,6	9,9	22,3	21,6	21,9

Fonte: INE – Portugal, *XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

Notas: Taxa calculada relativamente ao total da população residente com 15 e mais anos.

Os indivíduos que concluíram 9 anos de escolaridade são todos aqueles que haviam completado, pelo menos, o Ensino Secundário Unificado em 1981 e 1991 ou o 3º Ciclo do Ensino Básico em 2001, podendo ou não ter um nível de instrução superior a esse.

6.4.3. Que dizer, entretanto, do acesso a patamares intermédios de certificação escolar, nomeadamente aquele que corresponde à conclusão de 12 anos de escolaridade?

Depreende-se da leitura do Quadro 6.6 que a proporção de indivíduos com, pelo menos, o ensino secundário no conjunto daqueles com idade para “teoricamente” o poderem concluir (18 ou mais anos) cresceu, na última vintena do século, um pouco mais de três vezes, conduzindo, em 2001, a um valor de cerca de 23%.

O ritmo de crescimento verificado, em idêntico período, no Vale do Sousa e em Penafiel não diferiu substancialmente do ocorrido à escala nacional, mas, por razões que são imputáveis à reduzida expressão do ponto de partida, eram pouco mais de 10% os que, em 2001, aqui haviam completado pelo menos 12 anos de escolaridade.

Quadro 6.6 Taxa de conclusão da escolaridade de doze anos (1981-2001)

	Taxa de Conclusão de Escolaridade de 12 Anos (%)								
	1981			1991			2001		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	8,0	6,8	7,4	13,6	13,1	13,3	22,1	23,6	22,9
Continente	8,2	6,8	7,5	13,9	13,2	13,5	22,4	23,8	23,1
Distrito do Porto	8,7	7,3	8,0	14,1	13,4	13,7	23,8	21,7	22,7
Grande Porto	11,0	9,0	9,9	17,9	16,4	17,1	27,3	27,6	27,4
Tâmega	2,3	2,6	2,5	4,3	4,9	4,6	8,8	11,0	9,9
Vale do Sousa	2,4	2,7	2,6	4,3	5,2	4,8	8,9	11,4	10,2
Com. Urbana Vale do Sousa	2,4	2,7	2,6	4,3	5,1	4,7	9,0	11,3	10,2
Castelo de Paiva	2,4	2,1	2,3	3,5	3,9	3,7	9,4	10,3	9,9
Felgueiras	2,6	2,7	2,6	4,5	4,8	4,7	8,4	10,5	9,5
Lousada	1,7	2,1	1,9	3,5	3,9	3,7	7,0	9,0	8,0
Paços de Ferreira	2,7	3,0	2,9	4,2	5,6	4,9	8,3	11,0	9,6
Paredes	2,1	2,8	2,4	4,0	5,5	4,8	10,1	13,3	11,7
Penafiel	2,9	3,0	3,0	5,2	5,6	5,4	9,6	11,5	10,6

Fonte: INE – Portugal, *XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

Notas: Taxa calculada relativamente ao total da população residente com 18 e mais anos.

Os indivíduos que concluíram 12 anos de escolaridade são todos aqueles que haviam completado, pelo menos, o Ensino Secundário Complementar/12º Ano em 1981, o Ensino Secundário Complementar em 1991 ou o Ensino Secundário em 2001, podendo ou não ter um nível de instrução superior a esse. Os valores relativos a 1981 podem estar ligeiramente sobrestimados face ao conceito de “escolaridade de 12 anos”, pois incluem indivíduos que completaram apenas o Secundário Complementar, à época representando 11 e não 12 anos de escolaridade.

6.4.4. Analisemos agora os números referentes à frequência/obtenção de grau no nível superior do sistema de ensino, os quais dão conta do peso específico que têm alcançado na sociedade portuguesa os sectores mais bem dotados em capital escolar.

A verdade é que, em vinte anos, cresceu muito, no conjunto do país, o referido peso, já que, de um valor de apenas 3,6%, em 1981, se passou, em 2001, para um pouco menos de 15%. Não sendo muito diferente o ritmo de crescimento verificado em idêntico período nas outras escalas territoriais que nos importam, o valor no ponto de chegada é, porém, nesses casos, bastante mais modesto: em Penafiel, por exemplo, só 6,2% dos maiores de 18 anos que, em 2001, residiam no concelho haviam frequentado, estavam frequentando ou tinham completado estudos superiores.

Quadro 6.7 Taxa de obtenção de estudos de nível superior (1981-2001)

	Taxa de Consecução de Estudos de Nível Superior (%)								
	1981			1991			2001		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	3,5	3,6	3,6	8,6	8,4	8,5	13,4	15,2	14,4
Continente	3,6	3,7	3,6	8,7	8,5	8,6	13,7	15,4	14,6
Distrito do Porto	3,8	4,1	3,9	9,2	9,0	9,1	15,4	13,8	14,5
Grande Porto	4,8	4,9	4,9	11,9	11,1	11,5	17,2	18,4	17,9
Tâmega	1,1	1,7	1,4	2,4	3,4	2,9	4,6	6,8	5,8
Vale do Sousa	1,0	1,8	1,4	2,5	3,4	3,0	4,7	6,9	5,8
Com. Urbana Vale do Sousa	1,0	1,8	1,4	2,4	3,4	2,9	4,6	6,8	5,8
Castelo de Paiva	1,1	1,5	1,3	1,9	2,4	2,1	4,0	5,5	4,8
Felgueiras	1,1	1,7	1,4	2,4	3,0	2,7	4,1	6,4	5,3
Lousada	0,8	1,4	1,1	2,0	2,6	2,3	3,8	5,8	4,8
Paços de Ferreira	1,0	1,9	1,5	2,2	3,7	3,0	4,4	6,6	5,5
Paredes	0,8	1,7	1,3	2,4	3,6	3,0	5,2	7,8	6,5
Penafiel	1,3	2,0	1,6	3,1	3,9	3,5	5,1	7,2	6,2

Fonte: INE – Portugal, *XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*, 1981-2001.

Notas: Taxa calculada relativamente ao total da população residente com 18 e mais anos.

O grupo em consideração inclui os indivíduos que completaram, possuem incompleto ou frequentam um grau de instrução de nível médio (cursos médios) ou superior (bacharelato, licenciatura ou pós-graduações).

6.4.5. Analisando, finalmente, a composição, *segundo o género*, do conjunto de indivíduos que, no universo dos maiores de 18 anos, alcançaram níveis de escolaridade *superiores à escolaridade obrigatória* (completando o ensino secundário/frequentando ou completando o ensino superior) – ver de novo os Quadros 6.6 e 6.7 –, o que se impõe sublinhar, em sintonia com uma ideia já anteriormente avançada, é que, desde a década de setenta, o avanço, nas gerações jovens, para patamares de instrução e certificação escolar mais exigentes tem sido, nas unidades territoriais do Noroeste Português que estamos a analisar, mais intenso entre as raparigas do que entre os rapazes. Nestas regiões, a hierarquia do capital escolar, favorece, cada vez mais, nas últimas décadas, o sexo feminino – facto que não tem correspondência a nível nacional, a não ser (e ainda assim de forma limitada) nos anos de transição para o século XXI.

Sugerimos atrás que uma tal tendência estará associada a alterações, no universo juvenil feminino, dos padrões de aspirações de mobilidade social, alterações essas imputáveis, elas próprias, às dinâmicas de transformação/inviabilização da economia camponesa que, desde há, pelo menos, quatro décadas, se foram desenhando na região. Talvez se possa adiantar entretanto, nesta altura, que esse movimento foi acompanhado e de algum modo reforçado, no

mesmo período, pela manutenção, entre os jovens do sexo masculino, de níveis elevados de retracção perante a escola, explicáveis, em grande parte, pela atractividade de percursos de mobilidade geográfica e de inserção no mercado de trabalho muito pouco exigentes em capital escolar.

São hipóteses a que voltaremos no número seguinte.

6.5. Investimento escolar e retracção perante a escola nas gerações mais jovens

6.5.1. Já vimos anteriormente, e a diversos pretextos, até que ponto as especificidades do processo de escolarização em Portugal podem ficar parcialmente encobertas nas análises panorâmicas que lhes são dedicadas. É o que acontece sempre que, revelando a modéstia dos perfis socioeducativos actuais, não se tomam em devida conta avanços muito significativos verificados, às vezes de forma concentrada, em períodos de tempo mais recentes. Mas o contrário também se verifica.

Nestas condições, haverá óbvias vantagens em fazer acompanhar a análise de tendências de longo prazo por enfoques que restituam com alguma precisão dinâmicas específicas desenhadas em prazos mais curtos. É essa a lógica de construção dos Quadros representativos da evolução das taxas líquidas (ou específicas) de escolarização nos níveis intermédio e superior do sistema de ensino português, que a seguir se apresentam. O que essas taxas medem é o grau de efectiva participação, nas actividades escolares correspondentes a cada nível de ensino, dos indivíduos que, na faixa etária que “teoricamente” lhe corresponde, o “deveriam” fazer. Elas são, por isso, um indicador razoável da procura de escolarização por parte dos jovens e famílias que constituem o público potencial da oferta de ensino em cada momento censitário.

Ora, detendo-nos nos números que, no Quadro seguinte, se reportam a 1991 e 2001, vamos encontrar, em Penafiel e no conjunto do Vale do Sousa, taxas líquidas de escolarização no ensino intermédio substancialmente mais baixas do que as verificadas à escala do país. Dir-se-á que, estando nós a falar de um região caracterizada por uma acumulação de fragilidades no domínio educacional, nada de surpreendente haverá nos referidos números. Acontece que, se tivermos em conta informação anteriormente comentada sobre perfis de escolarização da população residente, a qual mostra que, nos anos censitários em causa, era óbvia a aproximação, no nível intermédio, entre os perfis do concelho de Penafiel e do Vale

do Sousa, por um lado, e o perfil nacional, por outro (ver Quadro 6.1), então teremos de concluir que, vistas as coisas pelo lado da procura actual de escolarização, a qual introduz uma visão do fenómeno mais dinâmica (ou, se se preferir, menos estática), a situação destas unidades territoriais do Noroeste parece estar em relativa deterioração.

O mesmo raciocínio não se aplica, contudo, à análise da relação das populações com o ensino superior. Neste aspecto, as taxas líquidas de escolarização não revelam, por referência a visões mais estáticas do problema, qualquer debilidade específica.

Quadro 6.8 Taxa líquida (ou específica) de escolarização no ensino intermédio, segundo o sexo (1950-2001)

	Taxa Líquida de Escolarização no Ensino Intermédio (%)											
	1950			1981			1991			2001		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	9,1	6,0	7,6	19,6	22,8	21,2	39,1	46,0	42,5	54,3	63,3	58,7
Continente	9,4	6,1	7,8	20,3	23,0	21,7	39,8	46,6	43,1	55,1	63,9	59,4
Distrito do Porto	11,5	7,2	9,3	18,4	20,0	19,2	36,3	41,7	39,0	53,1	61,0	57,0
Grande Porto	15,5	9,9	12,6	22,9	24,8	23,8	42,0	47,8	44,8	56,1	63,5	59,7
Tâmega	2,5	1,4	1,9	9,2	10,0	9,6	23,3	27,5	25,4	46,3	55,1	50,6
Vale do Sousa	3,1	1,7	2,4	9,3	10,2	9,7	24,4	28,7	26,5	46,5	55,5	50,9
Com. Urbana Vale do Sousa	2,9	1,6	2,3	9,4	10,1	9,7	24,2	28,6	26,3	46,2	55,1	50,6
Castelo de Paiva	0,6	0,6	0,6	10,2	9,1	9,6	19,5	26,0	22,7	41,5	48,7	45,0
Felgueiras	5,8	2,0	4,1	9,3	9,8	9,5	22,8	26,5	24,6	48,0	55,7	51,8
Lousada	1,8	1,5	1,7	9,1	9,2	9,2	23,9	27,0	25,4	45,8	54,8	50,1
Paços de Ferreira	1,0	0,6	0,8	10,3	11,4	10,8	25,2	29,6	27,3	48,1	57,0	52,4
Paredes	2,4	1,6	2,0	8,7	10,6	9,6	26,6	30,9	28,7	46,2	55,8	50,9
Penafiel	3,1	2,2	2,7	9,6	9,8	9,7	23,1	28,4	25,7	45,2	54,4	49,7

Fonte: INE – Portugal, IX, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950; 1981-2001.

Notas: Na ausência de informação desagregada abaixo do nível do país, optou-se pela não apresentação dos dados relativos ao momento censitário de 1970. No caso de 1960, os dados disponíveis não possibilitam o cálculo desta taxa senão de forma muito rudimentar, o que poderia conduzir a equívocos que a não apresentação da informação para esse momento censitário visa evitar.

Nível de instrução "Intermédio": 5-11/12 anos de escolaridade. Idade teórica de frequência do nível: 1950 – 11-17 anos; 1981, 1991 e 2001 – 10-17 anos.

$TLE = \left[\frac{\text{Pop. residente da idade teórica de frequência do nível de ensino que o frequenta}}{\text{Pop. residente no grupo etário teórico de frequência desse nível de ensino}} \right] * 100$.

As taxas relativas a 1950 foram calculadas com base em valores da população residente com idade não exactamente igual à idade teórica de frequência de cada um dos níveis de ensino, pelo que deverão ser entendidas como estimativas mais ou menos aproximadas do fenómeno em análise. Em 1981, na ausência dos valores de frequência do Ensino Secundário Complementar no grupo dos residentes com idade "normal" de frequência desse nível de ensino (15-17 anos), recorreu-se a um grupo etário mais alargado (15-19 anos), tendo igualmente sido o total de residentes desse grupo etário alargado a base para o cálculo da taxa líquida de escolarização.

Quadro 6.9 Taxa líquida (ou específica) de escolarização no ensino superior, segundo o sexo (1950-2001)

	Taxa Líquida de Escolarização no Ensino Superior (%)								
	1950			1991			2001		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	1,8	0,7	1,3	9,0	13,1	11,0	20,4	31,1	25,6
Continente	1,9	0,8	1,3	9,3	13,5	11,4	20,9	31,6	26,2
Distrito do Porto	2,3	1,1	1,7	8,8	12,1	10,4	20,3	29,3	24,8
Grande Porto	3,1	1,5	2,2	11,7	15,7	13,7	24,9	34,9	29,9
Tâmega	0,4	0,2	0,3	2,5	4,2	3,3	9,4	16,5	12,9
Vale do Sousa	0,4	0,2	0,3	2,7	4,5	3,6	9,3	16,0	12,6
Com. Urbana Vale do Sousa	0,4	0,2	0,3	2,6	4,4	3,5	9,3	16,0	12,6
Castelo de Paiva	0,3	0,1	0,2	1,7	3,3	2,4	10,0	16,2	13,1
Felgueiras	0,6	0,5	0,5	3,0	3,9	3,4	8,5	15,1	11,8
Lousada	0,4	0,1	0,2	2,3	3,2	2,8	8,0	14,6	11,2
Paços de Ferreira	0,2	0,1	0,2	2,3	5,2	3,7	9,2	15,6	12,3
Paredes	0,4	0,2	0,3	2,5	5,0	3,7	10,6	17,7	14,2
Penafiel	0,3	0,3	0,3	3,1	4,7	3,9	9,3	15,7	12,5

Fonte: INE – Portugal, IX, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1950; 1991-2001.

Notas: Na ausência de informação desagregada abaixo do nível do país, optou-se pela não apresentação dos dados relativos ao momento censitário de 1970. No caso de 1960, os dados disponíveis não possibilitam o cálculo desta taxa senão de forma muito rudimentar, o que poderia conduzir a equívocos que a não apresentação da informação para esse momento censitário visa evitar. Não foi possível calcular esta taxa para 1981 em virtude da ausência de dados relativos à frequência do Ensino Superior no recenseamento da população do ano em causa.

Nível de instrução “Superior”: mais de 12 anos de escolaridade. Idade teórica de frequência do nível: 1950, 1981, 1991 e 2001 – 18-22 anos.

$TLE = \left[\frac{\text{Pop. residente da idade teórica de frequência do nível de ensino que o frequenta}}{\text{Pop. residente no grupo etário teórico de frequência desse nível de ensino}} \right] * 100$.

As taxas relativas a 1950 foram calculadas com base em valores da população residente com idade não exactamente igual à idade teórica de frequência de cada um dos níveis de ensino, pelo que deverão ser entendidas como estimativas mais ou menos aproximadas do fenómeno em análise.

Sem querer avançar explicações precisas para este conjunto de regularidades, apetece ainda assim arriscar a ideia de que ele aponta para a existência de um agravamento, no espaço regional considerado, do défice de escolarização no nível secundário, que, aliás, tem sido detectado, no caso português, noutras escalas de observação. Tal facto não deixa de contrastar com alguma expansão da procura de ensino superior, essa, conduzida, por sua vez, numa lógica de prosseguimento de estudos, protagonizada, cada vez mais, pelas raparigas.

6.5.2. As taxas de abandono, de saída antecipada e de saída precoce da escola são medidas utilizadas para dar conta e comparar a intensidade com que se fazem sentir, nos diferentes pontos do espaço social, os fenómenos de retracção perante o processo educativo.

A propósito da taxa de incidência do abandono escolar propriamente dito (proporção de jovens com idade entre os 10 e os 15 anos que, no universo de residentes dessa faixa etária, abandonou o sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória), tem-se assinalado o facto de, nos últimos anos, ela ter descido, entre nós, para valores residuais.

Sem infirmar, à escala nacional, essa evidência, o Quadro seguinte dá a entender que, nas unidades territoriais circunscritas pelo Tâmega e Vale do Sousa, incluindo o concelho de Penafiel, o abandono da escola no ciclo de escolaridade obrigatória tem, apesar de tudo, alguma expressão.

Quadro 6.10 Taxa de abandono escolar, segundo o sexo (1981-2001)

	Taxa de Abandono Escolar (%)								
	1981			1991			2001		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	2,7	3,3	3,0	3,4	3,6	3,5	3,1	2,5	2,8
Continente	2,5	3,2	2,9	3,4	3,6	3,5	3,0	2,4	2,7
Distrito do Porto	5,9	7,9	6,9	3,4	3,9	3,6	3,9	3,4	3,6
Grande Porto	5,4	5,7	5,5	2,9	3,0	3,0	2,9	2,3	2,6
Tâmega	7,2	12,3	9,7	4,7	6,2	5,4	6,4	6,0	6,2
Vale do Sousa	7,1	11,6	9,3	4,4	5,2	4,8	6,4	5,7	6,0
Com. Urbana Vale do Sousa	6,8	11,3	9,0	4,4	5,2	4,8	6,2	5,6	5,9
Castelo de Paiva	2,7	6,8	4,6	4,1	4,4	4,2	3,4	4,3	3,8
Felgueiras	7,6	13,8	10,7	5,2	6,1	5,7	4,7	4,3	4,5
Lousada	8,1	14,0	11,1	4,4	4,7	4,5	7,2	5,9	6,6
Paços de Ferreira	7,7	10,2	8,9	4,6	6,0	5,3	8,1	6,4	7,3
Paredes	6,0	9,0	7,4	5,0	5,0	5,0	6,6	6,2	6,4
Penafiel	7,1	12,3	9,6	3,1	4,7	3,9	5,8	5,6	5,7

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2001.

Notas: Taxa calculada relativamente ao total da população residente entre os 10 e os 12 anos (no caso de 1981 e 1991) ou os 10 e os 15 anos (no caso de 2001).

TAE: [(Pop. residente com idade entre os 10 e os 12/15 anos que abandonou o sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória/Pop. residente com idade compreendida entre os 10 e os 12/15 anos)*100].

Os dados relativos a 1991 devem ser analisados com cautela, pois as taxas relativas a esse ano foram calculadas tendo por referência a escolaridade obrigatória de 6 anos (Ensino Preparatório). É crível que o alargamento, em 1986, da escolaridade obrigatória para 9 anos só tenha encontrado tradução substancial nas estatísticas de educação publicadas depois de 1991.

Passando para a taxa de saída antecipada da escola – outro instrumento de medida da retracção das populações juvenis e respectivas famílias perante o sistema educativo, já que nos indica a proporção de indivíduos com idade entre os 20 e os 24 anos que, no conjunto de residentes desse escalão etário, não concluiu a escolaridade obrigatória, nem se encontra a frequentar o sistema de ensino –, retira-se, por outro lado, a conclusão de que, se o panorama já se revela grave quando encarado à escala nacional, surge mais preocupante ainda quando a atenção se concentra nos valores respeitantes ao Tâmega, ao Vale do Sousa e, em particular, a Penafiel. E isso não apenas por serem muito elevados os valores correspondentes aos dois

últimos momentos censitários considerados, mas sobretudo porque revelam, para a década imediatamente anterior à viragem de milénio, uma tendência de agravamento⁸⁶.

Quadro 6.11 Taxa de saída antecipada do sistema de ensino, segundo o sexo (1981-2001)

	Taxa de Saída Antecipada do Sistema de Ensino (%)								
	1981			1991			2001		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	50,8	51,0	50,9	28,7	26,1	27,4	30,8	22,1	26,5
Continente	50,1	50,5	50,3	27,8	25,6	26,7	30,1	21,7	26,0
Distrito do Porto	56,1	58,1	57,1	33,7	33,4	33,5	36,3	29,4	32,9
Grande Porto	47,6	50,0	48,8	28,5	26,4	27,5	26,8	20,0	23,4
Tâmega	74,8	76,9	75,9	45,2	49,0	47,0	58,3	51,6	55,0
Vale do Sousa	76,2	78,0	77,1	45,4	48,9	47,1	59,8	53,0	56,5
Com. Urbana Vale do Sousa	75,2	77,1	76,1	44,7	48,1	46,4	59,4	52,8	56,1
Castelo de Paiva	59,6	60,0	59,7	32,8	34,7	33,7	51,9	48,2	50,1
Felgueiras	75,3	79,2	77,2	51,4	55,4	53,5	62,6	56,6	59,6
Lousada	80,0	84,0	82,0	47,5	54,2	50,9	63,9	59,8	61,9
Paços de Ferreira	78,3	76,8	77,6	43,2	45,3	44,2	64,5	56,9	60,9
Paredes	74,7	73,7	74,2	46,1	44,0	45,1	56,2	47,1	51,6
Penafiel	74,9	78,7	76,7	40,5	48,1	44,2	55,8	50,6	53,3

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2001.

Notas: É habitual calcular-se este indicador tendo por referência o grupo etário dos 18 aos 24 anos. Em virtude da ausência de informação desagregada para 1981, e por questões de comparabilidade dos dados, optou-se por tomar como referência o grupo dos 20 aos 24 anos.

TSA: [(Pop. residente com idade entre os 20 e os 24 anos que não concluiu a escolaridade obrigatória e não se encontra a frequentar o sistema de ensino/Pop. residente com idade compreendida entre os 20 e os 24 anos)*100].

Olhando agora para os números relativos às taxas de saída precoce do sistema de ensino – as quais representam a proporção de indivíduos com idade entre os 20 e os 24 anos que, no universo de residentes dessa faixa etária, não concluiu o Ensino Secundário –, o que se constata é que, continuando embora a permanecer em patamares muito altos e significativamente superiores às médias nacionais, os indicadores em causa revelam, nas unidades territoriais do Noroeste Português, sobretudo no sector feminino, notória melhoria em períodos recentes. Tudo indica que o facto esteja associado ao já constatado aumento regular, nas últimas décadas, da procura de ensino superior por parte das jovens das regiões em causa.

⁸⁶ Os dados relativos a 1991 devem ser analisados com cautela, pois as taxas relativas a esse ano foram calculadas tendo por referência a escolaridade obrigatória de 6 anos (Ensino Preparatório). No cálculo deste indicador, prevaleceu o pressuposto de que o alargamento, em 1986, da escolaridade obrigatória para 9 anos só encontrou tradução substancial nas estatísticas de educação publicadas depois de 1991, mas a comparabilidade entre os dados desse ano e os dados do último recenseamento é sempre limitada.

Quadro 6.12 Taxa de saída precoce do sistema de ensino, segundo o sexo (1981-2001)

	Taxa de Saída Precoce do Sistema de Ensino (%)								
	1981			1991			2001		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Portugal	82,5	78,4	80,4	73,0	63,3	68,2	55,1	40,3	47,8
Continente	82,1	78,1	80,1	72,6	62,9	67,8	54,4	39,8	47,2
Distrito do Porto	83,6	81,2	82,4	76,7	70,1	73,4	57,2	45,6	51,4
Grande Porto	78,9	76,4	77,6	70,4	62,5	66,4	48,6	37,0	42,8
Tâmega	94,2	92,4	93,3	89,8	86,1	88,0	76,7	65,8	71,4
Vale do Sousa	94,6	92,8	93,7	90,0	87,0	88,5	77,8	67,1	72,5
Com. Urbana Vale do Sousa	94,5	92,9	93,7	90,0	87,0	88,5	77,6	67,0	72,4
Castelo de Paiva	93,8	95,0	94,3	90,0	87,3	88,8	73,3	65,7	69,6
Felgueiras	94,3	93,2	93,7	90,0	88,1	89,1	78,4	67,9	73,2
Lousada	96,5	94,6	95,6	90,9	89,4	90,1	80,2	71,7	76,0
Paços de Ferreira	93,9	91,9	92,9	89,6	85,5	87,6	78,1	69,0	73,8
Paredes	95,5	92,7	94,1	89,8	85,7	87,9	75,8	64,3	70,0
Penafiel	93,1	91,9	92,5	89,9	86,9	88,4	78,0	65,7	72,0

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2001.

Notas: É habitual calcular-se este indicador tendo por referência o grupo etário dos 18 aos 24 anos. Em virtude da ausência de informação desagregada para 1981, e por questões de comparabilidade dos dados, optou-se por tomar como referência o grupo dos 20 aos 24 anos.

TSP: [(Pop. residente com idade entre os 20 e os 24 anos que não concluiu o Ensino Secundário - 12 anos de escolaridade/Pop. residente com idade compreendida entre os 20 e os 24 anos)*100].

6.5.3. Depois do discreto sinal positivo que, a propósito da escolarização das raparigas, se regista no final do número anterior, impõe o realismo sociológico que se insista, quando nos preparamos para encerrar este texto sobre a relação com a escola e o acesso à instrução no nosso país, numa nota de algum pessimismo quanto à possibilidade de, no Noroeste Português, estarem criadas condições de progressão sustentada em matéria de escolarização e acesso a bens e títulos escolares socialmente valorizados.

Não que, em termos globais, os números e comentários apresentados ao longo das páginas anteriores não sejam já suficientemente elucidativos dos problemas da região neste domínio. Mas porque dados muito recentes relativos à incidência do abandono e insucesso escolares a nível concelhio dão a ideia clara de que o Tâmega, o Vale do Sousa e Penafiel continuam a ocupar posições que se revelam, em termos comparativos, extremamente desvantajosas.

ANEXO A

Fonte Arcada, 30 anos depois: alguns indicadores estatísticos provisórios

Quadro A.1 Evolução do número de habitantes de Fonte Arcada (1800-2001)

<i>Ano</i>	Habitantes	<i>Ano</i>	Habitantes
1800	742	1930	1080
1862	705	1940	1214
1864	799	1950	1296
1878	804	1960	1398
1890	847	1970	1540
1900	908	1981	1615
1911	968	1991	1625
1920	985	2001	1591

Fontes: Custódio José Gomes de Vilas-Boas, *Cadastro da Província do Minho*, citado por António Cruz, *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do século XVIII*, Centro de Estudos Humanísticos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970 (dados de 1800); Américo Costa, *Dicionário Geográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. VI, Vila do Conde, 1938 (dados de 1862); INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População* (dados de 1864 a 2001).

Quadro A.2 Variação da população residente no Continente, Penafiel e Fonte Arcada (1864-2001)

Período	Variação da População Residente (%)		
	Continente	Penafiel	Fonte Arcada
1864-1878		2,4	0,6
1878-1890		5,3	5,4
1890-1900		4,5	7,2
1900-1911		9,5	8,6
1911-1920		0,7	-0,1
1920-1930		6,9	9,6
1930-1940		12,5	12,4
1940-1950		10,2	6,8
1950-1960	4,7	7,4	7,9
1960-1970	-2,1	7,6	10,2
1970-1981	14,9	19,6	4,9
1981-1991	0,4	6,5	0,6
1991-2001	5,3	4,9	-2,1

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População* (dados de 1864 a 2001).

Quadro A.3 População residente em Fonte Arcada, segundo o sexo (1950-2007)

Ano	Pop. Residente	Homens		Mulheres	
		N.º	%	N.º	%
1950	1296	590	45,5	706	54,5
1960	1398	653	46,7	745	53,3
1970	1540	765	49,7	775	50,3
1978	1476	690	46,8	786	53,3
1981	1615	744	46,1	871	53,9
1991	1625	768	47,3	857	52,7
2001	1591	762	47,9	829	52,1
2007	1586	764	48,2	822	51,8

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.4 Índice de masculinidade total (1950-2007)

	Índice de Masculinidade							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	92,7	91,9	90,5		93,1	93,2	93,4	
Grande Porto	86,7	87,0	88,4		91,4	91,9	92,0	
C. Urb. Vale do Sousa	93,4	96,0	96,7		98,3	97,9	97,9	
Penafiel	91,8	93,2	95,9		98,0	97,6	97,6	
<i>Fonte Arcada</i>	83,6	87,7	98,7	87,8	85,4	89,6	91,9	92,9

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.5 Índice de masculinidade no grupo etário dos 0 aos 19 anos (1950-2007)

	Índice de Masculinidade							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	102,7	102,0	101,3		103,7	104,1	104,6	
Grande Porto	98,9	100,0	100,7		103,3	104,2	104,9	
C. Urb. Vale do Sousa	105,0	105,8	104,9		105,2	104,6	104,5	
Penafiel	105,0	105,1	105,6		105,2	104,6	104,7	
<i>Fonte Arcada</i>				90,8				105,3

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.6 Índice de masculinidade no grupo etário dos 20 aos 64 anos (1950-2007)

	Índice de Masculinidade							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	90,1	89,9	88,5		92,9	94,0	96,0	
Grande Porto	83,8	83,8	85,4		91,0	92,6	93,9	
C. Urb. Vale do Sousa	87,3	91,5	93,0		97,3	97,9	98,9	
Penafiel	84,4	87,6	90,9		97,4	98,0	99,2	
<i>Fonte Arcada</i>				89,9				91,5

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.7 Índice de masculinidade no grupo etário dos 65 e mais anos (1950-2007)

	Índice de Masculinidade							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	64,7	65,4	66,3		68,3	71,1	72,2	
Grande Porto	47,8	50,5	55,4		56,7	62,0	65,7	
C. Urb. Vale do Sousa	62,7	64,0	64,7		68,0	71,6	74,8	
Penafiel	67,1	62,4	68,6		66,5	71,3	73,4	
<i>Fonte Arcada</i>				64,1				75,2

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.8 Estrutura etária da população residente em Fonte Arcada, segundo o sexo (1978-2007)

Grupo Etário	1978			2007		
	H	M	HM	H	M	HM
0-4 anos	92	82	174	36	46	82
4-9 anos	84	95	179	59	51	110
10-14 anos	91	98	189	55	59	114
15-19 anos	70	96	166	70	53	123
20-24 anos	66	67	133	50	51	101
25-29 anos	44	51	95	59	61	120
30-34 anos	31	32	63	57	75	132
35-39 anos	17	28	45	67	67	134
40-44 anos	30	30	60	70	58	128
45-49 anos	38	41	79	55	66	121
50-54 anos	26	33	59	39	47	86
55-59 anos	34	20	54	42	49	91
60-64 anos	17	35	52	26	34	60
65-69 anos	22	23	45	27	25	52
70-74 anos	19	28	47	19	30	49
75 e mais anos	9	27	36	33	50	83
<i>Total</i>	<i>690</i>	<i>786</i>	<i>1476</i>	<i>764</i>	<i>822</i>	<i>1586</i>

Fontes: Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Figura A.1 Pirâmide etária relativa ao segmento masculino da população residente em Fonte Arcada (1978-2007)

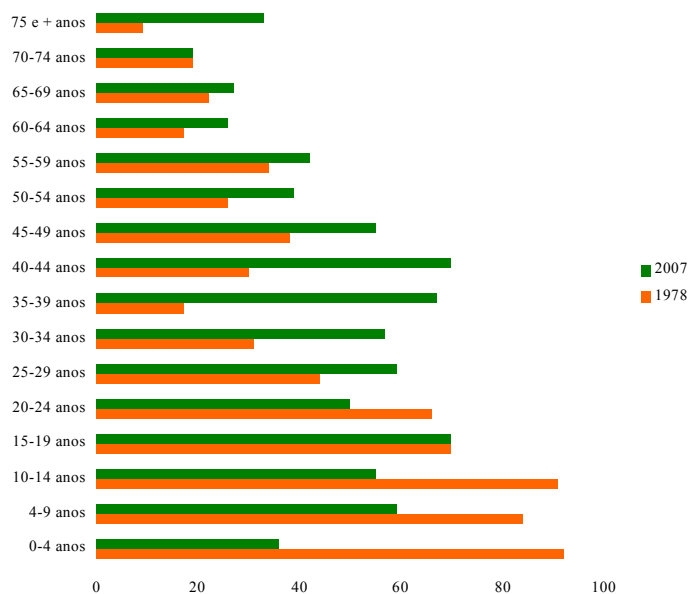
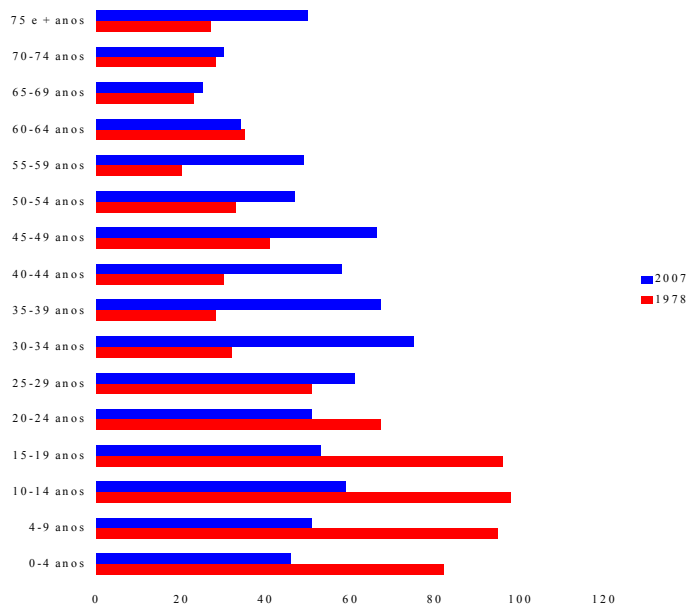


Figura A.2 Pirâmide etária relativa ao segmento feminino da população residente em Fonte Arcada (1978-2007)



Quadro A.9 Peso dos jovens (0-14 anos) no conjunto da população residente (1950-2007)

	Jovens 0-14 Anos (%)							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	29,3	28,8	28,1		25,3	19,7	15,8	
Grande Porto	28,8	30,8	30,5		26,2	20,0	16,3	
C. Urb. Vale do Sousa	35,7	39,2	40,5		34,1	25,9	21,5	
Penafiel	35,5	38,2	39,8		34,0	26,2	21,2	
<i>Fonte Arcada</i>				36,7				19,3

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.10 Peso dos adultos (15-64 anos) no conjunto da população residente (1950-2007)

	Adultos 15-64 Anos (%)							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	63,7	63,1	62,2		63,3	66,6	67,7	
Grande Porto	65,4	62,7	61,9		64,9	69,4	70,5	
C. Urb. Vale do Sousa	56,9	54,6	53,3		58,8	66,3	69,0	
Penafiel	57,8	54,8	53,1		58,2	65,2	68,3	
<i>Fonte Arcada</i>				54,6				69,1

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.11 Peso dos idosos (65 e mais anos) no conjunto da população residente (1950-2007)

	Idosos 65 e + Anos (%)							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	7,0	8,1	9,8		11,5	13,7	16,5	
Grande Porto	5,7	6,5	7,6		8,9	10,6	13,1	
C. Urb. Vale do Sousa	6,1	6,2	6,2		7,2	7,8	9,5	
Penafiel	6,7	7,0	7,1		7,8	8,7	10,5	
<i>Fonte Arcada</i>				8,7				11,6

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.12 Índice de envelhecimento (1950-2007)

	Índice de Envelhecimento							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	24,1	28,0	34,7		45,4	69,5	104,5	
Grande Porto	19,9	21,2	24,8		34,1	52,8	80,5	
C. Urb. Vale do Sousa	16,4	15,8	15,3		21,1	30,2	44,2	
Penafiel	18,9	18,3	18,0		22,9	33,1	49,7	
<i>Fonte Arcada</i>				23,6				60,1

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.13 Índice de dependência total (1950-2007)

	Índice de Dependência Total							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	57,0	58,5	60,8		58,1	50,1	47,7	
Grande Porto	52,8	59,5	61,6		54,2	44,0	41,8	
C. Urb. Vale do Sousa	75,6	83,2	87,8		70,1	50,9	44,9	
Penafiel	73,1	82,6	88,3		71,8	53,4	46,4	
<i>Fonte Arcada</i>				83,1				44,7

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.14 Índice de dependência de jovens (1950-2007)

	Índice de Dependência de Jovens							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	45,9	45,7	45,1		39,9	29,6	23,3	
Grande Porto	44,1	49,1	49,4		40,4	28,8	23,1	
C. Urb. Vale do Sousa	65,0	71,9	76,1		57,9	39,1	31,2	
Penafiel	61,5	69,8	74,8		58,4	40,1	31,0	
<i>Fonte Arcada</i>				67,3				27,9

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.15 Índice de dependência de idosos (1950-2007)

	Índice de Dependência de Idosos							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	11,1	12,8	15,7		18,1	20,6	24,4	
Grande Porto	8,8	10,4	12,3		13,8	15,2	18,6	
C. Urb. Vale do Sousa	10,6	11,4	11,7		12,2	11,8	13,8	
Penafiel	11,6	12,8	13,4		13,4	13,3	15,4	
<i>Fonte Arcada</i>				15,9				16,8

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.16 Evolução do número de famílias residentes em Fonte Arcada, segundo o lugar de residência (1978-2007)

Lugar	1978		2007	
	Famílias	%	Famílias	%
Fundo de Vila e Vila	10	3,1	7	1,4
Codeçoso	17	5,3	15	3,1
Preisal	50	15,6	81	16,7
Freimonte e Linhares	11	3,4	43	8,9
Trago	8	2,5	20	4,1
Vales	15	4,7	27	5,6
Casal Mau	6	1,9	10	2,1
Barral, Outeiro e Casal	18	5,6	23	4,7
Quintela e Gateira	35	10,9	46	9,5
Ordem e Arcal	15	4,7	18	3,7
Anho Bom	71	22,2	79	16,3
Marmoiral	20	6,3	51	10,5
Bouças	31	9,7	53	10,9
Aldeia e Campo Grande	6	1,9	7	1,4
Cimo de Vila	7	2,2	5	1,0
<i>Total</i>	<i>320</i>	<i>100,0</i>	<i>485</i>	<i>100,0</i>

Fontes: Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores das famílias residentes em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui as famílias em residências secundárias.

Quadro A.17 Evolução da dimensão média das famílias (1950-2007)

	Dimensão Média das Famílias (N.º)							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	4,1	3,7	3,6		3,3	3,1	2,8	
Grande Porto	4,4	4,0	4,1		3,6	3,3	2,9	
C. Urb. Vale do Sousa	4,5	4,5	4,8		4,3	3,9	3,4	
Penafiel	4,5	4,3	4,7		4,2	3,8	3,3	
Fonte Arcada	4,3	4,2	4,9	4,6	4,5	3,9	3,3	3,3

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Quadro A.18 População activa residente em Fonte Arcada, segundo o sexo e o grupo etário (1978-2007)

Grupo Etário	1978						2007					
	Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0-19 anos	Nd	Nd	Nd	Nd	185	28,0	21	4,9	18	4,9	39	4,9
20-64 anos	Nd	Nd	Nd	Nd	438	66,3	400	93,9	344	94,3	744	94,1
65 e + anos	Nd	Nd	Nd	Nd	36	5,4	5	1,2	3	0,8	8	1,0
Total	391	59,2	270	40,8	661	100	426	53,9	365	46,1	791	100

Fontes: Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Nos casos em que o somatório das percentagens não corresponde a 100, tal deve-se à existência de casos para os quais não foi possível obter informação.

Nd: Dados não disponíveis.

Quadro A.19 Taxa de actividade no conjunto da população com 15 e mais anos (1950-2007)

	Taxa de Actividade (N.º)							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	55,7	54,7	55,2		57,4	55,9	57,5	
Grande Porto	59,6	58,3	Nd		62,2	61,2	61,4	
C. Urb. Vale do Sousa	55,5	55,1	Nd		59,8	62,9	63,2	
Penafiel	52,8	52,8	Nd		57,1	59,3	59,6	
Fonte Arcada				Nd				61,8

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Nd: Dados não disponíveis.

Quadro A.20 Taxa de actividade no conjunto da população masculina com 15 e mais anos (1950-2007)

	Taxa de Actividade – Homens (N.º)							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	91,2	95,9	89,1		78,1	68,8	66,0	
Grande Porto	91,4	93,8	Nd		81,6	73,6	69,5	
C. Urb. Vale do Sousa	95,6	99,8	Nd		85,5	79,4	74,9	
Penafiel	92,9	99,1	Nd		83,8	77,8	73,4	
<i>Fonte Arcada</i>				<i>Nd</i>				<i>69,4</i>

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Nd: Dados não disponíveis.

Quadro A.21 Taxa de actividade no conjunto da população feminina com 15 e mais anos (1950-2007)

	Taxa de Actividade – Mulheres (N.º)							
	1950	1960	1970	1978	1981	1991	2001	2007
Continente	24,2	18,7	26,1		38,8	44,2	49,7	
Grande Porto	33,8	29,5	Nd		45,4	50,2	54,1	
C. Urb. Vale do Sousa	20,6	15,0	Nd		35,5	47,2	52,0	
Penafiel	18,8	12,9	Nd		31,9	41,6	46,4	
<i>Fonte Arcada</i>				<i>Nd</i>				<i>54,8</i>

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1950-2001.

Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Nota: Os valores de população residente em Fonte Arcada relativos a 2007 incluem aqui os ocupantes de residência secundária.

Nd: Dados não disponíveis.

Quadro A.22 População com 15 e mais anos residente em Fonte Arcada, segundo o nível de instrução (1978-2007)

Nível de Instrução	1978						2007					
	Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
I	358	87,5	472	93,6	830	90,9	377	61,4	422	63,4	799	62,4
II	36	8,8	16	3,2	52	5,7	190	30,9	172	25,8	362	28,3
III	15	3,7	16	3,2	31	3,4	47	7,7	72	10,8	119	9,3
<i>Total</i>	<i>409</i>	<i>44,8</i>	<i>504</i>	<i>55,2</i>	<i>913</i>	<i>100</i>	<i>614</i>	<i>48,0</i>	<i>666</i>	<i>52,0</i>	<i>1280</i>	<i>100</i>

Fontes: Inquérito P2, 1978. Inquérito PFA, 2007 (resultados preliminares).

Níveis de instrução:	1978	2007
	I – Até 4 anos de escolaridade	I – Até 6 anos de escolaridade
	II – Entre 5 e 11 anos de escolaridade	II – Entre 7 e 12 anos de escolaridade
	III – Mais de 11 anos de escolaridade	III – Mais de 12 anos de escolaridade

ANEXO B

Listagem de indicadores estatísticos mobilizados

Tema: Demografia

Indicador	Unid. Medida	Período	Tipo	Completa?	Observações
Área	Km2	2004	-	Sim	Os valores correspondem à informação disponível mais recente.
População Residente	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Variacão da População Residente	N.º	1950-2001	Var. intercensitária	Sim	
Variacão da População Residente	%	1950-2001	Var. intercensitária	Sim	
População Residente	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Valores para todos os concelhos e freguesias do enquad. global (cartografia).
Variacão da População Residente	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Valores para todos os concelhos e freguesias do enquad. global (cartografia).
População Residente Média Estimada	N.º	1981-2004	Ano a Ano	Sim	As estimativas de população incorporam margens de erro significativas.
Estimativas Intercensitárias de População Residente	N.º	2005	-	-	Estimativas intercensitárias. Pop. média e a 31 de Dezembro de 2005.
Projeções de População Residente	N.º	2000-2050	Evol. Quinquenal	Sim	Projeções com base em três cenários. Dados desagregados até NUT III.
Densidade Populacional	Res./Km2	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	O cálculo foi efectuado tendo por base as áreas de 2004.
Saldo Natural	N.º	1950-2001	Períodos intercens.	Sim	
Saldo Migratório	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Estimativa resultante da diferença entre a var. pop. e o saldo nat. entre Censos.
Taxa de Crescimento Natural	%	1950-2001	Períodos intercens.	Sim	
Taxa de Crescimento Migratório	%	1950-2001	Períodos intercens.	Sim	Taxa calculada com base nas estimativas do saldo migratório.
Taxa de Crescimento Efectivo	%	1950-2001	Períodos intercens.	Sim	
População Residente, segundo o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
População Residente, segundo a Idade (ano a ano)	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
População Residente, segundo o Grupo Etário e o Sexo: Jovens	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Jovens = Pop. Residente dos 0 aos 19 anos.
População Residente, segundo o Grupo Etário e o Sexo: Adultos	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Adultos = Pop. Residente dos 20 aos 64 anos.
População Residente, segundo o Grupo Etário e o Sexo: Velhos	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Velhos = Pop. Residente com 65 e + anos.
População Residente, segundo o Grupo Etário e o Sexo: Jovens	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Jovens = Pop. Residente dos 0 aos 14 anos.
População Residente, segundo o Grupo Etário e o Sexo: Adultos	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Adultos = Pop. Residente dos 15 aos 64 anos.
População Residente, segundo o Grupo Etário e o Sexo: Velhos	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Velhos = Pop. Residente com 65 e + anos.
População Jovem	%	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Jovens = Pop. Residente dos 0 aos 19 anos.
População Adulta	%	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Adultos = Pop. Residente dos 20 aos 64 anos.
População Idosa	%	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Velhos = Pop. Residente com 65 e + anos.
População Jovem	%	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Jovens = Pop. Residente dos 0 aos 14 anos.
População Adulta	%	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Adultos = Pop. Residente dos 15 aos 64 anos.
População Idosa	%	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Velhos = Pop. Residente com 65 e + anos.
Índice de Dependência Total	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Índice de Dependência de Jovens	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Jovens = Pop. Res. 0-14 anos; Adultos = Pop. Res. 15-64 anos.
Índice de Dependência de Idosos	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Velhos = Pop. Res. 65 e + anos; Adultos = Pop. Res. 15-64 anos.

Índice de Envelhecimento	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Jovens = Pop. Res. 0-14 anos; Velhos = Pop. Res. 65 e + anos.
Índice de Longevidade	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Índice de Juventude da População em Idade Activa	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Índice de Renovação da População em Idade Activa	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Equilíbrio entre Sexos ou Índice de Masculinidade	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Equilíbrio entre Sexos por Grupos Etários: Jovens	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Jovens = Pop. Residente dos 0 aos 19 anos.
Equilíbrio entre Sexos por Grupos Etários: Adultos	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Adultos = Pop. Residente dos 20 aos 64 anos.
Equilíbrio entre Sexos por Grupos Etários: Velhos	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Velhos = Pop. Residente com 65 e + anos.
Pop. Residente, segundo o Estado Civil e o Sexo, por GE	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Informação completa disponível apenas para 1970 e 2001.
Pop. Residente, segundo o Estado Civil e o Sexo, por GE	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Informação completa disponível apenas para 1970 e 2001.
Taxa de Celibato "Definitivo"	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Informação completa disponível apenas para 1970 e 2001.
Mulheres em Idade Fértil	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Mulheres em Idade Fértil = Pop. Res. do sexo feminino entre os 15 e os 49 anos.
Casamentos	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Casamentos	N.º	1970-2001	Ano a Ano	Sim	
Casamentos Católicos	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Casamentos Católicos	N.º	1981-2001	Ano a Ano	Não	Em processamento.
Divórcios	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Não existe informação disponível para 1981.
Divórcios	N.º	1970-2001	Ano a Ano	Não	Não existe informação disponível para os anos de 1979 a 1983.
Nados-Vivos	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Nados-Vivos	N.º	1950-2001	Ano a Ano	Sim	
Nados-Vivos Fora do Casamento	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Nados-Vivos Fora do Casamento	N.º	1981-2001	Ano a Ano	Sim	
Óbitos	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Óbitos	N.º	1950-2001	Ano a Ano	Sim	
Óbitos - Crianças até 1 Ano de Idade	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Óbitos - Crianças até 1 Ano de Idade	N.º	1981-2001	Ano a Ano	Sim	
Excedente de Vidas ou Saldo Natural	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Excedente de Vidas ou Saldo Natural	N.º	1950-2001	Ano a Ano	Sim	
Emigrantes Oficiais Permanentes	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Anos de ref.: 1950 (falta informação concelhia), 60, 70, 81, 88 e 2001 (Portugal).
Emigrantes Oficiais Permanentes	N.º	1970-1988	Ano a Ano	Sim	Não existe informação disponível a partir de 1989.
Taxa Bruta de Nupcialidade	%o	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa Bruta de Nupcialidade	%o	1981-2001	Ano a Ano	Sim	
Proporção de Casamentos Católicos	%o	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Proporção de Casamentos Católicos	%o	1981-2001	Ano a Ano	Não	Em processamento.
Taxa Bruta de Divorcialidade	%o	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa Bruta de Divorcialidade	%o	1981-2001	Ano a Ano	Sim	
Taxa Bruta de Natalidade	%o	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa Bruta de Natalidade	%o	1981-2001	Ano a Ano	Sim	
Proporção de N-V Fora do Casamento no Total de N-V	%	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Proporção de N-V Fora do Casamento no Total de N-V	%	1981-2001	Ano a Ano	Sim	
Taxa Bruta de Mortalidade	%o	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	

Taxa Bruta de Mortalidade	%o	1981-2001	Ano a Ano	Sim
Taxa de Mortalidade Infantil	%o	1950-2001	Anos dos Censos	Sim
Taxa de Mortalidade Infantil	%o	1981-2001	Ano a Ano	Sim
Taxa de Crescimento Natural	%o	1950-2001	Anos dos Censos	Sim
Taxa de Crescimento Natural	%o	1981-2001	Ano a Ano	Sim
Taxa Bruta de Emigração Oficial Permanente	%o	1950-2001	Anos dos Censos	Sim
Taxa Bruta de Emigração Oficial Permanente	%o	1981-1988	Ano a Ano	Sim
Taxa de Fecundidade Geral	%o	1950-2001	Anos dos Censos	Sim

Anos de ref.: 1950 (falta informação concelhia), 60, 70, 81, 88 e 2001 (Portugal).

Tema: Famílias e Alojamentos Familiares

Indicador	Unid. Medida	Período	Tipo	Completa?	Observações
Famílias	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Dimensão Média das Famílias	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Famílias Clássicas	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Famílias Clássicas	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Famílias Institucionais	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Famílias Institucionais	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Famílias Clássicas, segundo a Dimensão	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Famílias Clássicas, segundo a Dimensão	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Famílias Institucionais, segundo a Dimensão	N.º	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	
Famílias Institucionais, segundo a Dimensão	%	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	
Famílias Clássicas, segundo o Tipo de Família (na base da Estrutu	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Famílias Clássicas, segundo o Tipo de Família (na base da Estrutu	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Tipos de Famílias: Famílias Unipessoais	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Tipos de Famílias: Famílias Unipessoais Compostas por Idosos	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Tipos de Famílias: Famílias Monoparentais	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Tipos de Famílias: Famílias de Casais sem Filhos	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Alojamentos, segundo o Tipo de Alojamento	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Alojamentos, segundo o Tipo de Alojamento	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Alojamentos Familiares, segundo a Forma de Ocupação	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Alojamentos Familiares, segundo a Forma de Ocupação	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual, segund	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual, segund	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual Ocupad	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual Ocupad	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual Não Oc	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual Não Oc	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	

Tema: População Residente, Ocupação do Território e Mobilidades

Indicador	Un. Med.	Período	Tipo	Completa?	Observações
População Residente e Ocupação do Território					
Área	Km2	2004	-	Sim	Os valores correspondem à informação disponível mais recente.
População Residente, segundo o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Variacão da População Residente	N.º	1950-2001	Var. intercensitária	Sim	
Variacão da População Residente	%	1950-2001	Var. intercensitária	Sim	
População Residente	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Valores para todos os concelhos e freguesias do enquadramento global (cartografia).
Variacão da População Residente	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Valores para todos os concelhos e freguesias do enquadramento global (cartografia).
Densidade Populacional	Res./Km2	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	O cálculo foi efectuado tendo por base as áreas de 2004.
População Residente, segundo a Nacionalidade e o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Não	Falta carregar a informação relativa a 1981.
População Residente, segundo a Nacionalidade e o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Não	Falta carregar a informação relativa a 1981.
População Residente Estrangeira, segundo o País de Origem	N.º	1991-2001	Anos dos Censos	Não	Falta carregar a informação relativa a 1981.
População Residente Estrangeira, segundo o País de Origem	%	1991-2001	Anos dos Censos	Não	Falta carregar a informação relativa a 1981.
População Residente, segundo a Naturalidade e o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Não	Informação de difícil harmonização.
População Residente, segundo a Naturalidade e o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Não	Informação de difícil harmonização.
População Residente, segundo a Dimensão dos Lugares e Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Def. de "lugar" varia de Censo para Censo, o que poderá limitar a análise dos dados.
População Residente, segundo a Dimensão dos Lugares e Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Def. de "lugar" varia de Censo para Censo, o que poderá limitar a análise dos dados.
Índice de Concentração Urbana	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Peso da população residente em lugares com mais de 2 mil habitantes.
População Residente em Freguesias Predominantemente Urbanas	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Freguesias do Grande Porto e do Tâmega. Class. segundo a TAU 1998 (INE/DGOTDI
População Residente em Freguesias Medianamente Urbanas	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Freguesias do Grande Porto e do Tâmega. Class. segundo a TAU 1998 (INE/DGOTDI
População Residente em Freguesias Predominantemente Rurais	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Freguesias do Grande Porto e do Tâmega. Class. segundo a TAU 1998 (INE/DGOTDI
Variacão da Pop. Res. em Freguesias Predominantemente Urbanas	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Freguesias do Grande Porto e do Tâmega. Class. segundo a TAU 1998 (INE/DGOTDI
Variacão da Pop. Res. em Freguesias Medianamente Urbanas	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Freguesias do Grande Porto e do Tâmega. Class. segundo a TAU 1998 (INE/DGOTDI
Variacão da Pop. Res. em Freguesias Predominantemente Rurais	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Freguesias do Grande Porto e do Tâmega. Class. segundo a TAU 1998 (INE/DGOTDI
Número de Cidades	N.º	2004	-	-	A definição de "cidade" corresponde à definição em vigor no INE.
População Residente em Cidades	N.º	2004	-	-	
População Residente em Cidades	%	2004	-	-	
Número de Vilas	N.º	2004	-	-	A definição de "vila" corresponde à definição em vigor no INE.
População Residente em Vilas	N.º	2004	-	-	
População Residente em Vilas	%	2004	-	-	
Peso Demográfico dos Concelhos de Lisboa e Porto nas Áreas Me	%	1960-2001	Anos dos Censos	Sim	
Migrações Definitivas					
Imigrantes Internos, segundo o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Dados reportados a 2 ou 6 anos antes. Variacão entre os dois momentos em análise.
Emigrantes Internos, segundo o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Dados reportados a 2 ou 6 anos antes. Variacão entre os dois momentos em análise.

Imigrantes, segundo o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Dados reportados a 2 ou 6 anos antes. Variação entre os dois momentos em análise.
População que Não Mudou de Concelho de Residência, segundo c	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Dados reportados a 2 ou 6 anos antes. Variação entre os dois momentos em análise.
População que Não Mudou de Concelho de Residência, segundo c	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Dados reportados a 2 ou 6 anos antes. Variação entre os dois momentos em análise.
Saldo Migratório Interconcelhio	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Dados reportados a 2 ou 6 anos antes. Variação entre os dois momentos em análise.
Taxa Migratória Interconcelhia	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Dados reportados a 2 ou 6 anos antes. Variação entre os dois momentos em análise.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1979), por resi	N.º	1981	Ano do Censo	Sim	Informação organizada por grandes grupos de proveniências.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1973), por resi	N.º	1981	Ano do Censo	Sim	Informação organizada por grandes grupos de proveniências.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1989), por resi	N.º	1991	Ano do Censo	Sim	Informação organizada por grandes grupos de proveniências.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1985), por resi	N.º	1991	Ano do Censo	Sim	Informação organizada por grandes grupos de proveniências.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1999), por resi	N.º	2001	Ano do Censo	Sim	Informação organizada por grandes grupos de proveniências.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1995), por resi	N.º	2001	Ano do Censo	Sim	Informação organizada por grandes grupos de proveniências.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1989), por resi	N.º	1991	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre concelhos das NUT III Grande Porto, Tâmega, Cávado e Ave.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1985), por resi	N.º	1991	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre concelhos das NUT III Grande Porto, Tâmega, Cávado e Ave.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1999), por resi	N.º	2001	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre concelhos das NUT III Grande Porto, Tâmega, Cávado e Ave.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1995), por resi	N.º	2001	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre concelhos das NUT III Grande Porto, Tâmega, Cávado e Ave.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1989), por resi	N.º	1991	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre concelhos da Comunidade Urbana do Vale do Sousa.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1985), por resi	N.º	1991	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre concelhos da Comunidade Urbana do Vale do Sousa.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1999), por resi	N.º	2001	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre concelhos da Comunidade Urbana do Vale do Sousa.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1995), por resi	N.º	2001	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre concelhos da Comunidade Urbana do Vale do Sousa.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1989), por resi	N.º	1991	Ano do Censo	Sim	Pop. res. nos concelhos do Vale do Sousa, segundo os principais concelhos de destino.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1985), por resi	N.º	1991	Ano do Censo	Sim	Pop. res. nos concelhos do Vale do Sousa, segundo os principais concelhos de destino.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1999), por resi	N.º	2001	Ano do Censo	Sim	Pop. res. nos concelhos do Vale do Sousa, segundo os principais concelhos de destino.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1995), por resi	N.º	2001	Ano do Censo	Sim	Pop. res. nos concelhos do Vale do Sousa, segundo os principais concelhos de destino.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1989), por resi	N.º	1991	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre sub-regiões (VdS, Alto/Bx Tâm., GP, Cávado, Ave).
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1985), por resi	N.º	1991	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre sub-regiões (VdS, Alto/Bx Tâm., GP, Cávado, Ave).
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1999), por resi	N.º	2001	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre sub-regiões (VdS, Alto/Bx Tâm., GP, Cávado, Ave).
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1995), por resi	N.º	2001	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre sub-regiões (VdS, Alto/Bx Tâm., GP, Cávado, Ave).
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1989), por resi	N.º	1991	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre as NUT III Grande Porto, Tâmega, Cávado e Ave.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1985), por resi	N.º	1991	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre as NUT III Grande Porto, Tâmega, Cávado e Ave.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1999), por resi	N.º	2001	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre as NUT III Grande Porto, Tâmega, Cávado e Ave.
População Residente, segundo as Migrações (rel. a 1995), por resi	N.º	2001	Ano do Censo	Sim	Matriz de trocas entre as NUT III Grande Porto, Tâmega, Cávado e Ave.

Migrações Pendulares

Pop. Res. Activa com Profissão que Trabalha no Conc. de Resid.,	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Res. Activa com Profissão que Trabalha Fora do Conc. de R	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Localização da Pop. Res. Activa com Prof., segundo o Se	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Mobilidade Pendular da Pop. Res. Activa com Prof., segu	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Localização do Emprego	%	2000	-	Sim	Dados do <i>Inquérito à Mobilidade da População Residente 2000</i> (INE).
Pop. Activa com Prof. que Trabalha Fora do Conc., segundo os D	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Falta carregar a informação relativa a 1991 e 2001. Concelhos do Tâmega e do GP.
Pop. Activa com Prof. que Trabalha Fora do Conc., segundo os D	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Falta carregar a informação relativa a 1991 e 2001. Concelhos do Tâmega e do GP.
Pop. Activa com Prof. que Trabalha Fora do Conc., segundo os D	N.º	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	Falta carregar a informação. Concelhos do EDV, GP, Tâmega, Ave e Cávado.

Pop. Activa com Prof. que Trabalha Fora do Conc., segundo os D	%	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	Falta carregar a informação. Concelhos do EDV, GP, Tâmega, Ave e Cávado.
Pop. Res. Estudante que Estuda no Conc. de Resid., segundo o Se	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Res. Estudante que Estuda Fora do Conc. de Resid., segundo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Localização da Pop. Res. Estudante, segundo o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Mobilidade Pendular da Pop. Res. Estudante, segundo o S	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Res. Activa com Profissão, segundo o Ramo de Activ., por L	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Falta carregar a informação relativa a 1991 e 2001. Concelhos do Tâmega e do GP.
Pop. Res. Estudante, por Local de Estudo (Concelho) e Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Falta carregar a informação relativa a 1991 e 2001. Concelhos do Tâmega e do GP.
Pop. Res. Activa com Profissão, segundo o Ramo de Activ., por L	N.º	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	Falta carregar a informação. Concelhos do EDV, GP, Tâmega, Ave e Cávado.
Pop. Res. Estudante, por Local de Estudo (Concelho) e Sexo	N.º	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	Falta carregar a informação. Concelhos do EDV, GP, Tâmega, Ave e Cávado.
Pop. Res. Activa com Profissão, segundo o Ramo de Activ., por L	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Concelhos do Tâmega e do GP. Matrizes de trocas interconcelhias e inter-regionais.
Pop. Res. Activa com Profissão, segundo o Ramo de Activ., por L	N.º	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	Concelhos do EDV, GP, Tâmega, Ave e Cávado. Matrizes de trocas interconc. e inter-

Tema: Actividade Económica, Emprego e Desemprego

Indicador	Un. Med.	Período	Tipo	Completa?	Observações
População Activa					
População Residente com Mais de 15 Anos, segundo o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Índice de Juventude da População em Idade Activa	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
Índice de Renovação da População em Idade Activa	Índice	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	
População Activa, segundo o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Conceito harmonizado. Não existem valores concelhios para 1970.
População Activa, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Proporção de activos segundo o sexo. Não existem valores concelhios para 1970.
Variação da População Activa, segundo o Sexo	%	1950-2001	Var. intercensitária	Não	Não existem valores concelhios para 1970.
Taxa de Actividade, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Não existem valores concelhios para 1970.
Taxa de Actividade (15 e mais anos), segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Não existem valores concelhios para 1970.
População Activa, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Nível de ensino completo, incompleto, frequência.
População Activa, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Nível de ensino completo, incompleto, frequência.
População Activa com Profissão, segundo o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
População Activa com Profissão, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Variação da População Activa com Prof., segundo o Sexo	%	1950-2001	Var. intercensitária	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Relação entre a Pop. Activa com Prof. e a Pop. Residente	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Taxa de Emprego (15 e mais anos), segundo o Sexo	%	1950-2001	Var. intercensitária	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Pop. Empregada, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Nível de ensino completo, incompleto, frequência.
Pop. Empregada, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Nível de ensino completo, incompleto, frequência.
Pop. Desempregada, segundo o Sexo e Tipo de Procura de Emp.	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Não existem valores concelhios para 1970.
Pop. Desempregada, segundo o Sexo e Tipo de Procura de Emp.	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Proporção de desemp. segundo o sexo. Não existem valores concelhios para 1970.
Variação da População Desempregada, segundo o Sexo	%	1950-2001	Var. intercensitária	Não	Não existem valores concelhios para 1970.
Taxa de Desemprego, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Não existem valores concelhios para 1970.
Pop. Desempregada, segundo o Sexo e Tipo de Procura de Emp.	N.º	2004-2007	Valores Mensais	Sim	Dados do IEFP. Valores mensais, valor no final do ano e médias anuais.

Pop. Desempregada, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Nível de ensino completo, incompleto, frequência.
Pop. Desempregada, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Nível de ensino completo, incompleto, frequência.
Pop. Activa com Profissão, segundo o Sector de Actividade e o Se	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Pop. Activa com Profissão, segundo o Sector de Actividade e o Se	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Pop. Activa com Profissão, segundo o Ramo de Actividade e o Se	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Pop. Activa com Profissão, segundo o Ramo de Actividade e o Se	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Pop. Activa com Profissão, segundo o Ramo de Actividade e o Se	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Indústrias Transf.: desagregação da CAE a 3 dígitos.
Pop. Activa com Profissão, segundo o Ramo de Actividade e o Se	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Indústrias Transf.: desagregação da CAE a 3 dígitos. % do total do sector de activ.
Pop. Activa com Profissão, segundo o Ramo de Actividade e o Se	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Indústrias Transf.: desagregação da CAE a 3 dígitos. % do total de activos com prof.
Pop. Activa com Prof., segundo a Situação na Profissão e o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Não existem valores concelhios para 1970.
Pop. Activa com Prof., segundo a Situação na Profissão e o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Não existem valores concelhios para 1970.
Pop. Activa com Prof., segundo o Grupo Profissional e o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Não existem valores concelhios para 1970.
Pop. Activa com Prof., segundo o Grupo Profissional e o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Não existem valores concelhios para 1970.
Pop. Activa com Prof., segundo o Grupo Socioeconómico e o Sex	N.º	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Activa com Prof., segundo o Grupo Socioeconómico e o Sex	%	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Activa com Prof., segundo a Sit. na Prof. e o Sexo, por Grup	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Activa com Prof., segundo a Sit. na Prof. e o Sexo, por Grup	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Activa com Prof., segundo a Sit. na Prof. e o Sexo, por Ramc	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Activa com Prof., segundo a Sit. na Prof. e o Sexo, por Ramc	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Activa com Prof., segundo o Local de Trabalho (Concelho) e	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Não	Falta carregar informação relativa a 2001.
Pop. Activa com Prof., segundo o Local de Trabalho (Concelho) e	%	1981-2001	Anos dos Censos	Não	Falta carregar informação relativa a 2001.
Taxa de Localização da Pop. Res. Activa com Prof., segundo o Se	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Mobilidade Pendular da Pop. Res. Activa com Prof., segu	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Localização do Emprego	%	2000	-	Sim	Dados do <i>Inquérito à Mobilidade da População Residente 2000</i> (INE).

Indicadores Gerais de Actividade Económica

Empresas, por Concelho da Sede	N.º	1992-2004	Ano a Ano	Não	Falta a informação relativa a 1993.
Empresas, por Concelho da Sede, segundo a CAE-Rev. 2	N.º	1994-2004	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1994, 1999 e 2004. Dados também para 2001.
Empresas da Indústria Transformadora, por Concelho da Sede	N.º	1992-2004	Ano a Ano	Não	Falta a informação relativa a 1993.
Empresas Ind. Transf., por Concelho da Sede, segundo a CAE-Re	N.º	1994-2004	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1994, 1999 e 2004. Dados também para 2001.
Peso das Empresas da Ind. Transformadora no Tecido Empresaria	%	1992-2004	Ano a Ano	Não	Falta a informação relativa a 1993.
Sociedades, por Concelho da Sede	N.º	1992-2004	Ano a Ano	Sim	
Sociedades, por Concelho da Sede, segundo a CAE-Rev. 2	N.º	1994-2004	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1994, 1999 e 2004. Dados também para 2001.
Peso das Sociedades no Tecido Empresarial	%	1992-1994	Ano a Ano	Não	Falta a informação relativa a 1993.
Sociedades da Indústria Transformadora, por Concelho da Sede	N.º	1992-2004	Ano a Ano	Sim	
Soc. Ind. Transf., por Concelho da Sede, segundo a CAE-Rev. 2	N.º	1994-2004	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1994, 1999 e 2004. Dados também para 2001.
Peso das Sociedades da Ind. Transf. no Conjunto das Sociedades	%	1992-2004	Ano a Ano	Sim	
Peso das Sociedades da Ind. Transf. no Conjunto das Emp. da Ind	%	1992-2004	Ano a Ano	Não	Falta a informação relativa a 1993.
Pessoal ao Serviço nas Sociedades, por Concelho da Sede	N.º	1992-2003	Ano a Ano	Sim	
Pessoal ao Serviço nas Soc., por Concelho da Sede, segundo a CA	N.º	1993-2003	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1993, 1998 e 2003. Dados também para 2001.
Pessoal ao Serv. nas Soc. Ind. Transf., por Concelho da Sede	N.º	1992-2003	Ano a Ano	Sim	

Pessoal ao Serv. nas Soc. Ind. Transf., por Concelho da Sede, segt	N.º	1993-2003	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1993, 1998 e 2003. Dados também para 2001.
Peso do Pessoal ao Serviço nas Soc. da Ind. Transf. no Volume G	%	1992-2003	Ano a Ano	Sim	
Volume de Vendas nas Sociedades, por Concelho da Sede	1000 Eur	1998-2003	Ano a Ano	Sim	Dados harmonizados: milhões de euros.
Volume de Vendas nas Soc., por Concelho da Sede, segundo a CA	1000 Eur	1998-2003	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1998 e 2003. Dados também para 2001.
Volume de Vendas Médio nas Sociedades, por Concelho da Sede	1000 Eur	1998-2003	Ano a Ano	Sim	Dados harmonizados: milhões de euros.
Volume de Vendas nas Soc. Ind. Transf., por Concelho da Sede	1000 Eur	1998-2003	Ano a Ano	Sim	Dados harmonizados: milhões de euros.
Vol. Vendas nas Soc. Ind. Transf., por Concelho da Sede, segundc	1000 Eur	1998-2003	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1998 e 2003. Dados também para 2001.
Vol. Vendas Médio nas Soc. Ind. Transf., por Concelho da Sede	1000 Eur	1998-2003	Ano a Ano	Sim	Dados harmonizados: milhões de euros.
Sociedades Constituídas, por Concelho da Sede	N.º	1992-2004	Ano a Ano	Sim	
Soc. Constituídas, por Concelho da Sede, segundo a CAE - Rev. 2	N.º	1995-2004	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1995, 2001 e 2004.
Soc. Ind. Transf. Constituídas, por Concelho da Sede	N.º	1992-2004	Ano a Ano	Não	Faltam valores nacionais para 1992 e 1993.
Sociedades Dissolvidas, por Concelho da Sede	N.º	1992-2004	Ano a Ano	Não	Falta a informação relativa ao período entre 1999 e 2003.
Soc. Ind. Transf. Dissolvidas, por Concelho da Sede	N.º	1992-1998	Ano a Ano	Sim	
Índice de Renovação das Sociedades, por Concelho da Sede	%	1992-2004	Ano a Ano	Não	Faltam dados relativos a 1994 e ao período entre 1999 e 2003.
Índice de Renovação das Soc. Ind. Transf., por Concelho da Sede	%	1992-1998	Ano a Ano	Não	Faltam dados relativos a 1993.
Indústria Transformadora: Estabelecimentos Industriais	N.º	1964-1989	Anos Isolados	Sim	
Indústria Transformadora: Densidade de Estab. Industriais	Est./Km2	1964-1989	Anos Isolados	Sim	
Indústria Transformadora: Pessoal ao Serviço nos Estab. Ind.	N.º	1964-1989	Anos Isolados	Sim	
Indústria Transformadora: Total Anual de Remunerações	1000 Esc.	1964-1989	Anos Isolados	Sim	
Indústria Transformadora: Remuneração Média Anual do Pessoal	1000 Esc.	1964-1989	Anos Isolados	Sim	
Indústria Transformadora: Formação Bruta de Capital Fixo	1000 Esc.	1964-1989	Anos Isolados	Sim	
Indústria Transformadora: FBCF por Estabelecimento Industrial	1000 Esc.	1964-1989	Anos Isolados	Sim	Dados de 1964 (Inquérito Industrial), 1972 (Recenseamento Industrial) e 1989
Indústria Transformadora: Variação de Stocks	1000 Esc.	1964-1989	Anos Isolados	Sim	(Anuário Estatístico da Região Norte). Informação para outros momentos terá de ser
Indústria Transformadora: Valor Bruto da Produção	1000 Esc.	1964-1989	Anos Isolados	Sim	pedida ao INE.
Indústria Transformadora: VBP Per Capita (Pop. Residente)	1000 Esc.	1964-1989	Anos Isolados	Sim	
Indústria Transformadora: VBP Per Capita (Pessoal ao Serviço)	1000 Esc.	1964-1989	Anos Isolados	Sim	
Indústria Transformadora: Consumos Intermédios	1000 Esc.	1964-1989	Anos Isolados	Sim	
Indústria Transformadora: Valor Acrescentado Bruto	1000 Esc.	1964-1989	Anos Isolados	Sim	
Indústria Transformadora: VAB Per Capita (Pop. Residente)	1000 Esc.	1964-1989	Anos Isolados	Sim	
Indústria Transformadora: VAB Per Capita (Pessoal ao Serviço)	1000 Esc.	1964-1989	Anos Isolados	Sim	
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	1000 Esc.	1970-1994	Anos Isolados	Não	Estimativas para 1970. Dados de 1994 até NUT III.
Produto Interno Bruto (preços de mercado) Per Capita	1000 Esc.	1970-1994	Anos Isolados	Sim	Estimativas para 1970 e 1994. Dados para todos os concelhos da Região Norte.
Produto Interno Bruto (preços de mercado) Per Capita	Índice	1970-1994	Anos Isolados	Sim	Estimativas para 1970 e 1994. Dados para todos os concelhos da Região Norte.
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	Milhões €	1991-2003	Ano a Ano	Sim	Dados até NUT III (NUT III da Região Norte). Dados harmonizados: milhões de €.
Produto Interno Bruto (preços de mercado) Per Capita	1000 Eur	1991-2003	Ano a Ano	Sim	Dados até NUT III (NUT III da Região Norte). Dados harmonizados: milhares de €.
Produto Interno Bruto (preços de mercado) Per Capita	Índice	1991-2003	Ano a Ano	Sim	Dados até NUT III (NUT III da Região Norte).
Valor Acrescentado Bruto (preços base)	Milhões €	1991-2003	Ano a Ano	Não	Dados até NUT III (NUT III da Região Norte) para 1991-1994 e 2001-2003.
Valor Acrescentado Bruto (preços base), segundo o Ramo de Acti	Milhões €	1991-2003	Ano a Ano	Não	Dados até NUT III (NUT III da Região Norte) para 1991-1994 e 2001-2003.
Valor Acrescentado Bruto (preços base), segundo o Ramo de Acti	%	1991-2003	Ano a Ano	Não	Dados até NUT III (NUT III da Região Norte) para 1991-1994 e 2001-2003.
Emprego Total	1000 Ind.	1991-2003	Ano a Ano	Sim	Dados até NUT III (NUT III da Região Norte).
Emprego Total, segundo o Ramo de Actividade	1000 Ind.	2001-2003	Ano a Ano	Sim	Dados até NUT III (NUT III da Região Norte).

Emprego Total, segundo o Ramo de Actividade	%	2001-2003	Ano a Ano	Sim	Dados até NUT III (NUT III da Região Norte).
Emprego Remunerado, segundo o Ramo de Actividade	1000 Ind.	2001-2003	Ano a Ano	Sim	Dados até NUT III (NUT III da Região Norte).
Emprego Remunerado, segundo o Ramo de Actividade	%	2001-2003	Ano a Ano	Sim	Dados até NUT III (NUT III da Região Norte).
Produtividade	1000 Eur	2003	-	-	Dados até NUT III (todo o País).
Produtividade	Índice	2003	-	-	Dados até NUT III (todo o País). País = 100.
Produtividade	Índice	2003	-	-	Dados até NUT III (todo o País). NUT II = 100.
Produto Agrícola Bruto	1000 Esc.	1970	-	-	Dados disponíveis para cada um dos concelhos da Região Norte.
Contribuição do PAB Local para o PAB Total (País ou Região)	%	1970	-	-	Dados disponíveis para cada um dos concelhos da Região Norte.
Indicadores de Poder de Compra, Poupança e Consumo					
Poder de Compra Per Capita	Índice	1993-2004	2 em 2 anos	Sim	Fórmula de cálculo varia de estudo para estudo. Valores p/ 93, 95, 97, 2000, 02 e 04.
Poder de Compra: Percentagem Concelhia	%	1993-2004	2 em 2 anos	Sim	Fórmula de cálculo varia de estudo para estudo. Valores p/ 93, 95, 97, 2000, 02 e 04.
Poder de Compra: Factor Dinamismo Relativo	-	1993-2004	2 em 2 anos	Sim	Fórmula de cálculo varia de estudo para estudo. Valores p/ 93, 95, 97, 2000, 02 e 04.
Valor Total do Crédito Concedido	1000 Eur	1995-2004	Ano a Ano	Sim	
Valor Total do Crédito à Habitação Concedido	1000 Eur	1995-2004	Ano a Ano	Sim	
Valor Total dos Depósitos Efectuados	1000 Eur	1995-2004	Ano a Ano	Sim	
Valor Total dos Levantamentos em Caixas Multibanco	1000 Eur	1991-2004	Ano a Ano	Sim	
Valor Per Capita do Crédito Concedido	1000 Eur	1995-2004	Ano a Ano	Sim	
Valor Per Capita do Crédito à Habitação Concedido	1000 Eur	1995-2004	Ano a Ano	Sim	
Valor Per Capita dos Depósitos Efectuados	1000 Eur	1995-2004	Ano a Ano	Sim	
Valor Per Capita dos Levantamentos em Caixas Multibanco	1000 Eur	1991-2004	Ano a Ano	Sim	
Despesas Médias Mensais com a Habitação	Eur	2001	-	-	
Licenças de Construção Concedidas pelas Câmaras Municipais: T	N.º	1994-2004	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1994, 1999 e 2004.
Licenças de Construção Concedidas pelas Câmaras Municipais: C	N.º	1994-2004	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1994, 1999 e 2004.
Fogos Licenciados pelas Câmaras Municipais: Total	N.º	1994-2004	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1994, 1999 e 2004.
Fogos Licenciados pelas Câmaras Municipais: Construções Novas	N.º	1994-2004	Evol. Quinquenal	Sim	Dados relativos a 1994, 1999 e 2004.
Veículos Automóveis Adquiridos	N.º	2001-2004	Ano a Ano	Sim	
Veículos Automóveis Adquiridos por 100 Habitantes	N.º	2001-2004	Ano a Ano	Sim	

Tema: Actividade Agrícola e Ruralidade

Indicador	Un. Medida	Período	Tipo	Completa?	Observações
Actividade Agrícola					
Explorações Agrícolas	N.º	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	
Variação do Número de Explorações Agrícolas	N.º	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	
Variação do Número de Explorações Agrícolas	%	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	
Explorações Agrícolas "com Terra"/"com SAU"	N.º	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	
Superfície das Explorações Agrícolas	ha	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	

Dimensão Média das Explorações Agrícolas	ha	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Explorações Agrícolas, segundo Classes de Área/SAU	N.º	1952-1999	Anos dos RGA	Não	Dados apenas para 1952-54, 1979 e 1999. Informação não comparável.
Explorações Agrícolas, segundo Classes de Área/SAU	%	1952-1999	Anos dos RGA	Não	Dados apenas para 1952-54, 1979 e 1999. Informação não comparável.
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	ha	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	Conceito alvo de esforço de harmonização.
Dimensão Média da SAU (Total das Explorações Agrícolas)	ha	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Dimensão Média da SAU (Total das Explorações com SAU)	ha	1968-1999	Anos dos RGA	Não	Falta a informação relativa a 1979.
Explorações Agrícolas, segundo a Forma de Utilização das Terras	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Conceito alvo de esforço de harmonização.
Explorações Agrícolas, segundo a Forma de Utilização das Terras	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Conceito alvo de esforço de harmonização.
Superfície das Explorações Agrícolas, segundo a Forma de Utiliza	ha	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Conceito alvo de esforço de harmonização.
Superfície das Explorações Agrícolas, segundo a Forma de Utiliza	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Conceito alvo de esforço de harmonização.
Explorações Agrícolas, segundo a Forma de Utilização da SAU	N.º	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	Conceito alvo de esforço de harmonização.
Explorações Agrícolas, segundo a Forma de Utilização da SAU	%	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	Conceito alvo de esforço de harmonização.
SAU, segundo a respectiva Forma de Utilização	ha	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	Conceito alvo de esforço de harmonização.
SAU, segundo a respectiva Forma de Utilização	%	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	Conceito alvo de esforço de harmonização.
Explorações Agrícolas, segundo a Forma de Exploração	N.º	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	
Explorações Agrícolas, segundo a Forma de Exploração	%	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	
Superfície Agrícola, segundo a respectiva Forma de Exploração	ha	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Superfície Agrícola, segundo a respectiva Forma de Exploração	%	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
N.º de Blocos	N.º	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	1989 e 1999: N.º de Blocos com SAU
N.º Médio de Blocos por Exploração	N.º	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	1952-54: Explorações formando todo contínuo. 1989 e 1999: N.º de Blocos com SAU.
Superfície Média por Bloco	ha	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	1989 e 1999: SAU Média por Bloco.
N.º de Blocos com SAU com Acesso a Caminhos Públicos	N.º	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	Dados apenas para 1989 e 1999.
Explorações Agrícolas com Blocos com Acesso a Caminhos Públi	N.º	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	Dados apenas para 1989 e 1999.
Orientação Técnico-Económica Predominante das Explorações Aq	-	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	Referência ao número de explorações e à SAU com a OTE predominante.
Explorações Agrícolas, segundo Classes de Dimensão Económica	N.º	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	Escalões de UDE: 0-2; 2-4; 4-16; >16.
SAU, segundo Classes de Dimensão Económica	ha	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	Escalões de UDE: 0-2; 2-4; 4-16; >16.
Explorações Agrícolas, segundo Classes de Dimensão Económica	%	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	Escalões de UDE: 0-2; 2-4; 4-16; >16.
SAU, segundo Classes de Dimensão Económica	%	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	Escalões de UDE: 0-2; 2-4; 4-16; >16.
Unidades de Trabalho Anual das Explorações Agrícolas	N.º	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	
Unidades de Trabalho Anual Familiares das Explorações Agrícola	N.º	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	
Unidades de Trabalho Anual Não Familiares das Explorações Agr	N.º	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	
UTA por Exploração	N.º	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	
UTA Familiares por Exploração	N.º	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	
UTA Não Familiares por Exploração	N.º	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	
Margem Bruta das Explorações Agrícolas	1000 esc.	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	
Margem Bruta por Exploração	1000 esc.	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	
Margem Bruta por 100 hectares de SAU	1000 esc.	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	
Margem Bruta por Unidade de Trabalho Anual	1000 esc.	1989-1999			
Explorações em que vigora o Regime de Incentivo à Retirada de T	N.º	1999	Ano do RGA	-	Dados existem apenas para 1999.
Explorações em que vigora o Regime de Incentivo à Retirada de T	%	1999	Ano do RGA	-	Dados existem apenas para 1999.
Superfície em Regime de Incentivo à Retirada de Terras	ha	1999	Ano do RGA	-	Dados existem apenas para 1999.

Superfície em Regime de Incentivo à Retirada de Terras	%	1999	Ano do RGA	-	Dados existem apenas para 1999.
Explorações em RIRT, segundo a Forma de Aplicação do Incentiv	N.º	1999	Ano do RGA	-	Dados existem apenas para 1999.
Explorações em RIRT, segundo a Forma de Aplicação do Incentiv	%	1999	Ano do RGA	-	Dados existem apenas para 1999.
Superfície em RIRT, segundo a Forma de Aplicação do Incentivo	ha	1999	Ano do RGA	-	Dados existem apenas para 1999.
Superfície em RIRT, segundo a Forma de Aplicação do Incentivo	%	1999	Ano do RGA	-	Dados existem apenas para 1999.
Explorações com Sistemas de Rega	N.º	1968-1999	Anos dos RGA	Não	Falta a informação concelhia relativa a 1979.
Explorações com Sistemas de Rega	%	1968-1999	Anos dos RGA	Não	Falta a informação concelhia relativa a 1979.
Área Irrigada/Irrigável	ha	1968-1999	Anos dos RGA	Não	Falta a informação concelhia relativa a 1979.
Área Irrigada/Irrigável	%	1968-1999	Anos dos RGA	Não	Falta a informação concelhia relativa a 1979.
Explorações com Sistemas de Drenagem	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Falta a informação concelhia relativa a 1979.
Explorações com Sistemas de Drenagem	%	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Falta a informação concelhia relativa a 1979.
Área Beneficiada com Drenagem	ha	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	
Área Beneficiada com Drenagem	%	1989-1999	Anos dos RGA	Sim	
Explorações Agrícolas com Efectivos Animais, segundo as Espéci	N.º	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	Categorias variam consoante o ano do recenseamento.
Efectivos Animais, segundo as Espécies	N.º	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	Categorias variam consoante o ano do recenseamento.
Número Médio de Efectivos Animais por Exploração, segundo as	N.º	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	Categorias variam consoante o ano do recenseamento.
N.º de Tractores	N.º	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Explorações Agrícolas com Tractores	N.º	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	
Explorações Agrícolas com Tractores	%	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	
N.º Médio de Tractores por Exploração	N.º	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Hectares de SAU por Tractor	ha	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
N.º de Motocultivadores	N.º	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Explorações Agrícolas com Motocultivadores	N.º	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	
Explorações Agrícolas com Motocultivadores	%	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	
N.º Médio de Motocultivadores por Exploração	N.º	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	
Hectares de SAU por Motocultivador	ha	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Tractores Agrícolas Adquiridos	N.º	2001-2004	Ano a Ano	Sim	
Tractores Agrícolas Adquiridos por Exploração	N.º	2001-2004	Ano a Ano	Sim	Número de explorações refere-se a 1999.
Explorações Agrícolas, segundo a Forma de Org. da Contabilidad	N.º	1968-1999	Anos dos RGA	Não	Falta a informação concelhia relativa a 1979.
Explorações Agrícolas, segundo a Forma de Org. da Contabilidad	%	1968-1999	Anos dos RGA	Não	Falta a informação concelhia relativa a 1979.
Explorações Agrícolas, segundo a Natureza Jurídica do Produtor	N.º	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	Categorias variam consoante o ano do recenseamento.
Explorações Agrícolas, segundo a Natureza Jurídica do Produtor	%	1952-1999	Anos dos RGA	Sim	Categorias variam consoante o ano do recenseamento.
Explorações Agrícolas, segundo a Origem do Rendimento do Agr	N.º	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	Valores relativos a 1968 correspondem a um indicador indirecto do fenómeno.
Explorações Agrícolas, segundo a Origem do Rendimento do Agr	%	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	Valores relativos a 1968 correspondem a um indicador indirecto do fenómeno.
Explorações Agrícolas Apoiadas/Subsidiadas, segundo o Tipo de .	N.º	1998-1999	Ano Agrícola	-	Dados apenas para o ano agrícola de 1998-1999.
Explorações Agrícolas Apoiadas/Subsidiadas, segundo o Tipo de .	%	1998-1999	Ano Agrícola	-	Dados apenas para o ano agrícola de 1998-1999.
Explorações Agrícolas com Actividades Lucrativas Não Agrícolas	N.º	1999	Ano do RGA	-	Dados apenas para 1999.
Explorações Agrícolas com Actividades Lucrativas Não Agrícolas	%	1999	Ano do RGA	-	Dados apenas para 1999.
Mão-de-Obra Agrícola					Organização da informação deste subtema sofreu alterações relevantes ao longo da sér
Explorações Agrícolas "Sem Pessoas"	N.º	1989-1999	Anos dos Censos	Sim	

Explorações Agrícolas "Sem Pessoas"	%	1989-1999	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Activa Empregada no Sector Primário de Actividade, segund	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Pop. Activa Empregada no Sector Primário de Actividade, segund	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Variacão da Pop. Activa Empregada no Sector Primário de Activi	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Peso da Pop. Activa Empregada no Sector Primário de Actividade	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Peso da Pop. Activa Empregada no Sector Primário de Actividade	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Faltam valores do Grande Porto, Tâmega e Castelo de Paiva para 1970.
Pop. Activa Empregada no Sector Primário de Actividade, segund	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Activa Empregada no Sector Primário de Actividade, segund	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Activa com Prof. em Grupos Socioeconómicos associados ac	N.º	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Activa com Prof. em Grupos Socioeconómicos associados ac	%	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	
População Agrícola Familiar (PAF), segundo o Sexo	N.º	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Variacão da PAF entre Recenseamentos Agrícolas, segundo o Sex	%	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Peso da PAF no Conjunto da Pop. Residente, segundo o Sexo	%	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	O cálculo das proporções teve por base os valores de pop. residente dos Censos.
Índice de Masculinidade da PAF	Índice	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Dimensão Média dos Agregados Domésticos Agrícolas	N.º	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Densidade de População Agrícola	PAF/ha SAU	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Densidade de População Agrícola	PAF/100ha SAU	1968-1999	Anos dos RGA	Sim	
Composição da População Agrícola Familiar, segundo o Sexo	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Elementos da PAF: Produtores Singulares; Cônjuges; Outros Membros do Agregado.
Composição da População Agrícola Familiar, segundo o Sexo	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Elementos da PAF: Produtores Singulares; Cônjuges; Outros Membros do Agregado.
PAF (Total), segundo o Grupo Etário e o Sexo	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (Total), segundo o Grupo Etário e o Sexo	%	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (Total), segundo o Nível de Instrução e o Sexo	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Informação disponível não sistematizada.
PAF (Total), segundo o Nível de Instrução e o Sexo	%	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Informação disponível não sistematizada.
PAF (excluindo os Prod. Singulares), segundo o Grupo Etário e o	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (excluindo os Prod. Singulares), segundo o Grupo Etário e o	%	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (excluindo os Prod. Singulares), segundo o Nível de Instruçã	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Informação disponível não sistematizada.
PAF (excluindo os Prod. Singulares), segundo o Nível de Instruçã	%	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Informação disponível não sistematizada.
Produtores Singulares, segundo o Grupo Etário e o Sexo	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Falta carregar os valores relativos a 1989.
Produtores Singulares, segundo o Grupo Etário e o Sexo	%	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Falta carregar os valores relativos a 1989.
Produtores Singulares, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Informação disponível não sistematizada.
Produtores Singulares, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	%	1979-1999	Anos dos RGA	Não	Informação disponível não sistematizada.
PAF (Total), segundo o Desenvolvimento de Actividade na Expl.	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (Total), segundo o Desenvolvimento de Actividade na Expl.	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (excluindo os Prod. Singulares), segundo o Desenvolvimentc	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (excluindo os Prod. Singulares), segundo o Desenvolvimentc	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (Total) com Actividade na Expl., segundo o Tempo de Activ	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (Total) com Actividade na Expl., segundo o Tempo de Activ	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (excluindo os Prod. Singulares) com Actividade na Expl., se	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (excluindo os Prod. Singulares) com Actividade na Expl., se	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
Produtores Singulares, segundo o Tempo de Actividade Agrícola	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	
Produtores Singulares, segundo o Tempo de Actividade Agrícola	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	

PAF (Total), segundo o Desenvolvimento de Actividade Remuner	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (Total), segundo o Desenvolvimento de Actividade Remuner	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (excluindo os Produtores Singulares), segundo o Desenvolvi	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (excluindo os Produtores Singulares), segundo o Desenvolvi	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
Produtores Singulares, segundo o Desenvolvimento de Actividade	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	
Produtores Singulares, segundo o Desenvolvimento de Actividade	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	
PAF (Total) com Activ. Remun. Exterior à Expl., segundo o Sectc	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (Total) com Activ. Remun. Exterior à Expl., segundo o Sectc	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (excluindo os Produtores Singulares) com Activ. Remun. Ex	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
PAF (excluindo os Produtores Singulares) com Activ. Remun. Ex	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	Falta carregar os valores relativos a 1989.
Produtores Singulares com Activ. Remun. Exterior à Expl., segun	N.º	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	
Produtores Singulares com Activ. Remun. Exterior à Expl., segun	%	1979-1999	Anos dos RGA	Sim	
Produtores Singulares, segundo a Situação na Profissão Exterior à	N.º	1999	Ano do RGA	-	Dados existem apenas para 1999.
Produtores Singulares, segundo a Situação na Profissão Exterior à	%	1999	Ano do RGA	-	Dados existem apenas para 1999.

Tema: Educação

Indicador	Un. Medida	Período	Tipo	Completa?	Observações
População Activa, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Nível de ensino completo, incompleto, frequência.
População Activa, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Nível de ensino completo, incompleto, frequência.
Taxa de Privação Cultural Extrema da Pop. Activa, segundo o Sex	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Activa Empregada, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Nível de ensino completo, incompleto, frequência.
Pop. Activa Empregada, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Nível de ensino completo, incompleto, frequência.
Taxa de Privação Cultural Extrema da Pop. Activa Empregada, se	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Activa Desempregada, segundo o Nível de Instrução e o Sex	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Nível de ensino completo, incompleto, frequência.
Pop. Activa Desempregada, segundo o Nível de Instrução e o Sex	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Nível de ensino completo, incompleto, frequência.
Taxa de Privação Cultural Extrema da Pop. Activa Desempregada	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
População Residente em Idade Escolar (7-24/6-24 Anos), segundc	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	7-24 anos para 1950, 1960 e 1970; 6-24 anos para os momentos seguintes.
Pop. Res. em Idade de Frequência do Ensino Pós-Obrigatório Def	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Sim	Os dados de 1960 correspondem a uma estimativa rudimentar do grupo.
Pop. a Frequentar o Sistema de Ensino (todos os Níveis), segundo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Os dados de 1981 não incorporam a população que frequenta o Ensino Superior.
População Residente, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	1970 ou a informação relativa à 1970 refere-se exclusivamente aos valores nacionais. A
População Residente, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	partir de 1981, inclusive, a informação refere-se aos valores de frequência de cada
População Residente, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	nível de ensino, harmonização dos dados. Foram criadas três categorias: nível de ensino
População Residente, segundo o Nível de Instrução e o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	instrução, de modo a facilitar a análise diacrónica da informação: "Elementar" (até 4
População Residente, segundo o Nível de Instrução, por Grupo Et	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	anos de escolaridade) "Intermédio" (5 a 11) e "Avançado" (12 e mais) em relação aos
População Residente, segundo o Nível de Instrução, por Grupo Et	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	dados de frequência. Informação dificilmente harmonizável. Falta muita informação referente à repartição
População Residente que Sabe Ler e Escrever, segundo o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	dos dados por grupo etário. Na maior parte dos casos (especialmente até 1981)
Taxa de Alfabetismo/Alfabetização, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	

População Residente Analfabeta, segundo o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	
Taxa de Analfabetismo, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	
População Residente que Lê e Escreve sem Grau de Instrução, segundo o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Toda a informação relativa a 1970 refere-se exclusivamente aos valores nacionais.
Taxa de Analfabetismo Periliteral, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	
Indivíduos em Situação de Privação Cultural Extrema, segundo o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	
Taxa de Privação Cultural Extrema, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	
População com um Mínimo de Qualificações Escolares, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	
Frequência do Ensino Pré-Escolar, segundo o Sexo	N.º	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Pré-Escolarização, segundo o Sexo	%	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa Global Bruta de Escolarização, segundo o Sexo (Pop. Residente)	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Toda a informação relativa a 1970 refere-se exclusivamente aos valores nacionais.
Taxa Geral de Escolarização, segundo o Sexo (Pop. Escolar)	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Toda a informação relativa a 1970 refere-se exclusivamente aos valores nacionais.
Taxa Bruta de Escolarização (Nível de Ensino), segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Com alguma flexibilidade, é possível obter os valores deste indicador.
Taxa Líquida ou "Real" de Escolarização, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Dados para 1950 e para o período 1981-2001.
Pop. Residente a Frequentar o Ensino Pós-Obrigatório Definido à Taxa de Frequência do Ensino Pós-Obrigatório, segundo o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Toda a informação relativa a 1970 refere-se exclusivamente aos valores nacionais.
Taxa de Conclusão da Escolaridade de 9 Anos, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	
Pop. Residente que Concluiu 9 Anos de Escolaridade, segundo o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Conclusão da Escolaridade de 9 Anos, segundo o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Residente que Concluiu 9 Anos de Esc. no Grupo Etário dos 25 aos 29 Anos, segundo o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Conclusão da Esc. de 9 Anos no Grupo Etário dos 25 aos 29 Anos, segundo o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Residente que Concluiu o Ens. Secundário, segundo o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Dados não harmonizados. 1970: só valores nacionais.
Taxa de Conclusão da Esc. de 12 Anos, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	
Pop. Residente no Grupo Etário dos 25 aos 29 Anos que Concluiu o Ensino Secundário, segundo o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Conclusão da Esc. de 12 Anos no Grupo Etário dos 25 aos 29 Anos, segundo o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Residente que Atingiu o Ensino Superior, segundo o Sexo	N.º	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Toda a informação relativa a 1970 refere-se exclusivamente aos valores nacionais.
Taxa de Obtenção de Instrução de Nível Superior, segundo o Sexo	%	1950-2001	Anos dos Censos	Não	Dados não harmonizados. 1970: só valores nacionais.
Pop. Residente no Grupo Etário dos 25 aos 29 Anos que Atingiu o Ensino Superior, segundo o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Obtenção de Instrução de Nível Superior no Grupo Etário dos 25 aos 29 Anos, segundo o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Pop. Residente que Concluiu um Mestrado/Doutoramento, segundo o Sexo	N.º	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Conclusão de Estudos Pós-Graduados, segundo o Sexo	%	1991-2001	Anos dos Censos	Sim	
Abandono Escolar, segundo o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Saída Antecipada do Sistema de Ensino, segundo o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Grupos etários de referência:
Saída Precoce do Sistema de Ensino, segundo o Sexo	N.º	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Taxa de Abandono Escolar - 1981 e 1991: 10-12 anos; 2001: 10-15 anos.
Taxa de Abandono Escolar, segundo o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	Taxa de Saída Antecipada e de Saída Precoce do Sistema de Ensino - 1981, 1991 e 2001: 20-24 anos.
Taxa de Saída Antecipada do Sistema de Ensino, segundo o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Saída Precoce do Sistema de Ensino, segundo o Sexo	%	1981-2001	Anos dos Censos	Sim	
Taxa de Abandono Escolar	%	2001	Ano do Censo	-	Ranking nacional. Dados concelhios e relativos às NUT III.
Taxa de Saída Antecipada do Sistema de Ensino	%	2001	Ano do Censo	-	Ranking nacional. Dados concelhios e relativos às NUT III.
Taxa de Saída Precoce do Sistema de Ensino	%	2001	Ano do Censo	-	Ranking nacional. Dados concelhios e relativos às NUT III.
Aproveitamento no Ensino Secundário	%	1999/2000	Ano Lectivo	-	Ranking nacional. Dados concelhios e relativos às NUT III.
Retenção Escolar no Ensino Básico	%	1999/2000	Ano Lectivo	-	Ranking nacional. Dados concelhios e relativos às NUT III.
Índice de Educação	Índice	1999	Ano Lectivo	-	Ranking nacional. Dados concelhios e relativos às NUT III.

Estabelecimentos de Ensino Público e Privado, segundo o Nível d	N.º	1998-2004	Anos Lectivos	Sim
Alunos Matriculados, segundo o Nível de Ensino	N.º	1998-2004	Anos Lectivos	Sim
Alunos Matriculados, segundo o Nível de Ensino	%	1998-2004	Anos Lectivos	Sim

Tema: Comportamento Eleitoral

Indicador	Un. Medida	Período	Tipo	Completa?	Observações
Eleitores Inscritos	N.º	1976-2006	Eleições para PR	Não	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada. Faltam resultados de 2006.
Votantes	N.º	1976-2006	Eleições para PR	Não	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada. Faltam resultados de 2006.
Votantes	%	1976-2006	Eleições para PR	Não	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada. Faltam resultados de 2006.
Resultados Eleitorais, segundo o candidato, votos brancos e nulos	N.º	1976-2006	Eleições para PR	Não	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada. Faltam resultados de 2006.
Resultados Eleitorais, segundo o candidato, votos brancos e nulos	%	1976-2006	Eleições para PR	Não	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada. Faltam resultados de 2006.
Eleitores Inscritos	N.º	1976-2005	Eleições Autárquicas	Não	Resultados nacionais. Faltam resultados de 2005.
Votantes	N.º	1976-2005	Eleições Autárquicas	Não	Resultados nacionais. Faltam resultados de 2005.
Votantes	%	1976-2005	Eleições Autárquicas	Não	Resultados nacionais. Faltam resultados de 2005.
Resultados Eleitorais, segundo o partido, votos brancos e nulos	N.º	1976-2005	Eleições Autárquicas	Não	Resultados nacionais. Faltam resultados de 2005.
Resultados Eleitorais, segundo o partido, votos brancos e nulos	%	1976-2005	Eleições Autárquicas	Não	Resultados nacionais. Faltam resultados de 2005.
Eleitores Inscritos	N.º	1976-2005	eleições Autárquicas - C	Não	Concelho de Penafiel. Faltam resultados de 2005.
Votantes	N.º	1976-2005	eleições Autárquicas - C	Não	Concelho de Penafiel. Faltam resultados de 2005.
Votantes	%	1976-2005	eleições Autárquicas - C	Não	Concelho de Penafiel. Faltam resultados de 2005.
Resultados Eleitorais, segundo o partido, votos brancos e nulos	N.º	1976-2005	eleições Autárquicas - C	Não	Concelho de Penafiel. Faltam resultados de 2005.
Resultados Eleitorais, segundo o partido, votos brancos e nulos	%	1976-2005	eleições Autárquicas - C	Não	Concelho de Penafiel. Faltam resultados de 2005.
Eleitores Inscritos	N.º	1976-2005	eleições Autárquicas - A	Não	Concelho de Penafiel. Faltam resultados de 2005.
Votantes	N.º	1976-2005	eleições Autárquicas - A	Não	Concelho de Penafiel. Faltam resultados de 2005.
Votantes	%	1976-2005	eleições Autárquicas - A	Não	Concelho de Penafiel. Faltam resultados de 2005.
Resultados Eleitorais, segundo o partido, votos brancos e nulos	N.º	1976-2005	eleições Autárquicas - A	Não	Concelho de Penafiel. Faltam resultados de 2005.
Resultados Eleitorais, segundo o partido, votos brancos e nulos	%	1976-2005	eleições Autárquicas - A	Não	Concelho de Penafiel. Faltam resultados de 2005.
Eleitores Inscritos	N.º	1976-2005	eleições Autárquicas - F	Não	Fonte Arcada. Faltam resultados de 2005.
Votantes	N.º	1976-2005	eleições Autárquicas - F	Não	Fonte Arcada. Faltam resultados de 2005.
Votantes	%	1976-2005	eleições Autárquicas - F	Não	Fonte Arcada. Faltam resultados de 2005.
Resultados Eleitorais, segundo o partido, votos brancos e nulos	N.º	1976-2005	eleições Autárquicas - F	Não	Fonte Arcada. Faltam resultados de 2005.
Resultados Eleitorais, segundo o partido, votos brancos e nulos	%	1976-2005	eleições Autárquicas - F	Não	Fonte Arcada. Faltam resultados de 2005.
Eleitores Inscritos	N.º	1998	Referendo IVG (1)	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Votantes	N.º	1998	Referendo IVG (1)	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Votantes	%	1998	Referendo IVG (1)	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Resultados Eleitorais, segundo a opção, votos brancos e nulos	N.º	1998	Referendo IVG (1)	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Resultados Eleitorais, segundo a opção, votos brancos e nulos	%	1998	Referendo IVG (1)	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Eleitores Inscritos	N.º	2007	Referendo IVG (2)	Não	Falta recolher informação.
Votantes	N.º	2007	Referendo IVG (2)	Não	Falta recolher informação.
Votantes	%	2007	Referendo IVG (2)	Não	Falta recolher informação.
Resultados Eleitorais, segundo a opção, votos brancos e nulos	N.º	2007	Referendo IVG (2)	Não	Falta recolher informação.

Resultados Eleitorais, segundo a opção, votos brancos e nulos	%	2007	Referendo IVG (2)	Não	Falta recolher informação.
Eleitores Inscritos	N.º	1998	Referendo Regionalizaç	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Votantes	N.º	1998	Referendo Regionalizaç	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Votantes	%	1998	Referendo Regionalizaç	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Resultados Eleitorais, segundo a opção, votos brancos e nulos	N.º	1998	Referendo Regionalizaç	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Resultados Eleitorais, segundo a opção, votos brancos e nulos	%	1998	Referendo Regionalizaç	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Eleitores Inscritos	N.º	1975-2006	Eleições Legislativas	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Votantes	N.º	1975-2006	Eleições Legislativas	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Votantes	%	1975-2006	Eleições Legislativas	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Resultados Eleitorais, segundo o candidato, votos brancos e nulos	N.º	1975-2006	Eleições Legislativas	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Resultados Eleitorais, segundo o candidato, votos brancos e nulos	%	1975-2006	Eleições Legislativas	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Eleitores Inscritos	N.º	1987-2004	Eleições para o PE	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Votantes	N.º	1987-2005	Eleições para o PE	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Votantes	%	1987-2006	Eleições para o PE	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Resultados Eleitorais, segundo o candidato, votos brancos e nulos	N.º	1987-2007	Eleições para o PE	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.
Resultados Eleitorais, segundo o candidato, votos brancos e nulos	%	1987-2008	Eleições para o PE	Sim	Portugal, Penafiel e Fonte Arcada.

ANEXO C

Relatórios e documentos recolhidos e analisados: informações gerais

Documentos de âmbito local/regional

Documento	Ano de Edição	Observações
“Penafiel – Boletim Municipal de Cultura”	1984	3ª Série, n.º 1 (“Monte Mózinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana”). Autoria: Teresa Soeiro; Câmara Municipal de Penafiel.
“Bem-Vindo às Terras Verdes do Vale do Sousa”	S/d	Relatório temático no domínio do turismo (40 pp.). Autoria: Associação de Municípios do Vale do Sousa.
“Estudo Aprofundado sobre o Agrupamento de Municípios do Vale do Sousa”	1994	Relatório de caracterização geral da Região e seus concelhos (excerto; 28 pp.). Autoria: Associação de Municípios do Vale do Sousa.
“Estudo sobre Novas Áreas de Criação de Emprego/Empresas e Respektivas Formas de Apoio”	1998	131 pp. Autoria: Delloite & Touche/CIDEC.
“PDI do Vale do Sousa. Elaboração de Estudos de Carácter Estruturante”	2000	Relatório sobre “recursos e valores naturais a preservar no Vale do Sousa” (192 pp.). Autoria: CCRN/PROSOUSA.
“Estudo sobre Produtividade e Condições de Trabalho: A Organização das Empresas e do Trabalho”	2001	Relatório Síntese Final (115 pp.). Autoria: Delloite & Touche/CIDEC.
“Estudo de Avaliação Estratégica da AIBT do Vale do Sousa”	2002	Iniciativa desenvolvida no âmbito do QCA III (61 pp.). Autoria: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

“Origens da Paróquia de S. Tiago de Fonte Arcada”	2003	Documento produzido no âmbito da disciplina de Metodologia Científica do Curso de Teologia da Universidade Católica Portuguesa (Porto). Autoria: Luís Filipe Ferreira.
“Relatório Final de Avaliação Estratégica e Prospectiva – AIBT do Vale do Sousa”	2004	Iniciativa desenvolvida no âmbito do QCA III (153 pp.). Autoria: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
“Carta Educativa do Concelho de Penafiel”.	2006	Relatório de Diagnóstico e Propostas de Intervenção (154+11 pp.). Autoria: Câmara Municipal de Penafiel.
“Penafiel – Revista Municipal”	2006-2007	Números 8 a 10. Autoria: Câmara Municipal de Penafiel.
“Educação, formação e certificação de adultos. Avaliação de impactes no Vale do Sousa”	2007	Autoria: Cristina Parente (coord.); Associação Empresarial de Paços de Ferreira.

Outros documentos

Documento	Ano de Edição	Observações
“Guia de Portugal”	1994	4º Volume, Tomo I (Douro Litoral). Edição: Fundação Calouste Gulbenkian (3ª Edição).
“Emprego e deslocações casa-trabalho na Região Norte”	1995	Estatísticas e Estudos Regionais, n.º 8. Autoria: António Eduardo Pereira; INE – Direcção Regional do Norte.
“Bacias de emprego em Portugal Continental”	1997	Revista de Estatística, n.º 4. Autoria: António Eduardo Pereira; INE – Direcção Regional do Norte.
“Estimativas do PIB <i>per capita</i> para os concelhos do Continente Português”	1998	Revista de Estatística, n.º 8. Autoria: Pedro Nogueira Ramos; INE – Portugal.
“Tipologia de Áreas Urbanas”	1998	Autoria: INE – Portugal; Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano/MAOTDR.
“Padrões habitacionais na Área Metropolitana do Porto”	1999	Estatísticas e Estudos Regionais, n.º 19. Autoria: António Eduardo Pereira e Sónia Torres; INE – Direcção Regional do Norte.
“A dinâmica populacional das cidades do Continente Português”	1999	Revista de Estatística, n.º 11. Autoria: Henrique Albergaria; INE – Portugal.
“Sistema Urbano Nacional. Cidades médias e dinâmicas territoriais”	1999	Autoria: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano/MAOTDR; Quatenaire Portugal.
“Pirâmide de competitividade territorial das regiões portuguesas”	2000	Revista de Estudos Regionais – Região de Lisboa e Vale do Tejo, n.º 1. Autoria: Augusto Mateus, Paulo Madruga e Duarte Rodrigues; INE – Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

“Fluxos de mão-de-obra no mercado de trabalho: análise comparativa regional”	2000	Revista de Estudos Regionais – Região de Lisboa e Vale do Tejo, n.º 1. Autoria: Ana Alexandrino Silva e Ana Simões Antunes; INE – Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
“Delimitação das aglomerações metropolitanas de Lisboa e Porto com base no critério de continuidade de espaço construído”	2001	Revista de Estudos Regionais – Região de Lisboa e Vale do Tejo, n.º 2. Autoria: João Ferrão e Francisco Vala; INE – Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
“Porque é diferente o PIB <i>per capita</i> das Regiões Portuguesas?”	2001	Cadernos Regionais – Centro, n.º 13. Autoria: Pedro Nogueira Ramos e Alexandra Rodrigues; INE – Direcção Regional do Centro.
“Education at a Glance”	2001	Autoria: OCDE.
“Europeans' Participation in Cultural Activities. An Eurobarometer survey carried out at the request of the European Commission”	2002	Sumário executivo. Autoria: Eurostat.
“A mobilidade e o funcionamento dos territórios: elementos para análise e reflexão”	2002	Revista de Estudos Regionais – Região Norte, n.º 2. Autoria: Isabel Bréda Vásquez e Carlos Oliveira; INE – Direcção Regional do Norte.
“Inquérito à Mobilidade da População Residente”	2002	Autoria: Instituto Nacional de Estatística – Portugal; Direcção-Geral dos Transportes Terrestres/MOPTH.
“Mobilidade Casa-Trabalho da População Empregada Residente na Área Metropolitana do Porto”	2003	Autoria: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.
“Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto (1991-2001)”	2003	Autoria: INE – Portugal; Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação.
“Carta dos Equipamentos e Serviços de Apoio à População 2002 – Norte”	2003	Autoria: INE – Portugal.
“PRASD – Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos”	2004	Relatório Final. Autoria: Daniel Bessa (coord.); FEDER/PRIME/Ministério da Economia.
“Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal. Uma análise empírica”	2004	Autoria: Observatório do QCA III; Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar/MADRP.
“Tipos de Agricultura em Portugal”	2004	Série <i>Estudos e Documentos</i> , Documento n.º 9 (MADRP). Autoria: João Paulo Marques.
“Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991-2001”	2004	Revista de Estudos Demográficos, n.º 34. Autoria: João Ferrão; INE – Portugal.
“Emigração Portuguesa (estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)”	2004	Revista de Estudos Demográficos, n.º 34. Autoria: Humberto Moreira; INE – Portugal.
“Projeções de População Residente, Portugal 2000-2050. Que tendências de base para a construção de hipóteses?”	2004	Revista de Estudos Demográficos, n.º 34. Autoria: Maria da Graça Magalhães; INE – Portugal.
“Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental”	2005	Autoria: Instituto de Segurança Social/MTSS.

“Orientações para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural”	2005	Autoria: Grupo de Reflexão Estratégica do Plano Estratégico Nacional Desenvolvimento Rural (2007-2013)/MADRP.
“Agricultores, Entidades e Serviços”	2005	Relatório final do Projecto “Diagnóstico prospectivo dos serviços em meio rural no Entre Douro e Minho”. Autoria: Direcção Regional da Agricultura de Entre Douro e Minho/MADRP.
“A situação demográfica recente em Portugal”	2005-2007	Conjunto de quatro artigos. Revista de Estudos Demográficos, n.ºs 37, 38, 40, 41. Autoria: Maria José Carrilho; INE – Portugal.
“Agricultura Portuguesa – Principais Indicadores 2005”	2006	Autoria: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar/MADRP.
“Envolvente Sócio-Económica 2005 ao Sector Agrícola Português”	2006	Autoria: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar/MADRP.
“Plano Estratégico Nacional Desenvolvimento Rural”	2006	Autoria: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
“Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)”	2006	Relatório e Programa de Acção. Autoria: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
“Education at a Glance”	2006	Autoria: OCDE.
“Cultural Statistics”	2007	Autoria: Eurostat (Eurostat Pocketbooks).
“OECD Factbook 2007”	2007	Autoria: OCDE.
“International Migration Outlook (Annual Report)”	2007	Autoria: OCDE.